

tempo e sociedade em suspenso

time and society in the lounge

catarina sales
emília araújo
rosalina costa
(orgs.)



tempo
e
sociedade
em
suspensão
time and society in the lounge

catarina sales
emília araújo
rosalina costa
(orgs.)

Título / Title

Tempo e Sociedade em Suspenso / Time and Society in the Lounge

Organização / Organization

Catarina Sales

Emília Araújo

Rosalina Costa

Editora / Publisher

CIES_Iscte, Edifício Sedas Nunes, Av. das Forças Armadas, 1649-026

Lisboa (Portugal)

Design Gráfico / Graphic Design

Daniel Baldaia

ISBN

PDF

978-972-8048-59-4

DOI

10.15847/CIES2020TEMPOSUSPENSO

Lisboa, 2020

© 2020, Catarina Sales, Emília Araújo e Rosalina Costa (orgs.).

© 2020, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, ISCTE.

The text of this work is licensed under the Creative Commons Attribution 4.0 International Licence. To view a copy of this licence, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>.



ÍNDICE / CONTENTS

- 7 **Editorial / Foreword**
- 21 **1 /** The times of women and men. Reflections on gender and time during the global health crisis
Liliana Ibeth Castañeda-Renteria
- 35 **2 /** On schist walls, wild boars and olive trees: landscape and dwelling in Rural Portugal
Ema Pires & Ricardo S. de Campos
- 49 **3 /** Time in the car: Driving and crashing in the modern/medieval lockdown city
Andrew Dawson
- 65 **4 /** Pandemic (im)mobilities and the car' (new) roles
Catarina Sales Oliveira & Ana Luíza Silva Teixeira
- 85 **5 /** Tempo pandémico (des)igual: uma análise à situação das populações menos favorecidas do Rio de Janeiro e a covid 19
Vera Ribeiro de Almeida dos Santos Faria
- 101 **6 /** Compasso de espera. A indústria musical em 2020
Daniel Morgado Sampaio
- 115 **7 /** O tempo do que é dito pelos políticos num contexto de pandemia
Ana Moreira
- 125 **8 /** Graduation by the Couch. Ritual, pandemic, and life that (does not) goes on
Rosalina Pisco Costa
- 143 **9 /** A urgência dos ritmos festivos: análise a partir do caso de S. João de Sobrado
Emília Araújo, Alberto Fernandes & Rita Ribeiro
- 159 **10 /** Calendário letivo, ritmos e tempo covid19: uma reflexão sobre o doutoramento
Márcia Silva & Emília Araújo
- 173 **11 /** Tempo e gênero na crise do covid-19
Josilene Aires Moreira & Catarina Sales Oliveira

- 191 **12 /** Time to look back in order to move forward
Carlos Vieira & Isabel Vieira
- 203 **13 /** Tempo, espaço e Covid-19: unidade, fragmentação,
dissincronia, velocidade, Einstein, Kafka, nova-normalidade e
incerteza no futuro
Vítor de Sousa
- 217 **Notas biográficas dos autores / Short Bios**

EDITORIAL



Em março de 2020 foi decretado mundialmente algo de extraordinário: uma paragem global. Parou a grande maioria das atividades laborais. Fecharam as escolas. Suspenderam-se muitos serviços. Pararam as deslocações quotidianas, locais e globais. As pessoas ficaram retidas em casa e o termo confinamento entrou no léxico comum para denominar várias formas de isolamento.

Em Portugal, esta paragem foi publicamente regulada pela declaração do primeiro Estado de Emergência, a 18 de março, significando três tipos de suspensão para diferentes categorias – o confinamento obrigatório para aqueles e aquelas que tinham contraído a doença, o isolamento profilático para os grupos de risco e as restrições à circulação para os e as restantes (República Portuguesa, 2020).

O confinamento foi decretado na maioria dos países, causando importantes impactos que só agora começam a ser mais mensuráveis. Por um lado, surgem estudos que afirmam que o confinamento salvou milhares de vidas (Hsiang, S., Allen, D., Annan-Phan, S. et al, 2020). Por outro, os efeitos macroeconómicos nefastos do confinamento são igualmente anunciados e temidos (Banco Central Europeu, 2020).

Esta publicação germinou em tempos de confinamento, quando as autoras e autores que para ela contribuíram estavam confinadas/os nos seus domicílios, e se dispuseram a observar e refletir sobre a sociedade em suspensão. Para a maioria deles e delas, esta suspensão caracterizou-se pela continuidade das suas atividades como docentes, investigadoras/es, e estudantes, ainda que sob circunstâncias absolutamente raras. Foi, aliás, essa raridade circunstancial, à

escala mundial, que desencadeou este desafio, talvez mais bem explicado como uma necessidade de partilhar, ouvir as estórias, caracterizar experiências de umas e de outros e perceber como é viver numa sociedade em suspensão. A excecionalidade da situação só podia, do ponto de vista das organizadoras, ser endereçada de forma especialmente aberta e fluída. Por essa razão, os capítulos reunidos nesta obra são curtos e reflexivos, e não obstante vários serem empiricamente orientados, outros são de cariz dissertativo. Une-os a todos o questionamento do presente, e a partilha de um certo sobressalto intelectual suscitado pela interrupção e crise provocados pela pandemia COVID-19.

Assim, e no âmbito de áreas temáticas diversas, em particular a Sociologia do tempo, das mobilidades e do espaço, e na tentativa de aprofundar os vários ângulos de análise deste estilhar das estruturas de tempo e espaço, reunimos treze capítulos propostos por investigadores e investigadoras de diversas áreas científicas que tornam mais expressiva a voz da ciência na urgência de contribuir especificamente para o debate social em curso sobre a suspensão do momento.

O resultado é, a nosso ver, a reunião de uma pluralidade de vozes, de homens e de mulheres, que, a partir de pontos de vista teórico-metodológicos singulares que agregam a economia, a sociologia, a música ou a filosofia, convergem no sentido de potenciar o esclarecimento científico da relação entre a pandemia e experiência do espaço e do tempo e propor alguns questionamentos novos sobre os impactos sociais do fenómeno.

Numa perspetiva autoetnográfica, Liliana Ibeth Castañeda-Rentería no primeiro capítulo, “The times of women and men - reflections on gender and time during the global health crisis”, desconstrói as desigualdades de género encobertas pela máxima “quédete

en casa” usada no presente contexto de crise sanitária mundial. No périplo “On schist walls, wild bars and olive trees: landscape and dwelling in Rural Portugal”, Ema Pires e Ricardo Campos fazem igualmente uso da autoetnografia, mergulhando na paisagem quase desértica de Mós (Beira Baixa, Portugal) que, desde 2018, é local em estudo dos dois investigadores. O capítulo dá conta do facto de esta aldeia do interior centro português ter tido um acréscimo de procura durante o período de confinamento por parte de pessoas residentes noutros locais do país.

O capítulo que nos chega de Melbourne também é escrito a partir de uma autoetnografia e nele o autor promete refletir sobre a (sua) experiência de confinamento na capital australiana. No texto “Driving and crashing in the modern/medieval city: Cars, coronavirus and time”, Andrew Dawson analisa a sua própria história durante a “suspensão” da mobilidade e deixa uma proposta semiótica sobre o uso do carro, a mobilidade, o acidente e o contágio pelo SARS-CoV-2. Partilhando um objeto de estudo similar, as mobilidades contemporâneas e o automóvel – no texto “(Im)Mobilities in times of quarantine bringing the car’ (new) roles?”, Catarina Sales e Ana Luíza Teixeira problematizam os impactos dos condicionamentos à mobilidade, bem como os usos emergentes do carro no tempo e espaço de quarentena.

Em “Tempo pandémico (des)igual: uma análise à situação das populações menos favorecidas do Rio de Janeiro e a COVID-19”, Vera Faria descreve as margens sociais da suspensão sanitária e os contornos desiguais das medidas políticas de prevenção e de combate à expansão do vírus no Rio de Janeiro, baseada na imposição alquímica da distância física em comunidades periféricas e vulneráveis. No capítulo “Compasso de Espera. A Indústria Musical em 2020”, Daniel Sampaio descreve alguns dos

principais impactos da suspensão de atividades culturais estruturalmente definidas pela participação ao vivo dos públicos.

De forma transversal, os diferentes capítulos tendem a registar, não apenas os impactos mas também as agências emergentes, as estratégias e as adaptações que a pandemia exigirá num futuro próximo. Neste mesmo sentido, o capítulo “O tempo do que é dito pelos políticos num contexto de pandemia” de Ana Moreira resgata alguns discursos e posições tomadas pelos políticos e veiculados pela comunicação social no mês de março de 2020 e traça alguns dos vértices da relação entre emergência, crise, ação política e palcos mediáticos.

Os impactos diversos da pandemia e do confinamento são analisados em três capítulos. No texto “Graduation by the couch. Ritual, pandemic, and life that (does not) goes on”, Rosalina Costa problematiza o adiamento e/ou virtualização das cerimónias de graduação internacional e nacionalmente, refletindo sobre o modo como a alteração de um ritual convencionado foi apropriada e vivenciada em diferentes contextos. Com um objetivo similar, o texto “A urgência dos ritmos festivos: análise a partir do caso de S. João de Sobrado” de Emília Araújo, Alberto Fernandes e Rita Ribeiro aborda a relevância de se entender a suspensão como um fenómeno de arritmia social e analisa o cancelamento de uma festa popular e a forma como a comunidade experienciou esta “anomalia” rítmica, fazendo o tempo da não-festa. Em “Calendário letivo, ritmos e tempo COVID-19: uma reflexão sobre o doutoramento”, Márcia Silva e Emília Araújo esclarecem alguns dos efeitos da pandemia nos tempos escolares e nos ritmos académicos, propondo uma análise às implicações nos tempos e na vida dos estudantes de doutoramento instigadas pela pandemia.

Numa perspetiva mais macrossocial, os últimos três capítulos procuram analisar este tempo e sociedade em suspenso à luz de temporalidades mais alargadas.

Assim, no capítulo “Tempo e género na crise do COVID-19” Josilene Aires e Catarina Sales ensaiam recontextualizar três esferas estruturais da vida em sociedade – trabalho, saúde e violência, a partir de uma perspetiva de género e à luz das implicações da crise pandémica. No capítulo “Time to look back in order to move forward”, Carlos e Isabel Vieira propõem uma análise ao modo como o tempo é importante para entender a recorrência das crises económicas e pandémicas, argumentando que há lições do passado que importa manter ativas e vivas, de modo a responder mais eficazmente no presente e no futuro a eventos de contornos semelhantes. No capítulo “Tempo, espaço e COVID-19: unidade, fragmentação, dissincronia, velocidade, Einstein, Kafka, nova-normalidade e incerteza no futuro”, Victor de Sousa dedica-se ao conceito de tempo, sugerindo a necessidade de a suspensão do tempo que surge associada à pandemia ser perspetivada dentro da linearidade cronológica que estabelece a acumulação e a passagem inexorável do tempo (cronológico e medível).

O conjunto destes treze capítulos perfaz uma obra que prima pela diversidade das ideias, perfis de autoria, estilos de escrita, áreas científicas e perspetivas de análise. Os capítulos foram sujeitos a um processo de revisão cega e à formatação de acordo com as normas do CIES Iscte.

A equipa editorial desta obra teve a interessante tarefa de reunir e evidenciar a sua voz coletiva. Este processo editorial foi facilitado pelo facto de existir a partir de várias pontes e diálogos entre todos os textos a partir da postura epistemológica e metodológica que os conforma. Agradecemos às

autoras e autores a colaboração no envio dos textos que permitiram desenhar o carácter inovador deste projeto, ao qual aderiram de forma tão entusiasta e rica. Esperamos que proporcionem tão boas leituras quanto nos proporcionou prazer e orgulho em organizar este livro.

Referências

- Banco Central Europeu (2020), *Projeções macroeconómicas para a área do euro elaboradas por especialistas do Eurosistema*. BCE, Frankfurt.
- Hsiang, S., Allen, D., Annan-Phan, S., e outros (2020), “The effect of large-scale anti-contagion policies on the COVID-19 pandemic”, *Nature*, nº 585, consultado (14/09/2020), in <https://www.nature.com/articles/s41586-020-2691-0#citeas>
- República Portuguesa (2020), *Comunicado do Conselho de Ministros de 19 de março de 2020*, consultado (20/05/2020), in <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=334>

FOREWORD



FOREWORD

In March 2020, an extraordinary event occurred: a global stop. The majority of work activities stopped. Schools have stopped. Most services have stopped. Daily, local and global travel has stopped. People stayed at home and the term “confinement” came to be used daily to describe various forms of social isolation. In Portugal, this stop was publicly regulated by the declaration of the first national State of Emergency, on March 18, involving three types of suspension for different categories – mandatory confinement for those who had contracted the disease, prophylactic isolation for risk groups and circulation restrictions for all the others (Diário da República, 2020). Confinement has been enacted in most countries and only in the future its impacts will be measurable. On the one hand, it has saved thousands of lives (Hsiang, S., Allen, D., Annan-Phan, S. and others, 2020). On the other hand,

harmful macroeconomic effects are anticipated (European Central Bank, 2020). This publication germinated in times of confinement, when the authors were confined to their homes and eager to discuss society in suspension. For most of them, this suspension coexisted with the continuity of their activities, as teachers, researchers, students although under absolutely rare circumstances. It was, moreover, this circumstantial rarity on a global scale that triggered this challenge, perhaps better explained as a need to share, listen to the stories, and characterize experiences of different people to better understand what it is like to live in a society in suspension. From the point of view of the editorial team the exceptionality of the situation could only be addressed in a particularly open and fluid way. For this reason, the chapters gathered in this work are short and reflective, and although several are empirically oriented, others are of a more essayistic

nature. What gather all is the aim of questioning the present time, startle, interruption and crisis caused by the COVID-19 pandemic.

Thus, and within the scope of different thematic areas, in particular the sociology of time, mobility and space, and in an attempt to deepen the various angles of analysis of this shattering of the structures of time and space, we have assembled 13 chapters from different scientific areas that emphasize the voice of social sciences in the urgency of contributing to the ongoing social debate about the moment of suspension.

In an auto ethnographic perspective, Liliana Ibeth Castañeda-Rentería in the text “The times of women and men - reflections on gender and time during the global health crisis”, deconstructs the gender inequalities covered by the maxim “quédate en casa” used in the present context world health crisis. In the paper “On schist walls, wild bars and olive trees: landscape and dwelling in Rural Portugal”, Ema Pires and Ricardo Campos also use autoethnography, plunging into the almost desert landscape of Mós (Beira Baixa, Portugal) in which, since 2018, both researchers undergo in fieldwork. The chapter gives an account of the fact that this village in the interior of the Portuguese center had an increase in demand during the period of confinement by people residing elsewhere in the country. The chapter that arrives from Melbourne is also written in the form of an autoethnography and in it the author promises to reflect on (his) experience of confinement in the Australian capital. In the text “Driving and crashing in the modern / medieval city: Cars, coronavirus and team”, Andrew Dawson analyzes his own history during the “suspension” of mobility and leaves a semiotic proposal about the use of the car, mobility, the accident and the contagion by

COVID-19. Sharing a similar object of study, contemporary mobilities and the automobile - in the text “(Im) Mobilities in times of quarantine bringing the car ‘(new) roles?””, Catarina Sales and Ana Luíza Teixeira discuss the impacts of conditioning mobility, as well as the emergent uses of the car in confinement times.

In “Pandemic (un) equal time: an analysis of the situation of deprived populations in Rio de Janeiro and the COVID-19”, Vera Faria describes the social margins of the sanitary suspension and the unequal contours of the political measures to prevent the expansion of the virus in Rio de Janeiro, based on the imposition of physical distance in peripheral and vulnerable communities. In the chapter “Wait Compass. The Music Industry in 2020”, Daniel Sampaio looks at some of the main impacts of the suspension of cultural activities, which are structurally defined by the live participation of audiences.

Transversally, the different chapters tend to register not only the impacts but also the emerging agencies, the strategies and adaptations that the pandemic will require in the near future. In this sense, the chapter “The time of what is said by politicians in a pandemic context” by Ana Moreira rescues some speeches and positions taken by politicians, and conveyed by the media in month of March 2020, and traces some of the vertices of the relationship between emergency, crisis, political action and media stages.

The diverse impacts of the pandemic and confinement are analyzed in three chapters: in the paper “Graduation by the couch. Ritual, pandemic, and life that (does not) go on”, Rosalina Costa questions the postponement and / or virtualization of graduation ceremonies, both internationally and nationally, reflecting on how this change in a conventional ritual was appropriated

and experienced in different contexts. With a similar objective, the text “The urgency of festive rhythms: analysis based on the case of S. João de Sobrado” by Emília Araújo, Alberto Fernandes and Rita Ribeiro addresses the relevance of understanding suspension as a phenomenon of social and emotional arrhythmia, analyzing the cancellation of a popular gatherings and the way the community experienced this rhythmic “anomaly”, making time for the non-gatherings. In “School calendar, rhythms and COVID-19 time: a reflection on the doctorate”, Márcia Silva and Emília Araújo clarify some of the effects of the pandemic on school times and academic rhythms, proposing an analysis of the implications on the times and lives of doctoral students instigated by the pandemic.

In a more macrosocial perspective, the last three chapters seek to analyze this time and society in suspension in the light of broader temporalities. Thus, in the chapter “Time and gender in the COVID-19 crisis” Josilene Aires and Catarina Sales try to recontextualize three structural spheres of life in society - work, health and violence, from a gender perspective and in light of the implications of the pandemic crisis. In the chapter “Time to look back in order to move forward”, Carlos and Isabel Vieira propose an analysis of how time is important to understand the recurrence of economic and pandemic crises, arguing that there are lessons from the past that must be kept active and alive, in order to respond more effectively in the present and in the future to events of similar outlines. Finally, in the chapter “Time, space and COVID-19: unity, fragmentation, dyssynchrony, speed, Einstein, Kafka, new normality and uncertainty in the future” Victor de Sousa is dedicated to the concept of time, suggesting the need for the suspension of time which appears associated with the pandemic to be seen within the chronological

linearity that establishes the accumulation and inexorable passage of time (chronological and measurable).

The set of these thirteen chapters stands out for the diversity of ideas, authorship profiles, writing styles, scientific areas and different perspectives of analysis. The chapters were subjected to a blind review process and formatted according to CIES Iscte Publication rules.

The editorial team of this work had the interesting task of gathering the individual contributions evidencing their collective voice. Editorial process was facilitated by the existence of several bridges and dialogues among the texts, based in the epistemological and methodological stance that shapes them. We believe this reading will be useful for the uncertain and certainly different times that open up ahead of us. We are grateful to the authors for their collaboration sending their texts in such an enthusiastic and rich way that allowed the innovative character of this project. We hope that it will provide the readers a pleasant experience such as it gave us pride and pleasure to organize it.

References

Banco Central Europeu (2020), *Projeções macroeconómicas para a área do euro elaboradas por especialistas do Eurosistema*. BCE, Frankfurt.

Hsiang, S., Allen, D., Annan-Phan, S., e outros (2020), “The effect of large-scale anti-contagion policies on the COVID-19 pandemic”, *Nature*, nº 585, consultado (14/09/2020), in <https://www.nature.com/articles/s41586-020-2691-0#citeas>

República Portuguesa (2020), *Comunicado do Conselho de Ministros de 19 de março de 2020*, consultado (20/05/2020), in <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=334>

1

Abstract

The present text starts from a conception of time as a synthetic regulatory concept, a symbol of social relationship (Elias, 1989), organizer of actions, modes of production, multidimensional, which gives rise to a diversity of experiences, uses, representations and temporal narratives (Lamas and Lamas, 2019). In this context it is argued that gender as a socio-historical category (Scott, 2018) is one of the categories that shape the social data proposed by Elias, so that men and women guide their experience of time and space differently. It is proposed to make use of autoethnographic, as a powerful method and narrative genre for the study of the link between the individual and the social. A summary of the field diary made in the context of the global health crisis, which was prepared by the author from the time of “staying at home”, is presented, which provides us in how the knowledge of sexual difference impacts the way in which, what we call time, places us in the world and guides our practices and experiences.

Keywords

Time; Gender; Autoethnography

THE TIMES OF WOMEN AND MEN. REFLECTIONS ON GENDER AND TIME DURING THE GLOBAL HEALTH CRISIS

DOI
10.15847/CIES2020TEMPOSUSPENSO

Author/Autora

Liliana Ibeth Castañeda-Renteria

Universidad de Guadalajara
México

In a way of introduction: how gender shapes the time

In 1984, Norbert Elias published the German edition of his work “About Time”, which appeared published in Spanish too, in 1989. In this work, according to Vicente Navarro (2005), the author manages to combine his effort to overcome objective and subjective visions and applies his sociology of evolution to the problem of time. For that matter, Elias (1989) starts from the idea that “human knowledge is the result of a long humankind learning process, which knows no principle. Whatever his innovative contribution was, the individual relies on an existing knowledge and extends it; nothing else happens in the knowledge about time” (1989: 14).

According to Elias (1989), time is “a high-level symbolic synthesis, with whose help, positions can be related in the succession of

natural physical phenomena, of social and individual life” (1989: 25), it is therefore a fact that allows individuals who have internalized this knowledge, to guide their practices and to give meaning to their position in the *continuum* that is the world, in the words of the author, it is the “attempt of men to determine positions, durations of intervals, rhythm of transformations, etc., in this future in order to serve their own orientation” (Elias, 1989: 46).

The way in which the individual appropriates the concept of time, by way of self-regulation, a coercion is by living in a society that has built and institutionalized a certain concept of time, in the words of the author,

the individual does not invent the concept of time by himself, but learns from his childhood both, the concept of time and the social institution

of time that is united indissolubly, growing in a society to which that concept and that institution belong. (Elias, 1989: 20)

In this connection, both clocks and calendars function as mechanisms that guide specific practices, and could then set different subjective experiences in subjects, according to how this symbolic synthesis determines the positions of certain events in the lives of human beings.

The social coercion of time, converted to a high degree in self-reaction, expresses itself here as a paradigmatic type of civilizing coercion that are often found in the most developed societies, whose members capture in themselves the self-coaction that makes them guide themselves according to time... (Elias, 1989: 44)

In the basis of this idea, about time as a symbolic fact of Elias, it is possible - and the author does it throughout his essay - to think about it historically and dialogically in relation to concepts or categories such as nature, knowledge, work and in the particular case, with the gender category. In this text I support the idea that if we think of time as a symbolic fact that guides and organizes social and individual life, it is configured in turn, by the knowledge that a given society has about sexual difference, that is, by gender (Scott, 2008).

In accordance with Marta Lamas (1986) the concept of gender was first introduced by Robert Stoller in his work *Sex and Gender* in 1968. From there, various disciplines appropriated the concept because it allowed new ways of asking old questions regarding the origin of women's subordination, as well as how to approach social, economic, and political organization (Lamas, 1986). The gender

category enabled feminists to remove from the biological field which determined the difference between the genders and place it in the realm of the symbolic (Lamas, 1986). Despite the new use of its use in principle, the concept of gender has presented serious discussions about its use, limitations and possibilities (Lamas, 1996; Quartim de Moraes, 1998).

Gender is then a necessary term for the analysis of relations between men and women, as it organizes interaction and constitutes hierarchical social structures between them (Scott, 2008). It is an analytical tool that makes it possible to expose the "operations of gender, which are, however, forces with a presence and a capability of definition in the organization of most societies" (Scott, 2008: 47). According to Butler, in research papers such as Joan W. Scott's, sexual difference is the matrix through which cultural conceptions of the feminine and the masculine take place (Butler, 2011)

Indeed, at that time, if you ask her to define gender, she will seek the resource to sexual difference, certainly not as a naturalistic or metaphysical concept, but as a very specific set of the mechanisms of historical production of differentiated social relations. In fact, what tended to be more important were the historical fields that occur, in part, through means of gender: the idea of work, the working class, the power, the culture, the history itself. (Butler [2011], 20).

In this context in the present paper, gender refers to a system of significance that historically constitutes the meaning of the differences between the feminine and the masculine, but at the same time, it forms the normative elements that 'subject' the subject through discursive and performative

practices (Castañeda Rentería, 2016: 37). Time in this regard would be constituted as one of those categories set by gender and at the same time sets the gender in subjects.

One of the most common ways in which the link of the time-gender categories has been used, is research upon the uses of time in men and women (Carrasco and Dominguez, 2003; Pacheco and García, 2015; Faur, 2017). The main source of these projects is the National Time Use Surveys (NTUS). In Mexico in 2009, the first NTUS was carried out with two objectives: to make visible and count the hours devoted to unpaid work. In 2014 the second was made. Some of the results indicate that of total hours of reproductive work, 40 percent are performed by men and 60 percent women. Women work three times longer than men in reproductive activities (29.8 hours per week women, 9.7 hours per week men), and double in care work (28.8 hours per week women, 12.4 hours per week men). According to the latest Report of the International Labor Organization, "Care Work and Care Workers. For a future with decent work" published in 2019, women do 76.2 percent of all unpaid care work, and spend just over three times time than men to these activities (OIT, 2019).

Other research such as those referred to by Connelly and Kongar (2017) has focused more on identifying differences in the use of time considering the relationships between gender inequalities and norms on the one hand, and macroeconomic and political phenomena on the other (2017: 3), as well as recognizing the importance of research focused on individual decisions within the family framework. The work of these authors highlights the scope of gender inequities in the use of time in relation to female participation in the paid labor market, which is always lower than that of men in all the countries analyzed. They also point to the

importance of public policies implemented in periods of crisis and the need to incorporate the gender perspective into their design.

From the micro dimension, research highlights the differences in the use of time and conceptions about care, perceptions of time and multitasking, as well as the differences between experiences in urban and rural households, or with same-sex couples, as well as agreements between family members (DeGraff & Centanni, 2017; Posel & Grapsa, 2017; Rothblum in Connelly & Kongar, 2017). As the authors point out, "time is a scarce resource and how we use it defines who we are and what we produce" (2017: 22), the answer to these questions must be answered with a perspective that, in addition to gender, can identify the implications of other categories such as race, ethnicity, age, among others. This coincides with other work that shows how insertion into working life, as well as the particular characteristics of the institutions where working women are embedded influences their experience and perception of time (Araujo & Barros, 2015; Castañeda-Rentería, 2017).

As it can be seen, research highlights in one way or another the naturalization of the idea that women are solely responsible for the direct care of children, the sick, dependents, as well as older adults, as well as indirect care involving domestic chores, food, home cleaning, etc., that is, from the social, historical and culturally produced idea that sexual difference implies differences in attitudes and skills to care for others, is endowed at the same time with a differentiated meaning, for men and for women as an organizer and guiding of practices and events.

Thus, for example, productive time guides the evolution of men's lives, while reproductive time organizes women's lives. While the calendar tells a man one more birthday,

many women are shown the proximity to the limit of the so-called “biological clock”; while the birth of a child is a parallel event in the work path, productive time, of many men, the birth of a child for a woman, often indicates the “pause” - but the abandonment - of the female work path, of its productive time. To the above we must add the characteristics that the care of a newborn has and the way in which that symbolic data, which we call time, organizes and guides the life of the mother from the needs of others, that is, breastfeeding schedules, change of diapers, baths, care, etc.

In short, I maintain that time as a sociological data that guides the practices of individuals is crossed by gender, so that it organizes and guides the lives and relationships of the subjects from sexual difference, which puts at time one of the mechanisms through which subjectivities and generated identities are configured (Araujo & Barros, 2015; Castañeda-Rentería & Alvizo Carranza, 2017).

Some methodological notes

For the approach raised in the previous paragraph, I propose an autoethnographic analysis. According to Mercedes Blanco (2015), self-ethnography is at the same time a genre of writing as a method by which one can link individual experience with cultural experience (Blanco, 2015), self-ethnography shares the characteristic of being both a method and a source for social analysis, and can be defined as “a research strategy incorporating traditional references to ethnographic activity, on the one hand, and the researcher’s own biography” (Guerrero Muñoz, 2014: 238).

As the ethnography, the self-ethnography makes use of the narrative to gain access to the proper history, according to Guerrero

Muñoz (2017) “the self-ethnographer has to create a story, a plot or argument in that interlaced facts and biographical experiences” (2017: 131). In this sense the self-ethnographic proposal outlined here differs from the reflective process, or self-dealing, as an activity that does not seek to unravel the implications of *self* within the different processes and stages of qualitative research (Salzman, 2002), but a methodological tool from which information, data and experiences narrated in the first person that become the empirical material through which knowledge is generated.

Thus, I consider that self-ethnography, in addition to its analytical potential, represents a challenging opportunity for the researcher as long as she is placed in a critical perspective in relation to her own experience both personally and in research, but differs from self-reflexivity, which, while using self-ethnography as a heuristic tool, differs in its scope and objective.

Likewise, in the context of the pandemic, self-ethnography is a useful tool because it becomes difficult to access the experiences of other women and leave their own feelings aside in this unprecedented experience that has disrupted our realities in multiple ways.

Below I present a story, a synthesis of my field diary, about how time, thought as that sociological data, guides my life in confinement, internal and external disputes over one’s own time, as well as the experience of the different rhythms of the fluency of the *continuum* of life that does not stop despite the demand of “stay home”.

The experience of time: quarrels, pandemic and “stay home”

In February 2020, the first confirmed cases in Mexico of people infected with the

coronavirus named Covid 19, were reported. By Friday, March 13, the University of Guadalajara, an institution of higher education where I work as a research professor, decided to suspend face-to-face teaching activities and we were asked to adapt the teaching to a virtual modality. From Tuesday, the 17th of March also activities were suspended in the schools of basic education of the state.

From that date until the sending of this text, my 9 and 12-year-old male children and I, have remained at home, while my partner, even when his activity has decreased, is still going out to work, although taking all precautions suggested by the health system authorities.

The first few weeks the time seemed to stop. The days passed on between the fear of illness, the exhaustive household chores done that ensured the cleanliness of the house, and an anguish over the well-being and health of my mother and family residing in other cities of the country. Other moments I seemed to be invaded by some sadness and anxiety when I thought of the uncertain future my children will live and how to make the lockdown as painless as possible, which led me to devise different routines that could make the experience of the lockdown something more or less bearable.

By mid-April, after a two-week holiday period that served in a certain way as an adaptation to the “stay home,” virtual activities were completely restarted at both my children’s college and school. This involved a new adaptation that consisted of organizing a routine for each of us that consisted of getting up, having breakfast, doing some chores and then schoolwork. At noon we eat, afternoon watching TV or playing video ga-

mes for children, while I tried to advance in my paperwork, and finally have dinner and sleep.

In this routine my partner and I are exchanging activities such as preparing breakfast or food, sometimes both of us clean the house together with the boys, but while he goes out to the field, to the bank or performs some activity proper to his work, I take care of being on the lookout for the emails of the teachers of the children, the WhatsApp chats of the moms’ group; I also give them directions for their schoolwork, clarify doubts, send evidence to teachers and, therefore, I try to teach some classes, tutoring and follow-ups to projects, review some tasks, read or write some pending text, and I have lunch at noon, I make sure to have all the necessary to make dinner and breakfast for the next day.

The truth is, I read the previous paragraphs and the situation does not look so bad. However, on May 10th, the day of Mother’s Day in Mexico, my husband asked me what I wanted to do, and my answer was, “Take care of the children and do not talk to me during all day.” I really longed for a day where I could not hear lawsuits, I did not need to raise my voice so that they would do or stop doing something; I did not wish to attend their questions, requests, demands. I felt overwhelmed, mentally tired and I wanted to run and breathe.

And so, I did. I got up early, made myself a coffee and sat down to read a novel I had been postponing for weeks. My partner took full care of breakfast, children, and chores. It was time for lunch, and I did not even go to the kitchen, between the three of them prepared delicious “enchiladas¹” to celebrate

¹ Mexican traditional dish.

my day. I knitted all afternoon in cross stitch, activity that I am learning from the beginning of quarantine; and, at night I simply went to bed to receive my second gift that was a “spa type” massage right from my children’s hands.

It was a wonderful day! During that day, which is usually adjusted and organized based on the direct and indirect care needs of my children, it was guided to the rhythm marked by the tiredness of reading, the need to eat, I knitted until late and went to bed. I did not have to think about what was still going on, or being on the lookout for what is there, what is missing, what needs to be done, or not... I realized; the time was mine.

The confinement to which the global health crisis has bound to delete the already blurred border between domestic and labor space for many women who have been forced to do work at home. Family space challenges the mother and caregiver full-time regardless of shipping dates, reports, virtual classes, or progress review. Time sometimes passes faster, but it feels saturated and heavy, many things to keep an eye on. There is not much difference between a Monday or a Saturday. The meaning of the days is given by the agenda in which I have set out to systematically record pending activities per day that I never end up marking as I can realize.

Even before the pandemic, my time was oriented equally by the activities of my children and work, but the possibility of commuting, from home to school, to home again, etc., allowed me to have certain “distractions”, talks with friends, shopping trips, going to a café, going for an ice cream, the feeling of some freedom; in addition, the activities are organized not only in different spaces but also at different times. That fades away when one hundred percent of the

activities are done in the same space, and time lacks compartments that allow you to separate the writing from an article about being on the lookout, to take care of the food that is on the stove, and at the same time to listen to your children about the new video that their favorite youtubers have just uploaded to the web.

To the frustration that I do feel for not owning at least a few hours of time of my life for myself, the blame for not being that perfect mom who plays and enjoys the company of her children is added, that beautifully combed and makeup-made woman I see on television who never screams and patiently cleans the juice that her little boy spilled on the table. Both the messages of the authorities and the media repeat every day how fortunate I am to be able to stay at home, how well I have to spend time cooking with the boys, the unprecedented moment we are living and the opportunity to develop more intimate relationships as a family. In the meantime, I look in the mirror, sometimes being calmer, sometimes being more frightened, but always being more tired.

The “stay home” has made, in the words of Dora Barranco (Ministerio Educación Argentina, 2019), a “re domestication” for women, they have us at home, in the domestic space not only performing what has traditionally been assigned to us, but for those that we had managed to get out of there to occupy work spaces, they have taken us back to the experience of a double or triple day between four walls and with the threat of a virus that has come to everyone’s life.

In a way of discussion: time has gender

According to Leccardi (2002) the approach of the temporal dimension allows to build complex maps of the changes that take place in the courses of life and set subjectivities

from the intersection between what he calls “three temporal axes: the interior time, the biographical time and the social historical time” (2002: 43). The first expresses, says the author, “the subjective dimension”; biographical time, “is through which the subject gives meaning to one’s life on the basis of interpretative scheme taken from the stock of socially available knowledge at a certain historical moment”; and historical-social time, “considered the product of historically determined social activities and the instrument that consents to coordinate them” (Leccardi, 2002: 43). Together these three times make it possible to set up the temporal experience.

Leccardi, like other authors, has been concerned about how the constant flow of life is experienced, both individually and socially. In the same sense it has been shown that this experience of time is lived in a different way not only by men and women (Pacheco & García, 2014), but through generations (Lamas & Lamas, 2019), between individuals living in urban or rural social contexts (Cárcamo & Cladellas, 2009), as well as research that analyzes the perception of the time that is given and its impact on one’s own time (Mogilner, Chance & Norton, 2012), among others, but does not answer the question about what time is, assume that it exists and not often relate it to a natural existence which prevents an analysis of their own social connotation. Elias (1989) allows us to ask ourselves how does time guide individual and social actions in practical terms? And from there, not only to make visible that it does it differently for men and women, but also to understand it as a social data, configured dialogically with other categories such as nature, work, the public and the private, body and of course, gender.

As already mentioned before, the gender category has proven to be useful for the

analysis of relations between men and women, because through this, it is possible to identify the presence and the capacity to define that knowledge about sexual difference at a given historical moment, that is, gender, imposes on the organization of societies and its impact on the configuration of subjectivities (Scott, 2008). Authors such as Riley, (1988), Marta Lamas (1996) and Quartim de Moraes (1999), have already pointed out the relational nature of the gender category, as well as the challenges involved in thinking relationally aspects such as the social, the materiality of the body, the psyche, sex, sexuality and identities, among others.

In this context, it can be distinguished for example, how women’s educational or work pathways are organized from a conception of time that is intimately linked to the reproductive biological time of their bodies, a situation that does not happen with males. This allows us to think about the existence of a reproductive time experienced by women as part of their biographical trajectory and that influences the perception and use of their own times for education, work, and leisure.

This reproductive time is the foundation that has meant the times of women as times to be with others, accompanying others, in the words of Marcela Lagarde, “being for others”, which is also constituted as a configurator of a feminine identity whose maximum expression is in the work of parenting and / or caregivers develop (Castañeda-Rentería & Contreras Tinoco, 2019). Thus, the time of women seems not to be their own but belongs to those whom we love or care for, because it is configured on the basis of their needs and guides us to their care.

The way women’s times are not women’s own, can be seen in questions such as: What is the best time to study a doctorate? At

what age is it better to have a child? How long should I stop working to care for my children? What kind of working time should I accept to fulfill my duties as a mother? Among others. Likewise, what can be perceived as “lack of time” in women, comes precisely from external constraints that suffocate women, and which are not always recognized as such (Araujo & Barros, 2015)

In the case of women who are engaged in teaching and research, Araujo and Barros (2015) points out the importance that organizational structures in the perception of time have in higher education and the way in which they are internalized by women themselves which produces a significant tension in the quest to fulfil a model that does not contemplate the different external situations experienced by women. In this connection they propose the concept of “deadline mode” as a definition of the identity of the researcher that accounts for the internalization of the validation scheme characteristic of academic capitalism...” (2015:183) and that exposes time as an organizer of academic work that does not take into account the personal, biological, care times attributed to women. As noted above, time points to different moments in the *continuum* of life of men and women, in this context a particular characteristic is the constant reminder that time belongs not to women, but to those we care for.

On the other hand, it should be considered that for many women who work, the working day represents a time of ours while it is dedicated to an individual project of its own, it is a recognized and also paid work. It is also the possibility to enjoy a time for itself (Castañeda-Rentería, 2017). A time that is also linked with the experience of living an extraordinary space and reaffirming itself as a subject. Times and spaces where different female subjectivities are challenged, which

rarely makes us experience split femininities.

Thus, the materiality of the reproductive body, imprints its gender stamp in the sense and meaning of female temporality, so that it sets time as a social data that commands our lives, directs our actions and strains our relations with the world. The realities of the use of time in countries like Mexico account for this tension in women’s lives.

Not only has the global health crisis created new challenges for women, but it has exposed the old daily burdens on their backs. The measures taken in the different countries at the global level have made visible an unresolved tension over women’s time, whose time is it the one for women? What burden of feelings does “at home” time have for men and women? How do you solve the productive time-reproductive time dichotomy when they coincide in the same physical space?

In a way of conclusion

In this paper I give the idea of understanding time in terms of Elias, as a regulatory and guiding synthesis of human chores, product of a long process of social learning that ends up generating coerces to individuals of which they are not always aware, but whose effectiveness is shown in the practices they carry out. In this sense, time is yet one more configurating element of the social order, which according to Bourdieu “functions as an immense symbolic machine that tends to ratify the male domination on which it is based: it is the sexual division of labor, very strict distribution of the activities assigned to each of the two sexes, of its space, its moment, its instruments (...) it is the structure of time, day, agrarian year, or life cycle, with moments of rupture, male, and long periods of gestation, feminine” (Bourdieu, 2000: 22).

In this context, I think it is necessary to consider how gender is going through/shaping social time? Do women experience time differently than men, or is it time that is set up from gender differently for each other? In this work, and from the self-ethnographic narrative, I maintain that it is time, that regulatory synthesis which is different for each other, because historically it has been configured in dialogue with other categories that locate the bodies, structure trajectories, spatially place the bodies, nature-culture, public-private, productive-reproductive, and of course, female-male.

Much has been said about women's constant struggle to have a "room of their own." In the words of Beatriz Gimeno (2019),

In a sense being a woman means living in struggle to conquer a time of her own. There is no room of its own that is worth it if you do not have the time to occupy it. Time is always a battleground for women who spend their lives seeking a balance between the time they give and the time they seek or want for themselves.

To fight for one's own time is to fight for life. Perhaps, some, after a lot of struggle we have got a room of our own, what we did not know is that most of the time these rooms do not have a door with a bolt (Gimeno, 2019).

Nonetheless, it is not a room of our own with a key and bolt what we need, what we need is that society, the state and our families, contribute to giving time different senses to organize and guide our lives, the lives of women.

The pandemic context has transformed life into many ways, not only in health, but also spatial, relational terms and of course has

altered the rhythms of life in temporal terms. "Stay home" overlaps work, care, and self-care times, which involves prioritizing one another, and assuming, in the case of women, the productive and emotional costs that our time is the time that culturally and socio-rhetorically has been set up as the time of those who receive our direct and indirect care, who we take care of when we clean the house or cook. Today, more than ever, the health crisis allows public policies to be challenged with a gender perspective, whether they are occupational, of health or educational.

References

- Araújo, Emília, and Barros, Vitor (2015), “Modo deadline: uma análise sobre o tempo das mulheres acadêmicas”, *Revista Tempos e Espaços em Educaçao*, vol. 10, nº 22, pp. 173-186.
- Blanco, Mercedes (2012), “Autoetnografía: una forma narrativa de generación de conocimientos. Andamios”, *Revista de Investigación Social*, vol. 9, nº 19, pp. 49-74.
- Bourdieu, Pierre (2000 [1998]), *La dominación masculina*, Barcelona, Anagrama.
- Butler, Judith (2011), “Speaking Up, Talking Back. Joan Scott’s Critical Feminism”, in Judith Butler, and Elizabeth Weed (org.), *The Question of Gender. Joan W. Scott’s critical feminism*, Bloomington, Indiana University Press, pp. 11-30.
- Cárcamo, Luis, and Cladellas, Ramón (2009), “Contextos culturales y percepción del tiempo en Chile”, *Revista Austral de Ciencias Sociales*, vol.17, nº17, pp.99-108.
- Carrasco, Cristina (2009), “Tiempos y trabajos desde la experiencia femenina”, *Revista Papeles de relaciones ecosociales y cambio global*, nº 108, pp. 45-54.
- Carrasco, Cristina, and Domínguez, Marius (2003), “Género y usos del tiempo: nuevos enfoques metodológicos”, *Revista de Economía Crítica*, vol 1. nº 1, pp.129-152.
- Castañeda, Rentería, Liliana, Ibeth (2016), “Análisis de la configuración de la identidad de género en mujeres laboralmente activas sin hijos en Guadalajara, México” Tesis doctoral, Guadalajara.
- Castañeda-Rentería, Liliana (2017), “La apropiación del espacio íntimo, la administración del tiempo y la investidura femenina en los principios del siglo XXI”, in Liliana Ibeth Castañeda Rentería, and Cristina Alvizo Carranza (Coord.), *Géneros, permanencias y transformaciones. Femenidades y masculinidades en el occidente de México*, México, Universidad de Guadalajara, pp 123-149.
- Castañeda-Rentería, Liliana Ibeth, and Contreras Tinoco, Karla (2019), “Mujeres madres que trabajan. La resignificación de la maternidad en mujeres profesionistas en Guadalajara, México”, *Revista Antropológica*, Vol. 37, nº 43, pp.133-151.

- Connelly, Rachel & Kargor, Ebru (2017), "Feminist Approaches to Time Use", in Rachel. Connelly, and Ebru Kongar (eds.) *Gender and Time Use in a Global Context*, Palgrave Macmillan, New York, pp.1-26.
- Elias, Norbert (1989), *Sobre el tiempo*, Fondo de Cultura Económica, Madrid.
- Faur, Eleanor (2017), *Mujeres y varones en la Argentina de hoy. Géneros en movimiento*, Siglo XXI, Buenos Aires.
- García, Brígida, and Pacheco, Edith (eds) (2014), *Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México*, Colegio de México-CEDUA.
- Guerrero Muñoz, Joaquín (2014), "El valor de la auto-etnografía como fuente para la investigación social: del método a la narrativa", *Revista Internacional de Trabajo Social y Bienestar*, n°3, pp. 237-242.
- Lamas, Marta (1996), "Uso, dificultades y posibilidades de la categoría 'género'", in Marta Lamas (org.), *El género. La construcción cultural de la diferencia sexual*, Miguel Ángel Porrúa, PUEG-UNAM, México, pp. 147-178.
- Lamas, Marta (1986), "La antropología feminista y la categoría género", *Nueva Antropología*, vol. VIII., n° 30, pp. 173-198.
- Lamas, María Cristina & Lamas, Ana María (2019), "Tiempo social y (des) encuentros generacionales. Aceleración y disincronía de los Gutemberg y Zuckerberg", *Revista de Psicología*, vol. 18, n° 2, pp. 91-104.
- Leccardi, Carmen (2002), "'Tiempo y construcción biográfica en la 'sociedad de la incertidumbre'; reflexiones sobre las mujeres jóvenes" en Nómadas", *Revista de Ciencias Sociales*, n° 16, pp.42-50.
- Molignier, Cassie, Chance, Zoë & Norton, Michael (2012), "Giving Time Gives You Time", *Psychological Science*, vol. 23, n° 10, pp.1233-1238.
- Organización Internacional del Trabajo (2019), *El trabajo de cuidados y los trabajadores del cuidado. Para un futuro con trabajo decente*, OIT, Ginebra.
- Quartim de Moraes, Maria Lygia (1998), "Usos e limites da categoría género", *Cadernos Pagu*, vol. 11, pp. 99-105.
- Salzman, Philip Carl (2002), "On Reflexivity", *American Anthropologist*, vol. 104, n° 3, pp. 805-813.

Scott, Joan Wallach (2008), *Género e Historia*, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, Fondo de Cultura Económica, México.

Vicente Navarro, Eduardo (2005), “La sociología del tiempo de Norbert Elias”, *A Parte Rei. Revista de Filosofía*, vol. 42, pp. 1-26.

Ministerio de Educación Argentina (video) (2019), “Webinar “Los cuidados en tiempos de pandemia. Dora Barrancos y Graciela Morgade””, consulted (20/05/2020), in https://www.youtube.com/watch?v=cttrV_f1Unc

2

Abstract

Landscape, time and dwelling are intertwined categories in many depopulated places in Portugal. This chapter questions the possibilities of “dwelling” in central Portugal during the current pandemic. The empirical focus was put on a rural parish where we have been carrying out ethnographic research since 2018. Located in the district of Castelo Branco, in the municipality of Proença-a-Nova, Mó is an almost uninhabited village (in 2020, it had only 3 permanent residents). In recent decades, rural exodus has been intensified by the (un)certainly of occasional fires that have devastated the region. In 2003, the village was besieged by fire and, even though the houses and human beings were spared from destruction, everything around Mó was turned into ashes. The pine forests surrounding the village were burnt along with many of the animals living in them. The analytical focus of this paper is, therefore, put in questioning the possibilities of “dwelling” in this rural hamlet of the interior of Portugal during the current pandemic. We will argue that during the current times, there has an increase in the social value given to nature by residents.

Keywords

Space; Dwelling; Rurality; Landscape; Heritage

ON SCHIST WALLS, WILD BOARS AND OLIVE TREES: LANDSCAPE AND DWELLING IN RURAL PORTUGAL¹

DOI
10.15847/CIES2020TEMPOSUSPENSO

Authors/Autores

Ema Pires & Ricardo S. de Campos

University of Évora
Portugal

Federal University of Goiás
Brazil

Introduction: Dwelling, living, waiting

In this chapter, we use of the concepts of landscape and dwelling borrowed from anthropologist Tim Ingold (1993, 1995, 2005). According to Ingold (1993), “the temporality of the landscape may be understood by way of a ‘dwelling perspective’ that sets out from the premise of people’s active, perceptual engagement in the world (Ingold, 1993: 152). Based upon this author’s approach “to dwell’ aptly conveys this conception of the production of life as a task that has continually to be worked at” (Ingold, 2005: 504). Therefore, Tim Ingold’s perspective on dwelling is based on “the thesis that the production of life involves the unfolding of a field of relations that crosscuts the boundary between human and non-human” (Ingold, 2005: 504).

We assume the premise that to dwell is to build and maintain links with other, more or less distant, living beings. Building upon this, to dwell means to live together. This is a coexistence that happens with inanimate beings and objects, although these can also be loaded with memories or meanings. We question relations between people, things and environment during these pandemic times. Entangled in ethnographic data, some empirical examples are put forward, eliciting people’s relations with nature (schist walls, wild boars and trees). The case of the schist walls follows this view: previously built to hold terraces used for agriculture – usually vegetable gardens, vines and mainly olive trees – today they make up the scenario of a new reality that almost reintegrates itself with nature. To dwell also

¹ Acknowledgments are due to the people of Mó. Also, we thank anthropologists Catarina Hermano F. de Oliveira and Carmelisa Rosário for accurately reviewing earlier versions of this paper.

means to live with wild or domestic animals, plants, and other fauna and flora. Domestic animals, mostly dogs and cats, have disappeared along with the inhabitants, but the local space has been colonised by other animals. Some animals, such as foxes and squirrels, and vegetable species have been reintroduced successfully, their procreation facilitated by public policies that were paid for following the fires. Other living beings that became natural invaders are wild boars, which occasionally invade the surroundings of the village. Lastly, old (and new) olive trees stand forlorn in the village outskirts, reminding humans of the environmental challenges and the uncertainty brought by contemporary times.

We argue that during the pandemic, there has been an increase in the social value given to nature by most residents. Valuing Nature (Harvey, 1997) and dwelling within the forest, has been a resource used by people in order to try to gain control of their daily lives against the disruptive suspension of current times. The ability to walk through (or to drive around) the village schist walls and surrounding forests became a common daily habit (in mornings and afternoons, weekdays and holidays). Thus, the spatial practice of walking emerged both as a means for passing time, as an aesthetic practice and as a way to self-promote physical and mental health among neighbors and family relatives.

A Small, Remote Place?

The village of M6 belongs to the municipality of Proença-a-Nova and, more specifically, to the parish of Alvito da Beira and Sobreira Formosa, located at thirty kilometres from Castelo Branco, the capital of the district. The local history of places like M6 and many other rural peripheries have been largely underrepresented in academic arenas. In the region under study, the countryside rests

rather invisible in academic scene. The only references are related to historical works by local priests (Catharino, 1933) or regional monographs by non-professional local ethnographers (Vilhena, 1995). Vilhena (1995) points in her research the resilience of communitarian ties among rural villagers of Proença area. Particularly, in the case of M6, the remoteness and struggles of the village are expressed in one of the few publications which give a description of the small place. Dating from the 1980s, when there were a few dozen residents inhabiting it, it is said:

“History: M6 is a village lost in the far reaches of the municipality, bordering the municipalities of Oleiros and Castelo Branco. The oil press built in small dimensions corresponds to the struggle for emancipation of the small owners against those of Alvito da Beira”. (Lagares, 1982, p. 16).

As mentioned earlier, in recent decades, rural exodus has been intensified by the (un)certainly of occasional fires that have devastated the region. In 2003, the village was besieged by fire and, even though the houses and human beings were spared from destruction, everything around M6 was turned into ashes. The pine forests surrounding the village were burnt along with many of the animals living in them. It is, therefore, the second time in the 21st century that M6 has become (almost) completely isolated from the rest of the country. In August 2003, time or the perception of time was suddenly frozen in the village. At that time, isolation was significant, because the fire burned down telephone lines, electricity poles, and, in addition, it also made people’s hopes for the future burn. After the fire, and in the years that followed, the village shrank: several people migrated, others died. In 2020, seventeen years later, M6 is, once again, a besieged village, forced to isolate itself,

trying to protect itself from a an entirely different kind of natural disaster. This time, however, the village did not shrink, it stretched: four houses in the village have people again. These are people who have fled from the city in search of their roots and to find a safe place in the pine forest, to spend their time during the state of emergency decreed in Portugal in this coronavirus pandemic. Over the past months, accessing the internet is a daily challenge, which forces the residents of M6 to leave their houses to climb the nearby mountain. To work or simply to communicate, people climb (on foot or by car) to the top of *Barreira*, a mountain located northwest of the village. We all coexist in this meeting space, where we intermittently pass each other, at a distance, on different days of the week and at different times of the day. The residents all inhabit this mountain, now transformed into a balcony for talking on the phone and traveling to the virtual world.

M6 is the place of origin of the mothers' family of one of the authors of this chapter. Like most of the village's population, the *Ribeiros* are a family of migrants for several generations, dwelling in-between M6 and other places in Portugal and the world. Since the 1960s, generations of *Ribeiros* have visited the village during the holidays and other times, from when they were children. In March 2020, just after the recently decreed Covid-19 pandemic by the WHO (World Health Organization), and amidst a climate of terror, distrust and fear, we moved to the village of M6. Until the pandemic, returning to the village was viewed as a weekend leisure activity. However, since emergency period was launched in Portugal due to Covid-19, the village house became the family's main dwelling place. As Michael Hertzfeld (1997) points out, "Fieldwork brings anthropologists into contact with many styles of self-narration" (1997: 169). In this empirical

setting, one of the authors used autoethnography. In this context, following Deborah Reed-Danahay (1997) "autoethnography is defined as a form of self-narrative that places the self within a social context. It is both a method and a text, as in the case of ethnography. Autoethnography can be done by either an anthropologist who is doing "home" or "native" ethnography or by a non-anthropologist/ethnographer (1997 :9).

Two Ethnographic Vignettes

In this section, we explore the daily lives of two people in M6, intertwined with the author's own experiences, with the objective of illustrating our argument.

Cousin Z6 Maria

Born in 1967, Z6 Maria is one of the 3 current permanent residents in M6 now. He is single and lives with his nephew. His family was among the poorest of the village. Unlike his older brother and most of his uncles or cousins, he never migrated to Paris or Lisbon. He has been a permanent resident in M6 all his life, is single, and has worked as a journeyman (*jornaleiro*) across Portugal, but never outside Portugal. Before the pandemic, he used to do odd jobs (*biscates*) in the nearby villages, and get some money from it. (Z6 Maria is a kind of handyman: agricultural worker, bricklayer assistant, informal real estate agent, knowledgeable about herbs and winds). During the pandemic, Z6's life has undergone changes for the better: he has more neighbours, more company to talk in the village square at the end of the afternoon. Although the practice of going to M6's cellars to drink wine and *jeropiga* was suspended during the state of emergency, living there is, for Z6, being less alone. Z6 has no car and travels on foot and by bus outside the village. The bus only runs on Thursdays. On other days, when he needs to leave M6, Z6 walks or hitchhikes with someone.



Image 1 /

Schist Wall. *Casa do Esquife* building, Mó. The inscription “Do Povo” (“Of the people” dates form 1936 (indicative date) and recalls the practice of communitarian social activities and communal spaces. Author: Ema Pires (2020).

One of his hobbies is hunting wild boar in the vicinity of the village. The population of wild boars, and other animals, increased exponentially after the 2003 fires. This was due to public policies that funded the introduction of wild species in the burnt, derelict forests, with the aim of increasing the populations of animals. However, because of the lack of human populations and other predators that hunt wild boars, these have become majoritarian among other species and have been threatening plants, trees and other cultures. Sometimes, wild boars are viewed inside village at night-time. Zé Maria uses metal traps to catch them. Zé then kills them, using the same methods that in the past were used for killing pigs. After separating the parts of the wild boar, he usually shares a portion of the meat with the other residents. Before the pandemic, it was customary to have collective meals, in the square next to the village's community oven. Commensality was interrupted by Covid-19.

Auntie Rosa

Born 72 years ago in Lisga (a village 10 km away from Mó), Rosa migrated in her early childhood to Mó. There, she worked several years as a maid ("menina de servir em casa"), in the house of one of the well-off families of the village, and left that house to marry a local boy. They migrated to Lisbon, after getting married.

A mother of two children (who live in Lisbon with their families), she spends most of the year travelling between Mó and Morelena (Sintra, near Lisbon), where she is a permanent resident. While in Sintra, she is an active participant in the local church choir. Music is a central dimension of Rosa's life: she is also a frequent user of youtube (for music research) and also of social networks (Instagram and Whatsapp). In the current context of the pandemic, not having daily access to the internet is one of the things that she misses

the most. In Mó, she and her husband, both retired, own 3 houses in the village and have been caring for their properties and their lands. She is the landscape curator of olive trees and vegetable gardens. Besides watering her own plants, she also tends the non-permanent residents' trees. On a daily basis, besides doing regular agricultural and domestic work, she also cares for the invalid oldest lady of the village, who is her relative. Her main hobby is playing organ and singing. On Sunday afternoons, she does not work and, sometimes, organizes a singing session with other residents. Rosa and her husband are living in Mó since early march. They came before the pandemic started, to participate in the tree planting project or reforestation in the surrounding area of the village, a Public funded pilot action designed for the prevention of fires. This project has been given some public media coverage (cf. references) in regional and national broadcasting services. Due to Covid-19, the actions of this project programmed for spring 2020 have been suspended and will be postponed for future times.

Discussion

Portugal is a country of late industrialisation. The interior of Portugal, as is the example of the villages of the municipality of Proença-a-Nova, from where we speak, went through a depopulation process without ever having properly joined the urban-industrial model. In part because of the social achievements originated from the associative power of the trade unions and other associations connected to free or paid work, inland populations have lived and experienced a unique temporality. This temporality makes a link between rural life and the village with the "return" of migrants, such as Auntie Rosa or the Ribeiros and their siblings.



Image 2 /

Permanent Resident Zé Maria, while cleaning one of his vegetable gardens (*hortas*), located in the ascending pathway to the mountain of Barreira, Mó. Public rules and restrictions apply to the compulsory cleaning of the fields with the view to protect the village from fires. Author: Ema Pires (2020).



Image 3 /

Auntie Rosa's field, located in the mountain of Barreira, M^o. Because of the lack of water supply, Auntie Rosa uses plastic gallons to water the plants. Author: Ema Pires (2020).

In order to think of a “time of M6” as time of the rural interior of Portugal, and thinking of time in a way which does not directly reminds us of the interdependence of the concept of time with the concept of space, we will think of a time of memory rather than a time of place. It means reading the experience of quarantine and the contact with the place (the vegetable gardens, the forest, agricultural land, the village, the internet, collaboration, riverside, etc.) from the perspective of the narratives and the memory of the residents or former residents, in a “disorderly” reconstruction of the memory/memories lived (the narratives) in relation to the one we experienced in April / May 2020. This will be a kind of methodological resource to circumvent the concept of time as being “dependent” from the concept of space that we hope will yield fruitful results. Thus, the memory of M6 - or the memory of the village as a place which is experienced by way of sharing - is the antidote against its extinction, if we consider the “seventy-eight souls” who lived there in 1911 and the only three permanent residents in 2020.

The key author that we use here to think about the concepts of time and memory is the Argentinian Jorge Luis Borges (1985), for whom memory is the antidote against death. Thus, we highlight the temporal union of a set of shared and lived memories as an idealistic resource against death and, at the same time, as a resource or antidote that minimizes the interdependent relationship between time and space, like a concept from physics or even metaphysics. Another key author here is Norbert Elias (1989), who structures his thinking starting from the concept of time.

The time of the non-place?

There are a few dozen empty houses in M6, many derelict, others still functional, whose owners have not shown up in years. From the 78 “resident souls” who wandered here in 1911, it decreased to 3 residents in 2020. Obviously, the first simple and almost naive question we are asking is what happened during that time that caused such a steep decrease in the number of inhabitants? Why has the human population decreased so dramatically, whereas the wild boar population increased so much? The concept of “non-place”, a neologism created by the French anthropologist Marc Augé (1992), refers to a place of passage, the place of transition that does not build identity, as is the case of a road or an airport, where people coexist and even interact without building a narrative. As a path or crossing from one place to another, the streets, avenues, means of transport, etc., are “non-places” that always connect us between one place to another place. Places, on the other hand, are endowed with a narrative structure, history and identity. According to Augé (1992), the symbiosis between technology, space and society is quintessential in contemporary societies. Non-places are fluid spaces that allow and facilitate the circulation, communication and the consumption of ideas and things. This space of circulation and movement can not be considered a place because it has no meaning, they are places of connection only between one place and another place. The nostalgic narratives about a place make a place to be constructed as a “non-place”, since it tends to transform people into spectators - or at most into narrators - but not into actors. The frozen narratives of “a time” (past), in connection with “the time”, present, leave “the real” time of M6 vacant, and an absence of the subject’s action. With the disappearance of people and the easier access to new communication technologies, social relations are affected. The construction

of identity breaks with the dimension of the place, allowing the formation of communities separated by a large physical distance. This deeply changes the social relationships and alters the dimensions of the intersection of “different times”. In M^ó, there are currently different times of coexistence and social interaction between some residents who have never left the place, with others who have left and then returned, and others who have just arrived. The latter is the case of new residents who arrived from northern Europe and bought dwellings and who travel between different places (as well as “non-places”) and worlds.

The paradox of these new information technologies is evident, since social relationships are not deepened in many of these interactions. We remain on the surface (with shallow relationships), dominated by the technology, which makes authors like Umberto Eco (2015) say that:

“The social media have given legions of imbeciles the right to speak; they once only spoke in bars after a glass of wine, without harming the community. They were quickly silenced, but now they have the same right to speak as a Nobel Prize winner. It’s an invasion of imbeciles” (Eco, 2015).

Thus, the paradox is exactly this, where everyone has the right to speak, including the “imbeciles”. Living in M^ó has meant the construction of identities and social relationships that extrapolate the dimension of the place and the social relationships built solely through this route, replacing the concept of “non-place”. It has allowed for the development of effective connections/bonds, many of these built using new information technologies. As mentioned earlier, there are no mobile phone networks nor internet in M^ó. To have access to them, you

need to climb up to the top of the nearby mountain. This was the daily practice of several people during the Covid-19 pandemic lockdown (Pires, 2020).

In Brazil, the samba singer Ary Barroso has already sung that ‘the deep ranch is located well beyond the end of the world’ (“o rancho fundo fica bem prá lá do fim do mundo”) (Babo, 1955). In the same way, M^ó is also located in a remote and ultraperipheral territory, when described by a narrator who writes from a central place (Lisbon? Proença-a-Nova?). What is the point of living the time of M^ó? What time is that?

M^ó in-between the time of memory and time of experience.

M^ó is far from the central point of reference, which in this case is either Lisbon, Porto, or the coastline of Portugal, places where the time of experience is marked by the history of the development of capitalism. It is for that reason that they are defined as a reference point. Distance, more than being merely geographical (spatial), engenders the course of crystallized experience as places of urban life, services, restaurants, transport, and everything that marks capitalism, especially during its industrial phase.

Here where we are now, in the interior of Portugal, the mark is of a “distant time”, because memory, the guardian (reason) of time, brings us to the ancestors of this land, of more and more people spread down these mountain slopes. They “could not” leave this place before, and here they built the time of their experience, the experience of a “M^ó” slowly turning and crushing grains with the slow rhythm of the river - a natural watercourse that was still freely available, when the energetic source of the vibrant industrial capitalism was no longer steam and had already moved to oil. After a lot of

struggle, these people have left, and their crystallized experiences are now recognized as “a time that is gone”.

But what about now that the territory is re-inhabited by people who establish a different relationship with it, for whom is necessary to build other experiences? Looking at the experience and conscience of our grandparents, time gains the ancestral meaning of an enigma. However, looking at the daily experiences in the territory, a new flow of life opens up and, therefore, of a transformative power, in particular “in a time” when social isolation becomes an asset, or a value, for those who intend to privatize it.

(In)Conclusive Remarks

Time regulates life in society and, since the industrial revolution, time and space (timed work on the factory floor) are factors that intensify the capitalist system or the market society. For Norbert Elias (1989), time was the ability to synchronize and standardize, a social convention, a symbol that summarizes and standardizes social behavior. Our argument is that for Elias (1993: 31) “time is the cement that seals”.

Living in M^o for a period of time is an experience of “living outside of time for a while” because the pace of social relationships is different, even though the author thinks time is as a civilizing process. It implies considering that there is “a time”, the time of civilization that introjected its psychological repression, allowing the standardization of behaviors. It turns out that nature has exhaust valves and subterfuges, and the pace of social relationships has been dictated by needs linked to the new and unusual element of the pandemic.

If the calendar remains as a measure of time, or the measure of the succession of facts that are not repeated, our concern is: will the pandemic experience, which kept people in different isolations around the world, enter the genealogy of time? If the pandemic is the metrics, the diversity of isolation experiences will crystallize in a civilizing synthesis, which apparently is different from that radicalized by the industrial society, by the frenzy of urban centers and of the market society. We introject the time of this experience outside of time, automatically seeking to relate and standardize it, but surely (perhaps without even realizing it) that time breaks free (and escape us).

Building upon Tim Ingold (1993), in this short chapter we have assumed that “the temporality of the landscape may be understood by way of a ‘dwelling perspective’” (Ingold, 1993: 152). In M^o, during lockdown and up until the present, residents Z^e Maria and Auntie Rosa are a portrait of Ingold’s “premise of people’s active, perceptual engagement in the world” (1993: 152).

Post-scriptum:

At the time of writing the final revised version of the current chapter, from 25 to 28th July 2020, the landscape of M^o has been again under the risk of destruction due to a major fire in the region. To dwell, has meant, during this days, actively engaging with other people (in cooperation for fire prevention), filling water deposits with as much water as possible, cleaning the houses from the burning ashes that fell from the sky, and waiting, at the top of the mountain, for the fire to go away. Time has apparently been suspended again, but this time, Covid-19 was temporarily forgotten as a danger, in the face of this bigger danger.

References

- Augé, Marc (1992), *Não lugares: introdução a uma antropologia da modernidade*, Lisboa, Bertand.
- Babo, Lamartine (1955 [1931]), “No Rancho Fundo”, [Recorded by Ary Barroso] *Encontro com Ary*, Rio de Janeiro, Copacabana.
- Borges, Jorge Luís (1985), *Cinco Visões Pessoais*, Brasília, UNB.
- Catharino, Manuel Alves, Pe. (2006 [1933]), *Monografia do concelho de Proença-a-Nova, Proença-a-Nova, Câmara Municipal*.
- Diário Digital Castelo Branco (2020), “Proença-a-Nova: Plantação de árvores em Mó afirmam processo de reconversão de áreas florestais em agrícolas”, in *Diário Digital Castelo Branco* (09/03/2020), consulted 15/03/2020, in <https://www.diariodigitalcastelobranco.pt/noticia/52506/proenca-a-nova-plantacao-deve-arvores-em-mo-afirmam-processo-de-reconversao-de-areas-florestais-em-agricolas>.
- Eco, Umberto (2015, June 11th), “Redes Sociais deram voz a legião de imbecis”, in *UOL notícias* (11/06/2015), consulted 01/03/2020 in <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2015/06/11/redes-sociais-deram-voz-a-legiao-de-imbecis-diz-umberto-eco.jhtm>
- Elias, Norbert (1989), *Sobre el tiempo*, México, Fondo de Cultura Económica.
- Elias, Norbert (1993), *O processo civilizador - formação do estado e civilização*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- Fabian, Johannes (1983), *Time and the Other; How Anthropology makes its Object*, New York, Columbia University Press.
- Foucault, Michel (2005), “Espaços outros”, *Revista de Comunicação e Linguagens*, nº 34/35, pp. 243-252.
- Harvey, David (1996), *Justice, Nature and the Geography of Difference*, London, Wiley-Blackwell.
- Hertzfeld, Michael (1997), “The Taming of Revolution: Intense Paradoxes of the Self”, in Reed-Danahay, Deborah (ed.), *Auto/ethnography: Rewriting the self and the social*, Oxford, Berg, pp. 169-194.
- Ingold, Tim (2005), “Epilogue: Towards a Politics of Dwelling”, *Conservation and Society*, vol. 3, pp. 501-508.

- Ingold, Tim (1995), “Work, Time and Industry”, *Time & Society*, 4, pp. 5–28.
- Ingold, Tim (1993), “The temporality of the landscape”, *World Archaeology*, vol. 25, pp. 152-174.
- Motzafi-Haller, Pnina (1997), “Writing Birthright: On Native Anthropologists and the Politics of Representation”, in Reed-Danahay, Deborah (ed.), *Auto/ethnography: Rewriting the self and the social*, Oxford, Berg, pp. 195-222.
- O’Neill, Brian (1984), *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras. Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*, Lisboa, Dom Quixote.
- Pires, Ema, and Campos, Ricardo (2019), “Mó: por uma (micro) política pública de paisagem?”, in *Jornal Público* (06/05/2019), consulted 07/05/2019, in <https://www.publico.pt/2019/05/06/sociedade/opiniaom/mo-micropolitica-publica-paisagem-1871422>
- Pires, Ema (2020, April 29th), “Um lugar na floresta (I)”, in *Confinaria – Etnografias em Tempos de Pandemia*, published 19/04/2020, in <https://confinaria.hypotheses.org/840>
- Sassen, Saskia (2001), *The global city: New York, London, Tokyo*, New Jersey, Princeton University Press.
- Vilhena, Maria da Assunção (1995), *Gentes da Beira Baixa. Aspectos Etnográficos do Concelho de Proença-a-Nova*, Lisboa, Colibri.
- Radio Condestável (2020), “Proença-a-Nova – Aldeia da Mó continua processo de reconversão de áreas florestais, Cernache do Bonjardim – Sertã”, in *Radio Condestável*, consulted 07/05/2020, in <https://www.radiocondestavel.pt/radio/index.php/noticias/32015-proenca-a-nova-aldeia-da-mo-continua-processo-de-reconversao-de-areas-florestais>
- Reed-Danahay, Deborah (1997), *Auto/ethnography: Rewriting the self and the social*, Oxford, Berg.
- RTP 1 Notícias (2019), Aug. 29th, “Aldeia de Proença-a-Nova reconverte áreas florestais em agrícolas”, in *RTP1 Notícias* (29/08/2019), consulted 30/08/2019, in https://www.rtp.pt/noticias/economia/aldeia-de-proenca-a-nova-reconverte-areas-florestais-em-agricolas_n1169378
- Lagares do Concelho de Proença-a-Nova (1982), *Proença-a-Nova*, Câmara Municipal de Proença-a-Nova.

3

Abstract

The continuing inflection within contemporary automobilities scholarship of early Marxian automobilities scholarship renders cars as a technology which produces a human subject concerned with efficiency and futurity. This autoethnographic study of urban driving and crashing during COVID-19 lockdown, and part contemporary and historical reflection on pandemic events illuminates alternative temporal experiences of automobility: in particular senses of driving into the past, and of the fear-inducing inability to retroactively rationalise danger.

Keywords

Automobility; cars; COVID-19; driving; pandemic; time.

Author/Autor

Andrew Dawson

University of Melbourne
Australia

Introduction

With expenditure on cars and their fuelling and maintenance constituting the second most significant item of household expenditure (Mattioli, and others, 2018), it is hardly surprising that driving has come to be treated in the social sciences as significant within the making of human subjects. That treatment has considered a number of driving's affective impacts, including how we conceptualise time.

While this focus on driving and time has occupied scholars from multiple theoretical backgrounds, in this chapter I argue that the study of contemporary automobilities and time is inflected disproportionately by early Marxian automobilities scholarship. This

gives on to, I argue, a predominant approach in which cars tend to be conceptualised as a technology that produces a human subject concerned with efficiency and futurity.

Studies have critiqued this perspective as being fundamentally ethnocentric and technologically determinist. In essence, the great majority of contemporary automobilities research draws on empirical data from North America and Northern Europe. However, in other contexts that lack, especially the kinds of advanced automobile infrastructures that enable efficient driving, driving itself produces very different kinds of temporal outlook (see, for example, Klæger, 2012).

¹ As always, I would like to acknowledge and thank my friends and collaborators Simone Dennis and Nigel J. Rapport for their insightful observations and comments.

In the chapter I go on to develop this critique, albeit in a new register. Instead of focussing on the specificities of place, I focus on the specificities of event. In particular, through an auto-ethnographic case study of driving (and crashing) in the Australian city of Melbourne I consider the relationships between driving and temporality within the socially transformative moment of the COVID-19 pandemic.

Capitalism, cars and time

Recent social scientific interest in automobilities stems, largely from what has been labelled the New Mobilities Paradigm (Sheller & Urry, 1989; Dawson, 2015). However, in fact that interest has a longer pedigree, especially within post-World War II Marxian scholarship. Central amongst its concerns were fears of the post-war Americanisation of Europe, which the motorcar was regarded as being a potent symbol of (Bosquet, 1977).

These fears took several forms. They included concerns about the acceleration in Europe of American capitalisms' quintessential productive form, Fordism. And, they included concerns about the rise of America's quintessential and, some would say most 'alienated' form of residential development, suburbanization, which was facilitated by the rise of mass private car ownership (Lefebvre, 1971).

Each of these peripheral concerns was connected, however by a master concern, with capitalism and the control of the human subject, that automobility was seen to facilitate (Dawson, 2017a). The *auto* in automobility has different meanings – from the capacity for independent mobility (as in automaton) through to reflexive selfhood (as in autobiographical) (Urry, 2006: 18). However, it was 'auto' in the sense of the autonomy of human subjects, and the capacity of capitalism and

the car to take it away, that concerned the Marxists most.

Typically, of course, the concept of ideology was deployed in this respect. Automobility was a symbol of freedom, a phenomenon celebrated most potently in the American traditions of the road novel (à la Kerouac (2018 [1957])), the road movie (à la Ridley Scott's 'Thelma and Louise' (1991)) and the road song (à la Bruce Springsteen's 'Born to Run') for example. However, for the Marxists, the freedom afforded by the car that these popular cultural forms celebrated was conceptualised as functional for the interests of capital. For example, the freedom to escape that the car was presented as affording also enabled people to drive to new out-of-town shopping complexes, where they were interpellated as privatised consumers (Gilroy, 2001). In short, automobility's promise of freedom was always, in the manner of ideology, illusory (Gorz, 1973).

Despite many years passing since Marxian theory's receding from orthodoxy, its concerns still exert a framing influence upon the contemporary study of automobilities (Dawson, 2017a). Nowadays, that is constituted principally by automobility studies' three main theoretical traditions: Foucaultianism, Latourianism and, albeit to a lesser extent Merleau-Pontyian Phenomenology (see, for example, Featherstone, 2004). Nonetheless, one does not have to dig deep to see the afterlives of Marxian theory within each. Take, for example, the work of Latourian scholar Jörg Beckmann (2004). Speaking of Intelligent Transport Systems (ITS) Beckmann (2004) states, "every new implant seems to dislocate the driver from the problematic 'traffic community' and enhance *autonomy*...however, this autonomy and independence is *fictitious*. The more human and non-human agents enter the roads, the *tighter the actor-network is woven*" (2004:

89). In short, for fictitious read illusory and ideological, and for tight actor-networks read control of the human subject.

Furthermore, Marxian theory's continuing influence echoes through contemporary automobilities studies in all manner of secondary factors concerned with conceptualisation of the making of the human subject. For example, albeit in a different theoretical register, the way in which John Urry's (2004) hugely influential concept of 'The System of Automobility' represents disengagement between the driver and the environment through which s/he passes is really little more than a re-iteration of the Marxian concern with alienation, in which man (sic) is separated from his species being (Dawson, 2017b).

In addition to the above, one relatively underexplored, but very important matter in this regard is modern automobility studies' concern with temporality. Contemporary automobilities studies, especially those which acknowledge the New Mobilities Paradigm, are always careful to distance themselves from how driving is conceptualised often in Transport Studies. Above all, they distance themselves from conceptualisation of the drive consisting of little more than an efficient movement from points A to B in which time spent in the journey is 'dead time' (Dawson, 2020a).

In contrast, the journey is conceptualised in contemporary automobilities studies as intrinsically meaningful and worthy of investigation in and of itself (Dawson, 2020a). And, as part of this, some studies have usefully disrupted the conceptualisation of driving always entailing senses of a universal chronological time, and efficient orientation towards futurity, i.e. driving in order to accomplish future goals. For example, Lynne Pearce (2000) describes long distance dri-

ving entailing, "an emotional palimpsest of past and future, in which events and feelings are recovered and, most importantly, re-scripted from the present moment in time" (2000: 163). In short, driving enables the compression of time. Similarly, a range of scholars have, through explorations of driving on the remnant roads of disappeared former states (Dawson, 2017b) and through the heritage drives that tourists undertake (Edensor, 2008) understood driving as a means of re-experiencing the past.

The above notwithstanding, all too frequently in contemporary automobilities studies senses in which driving entails efficient orientation towards futurity regularly creeps back in, and that is barely surprising given their Marxian roots. The seminal Humanist Marxian scholarship of Antonio Gramsci is particularly important in this regard. To explain:

Speaking principally about production in capitalism Gramsci (1997) remarked that industry can be described as "a specific mode of living and of thinking and feeling life" (1997: 302). Interestingly, it should be pointed out that the captains of capitalist industry themselves were well aware of this too. As the Reverend Samuel Marquis, head of employer relations at Ford no less remarked, "the impression has somehow got around that Henry Ford is in the automobile business". However, cars are, he went on, a mere, "by-product of his real business, which is the making of men" (as cited in Grandin, 2009: 34), i.e. the human subject.

And, of course, the re-figuring of the temporal universe was critical within this process of making men. Famously, for example Gramscian historian E. P. Thompson (1967) demonstrated how the Modernist clock of the factory was a key instrument marking a shift in daily life from the rhythms of seasonal

agriculture to the measured time discipline of industry.

What is important to note for the purposes of this chapter however is that contemporary automobilities scholars have, albeit less through a focus on the making of cars and more through a focus on driving them, echoed this originally Marxian concern with capitalism and time. Here are just two of many examples. In the phenomenological tradition Joanna Latimer and Rolland Munro (2006) observe that automobility engenders a kind of ‘being-in-the-world’ where opting to pursue lifestyles that are static or, at least, relatively slow are rendered illegitimate (2006: 49). And, in what amounts to a Foucaultian analysis, Urry (2006) observes that automobility, “coerces people (and their bodies) into an intense flexibility”. Driving, as Urry would have it, attunes people, through its instatiation of chronological time, flexibility and efficient orientation towards future goals, to the demands of modern capitalism generally (2006: 19).

In what follows I seek to question this and point to some of driving’s other temporal possibilities.

Method, context, representativeness and analysis

What can an ethnographer do empirically in times of lockdown² when s/he is deprived of face-to-face contact with research informants, except for reflexive research? The

perils of reflexivity in anthropology were a focus of postmodern scholarship a long time ago (see, for example, Clifford & Marcus, 1986). At one extreme, they alluded, reflexivity could produce the worst form of bogusly authoritative scholarship in which personal reflection is presented as saying, ‘now I have told you about me and my particular social positioning – as a (wo)man of age, class, ethnicity and race - you can read the remainder of what I write as objective fact’. And, at the other extreme, it may constitute an extreme form of intellectual narcissism. I was reminded, uncomfortably of this in editing recently a special issue of a journal on ‘COVID-19 and the transformation of intimacy’ (Dawson & Dennis, 2020). A few too many of the, now rejected manuscripts articulated for the reader personal cogitations experienced in lockdown, but with little or no regard for their relationship to the world beyond them. That may be OK for Descartes (1998 [1637]), but surely it is not for social scientists whose primary focus is, of course, the ‘social’.

Aware of the (solipcistic) risks of reflexive ethnography Deborah Reed-Danahay (1997) drew a distinction between reflexivity and what she describes as ‘auto-ethnography’. In the latter reflexivity is helpfully, i.e. not narcissistically, put to use, usually alongside secondary empirical data, in the production of knowledge about the social. The technique has been honed in methodological texts (see, for example, Okely & Callaway, 1992). And, in fact, it has a pedigree that dates

² On 16 March 2020, the Victorian state government imposed a State of Emergency in order to combat the spread of COVID-19. Then, as the diagnosed cases escalated on 30 March the state moved to ‘Stage 3’ coronavirus restrictions. At its heart was lockdown. Co-habitants excepted, domestic gatherings of more than two people were prohibited, and people were permitted to leave their homes solely for the purposes of obtaining food and supplies, to seek medical care, for exercise or to attend work and education. However, in practice, with the exception a limited education service for the children of essential workers and places of essential work, most educational and workplace settings closed down and most people stayed at home.

back to the very foundations of anthropology, albeit where reflection is bracketed off from the so-called objective knowledge of the discipline that appeared in the research monograph and put into the forms of diaries (Malinowski, 1989 [1967]) or novels, sometimes even written pseudonymously so as to conceal the apparently 'tainting' effects of personal experience on objective social knowledge (Smith-Bowen, 1954 [1964]). Furthermore, there are many fine contemporary examples of auto-ethnography, and perhaps none more outstanding than Judith Okely's (1986) *Simone de Beauvoir*. The hallmark of that book is how reflection on deeply personal experience (in this case of an English student in France) is utilised to give depth to understanding of broad-scale social processes (in this case the effects of ideological change from Marxist-Feminism to Radical Feminism on both Okely (1986) herself and society in general). In short, the personal is rendered a particularly rich, in the sense that it is deeply personal, cipher for the social. It is this form of auto-ethnography that, albeit modestly, I seek to develop here.

So, in what follows I present two short auto-ethnographies of driving through the city of Melbourne, Australia in the time of the COVID-19 pandemic. Though two ethnographies, they concern, in fact one drive. It was the first time since its inception that I had emerged from my home after ten days of 'lockdown'. I needed to visit the pharmacist for essential medicines, and the supermarket to stock-up on essential supplies. I also arranged a clandestine meeting with a 'passing' jogger colleague, to collect the copy of *Discipline and Punish* (Foucault, 1995 [1975]) which I needed to bone-up on before

giving a now on-line undergraduate lecture on Foucault³. The first ethnography concerns moving through the city, and the second concerns stopping, in this case because of an unfortunate, but minor road accident. Each is used to reflect on the relationships between, driving, COVID-19 and questions of temporality. However, before proceeding, I ought to reflect briefly on matters of representativeness and analysis.

In the manner of the auto-ethnography, the focus of this little study is on one informant only – me. However, the approach I adopt is consistent with other anthropological accounts that explore wide-scale social transformations as they are manifested intimately within one or several lives (see, for example, Shostak, 1981). Furthermore, my approach takes its lead from George Devereux's (1978) psychoanalytic anthropology. Devereux (1978) argues that to generalise by averaging large numbers of individuals' traits, or seeking common denominators or representativeness, is a corruption of identity. Instead he recommends the anthropological endeavour should consist of appreciating how in the one human being is to be found humanity (Rapport, 2007). Within my own reflections on driving I see a distillation of several of the meanings that driving and its peculiar temporalities hold for many others who I know.

My auto-ethnographies are, in the usual manner, presented in the 'ethnographic present' (Fabian, 1984). The second, on 'crashing' is a straightforward vignette. The first, on 'driving' intersperses segments of a vignette alongside segments of Foucault's famous account of an epidemic in medieval

3 In feverish moments in the weeks that followed I came to fixate on this moment as 'the' one where I became infected, as though punishment for my rule infraction of the kind that Foucault describes in his book.

France, and the role that played in instantiating processes of state control. Within his text Foucault deploys the trope of an, albeit unidentifiable seeing eye that witnesses events through wandering. The approach resonates with the flâneurism described by Walter Benjamin (2006), in which the Parisian dandy of the nineteenth century wandered to witness transition to modernity. Others have deployed the same approach, observing driving as a technique of wandering to witness societal transitions such as that to post-socialism (Dalakoglou, 2012; Dawson, 2015). In this case what is witnessed through driving is the transitions wrought by pandemic.

Driving Event

“On the appointed day, everyone is ordered to stay indoors: it is forbidden to leave on pain of death. The syndic himself comes to lock the door of each house from the outside; he takes the key with him and hands it over to the intendant of the quarter; the intendant keeps it until the end of the quarantine.” (Foucault, 1995 [1975]: 195)

I am held-up twice before the drive even really begins. Nosy as ever I watch on as my neighbour Travis is embroiled in a socially distanced dispute (they shouted from behind one another’s windows) with neighbours who have accused him of not properly self-isolating on his return from a business trip to the US. Police are in attendance to mediate. So they can check the veracity or otherwise of the complaint, they demand to see footage of Travis’ home surveillance cameras, and the data from the trip-recorder that comes as standard in his 2019 model BMW. Under the new emergency powers such things can be demanded.

“First, a strict spatial partitioning: the closing of the town and its outlying districts, a prohibition to leave the town on pain of death, the killing of all stray animals; the division of the town into distinct quarters, each governed by an intendant. Each street is placed under the authority of a syndic, who keeps it under surveillance; if he leaves the street, he will be condemned to death.” (Foucault, 1995 [1975]: 198)

In Melbourne police are empowered to impose on-the-spot fines of \$1600 for infraction of the lockdown restrictions. So, my heart is in my mouth when I am stopped by police before I even reach the end of my street. Fortunately, I’ve got my story in order. As permitted by the rules, I am travelling to collect medicines and to shop for essential household items. They allow me to proceed. In time, restrictions on mobility would intensify, with closure of national and state borders, sporadic cordoning of infection ‘hot-spots’ and acts of vigilantism as locals in some rural areas prevented outsiders entering to seek refuge from hot-spots and to search for goods that were in short supply (Dawson & Dennis, 2020).

“If it is absolutely necessary to leave the house, it will be done in turn, avoiding any meeting.” (Foucault, 1995 [1975]: 200)

The streets are near empty of vehicles, and the little public transport that remains is empty. However, there are lots of people out and about. Almost always alone or in family

groups, almost always on the move, not loitering, and assiduous in avoiding any kind of contact, most are there for the purpose of exercise – cycling, jogging, fast walking or, in the case of many people who clearly haven't exercised in years but see that as a prerequisite for survival, crawling. In contrast, nobody is shopping. With the exception of the large supermarkets almost all the shops are closed, and many are boarded up.

“Five or six days after the beginning of the quarantine, the process of purifying the houses one by one is begun. All the inhabitants are made to leave; in each room “the furniture and goods” are raised from the ground or suspended from the air; perfume is poured around the room; after carefully sealing the windows, doors and even the keyholes with wax, the perfume is set alight.” (Foucault, 1995 [1975]: 227).

“Only the intendants, syndics and guards will move about the streets and also, between the infected houses, from one corpse to another, the “crows”, who can be left to die: these are “people of little substance who carry the sick, bury the dead, clean and do many vile and abject offices.” (Foucault, 1995 [1975]: 227)

It's a particularly lovely day in Melbourne. Some people are out and about in their front yards, engaging in something I have never seen before, wiping down letters from the mail box and paying particular attention to cleansing the liminal areas and things (Douglas, 1966) that mark the meeting of domestic and public spaces – door knobs,

entry bells and buttons, lintels and the like. And, as I drive on from the suburbs to the commercial-zones I notice a new form of labour: young men and women in masks and protective clothing spraying and wiping the handrails and splashbacks at tram-stops, and the press-buttons at pedestrian crossings. They all appear to be South Asian. Melbourne is a popular educational destination for students from Bangladesh, India and Pakistan, and many of them live from casual work, especially in retail. However, because of the lockdown most of them have lost their jobs. The Federal government has offered little to no assistance, advising them instead to return home on far too costly repatriation flights. In response, the more socialist State government has offered them the kind low-paid jobs that many Australians will not do, dealing directly with the contagion.

“Each family will have made its own provisions; but, for bread and wine, small wooden canals are set up between the street and the interior of the houses, thus allowing each person to receive his ration without communicating with the suppliers and other residents; meat, fish and herbs will be hoisted up into the houses with pulleys and baskets.” (Foucault, 1995 [1975]: 199)

Unfortunately, home delivery services in Melbourne are not quite as good as in medieval France. On-line grocery shopping has collapsed under the weight of demand. So, after picking my book up I am compelled to visit the local supermarket. The queues are much longer than usual, as attendants enforce social distancing and hygiene measures, instructing shoppers to wait on the red crosses

1.5 metres apart, restricting their numbers entering the supermarket and dispensing hand sanitizer. There are some minor scuffles as some shoppers attempt to horde the dwindling stocks of toilet roll. However, this compares favourably to the chaos at the drive-thru 'bottle shop', where angry shoppers shout at attendants for allowing panic-buying of wine, beer and spirits to go unfettered, so that their affordable varieties have almost run out. The attendant tells me by intercom that the police have been called on several occasions to restore order and, in one or two cases, make arrests.

A brief analysis

It is a cliché and truism to say that the course of pandemics and the methods of their control were much the same in the distant past as they are today – involving, quarantine and the imposition of 'states of exception' (Agamben, 2020). Thus, noticing the similarities between what the chroniclers of a medieval pandemic that Foucault relied upon and what I witnessed is hardly exceptional. What is remarkable, however is the particular perspective afforded by the drive.

In lockdown two domains only are presented as absolutely safe, the home and the car, the latter because of its almost uniquely 'cocooning' property amongst objects that move (Bull, 2004). However, because of their respective immobility and mobility each afford very different forms of bearing witness to pandemic and, especially to matters of temporality in pandemic.

The house in lockdown would appear to turn David Harvey's (1989) celebrated thesis on its head. For me at least, save for occasional transnational Zoom calls to family and friends back in my native UK (Dawson, 2020b), the home became a context of extreme spatial decompression, with domestic intimates only. Likewise, with TV's and radios

switched off to avoid the unrelenting supply of bad news it became a context of extreme temporal decompression too, where changes in the outside world disappeared from consciousness and all that mattered were today's domestic chores and pastimes. (Now, for the very first time in my life, I have a garden where vegetables rather than weeds grow.) In contrast, in the cocoon of the car we are afforded a glimpse of a world that appears quasi-medieval.

Crashing

Event

Relieved after completing my chores I take a slow and meandering drive home. Fascinated by the ways in which the urban landscape has been transformed by the lockdown and pandemic, I am distracted. At one point my eye is caught by a hilarious notice on the shopwindow of a closed down bookstore. Referring to the pandemic, it reads, "Notice to customers - our 'Apocalypse and Disaster Fiction' section has now been moved to 'Current Affairs'". Guffawing, I veer into a deep culvert at the side of the road. The car comes to a crunching halt, and my head knocks against the wheel. Fortunately, it's clear that no harm was done. However, rather than composing myself, as I would normally in such situations, I fall into a terrible panic. I am gripped by two mental images.

The first image involves me having to go to the Accident and Emergency ward for treatment to a whiplash injury. That strikes fear in me. I imagine sharing the breath of the COVID-19 patients who will be there. It is, however, entirely irrational, and not simply because I was not hurt in the minor car accident. Such had been Australia's success in 'flattening the curves' that, as was widely known, there weren't any actual patients in the COVID-19 ward in my local hospital, just lots of underemployed nurses idling

time while waiting for the onslaught that didn't come until much later⁴.

The second image was of a car accident in Bulgaria that I had been in some years before. Travelling at excessive speed, the taxi driver had spun the car out of control. In an instant it crossed lanes and, after fortuitously avoiding the oncoming traffic by a very wide margin, was brought to a gentle halt by a cushioned barrier. Both the driver and I stepped out of the car unharmed.

Frankly, at that time in my life I had experienced more fearsome situations than this. During the AIDS epidemic I was confronted in a Barcelona backstreet by a junkie who demanded money, wielding a syringe full of his own blood. I was in a building as it was blown-up during Belfast's 'Troubles'. I was stopped and questioned by Republican paramilitaries while driving at night in a remote corner of Northern Ireland. In 1998 I was caught in the middle of NATO's bombing of Beograd. And, my wife once nearly left me. My reaction to such moments was a fatalistic 'que sera, sera'. Indeed, in Beograd I relaxed and drank cocktails and partied on the balcony of an apartment while the missiles destroyed nearby factories and military installations. I rationalised the scene as being much like a big firework display.

However, on the occasion of the Bulgarian car accident I did something I had never done before, nor since. I punched the taxi driver square in the jaw, and then burst into tears. A kindly policeman who had arrived at the scene, comforted me, and gently led

me to his car. At a speed of about 15 kph he drove me all the way to a hospital, whereupon I was sedated in order to calm my near uncontrollable sweating and shaking, the same kind of sweating and shaking I have only experienced one since – after my little corona-time car crash in Melbourne.

A brief analysis

In a largely unheralded, but brilliant article entitled, 'The peculiar temporality of violence' Robert Thornton (1995) observes both the unique temporal qualities of violence and their effects. Unlike other planned and emotionally charged occasions such as eating a meal together, violence has a chaotic quality, interrupting and obtruding into the midst of the normal. Besides injury, this is its basis as a source of fear. Furthermore, Thornton (1995) goes on, it is only usually after the fact that violence is represented, erroneously, as having always been probable, predictable and in many cases necessary. At this point the fear is dissipated.

But what, I wonder, makes the fear from some violent acts subside more quickly than others? Why, for example, could the initial fear from being held up with a syringe full of blood give way to fatalistic acceptance, while the fear from crashing or being admitted to hospital at the time of the COVID-19 pandemic persist as shock after the event, even after retroactively rationalising that neither represent personal risks?

Different kinds of violent acts lend themselves, even in the moment of their happening, to being more rapidly retroactively

⁴ Within a population of approximately 26 million (Australian Bureau of Statistics, 2020), at the time of writing on 21.06.2020 Australia had recorded only 6,996 cases COVID-19 infection, resulting in 102 deaths (Guardian Datablog 2020). Unfortunately, the 'Second Wave' did eventually come, especially in the state of Victoria. At the time of addressing reviewers' comments the city of Melbourne is experiencing in excess of 500 new infections per day.

rationalised than others. And some may never lend themselves to ever being retroactively rationalised at all. Crashing and COVID-19 fall, I would argue, into the latter category. Muggings slot easily within a narrative of poverty, as do Belfast bombings, paramilitary hold-ups and NATO military interventions fall easily and quickly into narratives of, respectively sectarian, nationalist and geopolitical histories.

In contrast, even as the World Health Council warned that coronavirus was a pandemic and, thus on our doorstep and even in parts of our local communities, there were widespread senses that it could not happen to 'us' in the 'West', and on relatively isolated islands like Australia and the UK, especially when political leaders encouraged that perception (Henley, 2020). And, so too the car accident. No matter how conscious we may be of accident statistics, in the comfortable and familiar 'homes-from-homes' that cars can be crashes are, to use Thornton's words, experienced often as peculiarly chaotic, interrupting and obtruding forms of violence, and are all the more fearful for that (see also, Árnason & others, 2007; Virilio, 1977).

Conclusion

In this chapter I have described two contrasting temporal experiences while driving (and crashing) – senses of driving into the past, and of the fear-inducing inability to retroactively rationalise danger. My aim has been to highlight how, if we attend carefully to the specific events within which driving is undertaken – in this illustrative case driving in the context of the COVID-19 pandemic – we arrive at a more nuanced and multifarious appreciation of temporalities in driving than that of the chronological and future-orientated conceptualisation of driving articulated in much conventional contemporary automobilities scholarship.

References

- Agamben, Giorgio (2020), "The invention of an epidemic", in *Quodlibet*, consulted 06/04/2020, in <https://www.quodlibet.it/giorgio-agamben-l-invenzione-di-un-epidemia>.
- Árnason, Arnar, and others (2007), "Acceleration nation: An investigation into the violence of speed and the uses of accidents in Iceland", *Culture, Theory and Critique*, vol. 48, n° 2, pp. 199-217.
- Australian Bureau of Statistics (ABS) (2020), *Census*, Canberra, ABS, consulted in <https://www.abs.gov.au/population>.
- Beckmann, Jörg (2004), "Mobility and Safety", *Theory, Culture and Society*, vol. 4/5, n° 21, pp. 81-100.
- Benjamin, Walter (2006), *The Writer of Modern Life: Essays on Charles Baudelaire*, Cambridge, Harvard University Press.
- Bosquet, Michel (1977), *Capitalism in Crisis and Everyday Life*, Hassocks, The Harvester Press.
- Bull, Michael (2004), "Automobility and the power of sound", *Theory, Culture and Society*, vol. 21, n° 4/5, pp. 243-59.
- Clifford, James, and Marcus, George (Eds.) (1986), *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography*, Berkeley, University of California Press.
- Dalakoglou, Dimitris (2012), "The road from capitalism to capitalism: Infrastructures of (post) socialism in Albania", *Mobilities*, vol. 7, n°4, pp. 571-86.
- Dawson, Andrew (2015), "Mobility's turns", *Social Anthropology*, vol. 23, no. 3, pp. 352-354.
- Dawson, Andrew (2015), "The road to Srebrenica: Automobility and belonging in a post-socialist/war milieu", *Anthropological Notebooks*, vol. 21, n° 2, pp. 5-25.
- Dawson, Andrew (2017a), "Why Marx was a bad driver: Alienation to sensuality in the anthropology of automobility", *Advances in Anthropology*, vol. 7, n° 1, pp. 1-16.
- Dawson, Andrew (2017b), "Driven to sanity: An ethnographic critique of the senses in automobilities", *The Australian Journal of Anthropology*, vol. 28, n°1, pp. 3-20.

- Dawson, Andrew (2020a), "Social transportation", in George Ritzer, and Chris Rojek (Eds.), *Blackwell Encyclopedia of Sociology*, New York, Blackwell, pp. 1-2.
- Dawson, Andrew (2020b), "COVID-19 and the transformation of intimate intra-and inter-national relations", *Anthropology in Action: Journal for Applied Anthropology in Policy and Practice*, vol. 27, no. 3, pp. 61-66.
- Dawson, Andrew, and Dennis, Simone (2020), "Microbial intimacy", *Anthropology in Action: Journal for Applied Anthropology in Policy and Practice*, vol. 27, no. 2, pp. 1-8.
- Descartes, René (1998 [1637]), *Discourse on Method*, London, Hackett Classics.
- Devereux, George (1978), *Ethnopschoanalysis: Psychoanalysis and Anthropology as Contemporary Frames of Reference*, Berkeley, University of California Press.
- Douglas, Mary (1966), *Purity and Danger: An Analysis of the Concepts of Pollution and Taboo*, London, Routledge and Kegan Paul.
- Edensor, Tim (2008), "Rythmanalysing the coach tour: The Ring of Kerry, Ireland", *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 33, n°4, pp. 483-501.
- Fabian, Johannes (1984), *Time and the Other: How Anthropology Makes its Object*, New York, Colombia University Press.
- Featherstone, Mike (2004), "Automobilities", *Theory, Culture and Society*, vol. 21, n° 4/5, pp. 1-24.
- Foucault, Michel (1995 [1975]), *Discipline and Punish. The Birth of the Prison*, London, Vintage Books.
- Gilroy, Paul (2001), "Driving while black", in Daniel Miller (ed.), *Car Cultures*, Oxford, Berg, pp. 133-152.
- Gorz, André (1973), "The Social Ideology of the Motorcar", *Le Sauvage*, in https://chisineu.files.wordpress.com/2012/11/biblioteca_motorcar_gorz.pdf
- Gramsci, Antonio (1997), *Selections from the Prison Notebooks*, New York, International Publishers.

- Grandin, Greg (2009), *Fordlandia: The Rise and Fall of Henry Ford's Forgotten Jungle City*, New York, Metropolitan Books.
- Guardian Datablog (2020), "Australia COVID-19 cases: coronavirus stats, numbers, map and state by state data update", in *The Guardian* (25/09/2020), consulted 19/06/2020, in <https://www.theguardian.com/australia-news/datablog/ng-interactive/2020/jun/19/australia-covid-19-cases-coronavirus-stats-numbers-map-and-state-by-state-data-update>.
- Harvey, David (1989), *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*, Cambridge, Blackwell.
- Henley, Jon (2020), "Complacent UK draws global criticism for COVID-19 response", in *The Guardian* (06/05/2020), consulted 07/05/2020, in <https://www.theguardian.com/world/2020/may/06/complacent-uk-draws-global-criticism-for-covid-19-response-boris-johnson>.
- Kerouac, Jack (2018 [1957]), *On the Road*, London, Penguin.
- Klaeger, Gabriel (2012), "Rush and relax: The rhythms and speeds of touting perishable products on a Ghanaian roadside", *Mobilities*, vol. 7, n° 4, pp. 537-54.
- Latimer, Joanna, and Munro, Rolland (2006), "Driving the Social", *Sociological Review*, vol. 54, n°1, pp. 32-53.
- Lefebvre, Henri (1971), *Everyday Life in the Modern World*, London, Allen Lane.
- Malinowski, Bronisław (1989[1967]), *A Diary in the Strict Sense of the Term*, Stanford, Stanford University Press.
- Mattioli, Giulio, and others (2018), "Household transport costs, economic stress and energy vulnerability", *Transport Policy*, vol. 65, pp. 1-150.
- Okely, Judith (1986), *Simone de Beauvoir*, New York, Virago Pantheon.
- Okely, Judith, and Callaway, Helen (1992), *Anthropology and Autobiography*, London and New York, Routledge.

- Pearce, Lynne (2000), "Driving north/driving south: Reflections upon the spatial/temporal co-ordinates of "home.", in Pearce Lynne (Ed.), *Devolving Identities: Feminist Readings in Home and Belonging*, Aldershot, Ashgate, pp.162-78.
- Rapport, Nigel (2007), "An outline for cosmopolitan study: Reclaiming the human through introspection", *Current Anthropology*, vol. 48, n° 2, pp. 257-283.
- Reed-Danahay, Deborah (1997), *Auto/Ethnography: Rewriting the Self and the Social*, New York, Berg.
- Scott, Ridley (1991), *Thelma and Louise*, movie, Metro Goldwyn Mayer.
- Sheller, Mimi, and Urry, John (1989), "The New Mobilities Paradigm", *Environment and Planning*, vol. 38, n° 2, pp. 207-226.
- Shostak, Marjorie (1981), *Nisa: the Life and Words of a !Kung Woman*, Cambridge, Harvard University Press.
- Smith-Bowen, Elenore (1964 [1954]), *Return to Laughter*, London, Anchor Books.
- Springsteen, Bruce (1975), *Born to Run*, Nova York, Columbia Records.
- Thompson, Edward (1967), "Time, work-discipline, and industrial capitalism", *Past and Present*, n° 38, pp. 56-97.
- Thornton, Robert (1995), "The peculiar temporality of violence", Paper presented at *The Centre for the Study of Violence and Reconciliation* (29/03/1995), consulted 09/11/2019, in <https://www.csvr.org.za/publications/1786-the-peculiar-temporality-of-violence>.
- Urry, John (2004), "The system of automobility", *Theory, Culture and Society*, n° 21, vol. 4/5, pp. 81-100.
- Urry, John (2006), "Inhabiting the car", *Sociological Review*, vol. 54, n°1, pp. 17-31.
- Virilio, Paul (1977), *Speed and Politics: An Essay on Dromology*, New York, Semiotext(e).

4

Abstract

This text proposes a reflection about mobility, time and confinement based on the experience of Covid 19 pandemic' global confinement. Mobility of people and goods became a major feature of western societies continuously growing since the second half of the last century. Suddenly in March 2020 mobility was suspended as a preventive measure in a global consensual decision. The time and space of this big stop is being experienced by individuals and societies sharing a common ground of uncertain and fear towards the Covid 19 menace. The aim of this paper is to analyze this *unique* experience on the context of the already complex relationship between mobility, time and society discussing what are the possible impacts for the mobilities' future.

Keywords:

COVID-19, confinement, mobilities, car roles

Authors/Autoras

**Catarina Sales Oliveira
& Ana Luíza Silva Teixeira**

CIES_Iscte
University of Beira Interior
Portugal

Federal University of Uberlandia
Brazil

Introduction

The current high mobility of people, deeply discussed in social sciences within mobilities studies (Sheller and Urry, 2006; Urry, 2007; Cresswell, 2011) is being identified as a major motive of the rapid spread of the new coronavirus (Cresswell, 2020). To stop mobility was a measure recommended by World Health Organization (2020) and followed to a greater or lesser extent by most countries worldwide. This radical change in the daily life of millions of people was seen as the best way to avoid the spreading of the disease, the only way feasible to stop the virus.

To this confinement at home with consequent physical isolation and reduced sociability several designations have been applied including quarantine. Quarantine means isolating someone during the expected incubation time of a contagious disease, typically for 40 days (Cambridge Dictionary,

2020). But the measure was established for all people being sick or not so the more accurate term is confinement. A confinement at home therefore a forced immobility was the only possible solution for all the unknowns the pandemic presents. So since March a great part of the world population is confined at home, numb and waiting.

Like it happens with transports, thinking about time in this specific context of pandemic requires to deal with the concept of wait. Usually perceived as a meaningless time that often tends to be converted in a productive one (Han, 2015; Gripsrud and Hjorthol, 2012), pandemic pushed people to a different type of waiting, as it is imposed and absolutely constitutive of the quotidian. People are now waiting to check whether or not they have the virus; waiting that all comes to an end. People are waiting to recover their normal life (when their time and

mobilities weren't controlled) a life and a time extremely regimented by accelerated and overwhelming mobilities (Urry, 2007).

In the late years we've been witnessing a duality of the permanence of a strongly rooted car culture with the emergence of new models of sustainable mobility. How does a sudden stop of most forms of mobility impacts this situation? In a time of closure at home for many and of feared outings for others, how is the car perceived? Is it the villain or the hero of the story? What is/are the car's new role(s)?

These were the initial questions that disturbed the authors and inspired this essay. Writing during the Covid 19 confinement, we start by contextualizing the discussion presenting a brief portrait of the early 2020 and the practices of space mobility that were on the verge of the Covid-19 outbreak. Then, the pandemic context will enter the scene and we will characterize and reflect about it from a mobilities and transports perspective. This discussion is based on a literature review and also on empirical data gathered from January to June 2020. We will end the text proposing some lines of research for the coming times.

Methodological note

The text presents an exploratory reflection. The process of producing this text started in the end of 2019, based on the concerns and shared thoughts of two women social scientists who share an interest in mobilities and sustainability. The pandemic brought the later decision of collecting some data as a way of summing voices to our own reflection, observation and feelings during the two months of emergency state in Portugal.

As noticed the objectives of the text are to:

- 1) Understand the emergent social repre-

sentations of mobility and transport in the pandemic period and to; 2) Explore possible impacts of the pandemic on car culture and in mobility transition.

We will be using a multi-methodological research design combining extensive-quantitative with intensive-qualitative procedures. More specifically, we use two data collection techniques, online questionnaire survey applied to a convenience sample and content analysis of newspaper news.

The exploratory online survey was applied between 30th April and 17th of May to people living in Portugal. It's sample was obtained by disseminating as much as possible the questionnaire access. A total of 315 persons answered the survey.

The respondents identified themselves as woman (67,9%) and 31,4% as man. Regarding education levels, the sample is composed by 23% of graduates and 41,9% of postgraduates. Almost half of our sample is composed of students (45,4%) and .41% are workers. This brief description of the sample characteristics is enough to understand its specificities that are direct consequence of being a convenience sample. Compared with the Portuguese population (PORDATA, 2020) our sample is more feminized, has a higher level of education and students (PORDATA, 2020). This profile is in line with the medium profile of respondents to online surveys (Sales Oliveira, 2011; Mulder and de Bruijne, 2019). The awareness of the specificities and non-representativeness of our sample gave strength to our intention of producing a more reflexive than empirically conducted text.

In what concerns media analysis, the online news were collected from six newspapers¹ referring to the period between 11th of March and 16th May, more specific 63 news. We

have selected these six national reference newspapers according to the criteria of readers socioeconomically segments, reliability/trust and level of audiences.

We used SPSS Amos 26 for treating the survey' data. For the news we used qualitative content analysis conducting a process of flexible interpretation (Schreier, 2013).

(Auto)mobility times and temporalities

When we think about mobility, car is usually one of the first things that comes to our minds. Those born in the second half of XX century have difficulty imagining a life without cars. In fact, cars were only “democratized” after the middle of the twentieth century. However, they brought everlasting impacts on societies, originating a kind of ‘social revolution’, because cars quickly became the main mean people use to move in Western society. “Historically, the automobile dependence is observed as an evolutionary phase in a continuous process wherein the urban form is shaped by transport technologies, economic factors and cultural issues” (Parapari, 2010:11). In the last decades, and all over the world, automobile has been the protagonist of an “increase in the amount and speed of mobilities [that] has strong impacts on ecological conditions, and, so far, no comprehensive sustainable solutions are in sight.” (Freudental-Pedersen, Kesselring and Servou, 2019: 11).

In the last decades at the same time that we positioned car as an essential good we became increasingly aware of the huge costs of automobile dependence. But the first compromises the second as the decrease of car use faces the obstacles created by the

widespread representation of the car as a symbol of progress and wealth (Dowling and Simpson, 2013). In fact car use created a complex situation of inherent contradictions between the short-term wellbeing of the individual and the medium and long-term impacts in the collective. The private use of the car brings to people life's comfort, flexibility and accessibility. But it also generates important inequalities as it is not affordable for all. At the same time, in big cities with massive number of cars circulating, the private car decreases the collective quality of life and even mobility. For every person travelling often alone in a car, there are many travelling by public transport, bike or other means and affected by rush hours congestion. Even for those circulating by car, traffic and congestion makes car lose some advantages. A great part of the late twenty century cities became unpleasant places to walk and live since road infrastructures planned only for cars are largely dominant. This road privilege over other means of transport is mainly due to a still prevalent car culture. Some examples of it are car practices and representations such as the high presence of the car in advertising; the social importance of the driving license (Hendricks, 2014) and the perception of the car as an affective object (Sheller, 2004; Sales Oliveira, 2011).

On this matter, Portugal made a very singular trajectory: due to the permanence in a dictatorial regime until 1974, the country had a late entrance in automobility. When it was already in decline in other European countries, in Portugal it was on raising (Sales Oliveira, 2015). Therefore, during the first decade of the XXI century, the car acquired a prominent role both in mobility practices

¹ The newspapers were Público, Observador, Diário de Notícias, Jornal de Notícias, Jornal de Negócios and Expresso.

and people's representations (Sales Oliveira, 2015), herein infrastructures and policies remained car oriented until very recently. It can be said that the turn towards a sustainable mobility paradigm is yet giving the first steps in the country.

Car culture in *greenification* times

Besides being a main socio-technical institution, automobility is embedded in an ideological and discursive formation (Böhm, Jones, Land and Paterson, 2006) which conveys the deepness of car culture. This culture comprehends the car as more than simply a means of transport, and highlights that driving can be a source of both pleasure and social affirmation. According to John Urry (1999: 6) car culture is characterized by its force in persuading people to drive or having a car as means for increasing social integration and recognition.

In addition, automobility is regarded as a source of freedom, because it makes possible to go anywhere anytime and in any direction. People don't have to wait or to plan their routes in advance and carefully like it happens when using public transport. "Convenience" is a good word to describe the relation between people and the automobile, in car culture. People perceived improvement in their mobility by using a car because it provides independency, more security than other means of transport, it gives a sense of liberty and it's convenient for everyday living (Sales Oliveira, 2011). A research about travel behavior showed, by using attitude theory, that "for some car drivers a major reason for not using alternative modes was not the disadvantages or even perceived difficulties of using these alternatives, but the dominance of the car culture and an overall psychological attachment and dependency on the car" (Anable, 2005: 75).

So car culture is a 'way of living among cars' socially constructed and that emphasizes many other aspects than easing travels from one place to another. People in general tend to prefer cars even when they are aware that this preference has huge environmental impacts. According to Mimi Sheller (2013), although people's green consciousness affects their choice for the modes of transport, the improvement of this consciousness is not a strong solution against car culture effects on the planet. For example, some researches highlight that millennials generation seem to be less likely to take the driving license and have their own car (Dutzik, Inglis and Baxandall, 2015). Nevertheless, these changes might be more due to economic reasons than to environmental concerns and conflicting narratives are frequent (Delbosc and Ralph, 2017).

Therefore, mobility trends are not deeply changed by the green thinking, transformation and awareness and XXI century's is assisting to an overlapping of tendencies. Kesselring highlights that "automobility is still treated as the iconic and taken-for-granted form of modern mobility for the stake holders involved in the conception of the future urban mobilities and the so called smart cities" (Freudental-Pedersen, Kesselring & Servou, 2019, p.10). On the different sense, Dowling and Simpson (2013: 432) argue that "a focus on the sociability and complexities of car use and networked technologies opens up possible paths heading not to a dystopian post-car society, but to a post-private-car society". It is worthwhile notice that despite the important difference of values and positioning both these proposals identify the car as central to mobilities.

Ultimately to be environmentally friendly doesn't conflict with automobility as "we 'need' to protect our air and water, just as we 'need' to keep things (and presumably



Image 1 /

Lisbon’s airport has overcome the 30 million passengers in 2019. Source: Público newspaper



Image 2 /

Metro monthly passes’ sales have raised 22% between March and September 2019 (author’s translation) (author’s translation). Source: Público newspaper

ourselves) moving” (Dowling and Simpson, 2013: 426). In this scenario of a mainstreaming automobility greenification, the role of other proposals such as soft mobility and proximity represent smaller movements with more or less importance depending on the country/culture. Concretely in Portugal, some efforts have been made in very recent years to adapt urban spaces to soft mobility. In fact, since car culture was hugely rooted in the country, only major social changes could transform mobilities in order to make it more sustainable and healthier. Thus, the active role of governments, international organizations and international environmental regimes (Carter, 2007) are fundamental in this matter. We could say, using Mincke (2017) concept of *mobilitarian discourse*², that the last few years have seen an incorporation of environmental concerns in the institutional discourses. If in general it continues to value mobility and in contrast to devalue immobility, it is being increasingly a green, sustainable and clean mobility.

In what concerns practices, car dependency follows a different pattern in each country (Focas and Christidis, 2017; Kuhnimhof, Zumkeller and Chlond, 2013) but the contradiction between the still raising motorized mobilities such as air transportation and the sustainable efforts of citizens and policies is a common scenario worldwide. In the months before the pandemic hit Portugal (from the summer 2019 until March 2020) the newspaper news about Transports and Mobility issues were consistently speaking about two concomitant phenomena: the mobility increase, namely connected to tourism, and the State program of promotion of public transports.

In the last couple of years Portugal was stage of a touristification process (Malet and Ramos, 2018) that impacted strongly on the mobilities, in general, and especially on air transportation. Interestingly, it was this same process of tourism growth and internationalization of the country that gave floor to greenification of urban spaces (Falk and Hagsten, 2019; Shoal, 2018).

In April 2019, Portuguese government took a very innovative measure as part of the Transportation policy. This measure was named “PART” - programme for the Support of Public Transport Prices Reduction. As the images reproduced above indicate, this measure had immediate positive impacts, with a significant increase of people using public transports. This initiative was promising demonstrating that transports and mobility turn was a State priority.

So at the verge of the pandemic Portugal was investing in the sustainability turn but at the same experiencing the effects of the overall mobility increase.

Covid-19 and the opportunities of/for disruption

This was the Portuguese agenda at the beginning of 2020 in what concerns transports and mobility. But then Covid-19 pandemic happened. Much has been said already about the effects and contexts of this sudden worldwide sanitary emergency. With more or less wariness, scientific debate has fallen with a certain ease in somehow inconsequential forecasts about the indelible marks of this situation in the future of society (Di Girolamo and Meursinge Reyners, 2020). But what is for sure worthwhile to analyze is the present social moment of

² Which the author characterizes as omnipresent and the driver of an ideology of mobility.

Covid-19 pandemic and the immediate effects it had in (auto)mobilities based on the data available.

As soon as March this year Tim Cresswell, recalling “that mobility was the lifeblood of mobility and the virus that threatens to undo it” (2006, cited in 2020) defended that the pandemic and its effects can well fit the concept of turbulence shaking the “everyday world of mobility” based in order, security and surveillance (Cresswell, 2020).

Mobility is definitely at the hearth of coronavirus crisis as “without the global mobilities we have become used to, Covid-19 would not be the global issue it is today.” (Cresswell, 2020). The pandemic has put in evidence the world’s mobility dependence. How are we adapting to stop moving? What were the immediate impacts of the pandemic in our mobilities?

Since the beginning of the pandemic it became clear that the main means of fighting against its spreading was restricting mobility and ruling social contact. But if restricting social contact became eased by technological connectivity (Holt-Lunstad, 2020), physical mobility restrictions are more difficult to replace in the short term. In a world to which mobility was mainly represented as a symbol of good life (Sales Oliveira, 2015) and *mobilities* (Urry, 2007) tend to be exalted and expected in almost its forms – from job mobility and students exchange to tourism – although definitely not for refugees and migrants (Czymara and Schmidt-Catran, 2017) – the transition to immobility is not simple.

Bodies were suddenly forced to physical immobility. Streets, stations and public places that used to be crowded got empty overnight. Internet was inundated of quite unimaginable pictures of for example the Vatican deprived of people (Castelfranco, 2020). At

the same time, satellite pictures gave account that the levels of pollution on Earth were getting down (NASA, 2020).

At an individual level, this forced immobility started by being understood as a social divide between those that benefit of the safety of staying at home (with more or less comfort according to the already existent social inequalities) and who were mainly the teleworkers, inactive or sick people and the others who had to continue going out for work, the so called essential workers but also those will no regular job that need to find a way to get money to survive. Among this group of *still mobile* people, the ones who were using a private transport or walking are privileged compared those who had to use public transports. As the next news highlight, people in this late situation summed fear to the pre-pandemic long list of public transport usage disadvantages. As a woman says “I’m more afraid of moving in transports than being at the hospital [where I work].”

However, even in the more severe period of mobility restriction, cars kept running. The car felt as a safe cocoon where people feel protected from now dangerous social contacts due to being an *iron cage* where the passengers safely dwell, in the sense of Urry (2006). This is notorious in the new emergent uses of the car like assisting religious ceremonies, music concerts or political manifestations. The private use of car (re)gains legitimacy due being an access to freedom of movements during confinement being *virus protected* outside.

At the same time, it is evident a tendency to overcome the circulation established limits: never dogs were so walked; elderly’ exits did get a major problem (Pinto and Pimenta, 2020). No doubt there are a panoply of reasons for this: fear of isolation in the case of

Suplemento

O medo anda depressa nos transportes é o tema principal do "Urbano" deste domingo



Image 3 /

“Fear moves fast in transports is this Sunday’s”. It is the theme of “Urban” [suplement] (author’s translation). Source: Público newspaper

the elderly and people that are home alone; resistance to authority, lack of confidence in the institutions (Torcal, 2014). For sure we need to consider media manipulation effects (Hanjoo, 2009) when reading about these *escape mobilities*. But this reality might also express the individual’s difficulty in being confined for so long.

After decades of living in a hypermobile society and deeply appreciating its glamour (Cohen and Gössling, 2015) how hard can it be to adapt to this *new forced* lifestyle? This could hardly be understood by just reading news so we needed to ask people directly.

The survey conducted brought some questions we will now analyze in more detail. From March to May 2020 Portugal passed through three declarations of Emergency State. During these months, mobility was conditioned by rules and limited to specific situations. Stronger measures were taken in two specific occasions - Easter and 1st May weekends when people were forbidden of crossing the limits of their residence council unless in exceptional cases.

When we ask our respondents about their opinion on these restrictions the majority approved them considered it “essential” (54,6%) and “adequate” (37,8%). This result is corroborated by a bigger research developed in the same period with a representative sample of the population that pointed out that 64% believed that restriction measures should remain for more time (Entradas, 2020).

While moving much less outside home by all means - car (61%), public transports (64%) and on foot (36,8%) 44% of the interviewees consider to be moving more indoors. Some examples of indoor mobilities are: online gym classes, elliptic or cycling machines, dancing. Asked for the mobility/dislocation they miss more, interesting answers appeared: respondents are missing both their *daily routines* - like commuting or shopping - but what they are missing most are their *relational mobilities* such as visiting family. More than 87% of the respondents declared they missed moving very much. 63,8% longs for accomplish a *mobility dream* at the end of the confinement. For a great part of the respondents a *mobility dream* means vacations and travel by plane. As discussed above the large majority (86%) the car the best mean of transport to move during this period because it is safer than all other means.

These results analysed together seem to indicate that the virus menace can represent a step backwards in the sustainability turn. But it is important to notice that our sample was composed by more than 90% of people that do not live in a metropolitan area where the use of public transport is more common (Carvalho and Sales Oliveira, 2017) so the level of car dependency of our sample is potentially very high. In this sense it is worth notice only 5% consider bicycles a good option to move and 47% find it dispensable. At the same time there are signs of conflicting narratives since despite these indicators of high car dependency only 20% of the inquired said they are not available to stop moving by car in the future and on the opposite 28, 5% declare to be entirely available for that change.

How to understand these contradictions and how to address them? Are they underlined by the pandemic’ risk perceptions or does it reflect the still prevalent car culture in Portugal? A country where, despite its small size, the mobility transition is happening at different pace across the territory?

In this scenario an imposed stop of two months presented a constraint but also an unique opportunity to see how life can be like without moving so frequently. Only the future will tell if lessons have been learned or if it all will slowly get back to what it was before.

Emerging lines of research for the coming times of slow (de)confinement

Covid pandemic and the confinement have created a perfect social laboratory for mobility: with people and countries being forced to stay still, we can experimentally see the reactions, resistances, strategies to adapt to immobility and eventually measure the real importance of mobility for current society.

During this period, we have lived a sort of **forced immobility in a suspended time**. But it is important to notice that **it wasn't a real time pause** because life has continued at least for those engaged in working and studying. This group of people continued their activities but moving much less, even the essential workers because in spite of still commuting daily to work strong restrictions were applied for other dislocations. Considering that previously we were “witnessing the transformation of the “system of automobility” into a system of mobilities” (Kesselring, Freudendal-Pedersen and Zuev, 2020) this moment in time created unique circumstances for society to see in prac-

tice what is like to stop moving and which results and impacts it can cause in health, lifestyles and landscapes. At the same time that in this particular situation the car was used and perceived as the safer mode of transport, the occasion seems to have also for the first time questioned the real value of mobility (Sales Oliveira, 2011) as well as its risks and responsibilities (Sousa, 2016). What emerged from our observations and data were contradictory tendencies: immobility resistance with the car as an ally to keep safe while moving, as we can see in the next figure of people exiting Lisbon in a sunny Saturday afternoon.



Image 4 /

Access to 25 de Abril Bridge in Lisbon in 28th March 2020. Source: Público newspaper



Image 5 /

In a drive in concert the cars represent (a sort of) upper circle seats and the horns the applauses (author's translation). Source: Observador newspaper.

A new centrality of the car in its *news roles* with the emergence of driving in activities that before were attended in other ways such as concerts (as we can see in figure 5), manifestations and even funerals.

But at the same time, also emerged the practice of staying home, feeling cosy (Xavier, 2020) and finding new ways of moving, namely virtually have also been accentuated.



Image 6 /

Travel without moving (author's translation). Source: Público newspaper

Somehow surprising, the increase in bicycle sales in Europe (Chadwick, 2020) gives evidence that the sustainability turn remained on its way. The survey results does not allow us to conclude entirely that, but the emergence of the subject in the media is a clear evidence of a cycling trend in Portugal.

Transports and mobilities continue to be shaped by inner contradictions but new and exciting tendencies seem to be emerging. Not to target those and further ones in the next future will be a lost opportunity for the important reflection we need to do about the societies we want to build up. In this sense we consider the next times will be revealing and it will be worthwhile following up the upcoming trends in mobility especially the eventual new ways of being mobile and im-mobile as well as the car (new) roles.

Acknowledgements

The authors are pleased to acknowledge financial support from Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UIDB/03126/2020).



Image 7 /

Pandemic throw people home but bicycles to the streets (author's translation). Source: Diário de Notícias newspaper.

References

- Anable, Jillian (2005), “‘Complacent car addicts’ or ‘aspiring environmentalists’? Identifying travel behaviour segments using attitude theory”, *Transport policy*, vol. 12, nº 1, pp. 65-78.
- Böhm, Steffen, and others (2006), “Introduction: Impossibilities of automobility”, *The Sociological Review*, vol. 54, nº 2, pp. 3-16.
- Carter, Neil T. (2007), *The Politics of the Environment. Ideas, Activism, Policy* (second ed.), Cambridge University Press, Cambridge
- Carvalho, Cristiana, and Sales Oliveira, Catarina (2017), “Uma leitura de género sobre mobilidades e acessibilidades em meio rural”, *Cidades. Comunidades e Territórios*, vol. 35, nº 35, pp. 1-20.
- Castelfranco, Sabina (2020), “COVID-19 Diaries: A Surreal Holy Week in a Rome Without People”, in *VOA* (14/04/2020), consulted 03/05/2020, in <https://www.voanews.com/coronavirus-outbreak/Covid-19-diaries/Covid-19-diaries-surreal-holy-week-rome-without-people>
- Chadwicks, Lauren (2020), “World Bicycle Day: Will cycling be the big winner after lockdown is lifted?” in *euronews* (03/06/2020), consulted 06/06/2020 in <https://www.euronews.com/2020/06/03/world-bicycle-day-will-cycling-be-the-big-winner-after-lockdown-is-lifted>
- Cohen, Scott A. , and Gössling, Stefan (2015), “A darker side of hypermobility”, *Environment and Planning A*, vol. 47, nº8, pp. 1661-1679.
- Cresswell, Tim (2020), “Mobility: the lifeblood of modernity and the virus that threatens to undo it”, in *Mobiles Lives Forum* (18/03/2020), consulted 12/04/2020, in <https://en.forumviesmobiles.org/2020/03/18/mobility-lifeblood-modernity-and-virus-threatens-undo-it-13266>
- Czymara, Christian, & Schmidt-Catran, Alexander (2017), “Refugees Unwelcome? Changes in the Public Acceptance of Immigrants and Refugees in Germany in the Course of Europe’s ‘Immigration Crisis’”, *European Sociological Review*, Vol. 33, nº 6, pp. 735-751.
- Delbosc, Alexa, and Ralph, Kelcie (2017), “A tale of two millennials”, *Journal of Transport and Land Use*, vol. 10, nº 1, pp. 903-910.
- Di Girolamo, Nicola, and Meursinge Reynders, Reint (2020), “Characteristics of scientific articles on COVID-19 published during the initial 3 months of the pandemic”, *Scientometrics*, vol. 125, pp. 795-812.

- Dowling, Robyn, and Simpson, Catherine (2013), “Shift—the way you move’: reconstituting automobility”, *Continuum*, vol. 27, n° 3, pp. 421-433.
- Dutzik, Tony, Inglis, Jeff, and Baxandall, Phineas (2015), *Millennials in Motion: Changing Travel Habits of Young Americans and the Implications for Public Policy*, US PIRG, Boston.
- Entradas, Marta (2020), *Preocupados mas confiantes na ciência e nas decisões políticas. Resultados preliminares*, ed. Online, consulted 28/05/2020 in [http://cies.iscte-iul.pt/np4/%7B\\$clientServletPath%7D/?newsId=2649&fileName=Resultados_Estudo_Comunicacao_COVID19.pdf](http://cies.iscte-iul.pt/np4/%7B$clientServletPath%7D/?newsId=2649&fileName=Resultados_Estudo_Comunicacao_COVID19.pdf)
- Focas, Caralampo, and Christidis, Panayotis (2017), *What drives car use in Europe*, Luxemburg, *European Commission, Joint Research Centre*.
- Freudendal-Pedersen, Marlene, Kesselring, Sven, & Servou, Eriketti (2019), What is smart for the future city? Mobilities and automation, *Sustainability*, vol. 11, n°1, p. 221.
- Falk, Martin, and Hagsten, Eva (2019), “Ways of the green tourist in Europe”, *Journal of Cleaner Production*, vol. 225, pp. 1033-1043.
- Gay, Christophe, Landriève, Sylvie, Javary, Claire-Marine (2020), “Covid-19: The crisis allows us to radically reinvent our mobilities”, in *Mobiles Lives Forum* (15/04/2020), consulted 22/04/2020, in <https://en.forumviesmobiles.org/2020/04/22/covid-19-crisis-allows-us-radically-reinvent-our-mobilities-13283>
- Gripsrud, Mattias, and Hjorthol, Randi (2012), “Working on the train: from ‘dead time’ to productive and vital time”, *Transportation*, vol. 39, n°5, pp. 941-956.
- Han, Byung-Chul (2015), *The burnout society*, Stanford University Press.
- Hanjoon Michael J. (2009), “Information Manipulation Through the Media”, *Journal of Media Economics*, vol. 22, n° 4, pp. 188-210.
- Hendricks, Sarah E. (2014), *Living in car culture without a license*, Washington, American Immigration Council.

- Holt-Lunstad, Julliane (2020), “*The Double Pandemic Of Social Isolation And COVID-19: Cross-Sector Policy Must Address Bot*”, in *HDCInternational*, consulted 30/06/2020, in <https://www.hcdi.com/the-double-pandemic-of-social-isolation-and-covid-19-cross-sector-policy-must-address-both/>
- Kesselring, Sven, Freudendal-Pedersen, Marlene, and Zuev, Dennis (2020), *Sharing Mobilities: New Perspectives for the Mobile Risk Society*, Routledge.
- Kuhnimhof, Tobias, Zumkeller, Dirk, and Chlond, Bastian (2013), “Who Are the Drivers of Peak Car Use? A Decomposition of Recent Car Travel Trends for Six Industrialized Countries”, *Transportation research record*, vol. 2383, nº 1, pp. 53-61.
- Malet Calvo, Daniel, and Ramos, Manuel J. (2018), “Suddenly last summer: how the tourist tsunami hit Lisbon”, *Revista Andaluza de Antropología*, vol. 15, pp. 47-73.
- Mulder, Joris, and Marika de Bruijne (2019), “Willingness of Online Respondents to Participate in Alternative Modes of Data Collection”, *Survey Practice*, vol. 12, nº 1. <https://doi.org/10.29115/SP-2019-0001>.
- Mincke, Christophe (2017), “From mobility to its ideology: when mobility becomes an imperative”, in Marcel Endres, Katharina Manderscheid, and Christophe Mincke (eds.), *The Mobilities Paradigm: Discourses and Ideologies*, Routledge, pp. 11-33
- NASA (2020). *NASA satellite data show 30 percent drop in air pollution over northeast U.S. in nasa.gov (09/04/2020)* consulted 16/04/2020, in <https://www.nasa.gov/feature/goddard/2020/drop-in-air-pollution-over-northeast>
- Parapari, Danial M. (2010), “*Automobile dependency: Improving urban resilience through urban planning and design*”, Theses at Royal Institute of Technology, Stockholm, Sweden.
- Pinto, Mariana C., and Pimenta, Paulo (2020), “Não quero morrer da doença, mas também não quero morrer de solidão”, in *Público online (30/03/2020)*, consulted 23/04/2020, in <https://www.publico.pt/2020/03/30/local/reportagem/nao-quero-morrer-doenca-tambem-nao-quero-morrer-solidao-1909946>

- PORDATA (2020), População residente com 15 e mais anos de idade por nível de escolaridade completo mais elevado: total e por sexo, consulted 27/05/2020, in [https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+de+idade+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+total+e+por+exo-333](https://www.pordata.pt/Portugal/Popula%C3%A7%C3%A3o+residente+com+15+e+mais+anos+de+idade+por+n%C3%ADvel+de+escolaridade+completo+mais+elevado+total+e+por+sexo-333)
- Sales Oliveira, Catarina (2015), “(Auto) Mobilities and social identities in Portugal”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, vol.77, pp. 137-151.
- Sales Oliveira, Catarina (2011), “Mobilidades e classes médias em contexto metropolitano”, *PhD*, ISCTE-IUL.
- Sheller, Mimi (2004), “Automotive emotions: Feeling the car”, *Theory, culture & society*, vol. 21, n° 4-5, pp. 221-242.
- Sheller, Mimi (2013), “Mobile Lives Forum Vies Mobiles”, in *Taking On America’s car culture*, published to (02/12/2013), consulted 22/05/2020, em <https://www.youtube.com/watch?v=92uwzJffz2g>
- Sheller, Mimi, and Urry, John (2006). The new mobilities paradigm. *Environment and planning A*, vol. 38, n° 2, pp. 207-226.
- Shoval, Noam (2018), “Urban planning and tourism in European cities”, *Tourism Geographies*, vol. 20, n°3, pp. 371-376.
- Smolczyk, Alexander (2020), “The Portuguese Miracle How Lisbon Has Managed the Corona Crisis”, in *Der Spiegel* (14/04/2020), consulted 24/05/2020, in <https://www.spiegel.de/international/europe/portugal-how-lisbon-has-managed-the-corona-crisis-a-b6e3c7ba-a172-4c11-a043-79849ff69def>
- Sousa, Maria Luisa (2016), *A Mobilidade Automóvel em Portugal*, Lisboa, Chiado Editora.
- Torcal, Mariano (2014), «The Decline of Political Trust in Spain and Portugal: Economic Performance or Political Responsiveness?», *American Behavioral Scientist*, vol. 58, n° 12, pp. 1542-1567
- Urry, John (2006), “Inhabiting the Car”, *The Sociological Review*, vol. 54, n° 1, pp. 17-31. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.2006.00635.x>.
- Urry, John (2007), *Mobilities*, London, Polity.

Urry, John (1999), “Globalization and citizenship”, *Journal of world-systems research*, vol. 5, n°2, pp. 310-324.

WHO (2020), “Infection prevention and control during health care when novel coronavirus (nCoV) infection is suspected”, consulted 30/03/2020, in <https://www.who.int/publications/i/item/10665-331495>

Xavier, Jorge B. (2020), “A casa e o Mundo”, in Público (09/04/2020), consulted 16/04/2020, in <https://www.publico.pt/2020/04/09/opiniao/opiniao/casa-mundo-1911590>

5

Resumo

A Covid-19 tem provado a importância das condições de vida na capacidade de adaptação às medidas de restrição de movimentos e distância física impostas pelas autoridades. Este artigo analisa alguns dados sobre a situação das comunidades menos favorecidas do Rio de Janeiro e demonstra como as mudanças esperadas por parte dos governos no que respeita a estratégias de evitamento de contágio são globalmente desajustadas para certas populações cujas condições de vida e de trabalho não só não lhes permitem corresponder a essas expectativas do governo, como revelam os processos de violência e de reprodução das desigualdades que o tempo pandémico está a gerar.

Palavras-chave

Covid-19; Desigualdade Social; Tempo; Condições de Vida.

TEMPO PANDEMICO (DES)IGUAL: UMA ANÁLISE À SITUAÇÃO DAS POPULAÇÕES MENOS FAVORECIDAS DO RIO DE JANEIRO E A COVID 19

DOI
10.15847/CIES2020TEMPOSUSPENSO

Author/Autora

**Vera Ribeiro de Almeida dos
Santos Faria**

CICS Nova Universidade de Évora (Vinculação)
Universidade de Évora (Investigadora-Visitante)
Portugal

InEAC/UFF (Investigadora)
Brasil

Introdução

Este texto é uma reflexão sobre o contexto atual da experiência da pandemia e do confinamento no Brasil e, especialmente, na cidade do Rio de Janeiro. Toma como objeto empírico o modo como as localidades denominadas “comunidades”, “favelas” e “periferias” lidam com as imposições e as regulações que as impedem de sair de casa. Pretende-se discutir como as populações que residem nestas localidades interagem com essas restrições impostas pelas autoridades sanitárias e quais são os contextos sociais e políticos que determinam essa relação. O texto reflete a informação recolhida através de consultas a órgãos oficiais de pesquisa e notícias divulgadas nas mídias, assim como algumas das abordagens sobre os processos de desigualdade social que a segmentação do espaço desencadeia, particularmente em contextos já marcados por pobreza estrutural reproduzida pelo próprio Estado (conforme Bahia, 2009; Mendes e

Weiller, 2015). Ainda que o coronavírus tenha atingido, inicialmente, os moradores das zonas sul e parte da zona oeste do Rio de Janeiro - onde estão concentrados os bairros de classes socialmente mais favorecidas - não demorou a espalhar-se pelas áreas mais pobres da cidade. Dentre as localidades atingidas pela pandemia, destacam-se a comunidade do Complexo da Maré e, na periferia, o bairro de Paciência. De acordo com o painel de dados sobre a ocorrência do coronavírus na cidade (Painel Rio COVID-19), criado pela Secretaria Municipal de Saúde, ambas as localidades pertencem às regiões aonde as taxas de letalidade pelo Covid-19 chegam a, respetivamente, 13,7% (zona norte) e 21% (na zona oeste).

O contexto espaço-temporal

A cidade do Rio de Janeiro possui um desenho urbano, cuja constituição histórica ajuda a entender algumas das causas da

proliferação da pandemia do Covid-19 nas regiões conhecidas como comunidades (favelas e periferias). Apesar de polissêmicos (Freire, 2008; Birman, 2008), consideram-se estes termos como equivalentes, já que se caracterizam por serem aglomerados sub-normais urbanos que, em geral, não seguem um padrão urbanístico regular.

Nestas comunidades há carência de serviços públicos essenciais, além de se localizarem em áreas com restrição à ocupação, assim consideradas as áreas destinadas à preservação, conservação ou recuperação de recursos naturais, ou que possuem condições físicas adversas à habitação, como previsto na Lei nº 111, de 01/02/2011, do Município do Rio de Janeiro. Apesar da diferença, estas comunidades são parte inseparável da estrutura urbana e devemos considerá-las um resultado do próprio processo de desenvolvimento da cidade que produz a diferença entre classes sociais.

Todavia, porque são comunidades que estão à margem dos modos de vida globalizados que delimitam o espaço das classes mais ricas, estas comunidades são tradicionalmente representadas como lugares perigosos e/ou violentos (Mello e outros, 2012). Tal como os estudos do espaço indicam (Simmel, 1976; Park, 1976), o urbanismo não é um processo autônomo. Depende de padrões de mudança política e econômica local (Giddens, 2008), de tal forma que a disposição e as características arquitetônicas das cidades e dos arredores exprimem lutas e conflitos entre os diferentes grupos da sociedade (Giddens, 2008: 578). Todos estes processos de sucessivas construções simbólicas acabam por justificar a criação e a instalação de aparatos

institucionais nestes locais, como as unidades de polícia pacificadora-UPP(s) e/ou a intervenção do Exército e sempre que alguma “anomalia” seja conhecida.

Com efeito, por um lado, as reformas urbanas e de modernização do Rio de Janeiro marcam o processo histórico de consolidação do capitalismo no país. Por outro, este processo foi acompanhado do reforço de mecanismos diversos de controle social que definiram os marcos da exclusão social operadas pelas instituições policiais (Neder, 1997; Batista, 2011, entre outros). Deste modo, podemos dizer, a partir de quadros teóricos estabelecidos (Foucault, 2008) que a segmentação e a diferença na ocupação do espaço revelam duas tendências simultâneas: i) a segmentação/divisão social da população brasileira no espaço físico da cidade e ii) a sofisticação das tecnologias de controle do acesso ao território, refletida no modo de operar da tecnologia de governo (Foucault, 2008).

As populações que residem nessas localidades partilham algumas circunstâncias. Uma destas circunstâncias é a de não receberem do Estado a atenção mínima necessária à subsistência e proteção. A outra é a ausência - ou a indiferença - para com o funcionamento do serviço de saneamento básico¹.

Segundo os dados do último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE - principal provedor de informações geográficas e estatísticas do país - o Complexo da Maré, está localizado na zona norte da cidade e é composto por 16 favelas, possuindo cerca de 140 mil habitantes que residem em 47 mil habitações e ocupam uma área de, aproximadamente, 4,5

¹ Ao todo, são 35 milhões de residências sem acesso à rede de água potável e 95 milhões sem coleta de esgoto, significando a possibilidade de contágio por outras doenças (diarreia, leptospirose, dengue, malária, esquistossomose, entre outras). Retirado de <http://www.tratabrasil.org.br/>.

quilômetros quadrados. Já o bairro da Paciência está localizado na zona oeste da cidade e é composto por 30 comunidades, possuindo cerca de 90 mil habitantes para um pouco mais de 29 mil habitações, distribuídas em uma área de 27 quilômetros quadrados, aproximadamente. Também de acordo com essa fonte, a maioria dos moradores dessas regiões possui empregos no sector de serviços. São empregos intermitentes, informais e precarizados e cujos salários mal atingem o valor mínimo, equivalente a, aproximadamente, 170 euros. Essa parcela da população não conta também com uma rede de proteção social.

Desigualdade do tempo pandémico 1: a violência das medidas

Para esta população, portanto, o teletrabalho, o e-school ou o e-learning são exigências e/ou oportunidades completamente estranhas a sua realidade, ou porque não possuem acesso às ferramentas tecnológicas adequadas, ou porque a natureza de suas atividades não é capaz de empregar tais recursos. No fundo, estas novas tecnologias bastante imbrincadas no desenvolvimento do capitalismo e que facilitaram a compressão do tempo e do espaço (Harvey, 2001) e são consideradas meios alternativos de superação da crise pandémica, geram os efeitos perversos nestas comunidades de perpetuar a divisão do trabalho e da educação e contribuir ainda mais para a reprodução social das desigualdades, através da hierarquização das atividades, conforme as classes sociais. Significa afirmar que, de maneira geral, o confinamento decorrente da Covid-19 demonstra a atualidade das concepções de Giddens (1989), especialmente no que se refere à mobilidade; à administração individual e

social do tempo, conforme as atividades ou as horas do dia, bem como às interações sociais. Estas dimensões, e no que diz respeito às experiências vividas pela população das comunidades cariocas, tornam-se ainda mais peculiares. Enquanto para a maioria das pessoas a mobilidade foi suspensa e colocada em compasso de espera (Araújo 2012) - a espera pelo retorno ao status quo ante ou do início de uma nova temporalidade -, o mesmo não ocorre para os habitantes destas comunidades. Em outras palavras, a espera é vivida de modo distinto conforme as condições económicas e sociais de vida.

Ainda que algumas medidas adotadas pelos governos estadual e federal para o enfrentamento da pandemia tenham implicado toda a população brasileira, os seus efeitos não se fizeram sentir de forma homogênea sobre todo o território nacional. Os efeitos práticos da imposição da imobilidade obrigatória - recomendados pelas agências de saúde como forma de evitar o caos nas redes de saúde pública e privada - e a espera da autorização para o retorno às atividades habituais acabaram demonstrando a extrema desatenção do Estado para com as particularidades dos usos do tempo e do espaço da população periférica e das comunidades (Silva, 2011; Porto e outros, 2015). Sobre tudo, as medidas públicas foram impostas de forma desarticulada e em sobreposição entre as diversas agências, de forma não clara e esclarecida. Além disso, várias medidas, como a restrição do acesso aos transportes públicos aos trabalhadores dos serviços considerados essenciais, obrigando a necessidade de comprovação do vínculo formal de emprego², “apagaram” uma parte da população que reside nestas comunidades. Por exemplo, impediram totalmente a deslocação

² Ver <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/03/23/restricao-ao-transporte-publico-causa-filas-e-aglomeracoes-no-rj.htm>.

para as suas atividades. Justamente, porque se trata de uma população com rendas mais baixas ou que possuem relações de trabalho mais precarizadas, esta circunstância não foi menos prejudicial nem mesmo para aqueles que conseguiram comprovar tal vínculo, uma vez que encontraram as estações (de trens e de ônibus) lotadas, bem como as grandes filas de espera que os expuseram, ainda mais, ao risco de contágio.

Até mesmo o auxílio financeiro emergencial - instituído pelo governo federal dois meses depois do início do surto de Covid-19 - não atingiu a finalidade de manter os trabalhadores informais, desempregados e microempreendedores individuais em confinamento. Ao ser instituído pelo governo federal (pela Lei nº 13.982, de 2020), o auxílio emergencial lançou luz sobre uma realidade que, aparentemente, o Estado brasileiro desconhecia: a quantidade de cidadãos vivendo na informalidade do emprego e em condições precárias de sobrevivência. Mas, além de ser concedido de forma excessivamente demorada e tumultuada, não foi pago a todos. Previsto para alcançar cerca de 20 milhões de cidadãos, após os dois primeiros meses de instituído, o governo recebeu mais de 100 milhões de pedidos. Neste número estavam incluídos os cidadãos considerados “invisíveis” para o Estado: pessoas que não possuem endereço fixo, ou que é compartilhado por inúmeras pessoas; apresentam problemas em sua documentação pessoal (como o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF inativo) e não possuem conta em banco, desde logo porque as instituições bancárias requerem o preenchimento daquelas condições iniciais para a abertura de conta (Filgueiras, 2020).

Diversas notícias veiculadas pela imprensa brasileira destacaram que grupos em extrema pobreza não receberam o auxílio e estavam recorrendo a cestas básicas doadas por

prefeituras ou por doações de campanhas da sociedade civil e instituições, o que demonstrava que o benefício não conseguiu chegar a todos ou que era insuficiente (Villas Bôas, 2020, entre outros). Também foi noticiado que uma pesquisa divulgada em abril de 2020 pelo Data Favela - Instituto de pesquisa criado por associações que representam estas comunidades, como a Central Única das Favelas - CUFA e o Instituto Locomotiva - e denominada “Pandemia nas Favelas”, constatou que 34% das famílias de comunidades no Brasil perderam toda a renda por causa do coronavírus e quase 40% contavam com menos da metade da renda que tinham antes. A pesquisa revelou, ainda, que 7, em cada 10 famílias, pediram o auxílio emergencial e que destes, 41% não tinham conseguido recebê-lo. Além disso, devido a um erro no sistema de processamento de dados a cargo da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV, o valor da prestação do auxílio que deveria ser paga a mais de 100 mil trabalhadores foi sensivelmente reduzido (Doca, 2020).

Ademais, para recebê-lo, os “beneficiários” foram obrigados a comparecerem a uma das agências bancárias, responsáveis por tal pagamento, já que o aplicativo virtual, criado com a finalidade de evitar tal deslocamento, apresentou falhas. Resultado: um número considerável de pessoas que não possuía conta bancária, tal como constatado logo nas primeiras semanas de implantação deste “auxílio”, formaram imensas filas de pessoas que se aglomeravam em torno ou no interior de tais instituições bancárias (Doca, 2020). Ironicamente, a exigência de conta bancária para a recepção do auxílio pode ter traduzido um alto risco (de morte, inclusive) para as populações de baixa renda.

Desigualdade do Tempo 2: a ausência de serviços de saúde

Além deste conjunto de atos desarticulados, a ausência de ações relacionadas às medidas profiláticas se deveu, em parte, ao desmonte de todo o sistema de saúde pública, nos diferentes níveis federativos a que se assistiu nos últimos anos, e que revela hoje grande precariedade (Paim, 2019). Assim, para estes cidadãos é esperado que o Estado não gaste recursos no setor de saúde. Ademais, como esta parcela da população carioca já é tradicionalmente desassistida, esta circunstância não se alteraria durante a pandemia e, portanto, para ela não seriam fornecidos os testes diagnósticos da doença e, muito menos, seriam criados hospitais de campanha (Mattos e Barreto Filho, 2020).

Por isso, os diagnósticos de pneumonia, síndrome respiratória aguda grave ou sepse (infecção generalizada) tem sido frequente em seus prontuários médicos e certidões de óbito, ampliando, assim, os casos de subnotificação da doença. Tanto que diante da ausência de informações acerca das mortes pelo coronavírus em comunidades nos boletins oficiais do Estado, vários líderes comunitários e associações locais assumiram a iniciativa de realizar este levantamento (Franco, 2020). Em outras palavras, o Estado esquivou-se de desenvolver o serviço que seria de sua inteira responsabilidade e o transferiu para esses agentes (Gandra, 2020).

Ressalte-se ainda que o contexto do Covid-19 no país fez transparecer os problemas de gestão que vem enfrentando. Tal pode ser demonstrado quando o governo do Estado do Rio de Janeiro se viu envolvido em escândalos de corrupção e denúncias de fraudes nas compras de respiradores para os hospitais de campanha, e que acarretou o pedido de impeachment do atual governador junto à Assembleia Legislativa local (Barreira, 2020).

O mesmo pode ser dito, no plano nacional, quando o atual Presidente da República produz discursos e ações contrárias, principalmente, às recomendações da Organização Mundial de Saúde – OMS. Tais condutas causaram, ao mesmo tempo, muita instabilidade política, social e econômica no país e se acentuaram após suas declarações à imprensa mitigando o impacto da pandemia – comparada a uma “gripezinha” (Jansen, 2020). O mesmo aconteceu quando afirmou que a prioridade do seu governo era a recuperação da economia do país e não o combate à pandemia, o que gerou intensa crise interna e a demissão do Ministro da Saúde. Por fim, um manifesto contra suas declarações foi produzido por inúmeros representantes da sociedade civil, após ter afirmado que o confinamento social restringia o exercício da liberdade, considerado como direito essencial à democracia. Tais declarações foram entendidas como uma desvalorização à gravidade da pandemia, constituindo-se em estratégia com finalidade eleitoral, já que o fortalecimento da economia do país poderia fortalecer a campanha do atual presidente para as próximas eleições (França, 2020).

Desigualdade do tempo pandêmico 3: as tecnologias de controle do movimento

Enquanto isso, tanto as comunidades quanto a periferia do Rio de Janeiro enfrentavam outros dilemas, pelo fato de se constituírem em regiões geograficamente divididas e disputadas por grupos de tráfico de drogas e/ou pelas milícias – grupos criminosos formados, geralmente, por agentes estatais, a exemplo de policiais militares e civis, bombeiros, integrantes das Forças Armadas e agentes penitenciários –, que exercem cobranças dos moradores pelo fornecimento ilegal de gás, internet, água, diante da falta desses serviços executados pelo Estado (Zaluar e Conceição, 2007).

Especialmente, no que se refere ao cotidiano das favelas da Maré, ele é marcado, historicamente, pelo atravessamento de violências que integram uma paisagem formada por quatro grupos criminosos armados existentes no Rio de Janeiro: Comando Vermelho (CV), Terceiro Comando (TC), Amigos dos Amigos (ADA) e a Milícia. Já nas comunidades de Paciência, atua a Liga da Justiça, denominação dada ao maior grupo de milicianos do Rio de Janeiro. Apesar das especificidades de cada um desses grupos — já que a forma de lidarem entre si, com a polícia e com os moradores é diferenciada — os conflitos entre si criou um processo complexo em torno do direito de ir e vir, dentre outros limites impostos ao cotidiano desses moradores (Silva, 2017: 16). Com o advento da pandemia do Covid-19, essas organizações criminosas passaram a impor também uma restrição à liberdade dos moradores, ao estabelecerem o “toque de recolher” a partir das 20 horas, bem como o “acerto de contas” com os líderes dessas organizações para os infratores. Estes líderes ameaçavam os moradores avisando-os para ficarem em casa, pois, do contrário, sofreriam represálias dos traficantes locais e estes, justificavam tal comportamento, alegando que estavam fazendo o que o governo não realizava (Scorza, 2020).

Enquanto estratégia - que em tempos comuns se destinava a impedir a mobilidade dos moradores no período noturno, como forma de conter os ataques surpresas dos grupos rivais -, o “toque de recolher” nesse período pandêmico assumiu os contornos de medida profilática, com vista a evitar a disseminação da doença. Importa dizer, a ausência do Estado, também no que se refere à segurança pública nestas localidades, permite a ingerência destes grupos pertencentes ao submundo do crime, na vida destes moradores, através da restrição que impõem aos seus movimentos. A mobilidade, nestes

casos, representa um grave e potencial risco de morte. No fundo, estas organizações criminosas gerenciam a (i) mobilidade e o tempo dos moradores e exigem contextos específicos de espera que aqui funciona como um recurso de poder (Araújo e Duque, 2012:22) e de gestão/administração que demonstra a capacidade destes grupos em restringir a circulação dos moradores disseminando medo e risco de morte.

Todo esse cenário ajuda a compreender que, apesar de o vírus “ser democrático - atingindo a todos”, indistintamente -, existem diversos desajustes temporais dentro do tempo pandêmico. As temporalidades dos corpos das populações menos favorecidas economicamente no país são social e politicamente condicionadas a serem precárias e contingentes porque estão marcadas para morrer ou para serem abandonados nos presídios (Barcinski e Cúnico, 2014).

Vale lembrar as frequentes políticas de segurança pública e as práticas do sistema jurídico criminal brasileiro, quando tornam essas populações o alvo mais imediato dos projéteis de arma de fogo dos agentes do Estado, ou a parcela considerável de presos sem condenação, que ajudam a superlotar as unidades prisionais do país. Dentre as críticas formuladas ao atual governo do Estado do Rio de Janeiro, cito a atribuição do termo necropolítica - alcunha consagrada pelo filósofo Achille Mbembe (2018) - como referência à política de segurança pública instituída especificamente contra essa população e que vitimou no último ano, especialmente, jovens e crianças, a maioria deles, negros e pardos (Ferreira, 2019). Além dos campos social e político, as minhas pesquisas sobre o sistema jurídico brasileiro - especialmente sobre o sistema criminal brasileiro, desenvolvidas ao longo das duas últimas décadas -, assim como a de outros pesquisadores brasileiros que me precederam, como Mendes

(2011), Kant de Lima (2013), entre outros, apontam a naturalização da segmentação da sociedade brasileira em partes desiguais: os que ocupam o “andar de cima” e os que sobram no “andar de baixo”, parafraseando um dos meus entrevistados (Faria, 2019).

Esta desigualdade não ocorre apenas em virtude do status económico dos cidadãos, mas, principalmente, pelo fato de existir, tradicionalmente, uma distinção entre os direitos concebidos de forma desigual entre os cidadãos. Ela está tão naturalizado, que chega a ser expressa no texto constitucional, quando prevê institutos processuais que marcam a divisão entre cidadãos que têm direitos e os que possuem privilégios, como é exemplo, o foro de prerrogativa de função, concedendo a determinadas pessoas, em razão do cargo que ocupam o julgamento, em caso de cometimento de crimes, por um tribunal - órgão colegiado, que pressupõe decisões mais qualificadas -, enquanto os cidadãos comuns são julgados por juízes de primeira instância (monocráticos).

Esta naturalização também pode ser demonstrada pelo modo como o campo do direito brasileiro reproduz em seus discursos e práticas uma “máxima”, proferida por Rui Barbosa - um jurista renomado do final XIX e início do século XX -, segundo a qual “a regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais na medida em que eles se desigualem” (Barbosa, 1997: 26). Trata-se de uma herança que se perpetua no tempo e deita suas raízes em uma sociedade fortemente alicerçada na escravatura, quando a população brasileira se dividia em sujeitos de direito e sujeitos à propriedade de outrem.

Considerações finais

Enquanto capacidade individual de deslocamento e de ultrapassagem de territórios e fronteiras de vários tipos, a mobilidade distingue domínios diferentes no espaço e no tempo (Giddens, 1989). Consiste não apenas neste movimento de deslocamento, como também na interação entre os indivíduos, implicando, portanto, na consciência que os atores possuem acerca da capacidade de assim agirem. Todavia, em tempos de confinamento, a divisão do tempo conforme as atividades ou as horas do dia segue agora outra lógica, enquanto a mobilidade foi suspensa e colocada em compasso de espera: a espera pelo retorno ao status quo ante ou do início de uma nova temporalidade, que não está disponível para todos. Mas esta espera é vivida de modo distinto conforme as condições económicas e sociais de vida.

A pandemia causada pelo Covid-19 trouxe novas concepções às dimensões do tempo social e à necessidade de as insituições políticas considerarem a especificades dos ritmos dos grupos, conforme a situação social e económica em que vivem. Além de revelar uma variedade na relativização das dimensões temporais e espaciais, conforme os contextos sociais, dela resultaram processos que contribuem para acentuar a marginalização de grupos sociais, já que estes não possuem acesso aos recursos de gestão do tempo e da espera, o que agrava a desigualdade a que habitualmente já estão submetidos.

Neste sentido, para a parcela da população carioca representada por moradores de comunidades e periferias, a espera significa a perda da própria sobrevivência, seja pela necessidade de manter a atividade laboral (formal ou informal) que representa o seu “ganha pão” diário, seja pela imposição da imobilidade, ilegal, criminoso e forçada das milícias e grupos do tráfico que atuam nestas localidades. Embora saibam que

deveriam estar em casa, os moradores dessas localidades precisam sair para trabalhar e buscar seus sustentos. Para eles, a temporalidade pandêmica resulta na ressignificação de seus já escassos direitos, agora incluídos o de (i)mobilidade e de espera, que são geridos pelas organizações do tráfico local.

Ainda que o Covid-19 tenha produzido a alteração das rotinas diárias em diversas sociedades, acentuou ainda mais as desigualdades e as diferenças de tratamento a que estão submetidos inúmeros cidadãos brasileiros. Apesar de se considerar uma sociedade democrática, o Brasil está dividido entre aqueles que podem se confinar em casa e esperar o término da crise gerada pela carência de leitos hospitalares, ou a descoberta de uma vacina contra o vírus e aqueles que não têm acesso a este direito de espera e confinamento, porque a própria sobrevivência destes está atrelada à mobilidade para obter seu sustento e à imobilidade imposta pelos grupos criminosos. Assim, este direito não está vinculado, exclusivamente, à capacidade de agir dos indivíduos. Em certo sentido, a conclusão é trágica. Os moradores das favelas brasileiras estão sujeitos a dois poderes paralelos organizativos: de um lado o Estado e de outro, os grupos criminosos.

Referências

- Almeida, Rafael Gonçalves (2016), *Favelas do Rio de Janeiro: a geografia histórica da construção de um espaço*, Tese de doutoramento, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Araújo, Emília (2012), “A espera e os estudos sociais do tempo e sociedade”, em Emília Araújo e Eduardo Duque (Eds.), *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas*, Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em Ciências Sociais, pp. 7-26.
- Araújo, Emília, e Duque, Eduardo (2012), *Os tempos sociais e o mundo contemporâneo. Um debate para as ciências sociais e humanas*, Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade / Centro de Investigação em Ciências Sociais.
- Bahia, Lígia (2009), “O sistema de saúde brasileiro entre normas e fatos: universalização mitigada e estratificação subsidiada”, *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 14, nº 3, pp. 753-762.
- Barbosa, Rui (1997), *Oração aos moços*, Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa.
- Barcinski, Mariana, e Cúnico, Sabrina Daiana (2014), “Os efeitos (in) visibilizadores do cárcere: as contradições do sistema carcerário”, *Revista Psicologia*, vol. 28, nº 2, pp. 63-70.
- Barreira, Gabriel (2020), “Por 69 a 0, Alerj aprova continuidade de impeachment de Witzel e autoriza processo por crime de responsabilidade”, em *G1-Globo.com* (23/09/2020), consultado a 03/10/2020, em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/09/23/alerj-aprova-continuidade-do-impeachment-de-witzel-e-autoriza-processo-por-crime-de-responsabilidade.ghtml>>.
- Batista, Vera Malaguti (2011), “O Alemão é muito mais complexo”, *Revista Justiça e Sistema Criminal - Modernas Tendências do Sistema Criminal*, vol.3, nº 5, pp. 1-288.
- Birman, Patrícia (2008), “Favela é comunidade?”, em Luiz Antonio Machado da Silva (org), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, pp. 99- 114.

- Censo demográfico 2010. Aglomerados subnormais: primeiros resultados, em *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE*, consultado a 03/10/2020, em <<https://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=792>>.
- Coronavirus nas Favelas II (2020). PDF consultado a 03/10/2020, em <https://www.cartacapital.com.br/wp-content/uploads/2020/04/datafavela_locomotiva_07042020b.pdf>.
- Doca, Geralda (2020), “Erro do governo reduz benefício emergencial pago a quase 100 mil com contrato suspenso ou jornada reduzida”, em *G1-Globo.com* (28/06/2020), consultada a 03/10/2020, em <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-04-24/com-falhas-no-sistema-e-filas-em-agencias-brasileiros-se-arriscam-na-pandemia-por-auxilio-de-600-reais.html>>.
- Estatísticas (2014), “Educação e qualificação profissional”, em *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE*, consultado a 03/10/2020, em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html>>.
- Faria, Vera Ribeiro de Almeida dos Santos (2019), “*Trocando o pneu com o carro em movimento, uma pesquisa sobre a colaboração premiada*”, Tese de doutoramento, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Brasil.
- Ferreira, Ítalo do Couto (2019), “Necropolítica no Estado do Rio de Janeiro”, *Revista Ensaios*, vol. 15, pp. 107- 123.
- Filgueiras, Isabel (2020), “Um mês após cadastro, beneficiários ainda não receberam auxílio emergencial de R\$600”, em *Valor Investe* (08/05/2020), consultado a 03/10/2020, em <<https://valorinveste.globo.com/objetivo/organize-as-contas/noticia/2020/05/08/um-mes-apos-cadastro-beneficiarios-ainda-nao-receberam-auxilio-emergencial-de-r-600.ghtml>>.
- Foucault, Michel (2008), *Segurança, território, população*, São Paulo, Martins Fontes.
- França, Ana (2020), “A Postura Antissistema de Bolsonaro pode não lhe valer de nada quando a coisa se descontrolar a sério”, em *Expresso* (11/04/2020), consultado a 03/10/2020, em <<https://expresso.pt/coronavirus/2020-04-11-Covid-19.-A-postura-antissistema-de-Bolsonaro-pode-nao-lhe-valer-de-nada-quando-a-coisa-se-descontrolar-a-serio>>.

- Franco, Luiza (2020), “Coronavirus: sem plano do governo para as favelas, moradores e organizações se juntam para controlar contágio”, em *BBC News Brasil* (29/03/2020), consultado a 03/10/2020, em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-52032709>>.
- Freire, Letícia de Luna (2008), “Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados.” *Revista Dilemas - Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, vol. 1, nº 2, pp. 95-114.
- Gandra, Alana (2020), “Rio: 1,4 mil mortes por covid-19 foram em favelas, mostra painel”, em *Agência Brasil* (13/08/2020), consultada a 03/10/2020, em <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/rio-14-mil-mortes-por-covid-19-foram-em-favelas-mostra-painel>>.
- Giddens, Anthony (1989), *A constituição da sociedade*, São Paulo, Martins Fontes.
- Giddens, Anthony (2008), *Sociologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian.
- Harvey, David (2001), *Condição pós-moderna*, São Paulo, Edições Sílabo.
- Jansen, Roberta (2020), “Brasil acerta nas medidas no combate ao coronavírus mas desigualdade preocupa, dizem especialistas”, em *Estadão* (23/03/2020), consultado a 03/10/2020, em <<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-acerta-nas-medidas-no-combate-ao-coronavirus-mas-desigualdade-preocupa-dizem-especialistas,70003244085>>.
- Kant de Lima, Roberto (2013), “Entre as leis e as normas: Éticas corporativas e práticas profissionais na segurança pública e na Justiça Criminal”, *Revista Dilemas - Revista de Estudos de Conflitos e Controle Social*, vol. 6, nº 4, pp. 549-580.
- Mattos, Rodrigo, e Barreto Filho, Herculano (2020), “Covid: 5 motivos por que mortes no Rio cresceram oito vezes em um mês”, em *Notícias Uol* (21/05/2020), consultado a 03/10/2020, em <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/05/21/covid-5-motivos-por-que-mortes-no-rio-em-1-mes.htm>>.
- Mbembe, Achille (2018), *Necropolítica*, São Paulo, n-1 edições.
- Mello, Marco Antônio da Silva, e outros (orgs.) (2012), *Favelas Cariocas: ontem e hoje*, Rio de Janeiro, Editora Garamond Ltda.

- Mendes, Áquilas, e Weiller, José Alexandre Buso (2015), “Renúncia fiscal (gasto tributário) em saúde: repercussões sobre o financiamento do SUS”, *Saúde Debate*, vol. 39, nº105, pp. 491-505.
- Mendes, Regina Lucia Teixeira (2011), *O princípio do livre convencimento motivado do juiz*, Rio de Janeiro, Lumen Juris.
- Neder, Gizlene (1997), “Cidade, Identidade e Exclusão Social”, *Tempo*, vol. 2, nº3, pp.106-134.
- Paim, Jairnilson Silva (2019), “Os sistemas universais de saúde e o futuro do Sistema Único de Saúde (SUS)”, *Revista Ciências & Saúde Coletiva*, vol. 43, nº espe 8, pp. 15-28.
- Painel Rio COVID-19 (2020), Boletim de 03/10/2020, consultado a 03/10/2020, em <<https://experience.arcgis.com/experience/38efc69787a346959c931568bd9e2cc4>>.
- Porto, Marcelo Firpo de Souza, e outros (2015), “Saúde e ambiente na favela: reflexões para uma promoção emancipatória da saúde”, *Serviço Social e Sociedade*, nº 123, pp. 523-543.
- Park, Robert Ezra (1976), “A Cidade”, em Otávio Guilherme Velho (org.), *O fenômeno Urbano*, trad. Sérgio Magalhães Santeiro, Rio de Janeiro, Zahar Editores, pp. 25-66.
- Scorza, Antonio (2020), “‘Fiquem em casa ou esperem represálias’: traficantes das favelas do Rio de Janeiro dizem estar a fazer o que o governo não faz”, em *Expresso* (25/03/2020), consultado a 03/10/2020, em <<https://expresso.pt/coronavirus/2020-03-25-Covid-19.-Fiquem-em-casa-ou-esperem-represalias-traficantes-das-favelas-do-Rio-de-Janeiro-dizem-estar-a-fazer-o-que-o-governo-nao-faz>>.
- Silva, Eliana Souza (2017), *A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré*, Rio de Janeiro, Redes da Maré.
- Silva, Itamar (2011), “Favela é cidade (e cidade é favela)”, *Democracia Viva*, vol.47, pp.26-28.
- Silva, Luiz Antônio Machado da (org) (2008), *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Simmel, Georg (1976), “A metrópole e a vida mental”, em Otávio Guilherme Velho, *O fenômeno Urbano*, trad. Sérgio Marques dos Reis, 3ª edição, Rio de Janeiro: Zahar Editores, pp. 10-24.

Villas Bôas, Bruno (2020) “Situação é alarmante nas favelas, diz fundador da Cufa”, em *Valor Econômico* (27/04/2020), consultado a 03/10/2020, em <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:jjCZDnvrV7QJ:https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/04/27/situacao-e-alarmante-nas-favelas-diz-fundador-da-cufa.ghtml+&cd=2&hl=pt-PT&ct=clnk&gl=pt>>.

Zaluar, Alba, e Conceição, Isabel Sequeira (2007), “Favelas sob o controle das milícias no Rio de Janeiro: Que paz?”, *Perspectiva*, vol. 21, nº 2, pp. 89-101.

6

Resumo

Tal como no resto do mundo, a pandemia de COVID-19 teve um enorme impacto na indústria musical em Portugal. Perante um tempo marcado pelo cancelamento quase total de eventos de música ao vivo, surgiram várias iniciativas públicas e privadas com o objetivo de levar a música a uma população em confinamento, reconfigurando alguns dos formatos normalizados dos espetáculos musicais. Neste texto traçamos uma breve cronologia de algumas das principais iniciativas que emergiram nos dois meses após a identificação dos primeiros casos do vírus em Portugal e apresentamos uma breve reflexão sobre o seu significado no contexto das transformações em curso.

Palavras-chave

Indústria Musical, Música Digital, Tempo; Covid-19

Author/Autor

Daniel Morgado Sampaio

Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho
Portugal

Introdução

Afirmar que o novo coronavírus afetou a vida de milhões de pessoas é muito elementar. Precisamos de reconhecer que, vários meses após a identificação dos primeiros casos de transmissão humana do vírus, a incapacidade de encontrar rapidamente uma vacina ou tratamentos eficazes facilitou o seu avanço pelo mundo fora e conduziu a um momento político, económico e social único. Sem outra resposta imediata possível, medidas como a declaração do Estado de Emergência serviram para que vários Estados suspendessem direitos de deslocação, de reunião e de manifestação e impusessem regras de distanciamento físico. Tal como propõe David Harvey (1990), a modernidade é marcada pela “compressão” do tempo e do espaço, plasmada no aumento exponencial das mobilidades, melhoria dos transportes e transformação radical dos ritmos de vida. Sob este prisma, a imposição de medidas de

isolamento e distanciamento físico, limitando liberdades individuais numa tentativa de contenção do vírus, conduziu a uma enorme e repentina alteração do quotidiano. Os epidemiologistas e demais profissionais de saúde têm descoberto novas características e testado diferentes abordagens na busca urgente por uma vacina. Todavia, à maioria dos cidadãos não resta muito se não esperar que a vida regresse a algum ponto de equilíbrio, no sentido de repor rotinas e, em geral, o quotidiano.

Os primeiros casos em Portugal foram identificados no início de março. Na mesma semana, o caso de um DJ que, infetado, atuou no Hard Club, no Porto, obteve grande mediaticidade e contribuiu para as discussões acerca de medidas de distanciamento físico. A 9 de março, Marta Temido, ministra da saúde em Portugal, recomendou o cancelamento e/ou o adiamento de eventos com

mais de 5.000 pessoas em espaço aberto ou 1.000 pessoas em recintos fechados. A 18 de março foi aprovado pelo Parlamento o Estado de Emergência, que entrou em vigor por um período de 15 dias, e foi prolongado por período idêntico no dia 2 de abril. Seguiu-se, então, o Estado de Calamidade Pública, que aliviou algumas medidas e estipulou novas práticas.

Neste texto procurámos fazer um levantamento das alterações mais significativas verificadas no universo da indústria musical ao longo dos últimos meses, dando especial atenção ao contexto português. É certo que o estudo de um objeto dinâmico como este dificulta a reflexão acerca do futuro, pois neste momento é impossível de prever quando – ou se – a situação laboral dos músicos regressará aos moldes anteriores à pandemia. Contudo, conduz-nos a refletir acerca de possíveis consequências das práticas presentes, bem como acerca da estrutura económica do universo musical, que pode ser altamente lucrativa, mas que foi também das mais atingidas pela pandemia.

Para a escrita do texto mobilizámos informação recolhida nas notícias publicadas entre 6 de março e 6 de maio em oito meios de imprensa escrita com distintas políticas editoriais: cinco publicações generalistas (Diário de Notícias, Expresso, Jornal de Notícias, Público e Observador), e três publicações dedicadas à música (Blitz, LOUD! e Rimas e Batidas). Foram sistematizadas dezenas de peças cujos conteúdos relacionam o vírus com o universo musical.

O texto está organizado em quatro pontos. No primeiro, que nomeámos “Novos palcos”, realçamos a importância da música ao vivo na indústria musical e algumas das iniciativas que surgiram numa tentativa de manter ativa uma indústria que dependia, em larga medida, de grandes ajuntamentos

de pessoas; no segundo ponto, intitulado “Consonâncias e Dissonâncias”, apresentamos alguns dos maiores sucessos nesta luta, mas também algumas das tensões que emergiram; em seguida, e aproveitando o título de uma canção de Sérgio Godinho, “*Arranja-me um Emprego*” apresenta-se uma breve secção que sumariza as desigualdades económicas entre artistas musicais, bem como as atuais fragilidades a nível laboral; por fim, e com base na informação até aqui apresentada, “Coda” encerra o artigo com algumas questões acerca do tempo presente e reflexões acerca das possibilidades futuras.

Novos palcos

A realização de digressões para vender mais álbuns, prática paradigmática durante décadas, inverteu-se no século XXI. Agora, lançamentos de álbuns servem frequentemente de mote para novas digressões, atualmente mais lucrativas. Devido a aumentos nos preços dos bilhetes, segmentação de lugares, *meet and greets* com as bandas e a venda presencial de *merchandise*, a música ao vivo tornou-se essencial para a sobrevivência de uma grande porção dos músicos e dos promotores e agentes culturais que dinamizam o campo da música.

No dia 3 de abril, a Associação de Promotores e Espetáculos, Festivais e Eventos (APEFE) divulgou os resultados de um estudo da sua autoria, segundo o qual mais de 24 mil eventos de artes performativas previstos para terem lugar entre 8 de março e 31 de maio tinham sido cancelados, adiados ou suspensos. Nessa divulgação, a associação pronunciava que os números teriam um aumento exponencial (Jornal de Notícias, 2020). Em maio, numa entrevista a Álvaro Covões (representante da APEFE e diretor da Everything Is New, promotora que organiza o NOS Alive), este afirmou que o cancelamento de festivais representava um

prejuízo acima dos 1.000 milhões de euros em Portugal. Deu como exemplo o seu próprio festival, cujo cancelamento resultou num saldo negativo de 60.000.000 euros e afetou mais de 5.000 pessoas (Pereira, 2020). Alguns dos festivais que anunciaram cedo o seu adiamento, como o NOS Primavera Sound, no Porto, chegaram a prever a possibilidade de realizar o evento no mês de setembro. Por isso, mantiveram o alinhamento intacto e adiaram simplesmente a data. Como a proibição de eventos de grande dimensão foi prolongada, essa nova data ficou também sem efeito. Sem um plano concreto para o futuro e com um presente em suspenso por tempo indeterminado, tornou-se necessário repensar o conceito de música ao vivo. Em abril, o cantautor dinamarquês Mads Langer deu um concerto *drive-in* com lotação para 500 veículos devidamente espaçados, numa iniciativa plena de sucesso e que conduziu a novas datas. Em Portugal, surgiram em maio ofertas semelhantes, tais como uma série de projeções de *livestreams* no parque de estacionamento da Fábrica Braço de Prata, em Lisboa, ou um concerto de Pedro Abrunhosa em Ansião. Embora dependa da capacidade de deslocação em automóveis por parte do público, estas práticas aparentam ser uma das novas tendências. A criação de fatos selados, como o Micrashell (Blitz, 2020a), seria outra forma criativa de contornar as normas de distanciamento físico, permitindo uma maior informalidade e proximidade entre o público. Todavia, os custos de fabrico e de venda de fatos que minimizem os riscos de saúde em eventos sociais poderão ser bastante elevados.

Com decisões reapreciadas a cada 15 dias, determinou-se que as salas de espetáculos em Portugal poderiam reabrir no dia 1 de junho para eventos com lugares marcados, distanciamento físico e lotação reduzida (MCC com Lusa, 2020). Em entrevista ao Público, o promotor Vasco Sacramento, da

Sons em Trânsito, estima que, pela sua experiência, um concerto precisa de preencher cerca de 70% da lotação para não dar prejuízo (Lopes, 2020). Ciente de que um aumento nos preços poderia compensar a redução de público, este promotor opõe-se a esta medida, salientando que as únicas outras opções para entidades privadas serão beneficiar do apoio estatal ou de mais patrocínios. Na mesma entrevista, o promotor Márcio Laranjeira, da Lovers & Lollypops, considera que o Estado não pode pensar no universo dos concertos como sendo uniforme, pois, cumprindo as mesmas regras, uma promotora privada não terá os mesmos resultados que uma instituição pública. Laranjeira julga que uma opção será a venda adicional de bilhetes que permitam acesso a conteúdos online.

De facto, é no universo online que se multiplicam as iniciativas. Ainda em março, mais de 70 artistas participaram em Portugal no @FestivalEuFicoEmCasa, transmitindo “concertos” de meia hora através do Instagram a partir das suas casas, numa iniciativa, cuja audiência total rondou 2.300.000 espectadores (Blitz, 2020d). Seguiram-se vários outros, tanto no Instagram como no Facebook e no YouTube. Algumas salas de concertos, como o Plano B, no Porto, ou o Teatro Circo, em Braga, criaram também eventos online, e festivais habitualmente presenciais, como o Festival Iminente ou o Vagos Metal Fest, recorreram igualmente à internet para ajudar centros hospitalares ou músicos com atividade suspensa. Em rápida expansão, estas iniciativas online conduziram à criação de, pelo menos, duas páginas na plataforma Patreon (o Música da Casa, com uma programação dependente do número de “patronos” que reúna, e o Clube Lovers & Lollypops, com conteúdos exclusivos dessa editora/promotora), de um *marketplace* onde entidades públicas e privadas podem

encontrar e contratar músicos (Portugal #EntraEmCena) e de duas plataformas dedicadas especificamente aos concertos sem público presencial: a Play It Safe, organizada em conjunto pelo Gig Club e pela Omnichord Records, e a Gigs em Casa, organizada pela Amazing Events.

Consonâncias e dissonâncias

Em geral, Portugal reflete, a uma escala menor, aquilo que tem acontecido no resto do mundo, não só a nível de iniciativas individuais, mas também no que se refere ao uso dos próprios sites. Jack Conte, fundador do Patreon, afirmou à BBC em maio que o número de músicos do Reino Unido na sua plataforma aumentou em 200% desde janeiro (Lynch, 2020). Algumas destas plataformas de grande dimensão têm também introduzido novas funcionalidades, como a possibilidade de fazer doações aos músicos através do Facebook ou do Spotify. No dia 20 de março, a plataforma Bandcamp renunciou às suas receitas, com o valor integral das compras revertendo para os artistas, e Ethan Diamond, co-fundador da plataforma, revelou que os fãs gastaram aproximadamente 15 vezes mais do que numa sexta-feira normal (Silva, 2020).

O evento com maior impacto mediático internacionalmente terá sido o One World: Together at Home, organizado pela cantora Lady Gaga e pelos ativistas Hugh Evans e Declan Kelly. Rapidamente comparado ao Live Aid de 1985, também o One World juntou vários géneros e gerações numa transmissão que durou mais de oito horas e à qual foi possível assistir online e em várias estações televisivas. Evitando o apelo direto aos espectadores, a maior parte das receitas partiu de patrocinadores do evento e de vários filantropos. Ainda antes do evento, Lady Gaga anunciara que tinha já angariado 30 milhões, mas o balanço final

do evento quadruplicou esse valor (Observador, 2020c).

Em Portugal, contudo, o evento mais discutido foi o malogrado TV Fest. Anunciada no dia 8 de abril, esta iniciativa, com um orçamento de 1.000.000 euros atribuídos pelo Ministério da Cultura, pretendia transmitir quatro concertos por dia, durante 30 dias, na *RTP Play* e através das operadoras de televisão nacionais. Previa-se que o valor total fosse distribuído pelos músicos e técnicos a trabalhar no evento. De acordo com Graça Fonseca, ministra da cultura, os objetivos passariam por divulgar a diversidade da música portuguesa, entreter o público em casa, e apoiar os músicos (Coutinho, 2020).

Rapidamente surgiram críticas de importantes figuras no setor. Rui Portulez, da editora Valentim de Carvalho, considerou que o essencial seria fazer ver ao público a importância da cultura e apoiá-la através de *crowdfunding*. Samuel Rego, ex-Diretor Geral das Artes, acusa diretamente Graça Fonseca de distribuir 1.000.000 euros “a troco de lhe agradecerem o dinheiro que não é dela” e de colocar os músicos numa posição humilhante. Acrescenta, ainda, que um dos primeiros participantes (Fernando Tordo) tem uma relação de proximidade com a ministra, e que esta tentara “impor” Tordo na programação do Teatro Nacional de São Carlos no ano anterior (Blitz, 2020e). O critério de seleção dos artistas aparenta ter sido um dos maiores pontos de contestação. Uma petição endereçada ao Presidente da Assembleia da República foi criada no próprio dia e, em menos de 24 horas, recebeu mais de 18 mil assinaturas (Blitz, 2020b), sendo diretamente responsável pela suspensão do evento, com Graça Fonseca a declarar que era necessário repensar a forma de apoiar os músicos e de levar a música portuguesa a um público em confinamento (DN/Lusa, 2020). As repercussões deste episódio são

ainda pouco claras, mas vários dos músicos confirmados para o TV Fest sentiram a necessidade de apresentar justificações para a aceitação do convite (Blitz, 2020c), e evidenciou-se uma cisão no setor. A insistência do Ministério no sentido de parar com os eventos gratuitos online (Robert, 2020), aliás, limita-se a encarar o trabalho dos músicos sob uma perspetiva clássica dependente do pagamento, por parte dos espectadores, de valores predeterminados.

No entanto, a petição elaborada, que criou uma imagem negativa do governo, e em particular do Ministério da Cultura, poderá também ser alvo de uma análise mais aprofundada, destacando-se o facto de nela se afirmar que “não cabe ao Estado criar eventos de cultura” (Martinho, 2020), subentendendo-se que a responsabilidade é delegada por inteiro no setor privado.

Arranja-me um Emprego

De acordo com o economista Alan B. Krueger (2019), a música é um mercado de superestrelas. Neste mercado e no ano de 2017, 1% dos artistas lucrou mais no universo da música ao vivo do que os restantes 99% em conjunto, e 5% dos artistas recolheu 85% do total de receitas da música ao vivo, representando um nível de desigualdade superior ao da sociedade americana no geral (Krueger, 2019: 84-100).

Estas desigualdades manifestam-se em vários campos da indústria: a Live Nation Entertainment, uma das maiores promotoras de concertos a nível global, anunciou em maio perdas de centenas de milhões de dólares, calculando, ainda assim, que mantém uma liquidez de 1,7 mil milhões de dólares, não prevenindo demasiadas reformulações devido à cessação de concertos (Aswad, 2020).

Este é um grau de conforto de que os pequenos promotores em todo o mundo, Portugal incluído, não dispõem.

Para grande parte dos músicos, o verão é o período mais lucrativo devido aos festivais, bailes e romarias. Por isso, a redução drástica nas ofertas de trabalho causa uma insegurança ainda maior em relação ao futuro (Lusa, 2020a; Lusa, 2020c). Tal como relembra Pedro Wallenstein, presidente da GDA – Gestão dos Direitos dos Artistas, muitos músicos trabalham habitualmente em situações precárias, por vezes sem qualquer contrato (Caetano, 2020). Os apoios aos trabalhadores em regime de recibos verdes sofreram várias alterações desde março e esses trabalhadores podem ser dos mais prejudicados devido ao reinício de atividade com lotações limitadas.

Expandindo as ideias contidas num artigo dedicado à suspensão de concertos de música clássica publicado no Observador (Lusa, 2020b), consideramos que as normas de saúde que viabilizem o reinício de concertos devem ter em conta várias situações particulares, entre elas a das orquestras clássicas, constituídas por dezenas de pessoas organizadas e distanciadas de um modo considerado essencial para a adequada interpretação e fruição das obras, pois a alteração do espaçamento entre os músicos alteraria também a acústica.

Várias medidas e apoios foram criados, mas aparentam ser sempre insuficientes. Bastará mencionar que a Linha de Apoio de Emergência às Artes, aberta em finais de março com financiamento de 1.700.000 euros pelo Ministério da Cultura, apenas pôde apoiar aproximadamente 1/3 dos projetos que se candidataram (Carita, 2000). Também no plano político-partidário, a questão foi alvo de intensa discussão e controvérsia. De acordo com o Bloco

de Esquerda, houve um incumprimento generalizado das medidas previstas, o que levou esse partido a afirmar que o Ministério da Cultura “não se faz respeitar” (Carita, 2020), juntando-se, assim, mais uma voz partidária às do PAN, do CDS e do PSD, que tinham já criticado a realização do TV Fest, a exclusão de várias artes do espetáculo, e a demora na resposta do Governo ao setor cultural (Coelho, 2020).

Coda

Ainda que algo superficial, o panorama aqui exposto permite-nos compreender melhor algumas tensões e tendências recorrentes verificadas nestes últimos meses, levantando também diversas questões.

A crise covid-19 relevou a nível estatal a ausência de sintonia entre o Ministério da Cultura e os agentes culturais no país. Esta parece ter sido, aliás, uma das maiores fragilidades do Governo no que respeita ao setor da cultura reveladas durante o período do Estado de Emergência. É certo que o Ministério reconhece a necessidade de melhorar as condições de trabalho na cultura, incluindo o aumento das possibilidades de trabalho remunerado. Todavia, restam dúvidas sobre a forma como os músicos podem suspender-se na espera das soluções políticas neste meio, em termos de incentivo, regulação e apoio a outras modalidades de trabalho que tendem a ser marcadas pelo baixo salário mínimo, pelo recurso artificial a recibos verdes e que variam de acordo com as estações do ano. É neste sentido que a crise covid-19 relança em Portugal a discussão sobre a viabilidade de um Rendimento Básico Incondicional, tal como aconteceu em Espanha.

A nível artístico, a resposta dos músicos e programadores foi intensa, marcada por algumas propostas criativas e espírito de união e entajada. De realçar, contudo, que

a maior parte das iniciativas recorreu não só à internet – que pode acentuar o *digital divide* – mas também a plataformas sobre as quais nem artistas nem consumidores têm controlo adequado, seja ao nível da negociação de rendimentos no Spotify, seja ao nível das definições de privacidade no Facebook.

O elevado número de visualizações dessas várias iniciativas nas redes sociais revela, pelo menos, que há curiosidade em relação a estas. O factor novidade influencia o interesse que algo desperta, pelo que será demasiado precoce, nesta fase inicial, falar-se do estabelecimento de novas práticas. Acresce-se o facto de as iniciativas gratuitas – que podem recorrer a uma economia da dádiva – dependerem das perceções acerca do valor da música como prática artística e/ou comunitária e do poder de compra numa fase pós-pandemia. A utilização do Patreon ou de plataformas próprias para conteúdos inovadores poderá, aliás, provar-se essencial, obrigando músicos, promotores e editoras a pensar constantemente em conteúdos originais, personalizados e não facilmente pirateáveis. Ainda que não possam substituir verdadeiramente os festivais, as próprias performances online são também experiências que, na nossa perspetiva, merecem ser valorizadas e estudadas na sua dimensão sociológica. Os estudos sobre música ao vivo multiplicaram-se no século XXI, e prevemos que também o *streaming* interativo seja alvo de redobrada atenção daqui em diante.

O período de confinamento em casa poderá ter alterado o valor que cada pessoa atribui aos bens materiais, conduzido a uma maior reflexão acerca das decisões monetárias, e reconfigurado as formas de valorização do tempo, que podem envolver novos *hobbies* e o investimento em momentos memoráveis (que tanto podem incluir concertos, como dispensá-los). Ao contrário do que aconteceu nos últimos meses – uma reinvenção da

indústria por súbita necessidade e o surgimento de várias experiências não-remuneradas – o tempo futuro é de interrogação e suscita a necessidade de sincronia entre os vários atores envolvidos.

Por outras palavras, o cenário é naturalmente incerto. A experiência de um festival enquanto evento social será diferente a curto prazo, mas as implicações dessas alterações a longo prazo são ainda uma incógnita. Por exemplo, é plausível que os festivais possam recorrer a mais palcos e recintos, com a organização de concertos a ocorrer em mais datas, similares às habituais “temporadas” de música clássica, ou a recorrer mais a música nacional, sobretudo quando os custos de deslocação entre países forem elevados. Os concertos *drive-in* tanto podem ser apenas uma moda passageira como vir a ser aproveitados de novas formas –por exemplo, para a dinamização do interior do país ou para permitir ao público acompanhar um artista ao longo de um determinado itinerário ou roteiro. Por fim, as várias notícias sobre músicos – amadores e profissionais – a tocar à varanda realçam, uma vez mais, a dimensão comunitária da música. Mas estamos numa altura de ansiedade e de incerteza, uma altura na qual a procura de aconselhamento psicológico cresceu substancialmente (Sábado, 2020). Por isso, insistindo na necessidade de não atribuir à música um valor meramente económico, devido aos efeitos positivos que tem na saúde e no bem-estar das pessoas (Sacks 2008; Krueger, e outros, 2009), torna-se crucial estudar e debater o impacto da covid-19 no setor artístico no curto e no longo prazo.

Habitamos, presentemente, um mundo a dois tempos. Paradoxalmente, o período de suspensão de atividade e a aparência de total estagnação esconde a vertiginosa criação artística na primeira metade de 2020. Se, no meio académico, Zygmunt Bauman (2005)

falava no início do século XXI de uma “vida líquida”, uma vida de incerteza e mutação na sociedade moderna, David Bowie (Pareles, 2002) profetizava na mesma altura que a música se tornaria como um fluxo de água: constante, sofrendo imparáveis mudanças, e sem possibilidade de um regresso ao passado. O cantor acreditava, aliás, que a música ao vivo seria cada vez mais essencial, e que seria o único percurso viável para músicos. Quase duas décadas depois, esse parece de facto ser o caso, mas o momento que atravessamos ilumina, como um holofote, a fragilidade de uma indústria assente num só pilar.

Referências

- Aswad, Jem (2020), “Live Nation’s Michael Rapino talks reopening and renegotiating the concert business”, em *Variety* (07/05/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://variety.com/2020/music/news/live-nation-michael-rapino-coronavirus-concerts-return-1234601320>>
- Bauman, Zigmunt (2005), *Liquid Life*, Cambridge, Polity Press.
- Blitz (2020a), “Já há protótipos de fatos para as ‘raves’ pós-pandemia”, em *Blitz* (02/05/2020), consultado a (20/05/2020), em <<http://blitz.pt/principal/update/2020-05-02-Ja-ha-prototipos-de-fatos-para-as-raves-pos-pandemia>>
- Blitz, (2020b), “História da contestação ao finado TV Fest”, em *Blitz* (09/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://blitz.pt/principal/update/2020-04-09-Historia-da-contestacao-ao-finado-TV-Fest>>
- Blitz (2020c), “‘Nada pedi, nada roubei, nada escolhi e a nada enganei’ A revolta dos artistas que iam participar no TV Fest”, em *Blitz* (10/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://blitz.pt/principal/update/2020-04-10-Nada-pedi-nada-roubei-nada-escolhi-e-a-nada-enganei-A-revolta-dos-artistas-que-iam-participar-no-TV-Fest>>
- Blitz (2020d), “Quantas pessoas viram o @FestivalEuFicoEmCasa, com 78 nomes da música em Portugal”, em *Blitz* (26/03/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://blitz.pt/principal/update/2020-03-26-Quantas-pessoas-viram-o-FestivalEuFicoEmCasa-com-78-nomes-da-musica-em-Portugal>>
- Blitz, (2020e), “Vários músicos pedem o cancelamento do TV Fest, festival do Ministério da Cultura para apoiar a música portuguesa”, em *Blitz* (09/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://blitz.pt/principal/update/2020-04-08-Varios-musicos-pedem-o-cancelamento-do-TV-Fest-festival-do-Ministerio-da-Cultura-para-apoiar-a-musica-portuguesa>>
- Caetano, Maria João (2020), “Os artistas estão na internet. Mas como é que isso lhes vai pagar as contas?”, em *Diário de Notícias* (01/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://www.dn.pt/edicao-do-dia/01-abr-2020/os-artistas-estao-na-internet-mas-como-e-que-isso-lhes-vai-pagar-as-contas-12005884.html>>

- Carita, Alexandra (2020), “Quase dois milhões de euros a dividir por 300 agentes culturais”, em *Expresso* (13/05/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://expresso.pt/cultura/2020-05-13-Quase-dois-milhoes-de-euros-a-dividir-por-300-agentes-culturais>>
- Coelho, Liliana (2020), “Graça Fonseca sobre TV Fest: ‘O dinheiro não era para a RTP, mas integralmente para músicos e técnicos’”, em *Expresso* (15/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://expresso.pt/politica/2020-04-15-Graca-Fonseca-sobre-TV-Fest-O-dinheiro-nao-era-para-a-RTP-mas-integralmente-para-musicos-e-tecnicos>>
- Coutinho, Miguel Conde (2020), “Governo cria festival na TV e apoio de 1 milhão de euros para a música”, em *Jornal de Notícias* (08/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://www.jn.pt/artes/governo-cria-festival-na-tv-e-apoio-de-1-milhao-de-euros-para-a-musica-12045307.html>>
- DN/Lusa (2020), “Ministra da Cultura suspende TV Fest após milhares de críticas”, em *Diário de Notícias* (09/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://www.dn.pt/cultura/covid-19-governo-suspende-tv-fest-para-repensar-projeto-apos-criticas-do-setor--12053383.html>>
- Harvey, David (1990), *The condition of postmodernity: an enquiry into the origins of cultural change*, Oxford, Blackwell Publishers.
- Jornal de Notícias (2020), “24.800 espetáculos afetados pela pandemia em Portugal”, em *Jornal de Notícias* (03/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://www.jn.pt/artes/24800-espetaculos-afetados-pela-pandemia-em-portugal-12026879.html>>
- Krueger, Kahneman, e outros (2009), “National time accounting: the currency of life” em Alan Krueger (ed.), *Measuring the Subjective Well-Being of Nations: National Accounts of Time Use and Well-Being*, Chicago, Chicago University Press, pp. 9-86.
- Krueger, Alan (2019), *Rockonomics: what the music industry can teach us about economics (and our future)*, Londres, John Murray.
- Lopes, Mário (2020), “Concertos: será necessário reinventá-los mas essencial é que regressem”, em *Público* (10/05/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://www.publico.pt/2020/05/10/culturaipsilon/noticia/concertos-sera-necessario-reinventalos-essencial-regressem-1915939>>

- Lusa (2020a), “Músicos que animam bailes de verão já pensam em mudar de profissão”, em *Observador* (17/05/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://observador.pt/2020/05/17/musicos-que-animam-bailes-de-verao-ja-pensam-em-mudar-de-profissao>>
- Lusa (2020b), “O peso da paragem da atividade em projetos portugueses de música clássica”, em *Observador* (21/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://observador.pt/2020/04/21/o-peso-da-paragem-da-atividade-em-projetos-portugueses-de-musica-classica>>
- Lusa (2020c), “Rendimentos dos músicos portugueses arrasados pela crise do novo coronavírus”, em *Blitz* (22/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://blitz.pt/principal/update/2020-04-22-Rendimentos-dos-musicos-portugueses-arrasados-pela-crise-do-novo-coronavirus>>
- Lynch, Paul (2020), “Live music circuit ‘risks collapse within weeks’”, em *BBC* (08/05/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://www.bbc.com/news/uk-england-52573685>>
- Martinho, Maria (2020), “Petição pede o cancelamento do TV Fest, a iniciativa do Governo para apoiar a música portuguesa com 1 milhão de euros”, em *Observador* (08/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://observador.pt/2020/04/08/peticao-pede-o-cancelamento-do-tv-fest-a-iniciativa-do-governo-para-apoiar-a-musica-portuguesa-com-1-milhao-de-euros>>
- MCC com Lusa (2020), “Cultura começa a reabrir em maio, mas festivais ainda em suspenso”, em *Jornal de Notícias* (30/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://www.jn.pt/artes/cultura-comeca-reabrir-mas-festivais-ainda-em-suspenso-12137505.html>>
- Observador (2020), “‘One World: Together at home’: o Live Aid em tempos de Covid-19 angariou quase 120 milhões de euros”, em *Observador* (19/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://observador.pt/2020/04/19/one-world-together-at-home-o-live-aid-para-apoiar-os-profissionais-da-saude-contra-o-coronavirus>>
- Pareles, Jon (2002), “David Bowie, 21st-Century Entrepreneur”, em *The New York Times* (09/06/2002), consultado a 20/05/2020, em <<http://www.nytimes.com/2002/06/09/arts/david-bowie-21st-century-entrepreneur.html>>

Pereira, Lia (2020), “Álvaro Covões à imprensa espanhola: as perdas do NOS Alive, a impossibilidade de manter o cartaz e os concertos só com artistas portugueses”, em *Blitz* (12/05/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://blitz.pt/principal/update/2020-05-12-Alvaro-Covoes-a-imprensa-espanhola-as-perdas-do-NOS-Alive-a-impossibilidade-de-manter-o-cartaz-e-os-concertos-so-com-artistas-portugueses>>

Robert, Sofia (2020), “Ministra da Cultura diz que os concertos online gratuitos têm de acabar”, em *NiT* (08/05/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://nit.pt/coolt/musica/ministra-cultura-diz-concertos-online-gratuitos-tem-de-acabar>>

Sacks, Oliver (2008), *Musicophilia*, Londres, Picador.

Sábado (2020), “Desempregados e alunos lideram pedidos de apoio psicológico ao SNS”, em *Sábado* (11/05/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://www.sabado.pt/portugal/detalhe/desempregados-e-alunos-lideram-pedidos-de-apoio-psicologico-ao-sns>>

Silva, Sofia Matos (2020), “Bandcamp retoma campanha para apoiar artistas”, em *Público* (28/04/2020), consultado a 20/05/2020, em <<http://www.publico.pt/2020/04/28/culturaipsilon/noticia/bandcamp-retoma-campanha-apoiar-artistas-1914258>>

7

Resumo

Este texto discute alguns cruzamentos importantes entre tempo, comunicação e política no contexto de crise pandémica, proporcionado pela propagação da covid-19. Mediante a ilustração de alguns casos relativos ao posicionamento de políticos portugueses durante o período inicial do que chamamos tempo pandémico em Portugal, clarificamos a importância que a gestão do tempo pode ter para uma comunicação eficaz em momentos que juntam o medo e a incerteza totais, com a necessidade de ação concreta por parte dos responsáveis políticos e de toda a população, em geral.

Palavras-chave

Comunicação Política, Tempo, Pandemia, Covid-19, Gestão de Crise.

Author/Autora

Ana Moreira

Universidade do Minho
Portugal

Introdução

Os média tiveram nos últimos meses um papel central no esclarecimento das medidas de prevenção contra a covid-19. Têm sido também agentes de disseminação de informação sobre apoios financeiros para empresas, funcionamento da telescola e calendários escolares e plano de (des)confinamento, entre outras. Além das palavras “coronavírus”, “covid-19” e “pandemia”, outras expressões, tais como “achatar” (a curva da pandemia), “estado de emergência” e “estado de calamidade”, “cerco sanitário”, “(des)confinamento”, “distanciamento social”, “isolamento profilático”, “*layoff*”, “quarentena”, “teletrabalho” e “telescola” entraram massivamente no vocabulário dos cidadãos, por via dos média.

Com efeito, a teorização sobre o tempo, os média e a política é ainda escassa. Todavia, é possível estabelecer que as análises e

reflexões realizadas tendem a ser bastante críticas sobre a recorrência de conflitos de tempo marcados pelo imperativo de cada um dos sistemas – média e política responderem a missões distintas. Morgado questionava-se sobre a disputa pela soberania do tempo no diálogo entre poder político, líderes de opinião (poder ideológico) e opinião pública e argumentava que estes poderes procuraram “prever, antecipar e instituir uma ordem social que se inscreve no futuro” (Morgado, 2005: 118). Bennet e Pfetsch (2018) afirmam que a comunicação política contemporânea “ocorre cada vez mais em contextos definidos pela atenção diminuída do cidadão, sistemas híbridos de média, ascensão de movimentos e partidos antidemocráticos e fluxos de informações políticas em rede, muitas vezes polarizadas” (2018: 250). É um facto que a política em Portugal está repleta de exemplos que plasmam a potencialidade de os média atuarem “no” tempo ou “antes”

do tempo da ação política (Moreira, e outros, 2017: 5) construindo cenários de debate que, embora contribuam para a “encenação do tempo passado e futuro” (Araújo, 2018: 72), acabam, paradoxalmente, por os fazer “prisioneiros do presente” (Morgado, 2005: 131).

Neste sentido, o presente texto parte do pressuposto de que a comunicação política é um processo de coprodução que envolve os políticos, os jornalistas e os cidadãos (Gurevitch, e outros, 2009; Ribeiro, 2016; Vicente, 2012) e intenta apresentar uma breve reflexão sobre a qualidade da comunicação política na gestão da covid-19 em Portugal, destacando algumas questões específicas que se prendem com o modo como o tempo pode ser um elemento central nesse processo. A preocupação com a cobertura mediática sobre este novo vírus ganhou intensidade após o dia 2 do mês de março de 2020, quando foram divulgados os primeiros 2 casos em Portugal. Esta intensificação do interesse mediático transparece das capas de jornais, notícias de abertura dos telejornais, páginas online, entre muitos outros espaços. Neste sentido, a nossa reflexão toma em consideração alguns dos conteúdos publicados em plataformas digitais e partes de discursos de políticos veiculadas nas notícias publicadas, particularmente aqueles que podemos considerar terem tido mais capacidade, pela legitimidade dos seus enunciadores, de marcar o tempo pandémico.

O tempo da comunicação política em tempo de crise

Cunha (2018) considera que as eleições legislativas de 2009 em Portugal foram moldadas pelo contexto de crise económica, declarando que a crise demonstra a “capacidade de um sistema (económico, político, jurídico e social) e dos seus agentes se adaptarem às mudanças e vencerem os desafios” (Cunha, 2018: 1). De facto, a teoria tende a

considerar que as crises, porque exigem a gestão equilibrada da velocidade (na tomada de decisão ajustada ao risco e ao perigo) e da espera (na resiliência e ponderação, incluindo face a críticas), são tempos estratégicos para revelar a qualidade das lideranças políticas (Boin, e outros, 2016). Esta sugestão é ainda mais relevante, se considerarmos o papel que os média têm na construção e na gestão da crise. Aliás, num mundo mediático, podemos pensar que seja cada vez mais complicado para os líderes políticos (pelo menos nos sistemas democráticos) omitir ou mascarar informações (Pires, 2014: 40). Para uma eficaz gestão de crise, Ferreira (2017) sugere que, desde logo, deva ser evitado o silêncio, indicando que as instituições envolvidas na crise devem responder sempre às perguntas realizadas no espaço mediático, mesmo não tendo todas as informações desejáveis. Matta (2017) argumenta que cada crise é única, mas os padrões de comunicação devem ser mantidos: a comunicação deve ser clara e rápida, atenta à repercussão pública e, em alguns momentos, inscrever um caráter emotivo e humano, mantendo o nível de credibilidade da instituição que comunica. A situação de crise, como acontece com uma pandemia, confronta a sociedade e os seus governos com a surpresa e o inesperado (Pires, 2014) e, por isso, a comunicação “de crise” deve, além de ser transparente, refletir um trabalho profundo de antecipação que alargue o tempo de ponderação necessário a tomadas de decisão, com implicação na vida das pessoas. Agora, a pergunta central a responder é a seguinte: que podemos dizer de forma breve sobre tempo e comunicação política em tempos de pandemia (covid-19) em Portugal?

Covid-19 e a quarentena político-mediática

Impõe-se uma breve contextualização da situação em Portugal, comparando-a com alguns sistemas democráticos também afetados por este vírus. Em Portugal o Estado de Emergência foi declarado no dia 19 de março de 2020, após sugestão do Presidente da República Portuguesa (PR). Pouco tempo depois, foi entendido, tanto pelo Primeiro-ministro (PM) como pelo Presidente, que esse estado de emergência teria que ser renovado, o que aconteceu a 3 de abril e, novamente, em 17 de abril de 2020 (num total de 45 dias). Terminou a 3 de maio, dia em que se declarou o Estado de Calamidade Pública. Segundo uma infografia publicada pela RTP, no dia 20 de maio de 2020, Portugal encontrava-se em 26º lugar no *ranking* mundial de infetados com covid-19, com 29 660 casos. Em primeiro lugar, estavam os Estados Unidos da América (1 529 785), seguindo-se a Rússia (308 705), o Brasil (271 885), o Reino Unido (250 138), a Espanha (232 037), a Itália (226 699), a França (180 933) e a Alemanha (177 842). Também os Estados Unidos da América registavam o maior número de mortes à data (91 938), seguindo-se o Reino Unido (35 422), a Itália (32 169), a França (28 025), a Espanha (27 778) e o Brasil (17 883). Portugal posicionava-se no 22º lugar desta contagem, com 1 247 mortes.

Após serem confirmados os dois primeiros casos de covid-19 em Portugal, o PR e o PM fazem as seguintes declarações aos média:

O que era estranho era que, havendo em todos os países vizinhos, próximos, para onde iam e donde vinham compatriotas nossos, que não houvesse nenhum caso em Portugal (Marcelo Rebelo de Sousa, 03/03/2020)

A principal recomendação que faço é que cada pessoa que tenha tido

contacto com alguém que esteja contaminado ou que venha a saber que está contaminado esteja particularmente atento aos sintomas que tem e, em caso de sintomas, recorrer à linha Saúde24 (António Costa, 03/03/2020)

Desta forma direta e objetiva os dois representantes políticos inauguravam o tempo pandémico em Portugal. Nesta altura, os discursos que convergem no espaço do eco mediático são pouco informativos e não comprometidos. O desconhecimento do vírus e das formas de propagação é enorme. As declarações são diretas e objetivas e não desvalorizaram ou minorizam o problema. Lembremos que outros políticos iniciaram o mesmo período com declarações defensivas e pouco ancoradas cientificamente. Por exemplo, Donald Trump e Jair Bolsonaro tomaram, desde o primeiro dia, ao arrepio de todas as indicações dadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS), posições públicas pouco ponderadas e que vieram a ser consideradas irresponsáveis, nomeadamente ao sugerir injetar desinfetante para limpar os pulmões ou mostrar-se perante as câmaras em manifestações contra o confinamento, como aconteceu com Bolsonaro que tossiu sobre os apoiantes e afirmou:

Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar. Nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho (Jair Bolsonaro, 24/03/2020)

Até porque o brasileiro tem que ser estudado. Ele não pega nada. Você vê o cara pulando em esgoto ali, sai, mergulha, tá certo? E não acontece nada com ele. (Jair Bolsonaro, 26/03/2020)

Segundo Negrine (2008), a segurança e a saúde públicas são necessidades básicas a

serem cumpridas e mantidas nos sistemas democráticos. A impulsividade e a rapidez nas respostas e posturas destes dois políticos revelam um lado contraproducente da gestão da crise, essencialmente por não serem capazes de marcar o tempo, gerar um ritmo pandémico sincronizado, tal como aconteceu em Portugal.

Por exemplo, no dia 8 de março de 2020, o PR suspende a sua agenda e decide ficar de quarentena voluntária, depois de ter estado com uma turma de uma escola de Felgueiras onde foi detetado um caso suspeito de covid-19. Esta postura inaugurou o tempo da proteção e da responsabilidade individuais. Se os portugueses ainda encaravam menos seriamente esta pandemia, a espetacularidade do “exemplo do presidente” tal como plasmada nos média, foi um gatilho eficaz para a constituição da temporalidade do cuidado no quotidiano.

Com efeito, no dia a seguir a esta notícia, Marcelo Rebelo de Sousa protagoniza mais um momento que consolida a temporalidade alerta. O Presidente, falando de um púlpito improvisado, a partir do terraço da sua residência em Cascais, interage com os jornalistas num tempo-confidência que marca uma nova marca no tempo pandémico: o presidente não está contaminado. O PR afirma:

Está a ser posta agora a nota, o resultado deu negativo, eu vou continuar a trabalhar aqui em todo o caso até à semana que vem, até se preencherem os 15 dias sobre o encontro (Marcelo Rebelo de Sousa, 09/03/2020)

A mensagem é esta: o tempo social pode retomar o equilíbrio, porque o PR está bem de saúde e arranca um novo ciclo de projeção do PR no debate e na gestão da crise. No dia 13 de março de 2020, O PR promulga o diploma do Governo do qual constam medidas

extraordinárias e volta a marcar o ritmo do tempo pandémico, ao afirmar que a pandemia “pode ser mais grave e duradoura”, desacelerando possíveis expectativas de regresso a normalidade. Dois dias depois, António Costa cria o tempo sincrónico com o Presidente e revela que apoiará a decisão do PR que anuncia ter convocado o Conselho de Estado para discutir a eventual decisão de decretar o estado de emergência. O PR, num tom grandioso, pronuncia-se à população:

“Vencemos pestes, vencemos crises económicas e financeiras. Aquilo que é preciso decidir será decidido, as medidas que é preciso tomar serão tomadas” (Marcelo Rebelo de Sousa, 15/03/2020)

Perspetivando o tempo de futuro-presente (Moreira, 2019), o PR compromete-se e compromete os responsáveis políticos a tomarem as decisões e as medidas necessárias. Dia 18 de março de 2020 é realizado o Conselho de Estado de forma diferente do habitual. Uma reunião histórica, por videochamada.

O PR está praticamente sozinho (Imagem 1), diante de um ecrã, num tempo-outro imposto pelo isolamento e, em simultâneo, pela emergência do presente. Ao mesmo tempo que se pode perceber o modo como o tempo tecnológico invade o tempo da reunião, incluindo a sobreposição (ou interrupção) de vozes ou as falhas de imagem e de som, institui-se o tempo simultâneo e sincrónico que se sobrepõe ao tempo “analógico” do vírus.

No mesmo dia, o PR decreta o Estado de Emergência até 2 de abril. Nos dias que se seguem são aprovadas várias medidas pelo Governo em Conselho de Ministros (suspensão até setembro do pagamento dos créditos à habitação e de créditos de empresas; medidas excecionais de proteção dos postos de trabalho; uma proposta de lei que prevê um



Imagem 1 /

Imagens recolhidas do Conselho de Estado. Fonte: Presidência da República

regime de mora no pagamento das rendas, habilitando ainda o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana a conceder empréstimos a inquilinos, entre outras várias medidas excecionais para este período). No dia 26 de março, o PR antevê a possibilidade de ver renovado o Estado de Emergência e pede aos portugueses para que, no período da Páscoa, continuem a respeitar as regras de contenção.

No final do mês de março, com 140 mortes e 6 408 infetados, António Costa reforça o estado de suspensão e marca-o, afirmando que Portugal “vai entrar no mês mais crítico desta pandemia”. Mais à frente diria que o tempo que se avizinhava ia ser “perigosíssimo”, num discurso que é marcado pela referência estrutural às incertezas:

O vírus não anda sozinho. Somos nós que o levamos. Se nós não formos, ele não vai. (...) O sonho que todos temos é que no final do mês de abril possamos começar a abrir um pouco as portas. Mas não sabemos se isso vai acontecer e ninguém sabe dizer (António Costa, 01/04/2020)

De modo global, podemos reter algumas ideias deste processo da gestão da comunicação política de pandemia em Portugal entre março e abril que subscrevem a operacionalidade das teorias referidas acima (Ferreira, 2017; Matta, 2017; Pires, 2014).

A comunicação assentou em respostas rápidas aos problemas que iam surgindo, sugeridos pela OMS de Saúde e pela Direção-Geral de Saúde e que marcam a temporalidade dos discursos que apelam à responsabilidade e que fornecem dados factuais, tendo por efeito a minimização do impacto e do pânico. Verifica-se também a presença diária nos meios de comunicação de responsáveis políticos, particularmente o PM, do PR e a Diretora-Geral de saúde, Graça Freitas, o que acentua a qualidade coletiva do tempo pandémico.

Notas finais

O objetivo inicial deste texto consistiu em perceber como o tempo foi importante na gestão da comunicação política no período inicial da covid-19 em Portugal. Face à complexidade que o tema da comunicação política sugere (Bennett e Pfetsch, 2018), a

informação tratada permite-nos concluir ter imperado a rapidez e a instantaneidade, ainda que apoiada por uma visão de tempo-futuro. Pudemos verificar que o tempo inicial da experiência da pandemia foi um momento de efervescência, marcado por múltiplas tomadas de decisão, que incluíram o fecho de fronteiras e a entrada em vigor do Estado de Emergência.

Como tal, o período de “crise”, correspondeu a um período de suspensão, um tempo extraordinário, durante o qual a sincronia de tempos e temporalidades sobressaiu como traço preponderante da política. Os tempos e as temporalidades digitais (videoconferências, redes sociais dos políticos, como por exemplo, *Twitter* e *Instagram*) foram recursos fundamentais na elaboração dessa temporalidade suspensa e, ao mesmo tempo, repleta de ação. Deixam muitos questionamentos por explorar, mas a sua amplitude comunicacional é inequívoca.

“Prisioneiros do presente” (Morgado, 2005), os meios de comunicação vivem durante o tempo pandémico a experiência única de teste à sua capacidade de adaptação e resposta que exige equilíbrio constante entre aceleração e atraso. Até ao momento, o tempo comunicacional mediático ficou bastante marcado pela desconstrução, explicação e análise das propostas, medidas e informações trazidas dos campos da saúde e da política (e economia) sobre a evolução da pandemia e muito ancoradas em perspectivas temporais negativas sobre o comportamento do vírus. O tempo de ponderação e de confirmação foi sempre curto e a centralidade ou a “prisão” no presente constituiu um tempo de deslumbramento social único marcado por múltiplas outrora impensáveis sincronias. Alguns jornalistas tiveram um papel na constituição do tempo -intervalo que marcou o período pandémico, como, entre outros, Rodrigo Guedes de Carvalho.

Mas, à medida que a efervescência do tempo de dissipa, devido ao controlo do risco e ao progresso da conquista de um ritmo social mais estável e “normal”, esta centralidade do presente nos meios mediáticos toma novos contornos que importa continuar a questionar.

Referências

- Araújo, Emília R. (2018), “Para uma perspetiva aplicada do tempo na política”, *Revista de Estudos Sociais*, vol. 65, nº, pp. 63-72.
- Bennett, W. Lance, e Pfetsch, Barbara (2018), “Rethinking Political Communication in a Time of Disrupted Public Spheres”, *Journal of Communication*, vol. 68, nº 2, pp. 243-253.
- Boin, Arjen, e outros (2016), *The Politics of Crisis Management: Public Leadership Under Pressure*, Cambridge University Press.
- Cunha, Isabel F. (2018), “Partidos, Candidatos e Temas Nos Jornais Televisivos: Eleições 2009” em *BOCC - Biblioteca On-Line de Ciências Da Comunicação*, pp. 1-22, consultado a 07/05/2020, em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/cunha-isabel-2018-partidos-candidatos-temas.pdf>
- Ferreira, Nuno (2017), “*A Comunicação de Crise*”, Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, Portugal.
- Gurevitch, Michael, e outros (2009), “Political Communication -- Old and New Media Relationships”, *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, vol. 625, nº 1, pp. 164-181.
- Matta, Camila (2017), “A comunicação estratégica na gestão da comunicação de crise nas organizações e o papel do profissional de assessoria de imprensa”, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, Portugal.
- Moreira, Ana (2019), ““De 0 a 10, digo 100”. Um estudo sobre a corrupção política e os média”, Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Moreira, Ana, e outros (2017), “Nota de apresentação”, em Ana Moreira, Emília Araújo, & Helena Sousa (eds.), *Comunicação e Política: tempos, contextos e desafios*, Braga, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, pp. 5-18.
- Morgado, Isabel S. (2005), A pressão política sobre os líderes de opinião – a luta pela soberania do tempo, em João Correia (org.), *Comunicação e Política. Estudos em Comunicação*, Covilha, Labcom, pp. 115-146.
- Negrine, Ralph. M. (2008), *The Transformation of Political Communication: Continuities and Changes in Media and Politics*, New York, Palgrave Macmillan.

- Pires, Joana (2014), “*Gestão de Crise em Escândalos Políticos: Os “casos Relvas”*”, Dissertação de Mestrado, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Ribeiro, Vasco (2016), “A crise da comunicação política: os media, o jornalismo e a assessoria de imprensa como responsáveis pelo divórcio entre cidadãos e política”, em Hélder Prior, Liziane Guazina, e Bruno Araújo (eds.), *Diálogos Lusófonos em Comunicação e Política*, Covilhã, LABCOM.IFP, pp. 101-122.
- Vicente, Francisco. C. (2012, ab), “Política mediatizada: a televisão e a configuração do dispositivo de comunicação política”, em *Observatório Político* (abril, 2012), consultado a 30/04/2019, em <http://www.observatoriotipolitico.pt/wp-content/uploads/2012/04/wp-9.pdf>

8

For Tita. With Love.

GRADUATION BY THE COUCH. RITUAL, PANDEMIC, AND LIFE THAT (DOES NOT) GOES ON

DOI
10.15847/CIES2020TEMPOSUSPENSO

Author/Autora

Rosalina Pisco Costa

Universidade de Évora
CICS.NOVA.UÉvora – Centro Interdisciplinar de
Ciências Sociais
Portugal

May, Mills and Me

Ritual plays an important role in higher education and in the university collective life. On every campus, events are organized to welcome new students, and years later send them forth as graduates and *alumni*. Being a sociologist, for long interested in rituals and, at the same time, the proud aunt of a senior student just finishing her university studies, I did not indifferently experience the postponement of 2020 graduation ceremonies because of the COVID-19 pandemic.

In May, while experiencing the (slow) deconfinement from the lockdown in Portugal, I often remembered the words of C. Wright Mills (1959) in *The Sociological Imagination*, when addressing the beginning student remembers that “the most admirable thinkers within the scholarly community you have chosen to join do not split their work from their lives. They seem to take both too seriously

to allow such dissociation, and they want to use each for the enrichment of the other” (Mills, 1959: 195). Without claiming to belong to those “admirable thinkers”, decisions to cancel or to postpone in-person graduation ceremonies was just one of the multiple events that during this period led me to think about the power of sociological imagination to understand how global pandemic impacts and connects my life and the lives of those closest to me.

Just as probably many sociologists around the world, I remember exactly the context in which I was introduced to C. Wright Mills’s *The Sociological Imagination* (Mills, 1959). By that time, I was a sociology freshman, who had just started university. Professor Augusto da Silva (1929-2014), a Jesuit priest, kept quoting by heart many sociologists in his lectures. Among them was C. Wright Mills (1916-1962), and often a free adaptation

of this quote was repeated: “the sociological imagination enables us to grasp history and biography and the relations between the two within society. That is its task and its promise.” (Mills, 1959: 6). Moved by curiosity, as soon as I could after my first sociology classes, I went to the university library. In the “sociology corridor”, it was not difficult to find the book, with several copies lining up on the shelf. The Brazilian Zahar Editores edition I consulted at the time had a red cover, and when I first touched it, I had the feeling that many hands before mine had already leafed through it, and many had read it. I must admit that, by then, my exposure to the book was limited, as I read just some parts, namely “The Promise” and the appendix “On Intellectual Craftsmanship”. Only later, I realised the real importance and long-standing influence of C. Wright Mills’s *The Sociological Imagination*, and that what I thought was an individual fascination and enthusiasm, had happened probably in the same engaging way with many students and researchers all over the world (ISA, 1998; Scanlan & Grauerholz, 2009).

Diving again into the pages of *The Sociological Imagination* in May 2020, not as a first-year student anymore, but as a PhD researcher interested in family rituals, constituted a new and stimulating opportunity to think about my own academic biography and to spotlight the multiple relations between the pace of everyday life and celebrations, rituals and time in university. Just as it travels from China’s Hubei Province to Évora, Portugal; from the cloister of the University into the bedroom of my niece; and from the past into the future, this text ends-up interrogating the apparently irrelevant familiar through the never-blurred lens of the sociological imagination.

Squares, Stadiums and the many Arenas of Personal Life

The general lockdown caused by COVID-19 came to give visibility to the often-neglected presence – and importance – of family rituals. Despite differences between states and territories regarding orientations towards public spaces such as streets, religious worship spaces, monuments, museums, workspaces, schools and universities, rules on public and private physical gatherings were imposed and observed, as collective social occasions significantly increase the risk of coronavirus spreading. Whether these rules applied to large-scale spaces, such as squares, stadiums and theatres, they had a twofold important impact on family relations as specific arenas of personal life.

The World Health Organization’s recommendations on public health measures and surveillance for novel coronavirus strongly limited the intra and intergenerational relations outside the house, which impacted the extended, yet variable family network composed by uncles and aunts, cousins and grandparents. Because the elderly was considered a priority risk group, strict guidelines issued by WHO aimed its protection, which meant keeping physical distancing with the close social network, including relatives. Specifically, wherein grandparents play an important role in the daily life of their non-cohabiting children and grandchildren, namely when assuring routine care needs, impacts were more visible.

Additionally, limiting the possibility of gathering had instant consequences in the cancellation or postponement of many family occasions and events, both “small and big days” (Costa, 2011). Of these, probably the most visible impact was on life-cycle rituals. Because marriage, birth and death are rendered cultural events of great significance, countless related news appeared in

the media: weddings were postponed, and contacts were limited to greet new-borns in the hospital and bid farewell to the dead in funeral services. Beyond the many “*Ring by Spring*” postponements, in a more invisible domain, not so much of life-cycle rituals but family traditions, restrictions strongly impacted family visits and reunions, birthdays, anniversaries, and many holidays and other seasonal or festive celebrations taking place both inside and outside the home. Graduation ceremonies, insofar as they call for different dimensions of individuals’ personal lives, were no exception.

Family rituals constitute prescribed practices (Morgan, 1996; 2011) arising from family interaction, holding a symbolic or “special meaning” (Bossard & Boll, 1950; Wolin & Bennett, 1984; Imber-Black & Roberts, 1993; Fiese, 2006). They comprise days or occasions during the year or the life of the individuals, as well as moments in the daily routine, covering activities from the most organized and rare occasions to the most spontaneous and frequent (Wolin & Bennett, 1984) or as Imber-Black and Roberts (1993) put it, from “the outside” to the “inside calendar” of the families. Rituals offer a “protected time and space” (Imber-Black & Roberts, 1993), considered as “different” from the everyday life, which can be anticipated and remembered for years to come (Etzioni & Bloom, 2004). Rituals are communal, strongly emotionally invested experiences, and socially impose to individuals through tradition and social pressure, thus allowing for a distinct perception on time. Whether a wedding can be cancelled and postponed, a funeral can’t. Similarly, if a graduation celebration can be rescheduled, the expected day for it to happen, itself, cannot, and students end up completing their courses as they pass final exams. As *chronos*, time continues to count even if socially it can be sometimes suspended. In fact, it is but *kairós*

– the socially differentiated appropriation of time, that allows one to speak in “suspended time” (Bell, 1997).

Graduation as a Rite of (Blurred) Passages

French anthropologist Arnold van Gennep founded his analysis on rituals on the idea of “passage”. In *Rites of Passage*, van Gennep (1909) distinguished three successive but separate stages in the analysis of the individuals’ life-cycle key moments (birth, coming-of-age for boys and girls, marriage and death): separation, margin, and aggregation. According to this author, societies are characterized by discontinuity, and the rite of passage seeks to remake the social order questioned in each new stage of the human life cycle. In so doing, it guides the individual behaviour from one stage into the other, diminishing fear and anxiety in face of the unknown while controlling expected and “normal” behaviour in society.

Differently from “primitive” societies, highly industrialized and secular cultures in postmodernity lack clear life-passage rituals (Bell, 1997). Major events as birth, coming-of-age, marriage and death tend to be less determined by others or tradition, more personalized, and more informal, less communal and more private. Specifically, regarding the entry into adulthood, one can speak more about transitions into adulthood, not necessarily linear or predictable, rather than a clear-cut passage in time (Galland, 1985; Guerreiro, and others, 2007). Far from strict separation and initiatory practices, contemporary coming-of-age rites are more subtle, variable and dependent on the meaning each one recognizes them. To illustrate, a formal debutant ball or simply celebrating one’s eighteen birthday going out with friends, a high school graduation party or a senior trip, getting the driving license or owning a

car, leaving the parents' home, going for an interrail experience, living with a partner, marrying or having children.

Van Gennep's early work on rites of passage is landmark in influencing many studies on rituals and symbolism attending events, such as graduation ceremonies (Gusfield & Michalowicz, 1984; Manning, 2000). While graduation sometimes implies changes from places of residence and affective places of belonging, symbolically marks a person's transition from a stage of learning and dependence (from the family of origin) to a stage of independence and self-sufficiency. Even though nowadays society is less linear than in the past, with graduation meaning not necessarily the entry in the labour market, this moment keeps a "special" yet variable importance across countries, social contexts and families (Manning, 2000).

Having participated in several graduation ceremonies, either as a student, more recently, as a member of the university's rector team of the university where I teach, made me strength the belief of its multiple, sometime hidden, meanings. Among peers, this is mainly a time of celebration, farewell and commencement, allowing for some degree of excess and socially accepted licence. If taken from a family point of view, graduation ceremonies can be envisaged as extremely significant shared family rituals affirming for success and accomplishment among amid adversities. Especially for first-generation graduates, low-income backgrounds, migrant contexts or when studying in higher education was accompanied by personal, family, financial or health problems, to participate in a graduation ceremony can be a tangible way of showing the student and its family resilience and sacrifice, and to give rise to hopes and dreams of future reward through educational and generational mobility (Manning, 2000).

Envisaged as family rituals, graduation celebrations involve both host and guests. Graduates gather with their parents, partners and other relatives and friends, who usually join bringing meanings, obligations and expectations in the form of interactive and significant processes that unfold in family and culturally specific contexts. Activities may include joining in specific places, such as the university facilities, the house of the student or the family's home; enrolling in some kind of ceremonial, either an academic tribute, sometimes including a religious service; exchanging gifts towards the ceremony preparation, such as specific clothes or artifacts, aimed at the future professional life, namely a personalized pen, an instrument or a religious or secular amulet, or simply to mark the moment itself as a "memorable" and "happy" occasion, as when congratulating the honoree with money, flowers, jewelry or candies; finally, participating in a communal feast, often including abundant food and drink, music, eventually dancing. Moreover, these are expectedly moments of shared enthusiasm, to be lived positively, with happy feelings and wishes of luck, health and a prosperous future. As Bossard and Boll point out, family rituals are social in nature while having "an emotional colouring" (Bossard & Boll, 1950: 186), incorporating into itself "the sound, sights, temperatures, touch sensations, and human relationships" (Bossard & Boll, 1950: 37). Time, space and emotion, this is the heuristic triangle on which lies the understanding of what is a family ritual.

Pandemic Outbreak and Graduating Indoors

WHO declared the outbreak of a Public Health Emergency of International Concern on the 30th of January 2020 and a pandemic on 11th March (WHO, 2020). The day before, on March 10th, Lawrence S. Bacow,

President of Harvard University addressed the Harvard community to update on major near-term changes that would limit exposure to the disease. The first of such update was the announcement that Harvard would begin transitioning to virtual instruction for graduate and undergraduate classes, aiming to have such a transition complete by Monday, March 23th, the first day of scheduled classes following Spring Recess. Students were asked not to return to campus and to meet academic requirements remotely until further notice (Bacow, 2020). Following, many universities around the world suspended physical campus activities, went virtual and wrapped-up digitally the spring semester.

As the pandemic spread around the world, teachers and students engaged in new forms of keeping the possible normality. Classes went online and final evaluations were made, with an effort to keep the smallest number of students behind. While for many, this was seemingly a brief interruption in their academic pathway, for others it abruptly marked the completion of university studies. Students went home; friends got physically apart, and many academic plans were wiped from the calendar. Against all odds and investments, the Class of 2020 was deprived of the usual in-person graduation celebrations annually scheduled for May.

Notwithstanding, *Time* magazine's cover gave visibility to "Generation Pandemic" (Image 1). The image contrasts quite impressionistically in the same plane the festive atmosphere to which alludes the golden balloons and the purple party lights on the wall at the back of the room with the stateness of two young people sitting on the couch. The boy, on the left, looks intently at the screen of the laptop while typing on the keyboard; on the right, a girl looks boredly straight ahead, hand under her face.

Early in the spring semester, many universities outright began to cancel graduation's ceremonies and rituals and rethink ways of acknowledging student's work and success while still maintaining social distance amid the coronavirus outbreak. Some have engendered virtual ceremonies, honoring students online, and others planned in-person graduations, meant to take place in late 2020 or sometime in 2021 (Nadworny, 2020). Graduates also passed the moment in many ways. While some experienced loneliness and boredom, other have taken things into their own hands, finding new ways to celebrate. Mary Retta, a 2020 graduate of Vassar College (NYC), signed an opinion article in *The New York Times* titled "I graduated alone. In my pajamas. On my mom's couch" (Retta, 2020).

Virtual ceremonies have many advantages, namely the possibility of attending regardless of distance, time zone, financial constraints or physical impairments. Despite this, and even though from a technical standpoint, it was well executed, virtual ceremonies carried out through Zoom or similar platforms were perceived as "sadder" and incapable of "measure up to the thrill of in-person hugs" (Retta, 2020). Media gave voice to such a disappointment and frustration manifold. Having experience in holding career seminars for students across the US, Amanda Sloat speaks of the feeling of "grief" and "loss" when undergoing "the abrupt end of classes, graduation rituals, and maybe opportunities for jobs or overseas study" (Sloat, 2020). Laura Rodríguez Presa, a bilingual journalist covering the Latino community in the Chicago area wrote in *Chicago Tribune* that graduation cancellations due to coronavirus were "bittersweet for first-generation grads and their families" (Presa, 2020). Tim Kreider, the author of two essay collections, and a frequent contributor to *Medium* and *The New*

TIME

2020

GENERATION PANDEMIC

A GLOBAL CRISIS
CHANGED THEIR LIVES.
HOW THEY RESPOND WILL
CHANGE THE WORLD

By CHARLOTTE ALTER

LIFE INTERRUPTED: KIDS AND TEENS
IN THEIR OWN WORDS

time.com

Image 1 /

Cover of *Time* magazine (June 1/ June 8, 2020).

York Times speaks about how young people feel “as if their future has been canceled” and “abruptly truncated” (Kreider, 2020). In the *National Geographic*, Jordan Salama, a freelance writer who graduated from Princeton in 2019, wrote that “this year’s seniors have been robbed of the big-ticket items: spring sports seasons, beautiful blooming campuses, graduation rituals. And almost more heartbreaking are the little moments lost: the time to ease into life as an independent adult, to relax with friends in honor of all that you’ve accomplished, to talk about how you feel—those everyday anxieties and joys that help you figure out who you are” (Salama, 2020). Certainly not by chance, even *The Simpsons* gave a special and humorous “Commencement Speech to the Class of 2020”, appearing on camera in the iconic *Zoom* split screen format (The Simpsons, 2020).

From the Cloister into the Bedroom

On March 12th 2020, the Rector of the University of Évora addressed an email to the academy informing about the suspension of teaching activities and their replacement by distance learning from Monday, March 16th. The decision was followed by the Portuguese Government orientations, that the day after, on March 13th, decided to suspend teaching and non-teaching and training activities involving the presence of students in classroom teaching activities in all educational establishments (Decree-Law 10-A/2020, March 13). The state of emergency in Portugal lasted a month and a half, and it was decreed sequentially in 3 fortnightly periods, from March 22nd until May 2nd. Attentive to such developments, on March 31st the Rector clarified through an internal circular that excluding exceptional cases, there will be no more face-to-face classes in the academic year 2019/20 (Rectory of the University of Évora, 2020). With students already

at home, some of them miles away, the halls of the residence almost empty, and the final evaluations scheduled to take place online, the probability of canceling the graduation ceremonies expected for the last week of May increased every day.

At the University of Évora, the graduation ceremonies, broadly designated as “Queima das Fitas” [Ribbon Burning] include a wide range of activities, the organization of which is the specific responsibility of either the University of Évora Academic Association (AAUE) or the Council of Notables, “the academic body that has under its jurisdiction all issues of academic tradition at the University of Évora” (The Council of Notables, 2020c). The rectory of the University of Évora is an important and active partner, although it has no direct responsibility in the organization. Usually, the *Queima das Fitas* takes place in the last week of May, each year, during which students are formally excused from classes. Various activities take place during day and night, in a week that is mainly dedicated to fun and celebration amongst peers. An academic parade, and several sports and musical activities are organized, bringing together students from all years and attracting young people to the city in a festive atmosphere. The week ends on Saturday, its climax being witnessed by the students’ family and friends. Saturday morning there is a religious service in the cathedral and in the late afternoon, students are organized by courses and then called by name for a ceremony that takes place in the university building main cloister – Colégio do Espírito Santo. Therein, students dressed up in their black capes and accompanied by a godfather or godmother freely chosen by themselves receive congratulations from the rector. After that they drink a glass of wine, burn a white fabric ribbon and are taken by a limited number of chosen “special” people for a bath in an improvised pool. The ceremony

is full of symbolism, including the choice of godfathers and godmothers, the color of the ribbons and other ornamental artifacts taken by students, the burning, and the bath, that symbolically culminates a cycle that began years ago, in September, with the freshers welcome rituals, and especially on November 1st, the day of the University of Évora. According to the local academic tradition, on that day students formally assumed the status of fresh students of the University of Évora. Celebration extend into the night and overall, the *Queima das Fitas* gathers thousands of people, temporarily transforming the silent and austere cloister of the Jesuitical 16th century university in a festive, colorful and emotive space.

In 2020, none of this happened. The news arrived early in April. In an announcement posted on its Facebook profile, the AAUE informed that the *Queima das Fitas*' event was postponed to October (AAUE, 2020, April 10). The concern "to safeguard public health in line with the recommendations of the rector of the University of Évora, the Directorate-General for Health and the Government of Portugal" was put as the main argument. Despite, and given the uncertainty of the future related to the evolution of COVID-19, the AAUE committed itself to continue working so that in 2020 students "will be able to live your academic week", predictably in October "if all the security conditions for its realization are verified" (AAUE, 2020, April 10).

In May, on the first day the academic week would start, the AAUE posted on Facebook, together with a photo of the tent usually used to host the concerts, showing therein hundreds of students from a previous edition, the following message:

"Right now, many would be those who were preparing to start what would be

their last academic week, others would be running so that everything was ready to open doors and have another night full of stories to discover tomorrow.

Unfortunately, that possibility was removed by something more than nine nights of revelry, celebration, friendship, stories for life.

Together, we will come back stronger, to celebrate the small steps of those who could not know the Burning of the Ribbons of Évora in their first year, to celebrate the stories of those who finish, in the coming months, their link to the University of Évora or the arrival of new students.

From students to students, we will be coming back to this place soon!" (AAUE, 2020, May 22).

On May 28th, the AAUE added an event to its Facebook titled "Homage Ceremony to Senior Students" scheduled to May 30th (Image 2). The image uses as a background a photograph of students partying, while in the foreground appears the monumental cloister of the university framed by the layout of a smartphone. The inscription "Facebook AAUE" leaves no doubt about the role of technology in virtually gathering people amidst a global pandemic for the 2020 graduating class.

A message posted the following day reinforced the idea of students being "united" while physically apart:

"Although we cannot be together, we remain united!

On this day, so special for our senior students, we couldn't be indifferent!

CERIMÓNIA HOMENAGEM AOS FINALISTAS 2019/2020

30 MAIO

21H30

FACEBOOK AAUE



UNIVERSIDADE
DE ÉVORA



Image 2 /

Image of the Homage Ceremony to Senior Students' facebook event. Source: AAUE Facebook profile.

Thus, we prepared a Homage Ceremony for all Senior Students. Invite your colleagues, your friends and live this musical moment.

We know it is not the same but believe us, soon we will be together again!

Share and enjoy this ceremony, this tribute. This moment is yours! From students to students.” (AAUE, 2020, May 29).

The message was posted again on May 30th and the ceremony livestreamed via Facebook from 9:30PM. The event consisted of a musical moment with invited artists. The cloisters were specially lit up for the show, but no senior students physically assisted, only some few invited people, including the rector. The 1:13:00 video remains online, and 74 related photos were uploaded on June 4th. Thousands of visualizations were made and comments and likes posted and shared among the online academic community and beyond (AAUE, 2020, May 30). Previously to the musical actuation, the rector of the University of Évora was called to go on stage. In her brief speech, while congratulating the senior students, she referred the impression caused on her by the “empty cloister”, and the intention to pay homage to the senior students of the 2020 class “someday, next year [2021]” (AAUE, 2020, May 30).

In turn, The Council of Notables prepared an homage video addressed to the senior students, posted on its webpage and YouTube on May 29th, along with the following text:

“Dear students,

Today would be the day when Évora would watch its streets flow with joy, when families would head to our city to share something so special with

their loved ones, when the Greater Cloister of Colégio do Espírito Santo would become even bigger and the stones of sidewalks would collect even more smiles, tears and stories to pass on to those who follow.

This year, due to the unusual situation we are experiencing, it will not be possible for our senior students to celebrate the Final Ceremonial on the desired date. For this reason, and aware that the Solemn Day of Queima das Fitas is one of the most remarkable days of the academic path, for all students and for the preservation of Academic Tradition, the Council of Notables of the University of Évora could not let this date pass in blank.

Thus, we share with you our testimony and an appeal to all students and supporters of the academic tradition, to put the student capes at the window as a symbolic gesture for today, which would be, for many, the culmination of the tradition.

Academic greetings. The Council of Notables.” (The Council of Notables, 2020a)

The video message orally explores the passage of time within the academic path, from September to November, and May, and from a fresh to a senior student. Tradition is recalled while students’ life milestones are highlighted. The video also talks about how the world changed and how the last few months have been “taken from us without the right to haggle”. Without explicitly referring to “COVID-19” or “pandemic”, the video is narrated in a kind of epic tone, using tradition to address students as “one of them”, as if knowing exactly how they feel about the “stolen present” while promising a



Image 3 /

Student cape hanging over the window. Photo by C. Costa (May 30th, 2020).



Image 4 /

Student cape hanging over the bedroom window. Photo by P. Costa (May 30th, 2020).

future that will be as good as the memories from a past lived by others can ensure. Images of happy past events keep looping while students are invited to believe and to wait for their “own day”, anticipating experiences to be lived and related feelings. It is a peer who, in a serene yet firmly tone, assures students the certainty among uncertainty: time will allow for a future opportunity to accomplish what in the present is impossible (The Council of Notables, 2020b).

Differently from the online streamed musical moment organized by the Academic Association, the Council of Notables invited each senior student and supporters of the academic tradition to take the ritual *inside* their houses. As a response to such an appeal, many students put their student capes at the window as a symbolic gesture (Image 3 and 4).

The photograph taken from inside the bedroom (Image 4) was purposely chosen as metaphorically it brings the reader closer to the experience of the senior student. The perspective from the inside out the bedroom is that of the student who looks hesitantly into the future, while symbolically its gesture brings together a seemingly personal experience to that of thousands of other senior students across the world.

September, Durkheim and We

May and September symbolically mark seasonal changes evoked by variations in light and weather, shaping activities, rhythms and patterns, and giving a socially meaningful definition to the passage of time along the year. For now, no one really knows what September 2020 will be like. Nevertheless, just as calendrical rites establish an ordered series of eternal beginnings as occurring periodically and predictably (Bell, 1997), so

September will continue to be perceived as a time of change and the beginning of a new academic year.

In the early 1900s, sociologist Émile Durkheim theorized that rituals are social facts, fostering unity among practitioners (Durkheim, 1912). They are not given by nature; it is the society that creates moments of “exceptional” time towards meeting specific purposes, notably social cohesion and collective commitment. Amid the global coronavirus pandemic, people are being forced to cancel, reschedule or postpone rituals. Many graduation ceremonies got “undone by COVID-19”. However, this does not unmake the ritual or compromise its power. Instead, reinforces it, as the ritual lives more on an imagined reality based on memory and anticipation, rather than an actual, fixed and immutable reality. In 2020, graduates comment that virtual graduation ceremonies “aren’t the same”, and that assisting such hallmark moments through two-dimensional screens or postponing it to the next year “will be different”. In fact, graduation wasn’t always “exactly the same” for previous generations as rituals – just as societies – are complex, dynamic and ever-changing. Differences among institutions, changes across time, student’s diverse cultural backgrounds, war, death and various losses, fear or refusal to mark an event openly explains different experiences, yet often overlooked in view of the “collective effervescence” (Durkheim, 1912) rituals usually imply.

Undoubtedly, COVID-19 pandemic has a major, unprecedented impact, not just on an individual or a small group, but on an entire cohort of students. In so doing, it doubly affirms the condition of liminality in which graduates find themselves. If before, already “betwixt and between” (Turner, 1964), because no more a student, not yet an adult

engaging in the “real world” and independent life; now globally sharing feelings of fear and uncertainty in the face of the future (Alter, 2020). The epidemiological evolution of the disease along with the economic instability and high unemployment jeopardizes job offers and opportunities for internships or overseas study, leaving the Class of 2020 more anxious about entering the workforce “without a clear way forward” (Law, 2020). Life goes on and rituals impose themselves coercively to us; nothing surprisingly new for anyone long interested in studying time and rituals. “The known and the unknown are available to us through rituals”, Imber-Black and Roberts once wrote (1993: 4), and the novel coronavirus comes but to remember that.

References

- AAUE (2020, April 10), “Comunicado Queima 2020”, in *Facebook* (10/04/2020), consulted 03/06/2020, in <https://www.facebook.com/AAUEvora/photos/a.10150187875876381/10157167426876381/?type=3&theater>
- AAUE (2020, May 22), “Neste momento, muitos seriam os que...”, in *Facebook* (22/05/2020), consulted 03/06/2020, in <https://www.facebook.com/207304956380/posts/neste-momento-muitos-seriam-os-que-estavam-a-preparar-se-para-iniciar-aquela-que/10157308596811381/>
- AAUE (2020, May 29), “Ainda que não possamos estar juntos...”, in *Facebook* (29/05/2020), consulted 03/06/2020, in <https://www.facebook.com/207304956380/posts/ainda-que-n%C3%A3o-possamos-estar-juntos-continuamos-unidosneste-dia-t%C3%A3o-especial-par/10157331486041381/>
- AAUE (2020, May 30), “Cerimónia de homenagem aos estudantes finalistas” [Video (1:13:00)], in *Facebook* (30/05/2020), consulted 03/06/2020, in <https://www.facebook.com/AAUEvora/videos/540922243241149/>
- Alter, Charlotte (2020), “Unlucky graduates. How COVID-19 will shape the class of 2020”, *Time*, June 1/June 8, 2020, pp. 28-39.
- Bacow, Lawrence (2020), “COVID-19 – Moving classes online, other updates”, in *Harvard Updates & Community Messages* (10/03/2020), consulted 03/06/2020, in <https://www.harvard.edu/covid-19-moving-classes-online-other-updates>
- Bell, Catherine (1997), *Ritual. Perspectives and Dimensions*, Oxford, Oxford University Press.
- Bossard, James Herbert Seward, and Eleanor Stoker Boll (1950), *Ritual in Family Living: a Contemporary Study*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Costa, Rosalina Pisco (2011), *Pequenos e Grandes Dias: os Rituais na Construção da Família Contemporânea*, Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Durkheim, Émile (1912), *Les Formes Élémentaires de la Vie Religieuse. Le Systeme Totémique en Australie*, Paris, Les Presses Universitaires de France.

- Etzioni, Amitai, and Jared Bloom (Eds.) (2004), *We Are What We Celebrate: Understanding Holidays and Rituals*, New York, New York University Press.
- Fiese, Barbara (2006), *Family Routines and Rituals*, New Haven, Yale University Press.
- Galland, Olivier (1985), *Les Jeunes*, Paris, Éditions La Découverte.
- Guerreiro, Maria, and others (2007), “Transições na juventude: percursos e descontinuidades” in Maria das Dores Guerreiro, Anália Cardoso Torres e Luís Capucha (Orgs.), *Quotidiano e Qualidade de Vida (Portugal no Contexto Europeu)*, Lisboa, Celta Editora, pp. 239-262.
- Gusfield, Joseph R., and Jerzy Michalowicz (1984), “Secular symbolism: studies of ritual, ceremony, and the symbolic order in modern life”, *Annual Review of Sociology*, vol. 10, pp. 417-435.
- Imber-Black, Evan, and Janine Roberts (1993), *Rituals for Our Times: Celebrating, Healing, and Changing our Lives and our Relationships*, New York, Harper Perennial.
- International Sociological Association (1998), *Books of the XX Century*, consulted 03/06/2020, in <https://www.isa-sociology.org/en/about-isa/history-of-isa/books-of-the-xx-century>
- Kreider, Timothy (2020), “A pandemic commencement. The world may be on pause, but your life isn’t (and other thoughts for the class of coronavirus)”, in *Medium Human Parts* (28/05/2020), consulted 03/06/2020, in <https://humanparts.medium.com/a-pandemic-commencement-cbb9e63e424c>
- Law, Tara (2020), “Watch the class of 2020 share what it’s like to graduate in the covid-19 pandemic”, in *Time* (25/05/2020), consulted 03/06/2020, in <https://time.com/5842052/watch-the-class-of-2020-share-what-its-like-to-graduate-in-the-covid-19-pandemic/>
- Manning, Kathleen (2000), *Rituals, Ceremonies, and Cultural Meaning in Higher Education*, London, Greenwood Publishing Group.
- Mills, Charles Wright (1959), *The Sociological Imagination*, Fortieth Anniversary Edition, with a new Afterword by Todd Gitlin, New York, Oxford University Press.
- Morgan, David (1996), *Family Connections: an Introduction to Family Studies*, Cambridge, MA, Polity Press.

- Morgan, David (2011), *Rethinking Family Practices*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Nadworny, Elissa (2020), “No caps, no gowns: for many in the class of 2020, commencement is called off”, *National Public Radio*, (01/04/2020), consulted 03/06/2020, in <https://www.npr.org/2020/04/01/823866801/no-caps-no-gowns-for-many-in-the-class-of-2020-commencement-is-called-off?t=1599252961023>
- Presa, Laura Rodríguez (2020), “Graduation cancellations due to coronavirus are bittersweet for first-generation grads and their families”, *Chicago Tribune*, (01/04/2020), consulted 03/06/2020, in <https://www.chicagotribune.com/coronavirus/ct-life-first-gen-students-graduation-canceled-coronavirus-20200401-wsfkzbo5bc5nbwzyrwc5yqoi-story.html>
- Rectory of the University of Évora (2020), *A Universidade de Évora nos tempos de pandemia, Relatório COVID-19*, (27/05/2020), consulted 03/06/2020, in <https://www.uevora.pt/en/university/institutional-documents/covid-19?folder=6474>
- Retta, Mary (2020), “I graduated alone. In my pajamas. On my mom’s couch”, *New York Times*, (28/05/2020), consulted 03/06/2020, in <https://www.nytimes.com/2020/05/28/opinion/coronavirus-graduation-virtual-online-2020.html>
- Salama, Jordan (2020), “Without ceremony, new college grads step into an uncertain workforce”, *National Geographic* (09/06/2020), consulted 03/06/2020, in <https://www.nationalgeographic.com/history/2020/06/college-graduation-a-time-of-uncertainty-during-coronavirus-pandemic/>
- Scanlan, Stephen, and Liz, Grauerholz (2009), “50 years of C. Wright Mills and The Sociological Imagination”, *Teaching Sociology*, vol. 37, nº1, pp. 1-7.
- Sloat, Amanda (2020), “You’re graduating in a pandemic. What’s next?”, *Detroit Free Press*, (22/04/2020), consulted 03/06/2020, in <https://eu.freep.com/story/opinion/contributors/2020/04/22/graduating-pandemic/3000450001/>

- The Council of Notables (2020a), “Queima 2020 - CN - Mensagem à academia” (30/05/2020), consulted 03/06/2020, in *The Council of Notables Webpage*, <https://sites.google.com/view/cnotaveis/>
- The Council of Notables (2020b), *Queima 2020 - CN - Mensagem à academia* [Video (4:09)], (29/05/2020), consulted 03/06/2020, in https://www.youtube.com/watch?time_continue=104&v=PhFUiOiK0hg&feature=emb_logo
- The Council of Notables (2020c), *The Council of Notables Webpage*, (03/06/2020), consulted 03/06/2020, in <https://sites.google.com/view/cnotaveis/>
- The Simpsons (2020), *Dear Class Of 2020*, (07/06/2020), consulted 07/06/2020, in https://www.youtube.com/watch?time_continue=20&v=6IlliP-ytiE&feature=emb_logo
- Turner, Victor (1964), “Betwixt and between: The liminal period in Rites de Passage”, in *American Ethnological Society, Symposium on New Approaches to the Study of Religion: Proceedings*, Seattle, University of Washington Press.
- Van Gennep, Arnold (1909), *The Rites of Passage*, London and Henley, Routledge and Kegan Paul.
- WHO (2020), “Coronavirus”, *World Health Organization Webpage*, (03/06/2020), consulted 03/06/2020, in https://www.who.int/health-topics/coronavirus#tab=tab_1
- Wolin, Steven, and Linda, Bennett (1984), “Family rituals”, *Family Process*, 23, pp. 401-420.

9

Resumo

Este texto demonstra a relevância dos tempos festivos na constância do ritmo social e desencadeia uma breve reflexão sobre a forma como o tempo de suspensão proposto pela pandemia COVID-19 coexiste com o tempo cronológico que assinala o progresso e a passagem do tempo. O capítulo analisa de forma breve a experiência do cancelamento da festividade de São João de Sobrado e destaca como, em resposta à imposição de cancelamento da festa, a comunidade de Sobrado respondeu *fazendo* o tempo da não-festa, isto é, celebrando o momento da festa (o dia da festa) recorrendo a diversas estratégias que incluíram a simulação, representação, rememoração e projeção.

Palavras-chave

Tempo; Festa; Ritmo; Não-Festa; Intervalo

A URGÊNCIA DOS RITMOS FESTIVOS: ANÁLISE A PARTIR DO CASO DE S. JOÃO DE SOBRADO

DOI
10.15847/CIES2020TEMPOSUSPENSO

Authors/Autores

**Emília Araújo, Alberto Fernandes
& Rita Ribeiro**

Universidade do Minho
Portugal

Introdução

As festividades populares são marcadores temporais. Pontuam o tempo. Geram momentos de excecionalidade; são intervalos. Provocam suspensão do ritmo normal pelo qual se articulam os tempos dos grupos e dos indivíduos. Os estudos do tempo e dos ritmos nas sociedades agrárias mostram que a vida em sociedade funciona na base de alternâncias entre tempos fracos e tempos fortes (Durkheim: 1968). Nestes, incluem-se as festividades populares que celebram santos e que são organizadas todos os anos. Para Norberto Guarinelo (2001), a festa implica uma estrutura de produção singular, que congrega diversos esforços coletivos e articula-se em torno de “um objeto focal” (2001:971). A festa é produtora de identidade, ao mesmo tempo que é produzida por ela, intersetando-se intimamente com o tempo passado e o horizonte futuro dos coletivos que as celebram, preservam e reconfiguram ao longo do tempo.

De facto, as festas populares acontecem nos meses que correspondem aos ritmos de verão, que coincidem com o encerramento dos ciclos do tempo escolar e do tempo de trabalho (para a maioria) e abrem o início do tempo livre e de lazer, ou também, tempo de férias e ócio. Por outras palavras, meses que celebram o início de tempos fortes, inscritos no calendário, que realizam a potência do tempo acumulada ao longo do ano, pelos quais se espera e em relação aos quais se definem planos e geram expectativas. A festa, enquanto ritual, repete-se dentro de uma ordem de periodicidade. Consolida as relações sociais, confere-lhes significado e é esse o ritmo que explica a experiência coletiva de um tempo social dominante. Além disso, ainda enquanto ritual, inscreve por si própria a ação num tempo diferente, extraordinário, o que faz da repetição essencial à existência de ritmo “[in]n the course of which interested parties can imagine themselves elsewhere: as being absent, not present in the presentation” (Durkheim, 1968:39).

Neste texto pretende-se discutir como o cancelamento das festas de caráter popular e religioso que tem ocorrido em Portugal em virtude da pandemia COVID 19 representa uma arritmia com impacto para as comunidades, traduzindo-se na disrupção da estrutura simbólica do tempo para a comunidade¹. Analisa-se, em concreto, a festividade de S. João de Sobrado, conhecida por *Bugiada* e *Mouriscada*.

Nota metodológica

O texto é parte integrante de um projeto de investigação² desenvolvido na localidade de Sobrado, cujo objetivo é prover um estudo etnográfico da festa de S. João, também conhecida por *Bugiada* e *Mouriscada de Sobrado*. Neste sentido, analisa informação recolhida nos últimos três anos através de pesquisa etnográfica, incluindo entrevistas, registos audiovisuais e outros. Especificamente para este texto foi usada informação recolhida, a partir do momento em que foi decretado o Estado de Emergência, em 19 de março de 2020.

Destaca-se o uso de três fontes de informação principais:

- i) a observação realizada por membros da equipa e autores do texto no terreno antes e no dia da (não) realização da festa – dia 24 de junho;
- ii) observação e análise dos textos, men-

sagens e debates que decorrem no espaço das redes sociais, desde o momento em que os ajuntamentos começaram a ser proibidos, o que prenunciava a não realização da festa e

iii) estudos prévios realizados por membros da equipa do projeto e outros, sobre a festividade da *Bugiada* e a localidade de Sobrado.

O texto, pelo tipo de informação empírica que mobiliza, tem um caráter reflexivo e exploratório que se pretende aprofundar numa fase posterior, através da sistematização e ordenação cronológica das ações desencadeadas pela comunidade e nas quais esta se envolveu, desde o início da pandemia.

A festa e o ritmo social

De acordo com Teixeira (2010: 20), “o sentido mais pregnante da festa nasce da sua relação com o tempo”. A festa irrompe num tempo específico em que se dá uma inversão da ordem social vigente e, mediante regras muito próprias que obedecem a processos rituais mais ou menos complexos, se (re)estabelece uma estrutura e um novo tempo social. Tempo, festa e ritual formam, assim, três dos principais vértices da vida social e individual nos agregados sociais (Durkheim, 1968: 67).

Grande parte das abordagens teóricas sobre o tempo social consideram os contributos

¹ Assume-se, desde já, a fragilidade no uso do termo, a ser usado de forma isolada, uma vez que, em grande parte, a comunidade de que falamos, entendida no sentido de Ferdinand Tönnies (1973), enquanto grupos que partilham de uma identidade própria e cuja dinâmica relacional é tomada como adquirida e, também, no sentido de Zygmunt Bauman (2003), ou que partilham algo em comum, se cruza cada vez mais com a “sociedade” (Tönnies, 1973).

² Festivity - Festa, património cultural e sustentabilidade comunitária. Investigação e comunicação no caso da *Bugiada* e *Mouriscada de Sobrado*, financiado pelo Programa COMPETE e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (PTDC/COM-CSS/31975/2017). <http://www.festivity.pt/>

de Durkheim, por este entender que o tempo social resulta da recorrência de diferentes momentos e periodicidades (Gell, 1996; 2014). Ou seja, alternâncias, entre tempos fracos e tempos fortes que se sucedem e repetem dentro de uma estrutura dominante. Os tempos fortes que traduzem os momentos de maior significado para a comunidade (que identifica como sagrados) e os tempos fracos que traduzem o tempo normal. É a sua alternância cíclica que institui a noção de ritmo. Com efeito, Durkheim afirma que “un calendrier exprime le rythme de l’activité collective en même temps qu’il a pour fonction d’en assurer la régularité” (1968 : 21).

Sue, também na linha de Zeruvabel (1985), explica que os tempos sociais são estruturas que condicionam a atividade social e produzem os tempos “dominantes”. Ou seja, os tempos *pivot*, em redor dos quais se organizam todos os outros, numa determinada sociedade e num certo momento histórico (1993: 64). Segundo Sue, um tempo é dominante quando corresponde à maior parte do tempo de vida; quando congrega os valores principais de uma sociedade; é a principal fonte de hierarquização social; corresponde ao principal modo de produção e está na base das representações de tempo (1993: 65). Por um lado, esta interpretação ajuda-nos a perceber a relevância que têm os tempos de lazer e de festa, face aos tempos dominantes de produção e de trabalho nos grupos sociais. Por outro lado, permite-nos estabelecer que o tempo da festa se agrega ao tempo produtivo da comunidade, funcionando nesta duplicidade, como tempo dominante, em redor do qual se organizam os tempos e os ritmos dos seus membros e das instituições.

É possível afirmar que a festa é, desse ponto de vista, uma estrutura de tempos sociais, definida, como afirma Sue, a partir de dois níveis: i) os tempos que reúne são diversos, mas interdependentes; ii) ao reunir os

diversos tempos sociais, permite estabelecer quais são os pontos e os elementos de mudança e persistência. Sob este paradigma, o tempo da festa representa, perante o tempo estrutural da comunidade, um tempo (ou micro tempo) extraordinário, que produz significado a cada comunidade e aos seus membros. Este carácter extraordinário do tempo não está necessariamente apenas ligado ao sagrado ou místico. A efervescência festiva que traduz, entendida segundo o alinhamento de Mauss (1904), Hubert e Mauss (1905) e Balandier (1980) autoriza a desordem e a inversão, e ao mesmo tempo a excitação e a quebra de monotonia do tempo normal (Elias, 1994), ou a celebração e a renovação que os rituais sempre prometem.

A festa incorpora três tempos estruturantes: i) o tempo anual da sua preparação e que exige diversas movimentações na comunidade, entre as quais a atribuição de papéis na festa e a geração de expectativas; e ii) o tempo do dia da festa que transporta, igualmente, um determinado ritmo e iii) o tempo da comunidade que se alimenta daqueles dois, uma vez que o tempo do acontecimento da festa é um tempo de ritual, ao mesmo tempo extraordinário, diferente e efervescente, mas também repetitivo, reproduzidor da ordem e agente de estabilidade. Nesta perspetiva, ainda que seja um tempo que se repete (cíclico), é um tempo que estrutura o tempo histórico e linear da comunidade e que é sempre diferente do anterior. Por isso, é um tempo pelo qual a comunidade aspira e pelo qual espera, pelo menos o mesmo tempo que dura o ciclo (um ano). O tempo da pandemia COVID-19 interferiu com todos estes tempos, limitando a sua revelação porque provocou o que Lefebvre (2003) designa de arritmia no ritmo dominante das comunidades, deixando revelar a importância que o tempo da festa tem enquanto estrutura (Boudon citado por Sue, 1993: 64).

Efeitos da COVID-19 sobre os ritmos sociais e o lugar das festas

Henry Lefebvre (2003) escreveu entre os anos 80 e 90 do século XX e, em parte, em coautoria com Catherine Regulier, um conjunto de ensaios sobre o ritmo e, principalmente, sobre a sua capacidade heurística de revelar e fazer falar sobre a experiência da vida. Os seus escritos incorporam vários alinhamentos feitos antes, a propósito do tempo e do espaço, nomeadamente por filósofos, entre os quais Gaston Bachelard; ou por historiadores, como Fernand Braudel.

O que tem de particular o seu ensaio é chamar-nos a atenção para o ritmo como qualidade intrínseca da vida (perspetivada a partir do corpo, dos processos, das instituições) e também para a relevância da eventualidade dos ritmos poderem ser sujeitos a pressões que os destabilizam e fazem entrar em rutura. Lefebvre apoia-se na análise minuciosa do tempo da música, para sustentar a existência de múltiplos ritmos sociais (polirritmia) que, quando combinados e interdependentes, perfazem o que é a eurritmia do corpo social e que corresponde à estabilidade e à sequência temporal não patológica. Ao invés, a arritmia significa que os ritmos estão desencontrados e alguma força externa pode ter afetado o tempo de algum dos ritmos.

Partindo do pressuposto de que os poderes públicos e, em geral, quem toma decisões políticas, têm capacidade para intervir e manipular os tempos e os ritmos, é sustentável adiantar como hipótese que a pandemia COVID-19 e a forma como está a ser objeto de ação política, são agentes de profunda arritmia social que altera as representações, as significações e, em sequência, as atitudes e as ações em relação ao tempo, com os outros e com o mundo.

Esta assunção torna-se ainda mais robusta,

se admitirmos, com Durkheim, que a categoria tempo tem origem no ritmo da vida social (Lefebvre, 2004: 28). Com efeito, a pandemia COVID-19, desde o momento em que começou a ser encarada como tal, acarretou um número infindável de “anomalias” nos diversos ritmos que compõem a vida social, provocando diversos tipos de dessincronização, com repercussões nos ritmos bio fisiológicos, afetando os sujeitos a nível psicológico e social.

O cancelamento destas festas populares e de carácter religioso corresponde a uma arritmia social de enorme significado, devido a três razões, todas elas remetendo para uma pluralidade de tempos:

- i) acontece justamente no tempo de maior efervescência social, quando as sociedades se prepararam para a mudança radical de ritmos (não obstante permanecerem muitos outros ritmos que se combinam mais ou menos articuladamente durante este mesmo tempo);
- ii) em Portugal representam um número elevado de eventos, atendendo a que praticamente cada localidade celebra a “sua” festa e esta, por norma, corresponde ao “seu” santo padroeiro ou patrono;
- iii) o setor cultural em geral, a que se associa o turismo representa um número elevado de postos de trabalho, ainda que sazonais. Por isso, a suspensão e o cancelamento das festividades agendadas para o tempo de verão provocaram desemprego, baixa de rendimentos e o reagendamento de tempos livres e de lazer.

No momento em que a COVID-19 passou a ser classificada como pandemia de alto risco, o cancelamento das festas, quando comparado ao cancelamento e à suspensão que

se registaram em relação a outras atividades e eventos, foi, em geral, entendido como óbvio e natural pela população. No entanto, a questão do cancelamento de eventos de caráter religioso e popular é complexa; basta que tenhamos em conta as controvérsias mediáticas e políticas geradas em redor das justificações e da legitimidade na celebração do 25 de abril, no Parlamento, da festa do “Avante” e da suspensão das festividades religiosas, em maio, em Fátima. De facto, a pandemia põe em relevo o conflito entre dois tempos estruturais: o laico e o religioso e sagrado. Tal como historiadores demonstraram para o contexto português, foram várias as pandemias que atravessaram o tempo histórico (Almeida, 2014). Nessas, ao contrário do domínio do tempo tecnocientífico, assistira-se ao domínio dos tempos dos ritmos religiosos que, em épocas de devastação, contágio e morte, permaneceram constantes, ou saíram reforçados, atendendo às crenças que explicavam as pandemias como castigos divinos (Faustino, 2020; Paiva, 2020; Mesquita; 2020)³.

A pandemia instalou várias arritmias nos ritmos sociais normalizados e implicou renegociação dos tempos de culto e dos tempos sagrados, face aos tempos e ritmos ditados pela conceção tecnocientífica da doença. A literatura tem analisado, de modo especial, como se produzem e que significado têm estes ritmos normalizados e como são vividos e percebidos pelos indivíduos e pelas comunidades (Gell, 2014; Adam, 1990; Bergmann, 1992), mas num momento de arritmia emergencial como o que caracteriza atualmente a vida de forma global, importa entender como está a sociedade a responder a estas arritmias que se sucedem umas às outras,

que sentidos constroem sobre as mesmas e que postura desenvolvem perante elas.

Assim, o texto debruça-se no ponto seguinte sobre a relevância dos impactos sobre as celebrações festivas que têm caráter popular, religioso e cíclico e pretende, a partir da análise do caso de S. João de Sobrado, debater como a comunidade lidou com o cancelamento da festa e de que modo essas estratégias traduzem a importância da festividade no tempo e no ritmo da própria comunidade.

S. João de Sobrado: o cancelamento

A festa de S. João é uma das primeiras grandes festas do período que liga o fim da primavera ao início do outono e corresponde, na esteira do que Marcel Mauss preconizara para os Eskimós (1904), ou Evans-Pritchard (1940) para os Nuer, aos dias mais longos e quentes, convidativos à dispersão e à saída de casa; à diversão e à procura do encontro com os outros, a formas gregárias de ocupação do tempo e do espaço. É uma manifestação popular que reúne “elementos análogos aos de outras festividades com grande relevância e lastro histórico” (Pinto, e outros, 2016). A festa estrutura-se na base de uma lenda que relata a luta entre mouros e cristãos pela posse de uma imagem milagrosa de São João Baptista. A festa principal ocorre durante o dia 24 de junho, mas antecedem-na uma série de atividades preparatórias e os arraiais nas noites anteriores ao dia de São João.

A festa da Bugiada e Mouriscada centra-se nas danças e representações da guerra entre Bugios (cristãos) e Mourisqueiros (mouros). Na formação dos bugios participam mais de

³ No “ano 1000” o historiador Georges Duby (2002) expressou-se sobre a força intrínseca da religião e da magia no modo das comunidades agrárias medievais entender o tempo cronológico e, neste caso, rezear e mistificar a viragem do milénio.

500 pessoas que dançam, mascaradas e trajadas a rigor, pelas ruas da freguesia (Pinto, e outros, 2016). Inclui, ainda, cerimónias religiosas em honra a São João, assim como um conjunto de performances de natureza carnavalesca (Entrajadas, Dança do Cego, Lavra da Praça). A festa tem atraído um número crescente de visitantes e está assinalada como uma marca identitária do concelho de Valongo.

Em Sobrado, a organização da festa é atribuída a uma comissão de festas que se constituiu, anualmente, com aquele propósito. Para além da comissão, têm um papel importante a Associação Organizadora da Casa do Bugio e das Festas de S. João de Sobrado e a Câmara Municipal de Valongo. Diferentemente do que aconteceu noutras localidades onde se realizariam festas de S. João no mesmo dia, como Porto e Braga, onde a população aceitara globalmente a ausência da festa, em Sobrado a decisão de cancelamento foi comunicada mais tardiamente. As entidades oficiais sabiam que a notícia não seria fácil de dar aos sobradenses. Foi necessário esperar mais algum tempo até se ter a confirmação da impossibilidade de realizar a festa.

A comunicação foi feita pela Comissão Municipal de Proteção Civil de Valongo através de comunicado no dia 17 de abril, onde se refere que estavam suspensas e canceladas “todas as atividades ou festividades previstas para o concelho (religiosas ou não) e em todas as freguesias, até ao final do ano”. A seguir, a 18 de abril, a Casa do Bugio selou o cancelamento da festa com uma mensagem na rede Facebook:

A Casa do Bugio (...) vem por este meio comunicar com grande tristeza e desolação que foi determinada a suspensão das grandiosas festas de S. João de Sobrado 2020⁴.

Finalmente, a 19 de abril, a comissão de festas, também através da mesma rede social, replicou o cancelamento, embora assegurando a continuidade de alguns eventos, cujos fundos reverteriam para a organização da festa. A comunidade de Sobrado entrou, então, num tempo trágico e depressivo causado pela ausência da festa. Na página da Casa do Bugio pode ler-se que:

*A tristeza tomou conta dos Sobradenses, especialmente em maio e inícios de maio, nas semanas em que a nossa vila já fervilharia com os ensaios e os últimos preparativos para a festa. Ninguém pensaria, jamais, viver uma situação como esta, mas era pelo bem comum*⁵.

2020: O ritmo e o tempo da não-festa

A Proteção Civil de Valongo, concelho a que pertence Sobrado, tinha imposto um outro ritmo à festa, ao decretar o seu cancelamento, no seguimento da temporalidade emergencial e institucional em vigor. Mas, a partir do momento em que a festa ficou oficialmente cancelada, começaram os preparativos para a celebração da não-festa no dia 24 de junho, ou seja, a marcação do dia festivo, ainda que sem qualquer possibilidade de realização das várias performances que compõem a festa.

A comissão de festas lançou o pedido para o envio de fotografias e frases sobre a festa através da sua página no Facebook sob o

4 <https://www.facebook.com/casadobugio/>

5 <https://saojoaosobrado.wordpress.com/2020/06/28/historia-o-ano-em-que-nao-houve-sao-joao-de-sobrado/>



Imagem 1/

Detalhe da bugiada, momento inicial da festa. Autor: Luis Santos (2016).

lema “a dança não para!!”, visando “encher o facebook de memórias da nossa grandiosa festa São João de Sobrado”. O Município de Valongo, através do Centro de Documentação da Bugiada e Mouriscada, lançou um desafio destinado aos mais novos pedindo que as crianças pintassem desenhos alusivos à festa. O tempo da festa tradicional “congelou” em Sobrado, mas multiplicou-se em pequenos signos ínfimos nas casas, nos cafés e em alguns dos lugares mais emblemáticos da festa, onde o ato e o ritual da festa deram lugar às narrativas e às trocas do passado recordado e do futuro imaginado da festa. No dia 24 de junho, a comunidade não estava no palco da festa – as ruas e os caminhos de Sobrado – mas as varandas e janelas ornamentaram-se para mostrar a singularidade do dia da Bugiada e da Mouriscada: os trajes que não puderam ser vestidos para dar forma

ao ritmo do tempo da festa, serviram para mostrar vivo o ritmo da comunidade, ainda que de forma simbólica. No dia 24 de junho, em vez dos aglomerados de pessoas vestidas e investidas das personagens – bugios, mourisqueiros e participantes das Entrajadas – e preparadas para o tempo do ritual onde música e dança são elementos estruturantes e asseguram a passagem do dia e do ano (novo ciclo), o espaço e o tempo de Sobrado suspenderam-se. Sucederam-se os tempos intermináveis de espera e de expectativa em relação à chegada de quem ousasse pisar os lugares, de um ou de outro modo. Diz-se no sítio eletrónico da comissão de festas:

Às 13h00 ainda eram algumas as pessoas ao longo da Rua de São João de Sobrado. “São horas e eles sem vir”. Foi o momento mais sebastianista

que Sobrado alguma vez terá vivido. Esperava-se por algo. Mas nada aconteceu. Em algumas casas e ruas dançou-se o São João, sem fardas, com o mesmo entusiasmo, mas não da mesma forma. Foi desolador.

Paulo Ferreira escreve na sua página Facebook, recordando a sua participação numa das festas passadas:

Não sei se choro, se rio ou se berro...A ficha realmente ainda não caiu, gostava de poder imaginar que tudo isto não passou de um grande pesadelo. Só queria poder voltar a sentir o friozinho na barriga logo de manhã.... Queria vestir a farda, ouvir os guizos, colocar a máscara e entrar num mundo totalmente diferente!⁶.

Mas, no silêncio da ausência da festa, impôs-se a celebração da não-festa. Em vez de ruas repletas de milhares de visitantes que acodem ano a ano para ver a festa, as redes sociais foram o espaço de desabafo sobre o passado da festa e a necessidade de engendrar uma forma de a manter presente no dia 24 de junho de 2020, através da celebração dessa não-festa. É certo que a festa não se realiza, mas a textura “quente” do tempo irrompe na constituição da não-festa que repete a forma temporal da “original”, para que esta se mantenha, para que faça marca na história da festa que é a história da comunidade. Tal como afirma Lefebvre, a repetição provoca a impressão de monotonia e mesmidade no ritmo, mas é a repetição que esculpe o ritmo e o ritmo é o tempo da comunidade (Lefebvre, 2004: 73).

A comunidade juntou-se de formas alternativas para marcar o tempo da festa e imprimir-lhe um outro ritmo.

A não-festa é também vivida como tempo suspenso, o tempo em que a festa não acontece na sua plenitude, mas existe e, de algum modo, celebra-se na tragédia da sua impossibilidade. “Este ano não há a que tirar fotografias”. Assim se referia um dos turistas apanhado desprevenido pelo cancelamento da festa, ou incrédulo perante tal acontecimento. No dia 24, o dia da “nossa maravilha”⁷, criaram-se se espaços-tempos de festa, alguns disseminados através das redes sociais. Outros que alimentaram a impressão da festa presente, numa iniciativa nomeada pela Cada do Bugio como “Formas de assinalar o dia de São João e manter viva a tradição”.

Segundo Sue, o tempo é um revelador, antes de ser um analisador (Sue, 1993: 71). No caso de Sobrado, parte da comunidade participou do ritual festivo composto pelas celebrações religiosas em honra de S. João, para “fazer o tempo” da festa e tornar o “dia” significativo. A estrutura espontânea do tempo no dia da festa revelou a ligação da comunidade ao tempo sagrado e aos rituais religiosos. Interessantemente, a celebração da não-festa, que ganha intensidade dramática no tempo crítico que medeia a preparação imediata da festa durante o qual se realizam os ensaios (normalmente com início em maio), pôde produzir-se num ritmo heterótipo peculiar: o tempo em que decorria o concurso das “7 Maravilhas da Cultura Popular de Portugal” a que a festa da Bugiada e da Mouriscada de Sobrado era candidata. A observação direta e a observação da dinâmica relacional nas redes sociais dão conta da efervescência do

⁶ <https://www.facebook.com/cdbugiadamouriscada/>

⁷ <https://www.facebook.com/cdbugiadamouriscada/>

ritmo produzido na experiência da não-festa, unindo a comunidade na votação para eleger “a nossa maravilha”.

A não-festa realizou-se de múltiplas formas e, no dia 24, tiveram lugar as cerimónias religiosas – missa, breve procissão e cumprimento de promessas - como se descreve num site sobre a festa de Sobrado⁸:

Para espanto de muitos, foram os mourisqueiros (sem farda) que carregaram o andor florido de São João de dentro da igreja para o adro. A missa foi bonita, mas faltava algo. Depois da comunhão, todos certamente estariam a pensar quando os mourisqueiros iriam entrar, como faziam todos os anos, para roubar o santo. Nada aconteceu. Reinou apenas um silêncio longo e ensurdecido apenas suplantado pelo toque dos sinos que a muitos assustou.

Tudo indica que a comunidade use este tempo de intervalo provocado pela pandemia, e que corresponde à celebração da não-festa, para refletir sobre a festa e sobre si mesma (Comissão de Festas, 2020) e pensar o “futuro”, o “ano que vem”, o “próximo ano”, porque “Para o ano há mais! Que passe rápido!”. Na esteira de Adam (1990: 138), pode-se afirmar que, ao definir o tempo cíclico, em Sobrado a pandemia acelerou a necessidade de a população rever os seus horizontes temporais que estão “para além dos ciclos naturais das estações” (Adam, 1990: 138). Como se lê na mesma webpage:

Que este ano seja um ano de preparação e de reflexão. Que se faça a reflexão sobre a festa e que se melhore alguns aspetos, pois tempo temos de

sobra e vontade também. E que se prepare o futuro da festa, quer para 2021 como também para os anos vindouros, para que o São João de Sobrado seja uma maravilha de Portugal e uma festa reconhecida em todo o país.

Essa expectativa é, ela própria, um elemento temporal estruturante que agrega, ainda que de modo inconsciente, e alquímico, os diversos ritmos e tempos que a vida social moderna institui num ritmo duplamente sagrado e profano, tanto passado, como presente – tal como se a comunidade permanecesse a “mesma” do passado. O cancelamento da festa revelou ainda mais profundamente, e como se pode observar pelas reações manifestas nas redes sociais – tomadas como espaços públicos de confissão e desabafo – a importância desta festa para a comunidade, num tempo histórico marcado por severas mudanças que vão constringendo, de modo diversificado, os ritmos da comunidade e os tempos da festa.

Nota conclusiva

O objetivo principal do texto consistiu em demonstrar como o tempo da pandemia COVID-19, que, a pouco e pouco, suspende certos ritmos e institui outros, interfere ativamente na estrutura dos ritmos sociais das comunidades, cujos calendários continuam bastante associados aos tempos das festividades populares e de caráter religioso. A análise aos tempos da festa de S. João de Sobrado, sob a perspetiva da antropologia e da sociologia do tempo, permite corroborar aquela hipótese, mas de forma relativizada. De facto, o cancelamento da festa não anulou a sua celebração. A marcação do tempo envolveu os habitantes de Sobrado num conjunto de práticas que visaram fazer a festa

⁸ <https://saojoaosobrado.wordpress.com/2020/06/28/historia-o-ano-em-que-nao-houve-sao-joao-de-sobrado/>

repetir-se, ainda que como não-festa, no ano 2020. A pesquisa realizada, que teve em consideração a análise dos conteúdos partilhados e que circulam nas redes sociais, nomeadamente de entidades que têm um papel ativo na organização e promoção da festa, permitiu concluir que o cancelamento da festa em virtude da COVID-19 potenciou dois fenómenos novos. Primeiro, a celebração da não-festa, através de várias iniciativas que envolveram a comunidade e que são, em parte, idênticos aos que ocorrem com a celebração da festa e envolveram a sua rememoração. Com efeito, a festa que se realiza hoje em Sobrado – e o mesmo pode ser admitido para outras festas do mesmo género – é já ela uma mistura entre o sonho do seu próprio passado e das possibilidades efetivas da sua realização no presente (Lemieux, 1966), isto é, hoje a comunidade reúne todo um conjunto de traços que a categorizam dentro do mesmo padrão de vida das sociedades pós-modernas, digitais e globalizadas. Segundo, a experiência da não-festa como tempo suspenso, ou seja, um tempo que liga um ano anterior (2019) a um ano posterior (2021), inclui 2020 como ano intervalo, que corresponde ao envolvimento da comunidade em maneiras de fazer tempo, para criar a impressão de passagem do tempo, “o mais rápido possível”.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020

Referências

- Adam, Barbara (1990), *Time and social theory*, Oxford, Oxford University Press.
- Almeida, Maria Antónia Pires de (2014), “As epidemias nas notícias em Portugal: cólera, peste, tifo, gripe e varíola, 1854-1918”, *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, vol. 21, nº 2, pp. 687-708.
- Associação de Festas de São João de Braga (2020), “Cancelamento das festas de São João de Braga 2020”, em *São João de Braga*, consultada a 12/05/2020, em <https://www.saojoaobraga.pt/2020/03/30/cancelamentosaojoao2020/>.
- Bauman, Zygmunt (2003), *Comunidade, a busca por segurança no mundo atual*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed.
- Bergmann, Werner (1992), “Time and social theory: towards a social theory of time”, *Time & Society*, vol. 1, pp. 421-454.
- Casa do Bugio (2020), “A Casa do Bugio, seguindo as recomendações (...)”, em *Página do Facebook da Casa do Bugio*, consultado a 00/00/2020, em <https://www.facebook.com/casadobugio/posts/836092673571136>.
- Durkheim, Émile (1979), *Les formes élémentaires de la vie religieuse: le système totémique en Australie*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Elias, Norbert (1997), *Du temps*, Paris, Fayard.
- Evans-Pritchard, Edward Evan (1940), *The Nuer*, Oxford, Claderon Press.
- Balandier, George (1980), *O poder em cena*, Brasília, Universidade de Brasília.
- Faustino, José Alfredo (2020), O impacto da pneumónica em Chaves, em Antero Ferreira (coord.), *A gripe espanhola de 1918*, Guimarães, Casa de Sarmento – Centro de Estudos do Património, pp. 85-116.
- Gell, Alfred (2014), *Antropologia do tempo*, Rio de Janeiro, Vozes.
- Gell, Alfred (1996), *The Anthropology of Time. Cultural Constructions of Temporal Maps and Images*, Berg, Oxford.
- Guarinelo, Roberto Luiz (2001), “Festa, trabalho e cotidiano”, em Jancso Iris Kantor (orgs.), *Festa, Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*, Brasil, Camara Brasileira do Livro, pp. 969-978.

- Hubert, Herbert, e Mauss, Marcel (1905), “*Étude sommaire de la représentation du temps dans la religion et la magie*”, consultado a 07/05/2020, em http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/melanges_hist_religions/t4_temps/temps.html
- Lefebvre, Henry (2003), *Rhythmanalysis - Space, Time and Everyday Life*, London, Continuum.
- Lemieux, Denise (1966), “Le temps et la fête dans la vie sociale”, *Recherches sociographiques*, vol. 7, n° 3, pp. 281-304.
- Mauss, Marcel (1904), “*Essai sur les variations saisonnières des sociétés eskimo. Étude de morphologie sociales*” consultado a 08/05/2020, em http://classiques.uqac.ca/classiques/mauss_marcel/socio_et_anthropo/7_essai_societes_eskimos/essai_societes_eskimos.html
- Mesquita, Marcos (2020), “Travar a Doença : reflexão da política de saúde pública e impacto da gripe espanhola em Braga (1918-1919) ” em Antero Ferreira (coord.), *A gripe espanhola de 1918*, Guimarães, Casa de Sarmiento – Centro de Estudos do Património, pp. 211-226.
- Município de Valongo (2020), “Bugiada e Mouriscada”, em *Município de Valongo*, publicado a 12/05/2020, consultada a 09/05/2020, em <https://www.facebook.com/watch/?v=581273149181621>.
- Município de Valongo (2020), “Bugiada e Mouriscada de Sobrado candidata às 7 Maravilhas da Cultura Popular”, em *Município de Valongo*, publicado a 09/05/2020, consultada a 09/05/2020, em <https://www.facebook.com/municipiodevalongo/posts/3043372975726246>.
- Paiva, Odete (2020), “A “influenza” pneumónica no interior centro do país pelo olhar do jornal A Guarda”, em Antero Ferreira (coord.), *A gripe espanhola de 1918*, Guimarães, Casa de Sarmiento – Centro de Estudos do Património, pp. 251-266.
- Pinto, Manuel, e outros (2016), *Bugiada e Mouriscada de Sobrado: a festa como património*, em Marluce, Menezes, José, Rodrigues e Dória, Costa (Eds.), *Congresso Ibero-Americano Património, suas Matérias e Imatérias*, Lisboa, LNEC/ISCTE-IUL, s/p.
- Pinto, Fernanda (2020) 17 de abril, “COVID-19: Adiadas ou canceladas todas as festas que aglomerem pessoas em Valongo”, em *Verdadeiro Olhar* (17/04/2020), consultado a 09/05/2020, em <https://verdadeiroolhar.pt/2020/04/17/covid-19-adiadas-canceladas-todas-as-festas-aglomerem-pessoas-valongo/>.

- Pinto, Manuel (1983), *Bugios e Mourisqueiros – A Festa de S. João de Sobrado*, Valongo, Edição da Associação para a Defesa do Património Natural e Cultural do Concelho de Valongo.
- São João de Sobrado '20 (2020), “Em tempos de Covid-19”, em *São João de Sobrado '20*, publicado a 15/05/2020, consultado a 06/06/2020, em <https://www.facebook.com/saojoaosobrado19/posts/1365279283663112>.
- São João de Sobrado '20 (2020), “Comunicado”, em *São João de Sobrado '20*, publicado a 19/04/2020, consultado a 06/06/2020, em <https://www.facebook.com/saojoaosobrado19/posts/1343447742512933>.
- Sorokin, Pitrim, e Merton, Robert (1937), “Social Time: a methodological and functional analysis”, *American Journal of Sociology*, nº 42, pp. 615-639.
- Sue, Roger (1993), “La sociologie des temps sociaux : une voie de recherche en éducation”, *Revue française de pédagogie*, vol. 104 pp. 61-72.
- Teixeira, Joaquim de Sousa (2010), “Festa e identidade”, *Comunicação & Cultura*, vol. 10, pp. 17-33.
- Tönnies Ferdinand (1979), *Comunidad y asociación*, Barcelona, Ediciones Península.

10

Resumo

Este capítulo tem como objetivo evidenciar a relevância das mudanças nos ritmos e tempos acadêmicos causadas pela pandemia COVID-19. A partir de uma reflexão à literatura existente e na base da observação das experiências da arritmia causada pela pandemia, o texto mostra que o tempo de suspensão propiciou usos e valorizações do tempo diversificados e bastante antagônicos para quem está a realizar doutoramento. Neste sentido, o texto discorre sobre algumas das principais implicações que a pandemia impõe às instituições de ensino superior que ministram programas de doutoramento, nomeadamente no que se refere ao modo como podem acomodar a diversidade e as possibilidades de uso do tempo, por parte dos e das estudantes.

Palavras-chave

Tempo; Doutoramento; Ritmo; Diversidade; Estrutura Temporal

Authors/Autoras

Márcia Silva & Emília Araújo

Universidade do Minho
Portugal

Introdução

O impacto da COVID-19 nos ritmos sociais é uma das questões que se destacam no momento atual. Especialistas em diversas áreas do comportamento humano e social têm revelado os efeitos desta arritmia geral sobre os tempos bio fisiológicos; os tempos relacionais e os tempos de vida (Blume, e outros, 2020; WHO, 2020). Algumas dessas alterações poderão ser perspectivadas como momentâneas e passageiras. Outras poderão remeter para efeitos e alterações de caráter mais duradouro e permanente. Todas podem ser suscetíveis de conduzir à institucionalização, normalização e legalização de novos tempos e temporalidades.

Neste texto, o interesse das autoras é sintetizar algumas reflexões realizadas neste período sobre os efeitos da COVID-19 no tempo académico (Ling, 2020; Sáe Serpa, 2020) e, nomeadamente, no tempo para doutoramento.

A partir de pesquisa bibliográfica intenta-se, por um lado, elencar as principais alterações que a pandemia pode estar a causar no quotidiano dos estudantes e de que modo pode afetar as perspetivas temporais dos estudantes de doutoramento. Por outro lado, procura-se enquadrar estas mudanças no debate mais amplo que se começa a desenhar sobre os desafios que envolvem a administração dos ritmos e dos tempos e que as instituições de ensino superior enfrentam num futuro próximo.

O texto baseia-se em quatro fontes principais de informação:

- i)** análise de alguns indicadores estatísticos acerca da procura de doutoramentos em Portugal;
- ii)** mapeamento da literatura que contextualiza a relevância dos tempos e dos

ritmos escolares na sociedade, o debate sobre o tempo de doutoramento e o tempo académico;

iii) análise de literatura produzida desde o início da pandemia versando sobre o doutoramento, a formação pós-graduada e os tempos académicos, em geral;

iv) respostas abertas fornecidas no âmbito de um inquérito por questionário disseminado através da plataforma *google* e dirigido a estudantes de doutoramento de várias áreas científicas e de diversas universidades em Portugal no mês de agosto-setembro de 2020, através de amostra não probabilística e o qual reuniu 150 respostas.

O questionário inclui perguntas apenas dirigidas aos impactos da pandemia nos usos do espaço e do tempo.

Tempo na academia e a pertinência do tempo para doutoramento

O tempo na academia e na ciência tem sido estudado por diversos autores que acentuam as tendências no sentido da harmonização e standardização e, também, no sentido da aceleração e aumento da velocidade nos processos de trabalho e produção de *outputs*. Nos últimos anos, os autores enfatizam que diversas tecnologias de controlo e rentabilização do tempo têm sido progressivamente incorporadas no trabalho académico, reconfigurando os espaços, as temporalidades e os ritmos no ensino e na investigação (Menzies e Newson 2008; Ylijoki, 2011, 2016; Noonan, 2015; Smith, 2015; Spurling, 2015; Vostal, 2015; Pereira, 2016).

O tempo de doutoramento é peculiar, designadamente devido aos contornos simbólicos que inscreve. Diversas pesquisas foram

desenvolvidas sobre o doutoramento e as variações nos percursos doutorais (Parry, e outros, 1997; Delamont, e outros, 2000; Bourke, e outros, 2004; Marino, e outros, 2014) e também sobre as expectativas e os processos de inserção profissional dos doutorados. Juntam-se a estes os estudos sobre a atividade de investigação e a progressiva e acentuada precarização dos contratos de trabalho. Estas pesquisas específicas sobre o percurso doutoral e as suas variabilidades acentuam as dificuldades dos estudantes em terminarem as teses, a diversidade de metodologias de avaliação e as diferenças institucionais na forma de organizar os tempos. Acentuam também as tendências atuais no sentido da industrialização do grau e da linearização dos percursos profissionais e pessoais (Louvel, 2012; Ylijoki, 2016; Cardoso, e outros, 2020). Um leque importante de estudos versou, também, sobre as desigualdades de género e o modo como estas condicionam os usos e as disponibilidades de tempo por parte dos doutorandos (Fox, 2005).

Tal como se observa, o tempo e o ritmo são fundamentais para se entender o doutoramento, as dificuldades e as estratégias que desenvolvem os sujeitos e as instituições, no sentido da sua finalização, incluindo por parte de quem financia os projetos. Embora não surjam normalmente tratados de forma explícita, de facto e ao longo dos últimos anos, as instituições de ensino têm-se mobilizado no sentido de propor medidas de intervenção que conduzam os estudantes a terminar as teses no tempo esperado, garantindo que atingem os objetivos traçados e produzem os *outputs* planeados. Algumas destas medidas incluem a recomendação de reforço de diretividade dos orientadores, em termos de planificação e controlo do tempo (Bourke, e outros, 2018). Formações transversais, ensino à distância, entre outras, constituem algumas destas iniciativas que

prometem acelerar o tempo de preparação e apresentação das teses. Mesmo assim, a falta de tempo continua a ser um problema persistente e proeminente nas experiências dos estudantes de doutoramento, estejam estes em regime de dedicação total aos trabalhos da tese ou a repartirem o tempo com outras atividades profissionais, com ou sem remuneração, e independentemente da situação pessoal e/ou familiar (Macaulay e Davies, 2019; Wrigth e Cockrane, 2000; Torca, 2018).

Perante um fenómeno tão modificador de ritmos e de estruturas temporais, como se observa pelos seus impactos socioeconómicos como a COVID-19, estas questões ganham ainda maior relevo, solicitando reflexão e intervenção. Este argumento é ainda reforçado pelo facto de em Portugal o número de pessoas com doutoramento ter vindo a aumentar, tal como demonstram os dados oficiais publicados (PorData, 2020).

Para que entendamos ainda melhor a pertinência do assunto, importa perceber que o tempo de doutoramento está delimitado pelos quadros temporais institucionais expressos através dos calendários letivos, mas também pelas condições de vida que determinam manter e pelas estratégias que os próprios indivíduos encetam, perante esses constrangimentos. A seguir, abordaremos estes três níveis, procurando salientar que há questões que necessariamente envolvem o nível de tomada de decisão política e outras que implicam reflexividades, estratégias e conhecimentos individuais.

Calendários letivos como estruturas: escolas e universidades

Os calendários escolares ditam os principais ritmos da vida social na sociedade portuguesa. Embora com significativas diferenças

entre si, os tempos escolares estão estruturados na base da divisão do ano em períodos que correspondem ao funcionamento da atividade letiva e períodos de interrupção. Estes coincidem com momentos celebrativos que pontuam o ano (a exemplo do Natal, Carnaval e Páscoa), ou com os tempos de Verão, que integram as férias “grandes” entre os meses de julho e setembro. Apesar das variações que cada instituição ou tipologia de instituições possa introduzir ano a ano no calendário, essa estrutura do tempo é constante e tem-se mantido como “estrutura estruturante” essencial do tempo social.

Em geral, sob o paradigma da sincronia temporal, o esforço político tem sido orientado para fazer coincidir o fim do tempo de trabalho com o fim do tempo escolar e o início do tempo livre. Nesse sentido, as tentativas de modificar, aumentar ou reduzir o tempo letivo entroncam com a relevância dos tempos e das temporalidades de trabalho. Estas têm passado, aliás, por enormes transformações nos últimos anos, invadindo vários compartimentos de tempo que antes estavam situados em zonas de não trabalho, como a noite, os fins de semana e os períodos e/ou meses de verão. Com efeito, qualquer “anomalia” verificada nos ritmos escolares repercute-se inevitavelmente no tempo social, por via deste suporte que representa, face ao tempo económico dominante e que exerce um enorme constrangimento na vida dos sujeitos sociais.

Tal significa que as alterações nos calendários escolares atraem impactos sobre todos os outros tempos, incluindo os ritmos familiares e as mobilidades, tendo influência económica significativa em vários setores. Por isso, entende-se que seja um assunto controverso e polémico, o que ficou expresso desde o início do confinamento em Portugal motivado pela pandemia. Referimo-nos,

principalmente, ao protagonismo adquirido pelas interrogações sobre quando fechariam/abririam as escolas e universidades ou sobre o calendário se projetava para o ano escolar 2020/2021.

No caso das instituições de ensino superior e investigação científica, como as universidades, as alterações dos calendários são, igualmente, um assunto de enorme complexidade, por motivos idênticos. Dado o diagnóstico de casos positivos, e atendendo ao desconhecimento do ritmo de propagação e grau de perigosidade associado, as universidades foram em Portugal as instituições de ensino que mais cedo encerraram e suspenderam as atividades presenciais na totalidade, mantendo, operacionais a maior parte dos serviços, mas por via digital. O mesmo aconteceu noutros países que, desde o início da pandemia, começaram a programar integralmente as suas atividades para o domínio online (Ling, 2020; Aydemir e Ulusu, 2020).

Diferentemente do que ocorre noutras instituições de ensino, as universidades reúnem uma multiplicidade muito elevada de funções e de atividades que decorrem do desempenho das suas várias missões, no ensino, na investigação e na interação com a sociedade envolvente. Por isso, a suspensão das atividades presenciais tem impactos significativos ao nível dos processos de trabalho e da capacidade performativa de todos os atores, obrigando a ajustes no domínio privado e individual, por parte dos públicos envolvidos, em especial os estudantes.

A oscilação dos ritmos das universidades e, nomeadamente, a suspensão das atividades letivas, trouxe também a variação e a incerteza a todas as organizações cujos ritmos se organizam em função dos tempos e das temporalidades académicas: serviços diversos, imobiliárias e proprietários de habitações, indústria da restauração e do lazer refletem

de forma colossal as dessincronias, as variações, as paragens e as ausências dos públicos, particularmente estudantis.

Os ritmos académicos estão em “crise”, por terem sido sujeitos, e de forma rápida, a mudanças que, em grande parte, convergiram para a virtualização e a digitalização, também implementadas de forma abrupta, face ao modelo até então em vigor. Inclusivamente, vazios legais acompanharam várias destas mudanças que implicaram esquemas de uso do tempo e do espaço completamente diferentes (normalmente acompanhadas pelo teletrabalho e ensino *online*) e que foram apresentadas como transitórias, embora, a par e passo, comecem a ser incorporadas como práticas necessárias e inevitáveis.

O campo para a análise sociológica das implicações desta crise na reconstrução ou invenção de arquiteturas de ritmos estáveis nas instituições de ensino superior é vasto. Considera-se não apenas a circunstância da perdurabilidade da COVID-19, mas também o tipo de estruturas temporais, entretanto emergentes, e que vieram antecipar alguns cenários previsíveis há anos sobre as mudanças impulsionadas pela digitalização.

De facto, a suspensão das estruturas temporais, tal como organizadas e fixadas ao longo dos anos, mostrou, não só a sua relevância para a existência e equilíbrio institucional e social, mas também que todas essas estruturas são convencionais. Resultam de opções políticas e podem, portanto, ser alteradas, desejavelmente no sentido de melhorar a vida das pessoas, dos estudantes e das famílias. Tal pode obrigar a repensar de forma mais célere do que potencialmente esperado os quadros legais que instituem os principais ritmos académicos, de ensino e de investigação.

O tempo de doutoramento

No contexto acadêmico, interessa-nos analisar de que modo o tempo para doutoramento, que corresponde a uma formação com contornos temporais peculiares, foi sujeito a variações e a mudanças com a COVID-19 que começaram com a suspensão dos ritmos normais e a necessidade de viver a espera correspondente.

Antes disso, convém precisar que, de acordo com vários estudos realizados, os estudantes de doutoramento perfazem um conjunto diverso de perfis de usos do tempo, conforme o gênero, situação pessoal e familiar, a tipologia de curso que frequentam, a área de estudo e a situação profissional. Não há estatísticas específicas sobre os estudantes de doutoramento no que se refere ao tipo de atividade profissional que podem acumular com a frequência do grau. No entanto, é possível inferir, na base nos estudos citados ao longo do texto e também em alguns relatórios consultados sobre os perfis dos doutorandos (DGEEC, 2017), que estes podem, ou não, ter uma atividade profissional remunerada, incluindo estar na universidade como bolsiros de agências de financiamento (nacionais ou internacionais), ou serem bolsiros em projetos de investigação.

De qualquer forma, independentemente da atividade profissional ou situação familiar e face à tendência crescente de “industrialização” (Louvel, 2012) do grau de doutoramento, os estudantes de doutoramento acabam frequentemente envolvidos, desde fases iniciais dos seus percursos, na publicação de artigos científicos e de outros indicadores de produtividade dos centros de investigação e dos departamentos responsáveis pelos respetivos graus de doutoramento. De qualquer forma, os projetos de doutoramento variam entre áreas científicas e entre subáreas e subtemas. Alguns projetos dependem dos ritmos e dos tempos de laboratórios, ou

de outras instituições e atores; noutros casos, há mais autonomia. Nessa sequência, as restrições impostas pela COVID-19 têm ressonância diferencial, conforme a interseção das diferentes variáveis mencionadas, incluindo a fase de investigação em que os doutorandos se encontram e as tarefas que desenvolvem.

Tempos académicos, tempo de doutoramento e a COVID-19

A COVID-19 gerou todo um conjunto de suspensões e de interrupções que alteraram as rotinas diárias das universidades (Heng e Jeong, 2020) no que respeita ao modo de funcionamento letivo e os métodos de avaliação e de orientação científica. No entender de alguns autores, coincidiu com um momento de produtividade significativa, por parte dos doutorandos (Carvalho, 2020). Uma das principais alterações consistiu na deslocalização das atividades de estudo e de investigação para o espaço de residência. Por estas razões, algumas análises têm indicado que a COVID-19 fica reconhecida pela possibilidade que deu aos doutorandos para disciplinar o uso do tempo e concentrarem-se na publicação de artigos e na elaboração de propostas de novos projetos, potenciando a concentração num tempo único, contínuo, que permitiu no entendimento dos próprios, aumentar a produtividade.

Alguns autores consideram que a crise pandémica é uma oportunidade para os estudantes de doutoramento ampliar os seus conhecimentos, ler e escrever mais artigos científicos e prepararem as teses doutorais (Ashton e Pintor-Escobar, 2020). No questionário que enviamos aos estudantes de doutoramento, encontramos evidência empírica desta experiência do tempo-oportunidade que se abriu com o confinamento. Com efeito, uma parte dos estudantes para quem foi possível parar e gerar um espaço-tempo

único e menos permeável a outras solicitações, “a pandemia até foi boa [em termos de atividade]” e permitiu “escrever mais”, tendo ajudado a “ver com clareza que preciso acabar logo o doutoramento”. Se, “nos primeiros momentos, a concentração diminuiu”, este processo de adaptação a novos ritmos repletos de impossibilidades e/ou constrangimentos também “obrigou a sermos criativos e resilientes”.

Mas, outras pesquisas têm dado conta de impactos menos positivos e alguns desafios que consideramos relevantes. Para Duygu Aydemir e Nuriye Ulusu (2020), investigadores e estudantes de doutoramento foram muito afetados/as negativamente. Kimkong Heng e Daeul Jeong (2020) falam em impactos negativos na produtividade dos estudantes. Esta traduz-se, não apenas na redução do número de publicações, mas também no abaixamento do ritmo de preparação das teses doutorais, tornando mais exigente a conciliação de tempos. No mesmo questionário que aplicámos, os respondentes contam que, apesar de sentirem ter mais tempo, o “tempo dedicado à tese, o rendimento/produtividade está a ser muito baixo”, porque a “concentração diminuiu”. Neste processo, foi necessário “dividir o tempo com a família”, gerir o tempo de doutoramento “com duas crianças pequenas em casa”, com “familiares doentes”. Portanto, para quem não conseguiu, por efeito de constrangimentos que derivam dos papéis sociais e das condições de vida, tornar o tempo impermeável a outras solicitações, o tempo de confinamento resultou numa “enorme ansiedade e angústia nos estudantes, em especial aqueles que necessitam de fazer trabalho laboratorial e que se encontram no último ano da tese”.

Paul Ashton e Linamaria Pintor-Escobar (2020) reafirmam esta ideia. Os autores propõem que o contexto de pandemia instalou

sérias dificuldades no andamento dos projetos de doutoramento, o que se deve à dificuldade de recolha, armazenamento e tratamento de informação, tendo tido reflexo no modo como os estudantes de doutoramento avaliam a qualidade das suas teses doutorais. Ashton e Pintor-Escobar (2020) antecipam dificuldades na saúde mental e emocional dos doutorandos, em grande parte relacionadas com as dificuldades em avaliar e usar o tempo durante a pandemia.

Tal como referem os(as) estudantes que responderam ao questionário, “para muitos alunos de doutoramento a pandemia [e não apenas o período de confinamento] veio atrasar a recolha de dados e análises laboratoriais” e houve várias limitações e condicionamentos relacionados com as recolhas de dados, dependente dos instrumentos e metodologias a aplicar. Outros indicam a “falta de equipamento, problemas familiares, falta de resposta de parceiros internacionais”, as dificuldades de “deslocação dentro e fora do país”, de “conciliação do doutoramento com as responsabilidades familiares”. Em suma, os estudantes referem que estes constrangimentos “vão levar a grandes atrasos ou à necessidade de alterações dos projetos” e que gerem com “receio” o andamento dos seus projetos.

Conclusões similares são partilhadas por Dan Orendain e Riyanti Djalante (2020), ao considerarem que o trabalho e o ensino à distância ao nível do doutoramento durante o confinamento introduziram mais dificuldades na condução dos planos de trabalho e aumentaram a frustração dos estudantes, relativamente ao cumprimento de prazos. Paul Ashton e Linamaria Pintor-Escobar (2020) afirmam que os estudantes vivem com ansiedade e frustração a interrupção das rotinas e do ambiente de trabalho, o isolamento e as restrições de mobilidade, as

preocupações em relação ao financiamento, a diminuição da saúde mental e emocional e a diminuição da produtividade.

O aumento da escassez de tempo e a aceleração motivada por alguns orientadores e ou professores que leram a duração da COVID-19 como uma oportunidade de “isolar” o tempo e dedicá-lo à produção de indicadores, são também motivos de frustração e de ansiedade.

Deste modo, doutoramento surge retratado como “um percurso muito solitário e a pandemia tornou-o ainda mais isolado”. Um(a) estudante afirma nas respostas ao questionário que a “única coisa que sinto falta é de algum convívio social com colegas, que levava sempre a trocas de ideias, opiniões, perspetivas, que ainda que se mantenham via redes sociais, não é a mesma coisa que presencialmente”.

Desafios ao tempo das instituições e aos tempos individuais

Com efeito, o trabalho dos doutorandos e, em especial, do que se encontram a trabalhar como bolseiros em projetos individuais ou coletivos, continuou bastante “regulado” por prazos de conclusão da tese e/ou de *outputs*, entre os quais as publicações e as *papers*. A observação das reflexões publicadas e partilhadas neste período dão conta de que, para uns, a COVID-19 trouxe a possibilidade de usarem o tempo de forma imersiva, unicamente dedicado às atividades da tese, mas, para outros a pandemia terá acrescentado mais exigências ao tempo e densificado o leque de atividades a realizar diariamente, devido à acumulação de papéis que favorece. Noutros casos, ainda, a pandemia pode ter criado a suspensão dos trabalhos, sobretudo quando os doutorandos desenvolvem projetos pessoais, não vinculados a outras

investigações, ou estiveram à espera de notícias e desenvolvimentos da pandemia noutros países, especialmente onde têm familiares.

Por exemplo, também nos casos em que as teses doutorais implicam a observação de fenómenos e/ou eventos que ocorrem num determinado período do ano, podem ter ficado mais comprometidas, devido à sua não realização (cancelamento), ou impossibilidade prática de observá-los por causa das restrições impostas. O mesmo pode ter sido verificado em projetos de pesquisa experimentais ou que exigem sequências de testes laboratoriais.

É neste quadro que se entende que as universidades, a seguir ao arranjo global dos calendários letivos para o ano 2019/2020, tenham optado por medidas diversas, cuja finalidade é acautelar os efeitos da COVID-19 no andamento dos trabalhos de doutoramento. Entre outras, destaque-se a Lei 38/2020 que, em Portugal, e à semelhança do que aconteceu noutros países, prorrogou, “por um semestre letivo, o prazo para a entrega de teses, ao abrigo do regime transitório previsto no Decreto-Lei n.º 45/2016, de 17 de agosto, alterado pela Lei n.º 65/2017, de 9 de agosto, até à cessação das medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia de SARS-CoV-2”.

De facto, a par da discussão sobre as mudanças nos tempos institucionais e nos calendários anuais letivos e de avaliação, tem ganho revelado um conjunto de debates que sublinham algumas medidas encetadas mais ou menos formalmente pelas universidades e pelas direções de cursos e de centros I&D, para que os estudantes revejam e reformulem, com os orientadores, os seus projetos de investigação, de forma a não ficarem reféns das variações introduzidas e potenciais da

COVID-19 (Ashton e Pintor-Escobar, 2020). De alguma forma, as reflexões tendem a acentuar a ideia de que este tempo possa ser entendido como oportunidade para demonstrar resiliência, alterar os planos de investigação, reavaliar as prioridades do estudo, procurar inspiração junto dos seus colegas doutoramento e elucidar sobre os efeitos da COVID-19 no percurso doutoral.

Conclusão

Diversos estudos realizados sobre o doutoramento (Delamont e outros, 2000; Wright e Cochrane, 2000) demonstraram que se trata de um grau académico que requer dos indivíduos elevada capacidade de gerir a incerteza e as variações de produtividade e disponibilidade do tempo (Taha, e outros, 2014). O período pandémico obrigou a mudanças substantivas nos ritmos académicos (Ling, 2020; Aydemir e Ulusu, 2020) que conduziram a uma readaptação, quer ao nível pessoal (tempo em família, doença, novos hábitos, alteração do local de trabalho), quer a nível de projetos de investigação (impossibilidade de continuar os projetos já iniciados, impossibilidade de recolha de dados, etc.), em alguns casos acompanhado de *stress*, ansiedade e depressão.

Com base na exposição apresentada, pode-se afirmar que o tempo de confinamento foi vivenciado e experienciado pelos estudantes de doutoramento de formas muito distintas. Por uns, foi entendido como um tempo de oportunidade para elevar a produtividade. Para outros, acentuou ainda mais a dificuldade de concentração e organização do tempo, o que pode ser explicado, tanto pelo acúmulo de outras exigências que reduzem a disponibilidade de tempo ou de espaço; como pela dificuldade em gerir a abundância de tempo e a ausência ou mudança de rotinas.

Em qualquer das situações, torna-se essencial perspetivar o tempo de doutoramento, tanto do ponto de vista institucional como individual, que implica reconfigurações ao nível do tempo das organizações e das instituições e também formas de colaboração, estratégias e experiências individuais. Os dois níveis de ação precisam ser integrados e considerados sob o mesmo imperativo de considerar o tempo como objeto político, de negociação e recurso de poder.

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020

Referências

- Ashton, Paul e Pintor-Escobar, Linamaria (2020), “Five ways to tackle PhD research anxieties triggered by COVID-19 lockdowns” em *Nature Research* (25/06/2020), consultado a 05/05/2020, em <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01898-1>
- Aydemir, Duygu e Ulusu, Nuriye (2020), “Commentary: Challenges for PhD students during COVID-19 pandemic: Turning crisis into an opportunity”, *Biochemistry and Molecular Biology Education*, pp. 1-2.
- Ayres, Zoe (2020), “*Scientist without a lab? A PhD Researcher guide to Covid-19*”, em *Twitter*, publicado a 17/03/2020, consultado a 05/05/2020, em <https://twitter.com/zjayres/status/1239983524259737606>
- Blume, Christine, e outros (2020), “Effects of the COVID-19 lockdown on human sleep and rest-activity rhythms”, *Current biology*, vol. 30, nº 14, pp. 1-3
- Bourke, Sid, e outros (2004), “Attrition, completion and completion times of PhD candidates”, *AARE Annual Conference Melbourne* (28 novembro-2 dezembro), consultado a 05/05/2020 em <https://www.researchgate.net/search.Search.html?type=publication&query=and%20attrition,%20completion%20times%20of%20PhD>
- Bunn, Matthew, e outros (2018), “In the anytime: Flexible time structures, candidate experience and temporal equity in higher education”, *Time and Society*, vol. 28, nº 4, pp. 1409-1428.
- Cardoso, Sónia e outros (Eds.) (2020), *Structural and Institutional Transformations in Doctoral Education, Social, Political and Student Expectations*, New York, Springer.
- Direção-Geral do Estatísticas da Educação e Ciência – DGEEC (2017), *Inquérito aos Doutorados 2015 (CDH15) - Sumários Estatísticos*, consultada a 05/05/2020, em <https://www.dgeec.mec.pt/np4/208/>
- Carvalho, Teresa (2020), “Producing Knowledge in a Pandemic Crisis – The Relevance of Researchers’ Work and Working Conditions”, *The European Sociologist*, vol.45, nº1.
- Decreto Lei nº 38/200, em Diário da República (18/08/2020), consultada a 05/10/2020, em <https://dre.pt/application/file/a/140431249>

- Delamont, Sara, Atkinson, Paul e Parry, Odette (2000), *The doctoral experience – sucess and failure in graduate School*, Londres, Falmer Press.
- Fox, Mary (2005), “Gender, family characteristics, and publication productivity among scientists”, *Social Studies of Science*, vol. 35, nº 1, pp. 131-150.
- Heng, Kimkong e Jeong, Daeul (2020), “Zoom, shut up and write: How PhD students cope amid COVID-19”, em *University World News* (20/06/2020), consultado a 26/06/2020, em <https://www.universityworldnews.com/post.php?story=20200615132829535>
- Liao, Tim, e outros (2013), “The social definition of time for university students”, *Time & Society*, vol. 22, nº1, pp. 119-151.
- Ling, Lorraine (2020), “Universities and research in times of crisis: the getting of wisdom”, *Qualitative Research Journal*, consultado a 26/06/2020, em <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/QRJ-06-2020-0055/full/pdf?title=universities-and-research-in-times-of-crisis-the-getting-of-wisdom>
- Louvel, Séverine (2012), “The ‘industrialization’ of doctoral training? a study of the experiences of doctoral candidates and supervisors in the French life sciences”, *Science & Technology Studies*, 25, pp. 23-45.
- Macaulay Luke, e Davies, Tanya (2019), “It is about time: chronotopes and the experience and negotiation of space-time throughout PhD candidature”, em Lynette Pretorius, e outros (eds.), *Wellbeing in doctoral education*, Singapore, Springer, pp. 165-176.
- Marino, Jacopo, e outros (2014), “Ten simple rules for finishing your PhD”, *PLoS Computational Biology*, vol. 10, nº12, pp. 1-4.
- Menzies, Heather, e Newson, Jacine (2008), “Time, stress and intellectual engagement in academic work: Exploring gender difference”, *Gender, Work and Organization*, vol. 15, nº5, pp. 504-522.
- Noonan, Jeff (2015), “Thought-time, Money-time and the conditions of free academic labour”, *Time and Society*, vol. 24, nº 2, pp. 109-128.
- Orendain, Dan, e Djalante, Riyanti (2020), “Six Ways the COVID-19 Pandemic is Impacting Students and Another Six Ways They Cope with It: Insights from the 2020 Cohort of UNU-IAS, Japan”, em International Science Council, consultado a 26/06/2020, em <https://www.ingsa.org/covidtag/covid-19-commentary/orendain-unu/>

- Parry, Odette, e outros (1997), “The structure of Ph.D. research”, *Sociology*, vol. 31, nº1, pp. 121-129.
- Pereira, Maria do Mar (2016), “Struggling within and beyond the performativity university: Articulating Activism and Work in “academia without walls”, *Women’s Studies International Forum*, nº 54, pp.100-110.
- PorData (2020), “Alunos matriculados no ensino superior: total e por nível de formação”, *PORDATA*, consultado a 05/05/2020, em <https://www.pordata.pt/Portugal/Alunos+matriculados+no+ensino+superior+total+e+por+n%C3%advel+de+forma%C3%A7%C3%A3o-1023-819>
- Sá, Maria, e Serpa, Sandro (2020), “The Global Crisis Brought About By Sars-Cov-2 And Its Impacts On Education: An Overview Of The Portuguese Panorama”, *Science Insights Education Frontiers*, 7, pp. 1-6.
- Smith, Simon (2015), “Multiple temporalities of knowing in academic research”, *Social Science Information*, nº 54, vol. 2, pp. 2149-176.
- Spurling, Nicola (2015), “Differential experiences of time in academic work: How qualities of time are made in practice”, *Time and Society*, vol. 24, nº 3, pp. 1-23.
- Taha, Sheena, e outros (2014), “Intolerance of uncertainty, appraisals, coping, and anxiety: The case of the 2009 H 1N 1 pandemic”, *British Psychological Society*, 19, pp. 592-605.
- Torka, Marc (2018), “Projectification of doctoral training? how research fields respond to a new funding regime”, *Minerva*, 56, pp. 59-83.
- Vostal, Filip (2015), “Academic life in the fast lane: the experience of time and speed in British academia”, *Time and Society*, vol. 24, nº1, pp. 71-95.
- World Health Organization. Regional Office for the Eastern Mediterranean (2020), *WHO policy brief: the economic and social impact of COVID-19 in the Eastern Mediterranean Region*. World Health Organization. Regional Office for the Eastern Mediterranean, consultado a 05/05/2020, em <https://apps.who.int/iris/handle/10665/332818>.
- Wright, Toni, e Cockrane, Ray (2000), “Factors influencing successful submission of PhD theses”, *Studies in Higher Education*, vol. 25, pp. 181-195.

Ylijoki, Oili-Helena (2011), “Boundary-work between work and life in the high-speed university”, *Studies in Higher Education*, vol. 38, pp. 242-255.

Ylijoki, Oili-Helena (2016), “Projectification and Conflicting Temporalities in Academic Knowledge Production”, *Theory of Science*, vol. 38, pp. 7-26.

11

Resumo

Neste texto faz-se uma reflexão sobre três esferas que melhor plasam os efeitos da pandemia Covid-19 num potencial aumento das desigualdades de gênero: o trabalho, a saúde e a violência. Tratando-se de uma das desigualdades sociais mais transversais ao longo da história da humanidade, acreditamos ser fundamental refletir sobre ela durante este complexo período de confinamento. Para tal recorreremos aos índices globais de igualdade de gênero, nomeadamente: Gender Equality Index – GEI, do Instituto Europeu para Igualdade de Gênero (European Institute for Gender Equality, 2019), Gender Inequality Index – GII, do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Human Development Report, 2019) e o Social Institutions and Gender Index – SIGI, da Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico, 2019). Iremos abordar cada uma das três dimensões enunciadas detalhadamente, procurando caracterizar brevemente a situação antecedente à pandemia e depois o que sabemos sobre a sua decorrência durante o confinamento.

Palavras-chave

Gênero e Covid-19; Mulheres e Covid-19; Desigualdades de gênero e Covid-19.

Authors/Autoras

**Josilene Aires Moreira
& Catarina Sales Oliveira**

Universidade Federal da Paraíba
Brasil

CIES_ISCTE Instituto Universitário de Lisboa
Universidade da Beira Interior
Portugal

Introdução

Esta análise decorre num quadro de quiasmo – ideias que se entrelaçam entre meios e extremos, tornando indiscernível quando começa e termina cada uma das dimensões – onde a mulher trabalhadora, mãe, esposa e cuidadora adoece, sofre violência, tem seu tempo ainda mais fatiado, cuida menos de si, angustia-se; mas reage, luta, sobrevive. Pretende-se refletir em que medida a pandemia altera o convívio social e a forma de exercer o trabalho, em casa ou para quem permanece nos seus locais de trabalho; traz novas exigências de cuidado por parte das crianças e idosos e deixa as mulheres mais suscetíveis à violência doméstica. Sugere-se que a crise as atinge também financeiramente, uma vez que afeta a empregabilidade de muitas e tem impacto sobre a sua situação econômica; menos autônomas, tornam-se menos empoderadas, menos independentes e mais vulneráveis.

As mulheres são responsáveis por jornadas de trabalho duplas e, muitas vezes, triplas pois são elas quem, maioritariamente, cuidam dos idosos, incapacitados e crianças após o trabalho formal, seja nas empresas ou como autônomas (Saleiro e Sales Oliveira, 2018; Torres, e outros, 2018) . A maioria do trabalho doméstico no mundo é realizado por mulheres, exercendo elas uma atividade profissional remunerada ou não (Oxfam, 2020). Mesmo sem a crise do Covid-19, as mulheres na União Europeia gastavam 13 horas a mais por semana do que os homens em trabalhos de cuidado não-remunerado e trabalho doméstico (European Institute for Gender Equality, 2020). Ou seja, a estrutura objetiva da divisão sexual das tarefas e encargos permanecia desigual num quadro anterior ao Corona vírus (Organização das Nações Unidas Mulheres, 2020a). Que mudanças estão a acontecer na perspectiva da gestão do tempo derivadas da pandemia Covid-19?

Ao nível da saúde e porque são maioria nas atividades de cuidado, as mulheres estão mais presentes na linha da frente dos hospitais e instituições de saúde no combate ao vírus, de modo que sua saúde é afetada tanto física como mentalmente (ONU Mulheres, 2020b). Ao chegar em casa, encontram um quadro da família em quarentena onde os seus pais, mães, companheiros e companheiras, irmãos e irmãs, filhos e filhas estão afetados por angústias, depressões e, em piores cenários, fome, desamparo e contaminação com o vírus. Acumulam, então, à função profissional de trabalhadoras (enfermeiras, médicas ou auxiliares) a de mães, esposas e conselheiras-cuidadoras, temendo por estes e tornando-se propensas à exaustão, esgotamento e enfermidades derivadas da situação extrema de enorme pressão, por elas e pelos entes queridos das quais está rodeada. Ela teme. “O que se teme possui caráter de ameaça” (Heidegger, 2005: 196). Teme por si e teme também pelos outros, teme pelos seus. “O *temer por* também pode se estender a outros e, nesse caso, falamos de ter medo em lugar do outro” (Heidegger, 2005: 197). Ou seja, o medo que ela sente por si mesma, sua saúde, sua sobrevivência e seu futuro é exacerbado pelo temor que sente pelos seus.

Simultaneamente, a pandemia tem provocado um aumento nos quadros de violência contra a mulher, seja no âmbito doméstico seja nos meios digitais de comunicação. Porém, este aumento nem sempre é visível. Durante o confinamento em Portugal houve uma diminuição de 39% das denúncias (Serviço Nacional de Saúde, 2020), o que, segundo o presidente da APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, representou uma “tranquilidade aparente” (Lusa/CE, 2020). Já após o fim do período de confinamento, chegaram à Rede Nacional de Apoio às Vítimas de Violência Doméstica o dobro dos pedidos de ajuda em comparação com igual

período do ano anterior (Publico, 2020). Podemos conceber que confinadas dentro de casa, em situação de proximidade contínua com o seu eventual agressor, as mulheres tiveram grande dificuldade de concretizar queixas às autoridades. Mecanismos alternativos de denúncia usando códigos secretos têm sido instalados em supermercados e farmácias, para tentar viabilizar o acesso aos órgãos especializados na proteção da mulher (FRANCE24, 2020). Por outro lado, o mundo digital no qual estamos vivendo – quando mais de 50% da população mundial está em casa – torna as mulheres mais vulneráveis ao assédio *online* que ocorre entre aulas, reuniões e nas redes sociais.

Procurando refletir sobre a situação das mulheres e, conseqüentemente, da igualdade de gênero durante o período de confinamento, iremos abordar cada uma das dimensões enunciadas em detalhe. A nossa análise baseia-se integralmente em dados secundários disponibilizados durante o próprio período em análise, concretamente entre março e julho de 2020. Embora dados e situações internacionais sejam mencionados, a análise incide com maior enfoque no contexto português.

Trabalho

As mulheres integram um grupo extremamente vulnerável no combate à pandemia provocada pelo Covid-19. Aproximadamente 70% da força de trabalho em saúde no mundo é composta por mulheres, sendo que elas são globalmente cerca de 80% das enfermeiras, função que tem como característica o contato direto e prolongado com os pacientes doentes pelo contágio (United Nations Population Fund, 2020). Elas são 65% das enfermeiras na África, 86% nas Américas e 84% na Europa, enquanto os homens são a maioria dos médicos que atuam no combate à crise (United Nations Women, 2020).

A implicação deste fato é que as mulheres são a imensa maioria dos trabalhadores em cuidados de saúde infectados pelo vírus. Como elas passam mais tempo lidando diretamente com os doentes, acabam por ser infectadas numa taxa muito superior à dos homens (Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica, 2020). Em Espanha são 75%, nos Estados Unidos 73%, na Alemanha 72% e na Itália, país que em março de 2020 tinha o maior número de mortos pelo vírus, elas são 68% dos profissionais de saúde na linha de frente do combate à pandemia (Rede Nacional de Vigilância Epidemiológica, 2020; United Nations Women, 2020a; Federazione Nazionale Ordini Professioni Infermieristiche, 2020).

A categoria de profissionais de enfermagem tem sido particularmente afetada pela pandemia. Em alguns países, (por exemplo, Portugal) o regime de trabalho foi alterado para turnos de 12 horas, o que pode configurar uma ilegalidade (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 2020a). A sobrecarga de trabalho aumenta o risco, a penosidade e as possibilidades de erro. E diminui o tempo que as mulheres podem dedicar-se aos filhos, à família e às suas casas (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 2020b). A gestão do tempo para essas mulheres enfermeiras torna-se muito difícil durante períodos de crise em saúde, notadamente durante a atual pandemia causada pelo Covid-19. Enfermeiros e enfermeiras trabalham geralmente por turnos e precisam dividir-se entre os cuidados com os doentes graves nos hospitais e, no tempo que deveria ser o do seu repouso, as mulheres trabalham mais tempo em casa, pois são as principais responsáveis pelos cuidados a idosos e a crianças – um trabalho sem visibilidade, sem valorização e sem remuneração que, no entanto, ocupa grande parte do seu tempo (Organisation for Economic Co-operation and Development, 2019).

A manter-se esta realidade, a capacidade de resposta destas equipas de trabalho será afetada, prejudicando o combate à pandemia (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 2020a). Em Portugal 83,5% dos profissionais de enfermagem são mulheres e 16,5% homens; dentre estes, 49% têm até 40 anos de idade e 65% têm até 46 anos. Ou seja, este grupo profissional tem perfil particularmente jovem e alta taxa de feminização, para o qual, naturalmente, o exercício dos direitos de parentalidade e de assistência a filhos menores de 12 anos têm enorme impacto e relevância (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 2020a). Esta situação já era problemática e de difícil gestão e foi um dos muitos exemplos de conflito entre os projetos pessoais e os familiares, tais como a parentalidade e o exercício profissional e que para as mulheres permanece particularmente penoso (Torres, e outros, 2018). Mas o contexto pandêmico veio agravá-la: as mulheres com turnos de trabalho aumentados têm extrema dificuldade em conciliar a permanência em clínicas e hospitais com a assistência aos filhos, principalmente devido à necessidade do isolamento social e consequente fechamento das escolas. Assim, para estas trabalhadoras essenciais o tempo que dedicam aos filhos menores é insuficiente para prestar-lhes uma assistência mínima e ainda mais limitado para auxiliá-los nas tarefas escolares (Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, 2020a).

Quando se trata do trabalho remunerado em cuidado de idosos, elas representam mais de 2/3 da força de trabalho remunerada em todo mundo. Entretanto, esta é uma categoria de trabalho globalmente mal remunerada e subvalorizada (United Nations Women, 2020a) não obstante cada vez mais necessária. Portugal, por exemplo, tem cerca de 22,1% da população acima de 65 anos de idade, destes, cerca de metade com mais de 75 anos e 14% com mais de 85 anos (Instituto

Nacional de Estatística, 2020; Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico, 2019). Nos próximos meses pós-pico da crise do Covid-19 acredita-se que haverá um crescimento exponencial das necessidades de cuidados de saúde para esta faixa etária. Estes profissionais precisam ser reconhecidos e considerados pelos criadores de políticas públicas, assegurando que este trabalho quase invisível seja valorizado e protegido tanto nas instituições prestadoras de cuidados em lares de idosos como também na assistência remunerada em casa (*homecare*). Em tempos de Covid-19, tal significa inclusive a ampliação do acesso a equipamentos de proteção individual, que muitas vezes são escassos.

Com as escolas e creches fechadas, há dificuldades acrescidas na assistência aos filhos por parte das famílias em que pais e mães se mantiveram a trabalhar. A situação para pessoas monoparentais pode ser ainda mais complexa, especialmente nos casos de mães solo, que necessitam de fazer malabarismo para gerir o tempo, trabalhando em casa, fora de casa, e cuidando dos filhos sozinhas. Entretanto, é pior para as mulheres. Elas constituem quase 85% de todas as pessoas monoparentais na União Europeia; quase metade (48%) está em risco de pobreza ou exclusão social, em comparação com um terço (32%) dos pais solteiros. Nos Estados Unidos, 19 milhões de crianças vivem em famílias monoparentais e 70% destas são encabeçadas por mulheres (US Census Bureau, 2019). Sem acesso à licença remunerada por parte dos seus empregadores, muitas mães/pais solteiros serão forçados a deixar os seus empregos durante a pandemia do Covid-19 para cuidar dos filhos; como as mulheres são a vasta maioria destas situações, elas serão consequentemente mais afetadas. Adicionalmente, as mulheres que cuidam sozinhas

dos filhos obtêm 68% da renda dos homens na mesma situação (European Institute for Gender Equality, 2019).

Uma outra situação profissional de especial interesse para a nossa análise é a das mulheres acadêmicas, cuja trabalho demanda uma forte necessidade de dedicação e concentração. Há evidências de que a sobrecarga de encargos domésticos sobre as mulheres impactam fortemente na produtividade das pesquisadoras. Já é sabido e registrado que grande parte das mulheres da academia têm suas carreiras interrompidas ou adiadas para depois da maternidade, pois elas são as principais responsáveis pelo cuidado parental, com uma dedicação que exige muito tempo. Com a pandemia, aconteceram mudanças na produtividade das pesquisadoras: editores de grandes revistas de impacto mundial observaram o fenômeno em diferentes áreas do conhecimento. Elizabeth Hannon, vice editora do *British Journal for the Philosophy of Science*, escreveu no Twitter que recebeu submissões “insignificantes” de mulheres no último mês. “Nunca vi nada parecido”, acrescenta ela (citada em Flaherty, 2020). Já o co-editor da revista *Comparative Political Studies*, declarou que as submissões cresceram 25% em abril, mas, notadamente, o crescimento foi atribuído aos homens; as submissões de mulheres permaneceram estáveis (Caron, 2020). Assim, as responsabilidades das mães pesquisadoras aumentaram imensamente, com a incumbência das famílias de tomar conta dos filhos o dia inteiro devido ao fechamento das escolas e creches. A essas, junta-se a necessidade de cozinhar e limpar com muito mais frequência, derivada do fato de, em geral, todos os membros estarem em casa 24 horas por dia e os serviços de limpeza doméstica estarem suspensos. São distintas situações, das quais analisaremos alguns casos

representativos de mulheres cientistas¹. Vanessa LoBue, professora associada de psicologia na Universidade Rutgers, autora de *9 Months In, 9 Months Out: A Scientist's Tale of Pregnancy and Parenthood* diz como sua produtividade em casa está sendo afetada durante o confinamento exigido pelo Covid-19: “Meu marido está trabalhando em tempo integral em casa, assim como eu; o que observo é que, para os homens, há mais expectativa de que possam estar trabalhando o tempo todo do que há para mim” (citada em Flaherty, 2020, s/p). Ou seja, dele espera-se que mantenha ou aumente a produtividade, enquanto dela espera-se que cuide dos filhos e ainda consiga produzir. Ela está em casa em tempo integral, juntamente com o marido e dois filhos de 2 e 5 anos. Afirmo que as restrições do Covid-19 estão apenas exacerbando diferenças que já existiam (Flaherty, 2020).

Alessandra Minello, demógrafa da Universidade de Florença, Itália, cuida do filho de dois anos em casa. Seu principal campo de pesquisa analisa as relações familiares no que diz respeito ao trabalho doméstico e ao trabalho pago. Entretanto, durante este período, ela declara “sinto que agora sou o meu próprio objeto de estudo”. Ela sente falta da quietude e do silêncio necessários para desenvolver suas pesquisas e preparar os vídeos de suas aulas online, que prosseguem. Reflete que “os colegas esperam que eu esteja disponível a qualquer hora para videoconferências” (Minello, 2020).

A sensação de fracasso por não corresponder às expectativas das chefias, dos colegas e, pior ainda, de si mesmas, pode acabar atingindo as mulheres nesta fase. A pesquisadora em Neurobiologia Anne-Laure,

do Instituto Federal Suíço de Tecnologia, declara que a vida durante o período de *lockdown* está muito mais difícil do que ela jamais imaginou (Mellier, 2020). A partir do segundo ou terceiro dia de *home office*, ela já não conseguiu mais cumprir as tarefas programadas com a sua equipa de pesquisa para o período de quarentena. Ao de repente necessitar trabalhar a partir de casa e cuidar de seus dois filhos pequenos, sentiu-se pressionada, exausta e com um nível de ansiedade altíssimo, principalmente pelo receio de frustrar as expectativas da sua equipe.

Ainda que praticamente todo o mercado de trabalho tenha sido bastante afetado pelo Covid-19, as diferentes ocupações sofrem impactos de forma distinta, de modo que o risco de desemprego varia de acordo com os setores de ocupação e a criticidade do trabalho. A possibilidade de teletrabalho pode variar imensamente: no setor de transportes, apenas 3% dos empregados podem exercer suas funções em casa; já no setor de informática eles são 78%. Aqueles que não estão em ocupações críticas e nem podem atuar na forma de teletrabalho estão mais propensos a perderem os empregos durante esta crise. Os dados mostram desigualdades mais uma vez: uma maior parcela de homens (52%) do que as mulheres (39%) trabalha em ocupações que podem ser exercidas por teletrabalho e/ou críticas o que significa uma assimetria em condições e valorização das profissões de uns e outras. Os indicadores de emprego desde o início da pandemia confirmam estas previsões: 59% da redução da folha de pagamento de março de 2020 diz respeito à demissão de mulheres (Alon, e outros, 2020).

¹ São dados secundários, recolhidos em artigos curtos de publicações como o Inside Higher Education ou a Nature, que procuraram caracterizar a situação da Academia durante o período de confinamento

Saúde

Heidegger (2005: 263) destaca que, na medida em que uma ameaça indefinida -“na verdade ainda não, mas a qualquer momento sim” - se abate sobre o ser, o temor transforma-se em pavor. Já quando a ameaça desponta como algo totalmente desconhecido, o temor transforma-se em horror. Ora, como podemos entender a chegada dessa pandemia? Em meados de dezembro de 2019, nos preparávamos para as festividades da mudança de ano com grandes expectativas de “Feliz 2020”; em janeiro de 2020, muitos de nós ainda viajavamos de férias aproveitando as delícias do verão - no hemisfério sul - ou as peculiaridades do inverno, no hemisfério norte. Quando surge, em fevereiro, uma notícia - no início nem tão aterrorizante - e um “vírus desconhecido” originado na China, interrompe toda a programação normal das nossas vidas. Paralisa o tempo de tudo que tínhamos planejado para o ano que iniciava. Inúmeras emoções são desencadeadas pelo novo vocabulário que invade o mundo: pandemia, contágio, morte, confinamento. Ou seja, chega o desconhecido que se transforma em temor, pavor e horror.

A saúde física e mental das pessoas está abalada em tempos de Covid-19 (United Nations, 2020). Afinal, é uma ameaça que não se vê, logo não se materializa e torna-se difícil de combater. Seus sintomas são inúmeros, o que nos coloca em permanente tensão, ocorrendo questionamentos como “Espirrei, será que estou com o vírus?”, “Sinto dores de garganta, talvez esteja com a doença”, “há mais de um mês estou com tosse, será que vai se transformar na doença?”. Estamos permanentemente em alerta ao sairmos de casa: “será que vou cruzar com alguém contaminado?”, “será que toquei no nariz ou na boca?”, “usei a máscara da maneira correta?”, “quem sabe as minhas compras estejam contaminadas...” ou “tenho que fazer a desinfecção para não levar o vírus para casa”. O medo, a

ansiedade e a tensão de estarmos contaminados e contaminarmos os outros alteram todo o nosso sistema imunológico... tão importante no momento de combater a doença.

Além da preocupação com o contágio em si, as pessoas enfrentam diversas situações para as quais não estão preparadas: o luto pela perda de entes queridos, o choque com a perda de empregos, o isolamento, as restrições à circulação, a incerteza e a ansiedade com relação ao futuro. Problemas de saúde mental, incluindo depressão e ansiedade, são algumas das maiores causas de desequilíbrio no mundo. Entretanto, a população feminina parece ser afetada de maneira específica e preocupante neste equilíbrio mental. Uma pesquisa na Índia sobre os níveis de ansiedade da população durante o Covid-19 indica que 66% das mulheres reportaram um nível alto de stress, contra 34% de homens. Mulheres grávidas e mães com filhos pequenos declaram-se ainda mais ansiosas por terem pouca assistência dos serviços sociais, além de temerem pela infecção delas e dos seus filhos (Turquet e Koissy-Kpein, 2020; Escola Nacional de Saúde Pública, 2020).

A situação de medo torna-se mais grave pela incerteza de até quando o vírus será uma ameaça. Esta espera causa ansiedade e a indefinição traz a incerteza sobre o futuro. De repente, tudo que foi planejado terá que ser adiado e fica-se subitamente em modo de espera. De acordo com Araújo (2012: 12):

A espera não sinaliza, assim, apenas uma quantidade de tempo despendida a aguardar algo ou alguém, em termos concretos. Isto é, uma quantidade de tempo em que se interrompe um certo ciclo de actividade e se provoca dessincronia entre as datas de previsão e de concretização. A espera inscreve-se num “calendário subjetivo” (Hogben, 2006), inter individual e evanacional

por onde passam emoções e também relações de dominação e poder.

As pessoas não só aprendem a esperar, mas também a planejar as suas vidas em função dessa espera. Contudo, nesta situação não nos foi dado o tempo necessário para aprendermos a lidar com as regras da espera causadas pela pandemia do Covid-19. As vidas foram bruscamente interrompidas. Não há familiaridade com esta situação, não se sabe o que acontecerá.

Muitas pessoas que nunca apresentaram problemas mentais podem passar a apresentar sintomas de angústia devido aos inúmeros fatores de *stress* provocados pela pandemia. Um estudo realizado na China sobre as condições psicológicas das pessoas durante a crise que estamos atravessando mostra que há maior prevalência de mulheres com depressão; adicionalmente, elas têm potencial mais elevado de desenvolver *stress* pós-traumático que os homens (Qiu, e outros, 2020). Ou seja, as consequências psicológicas do Covid-19 sobre as mulheres podem estender-se por um período de tempo impossível de prever. A recomendação das Nações Unidas aos sistemas de saúde globais é que haja assistência na saúde mental tanto quanto na saúde física durante e após a crise causada pelo Covid-19.

Quanto à saúde física, já é possível encontrar tendências sobre as consequências diretas do vírus sobre homens e mulheres. Embora nem todos os países forneçam informações desagregadas por sexo, os dados mais recentes da plataforma *Global Health 50/50* demonstram que não existe um padrão claro sobre qual sexo apresenta o maior número de pessoas contaminadas. Por exemplo, na Bélgica, País de Gales, Irlanda do Norte, Escócia e Portugal, a maioria de contaminados é do sexo feminino, enquanto em Honduras, Peru, Panamá, Ira, Grécia e Equador a maioria

é de homens. Em outros países como Noruega, Islândia, Argentina, Áustria e Finlândia a percentagem é bem equilibrada, variando entre 49 a 50% de contaminados por sexo (Global Health 50/50, 2020). Embora já estejam a surgir análises que cruzam a prevalência por sexo com as condições de vida, um facto que ainda não é tido em conta é o contexto profissional das pessoas infectadas e só entre os profissionais de saúde é que essa análise tem sido feita (Multidimensional Porverty Peers Network, 2020).

Entretanto, os estudos epidemiológicos que se vão construindo indicam que os homens têm 50% ou mais probabilidade de morrer após o diagnóstico de Covid-19 do que as mulheres. As explicações apresentadas para este facto encontram-se em parte na resposta imunológica de cada sexo biológico – as mulheres tendem a apresentar melhor resposta imunitária e a recuperar-se melhor mesmo quando adoecem – e em parte pela maior ocorrência de doenças preexistentes nelas (Lotter e Altfeld, 2019). Os homens possuem taxas mais elevadas de comorbidades como hipertensão, doenças cardiovasculares e doenças pulmonares crônicas, as quais representam fatores de risco para o agravamento da infecção pelo Covid-19 (BBC, 2020; Global Health 50/50, 2020).

Violência

A situação de tensão e ansiedade causada pela pandemia tende a acentuar uma realidade global: a violência contra a mulher. No ano de 2019, 243 milhões de mulheres sofreram violência física ou sexual causada por um parceiro íntimo, e mais de um terço das mulheres mortas intencionalmente foram vítimas do parceiro atual ou anterior. Durante a pandemia do Covid-19 os relatos de violência doméstica contra a mulher têm aumentado em diversos países ao redor do globo (ONU Mulheres, 2020b). À medida que as

preocupações com a segurança, a saúde e o dinheiro aumentam, as tensões e inquietações domésticas também são agravadas pelo confinamento compulsório, o que potencia a emergência de situações de violência (Lusa, 2020). A partir do início do *lockdown*, as denúncias aumentaram em 30% na França (desde 17 de março); 25% na Argentina, (desde 20 de março), e 33% em Singapura (ONU Mulheres, 2020b). Diversos casos foram também notificados no Canadá, Alemanha, Reino Unido, Espanha e Estados Unidos em números concretos (European Institute for Gender Equality, 2020a).

O confinamento forçou a convivência conjugal e familiar no mesmo espaço físico da casa e isso trouxe ainda mais condicionamentos às mulheres com relacionamentos abusivos (ONU Mulheres, 2020a) que facilmente ficam presas em casa e com impossibilidade de aceder a canais de denúncia. Na Itália, por exemplo, houve um decréscimo de cerca de 55% nas chamadas aos serviços de pronto atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica nas duas primeiras semanas de março/2020 (Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa, 2020); estima-se que esta redução tenha ocorrido por causa da dificuldade que elas têm em denunciar de forma segura. Ou seja, elas estão confinadas, vulneráveis e sem condições de denunciar os agressores (ONU Mulheres, 2020a).

Entretanto, algumas ações para proteção dessas mulheres têm emergido frente ao caos e à desolação. Na França, o governo instalou pontos de denúncia em locais que as mulheres costumam ter acesso mais facilmente, como farmácias e supermercados. Assim as mulheres podem fazer as denúncias sem atrair a atenção daqueles que elas temem. O governo francês também disponibilizou hotéis para que as mulheres vítimas possam ser abrigadas, uma vez que os abrigos não estão conseguindo suprir as necessidades.

Na Espanha, se uma mulher vai até uma farmácia e pede pelo produto “Mask-19”, é o sinal para que as autoridades sejam contactadas (FRANCE24, 2020; Berg, 2020). A fim de difundir que ações podem ser tomadas para ajudar as vítimas de violência durante a crise, a Rede Asiática de Abrigos de Mulheres está oferecendo uma série de seminários ao vivo com especialistas de todo o mundo, apresentando e debatendo iniciativas existentes e os novos desafios que se apresentam todos os dias (Carlisle, 2020). Em Portugal a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Gênero e a rede de Organizações Não Governamentais que trabalham na área da violência doméstica têm-se desdobrado em esforços para acompanhar de perto os casos e criaram diversas soluções de proximidade neste período complicado (Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2020).

A relação entre saúde, gênero e violência é complexa. Mulheres que sofrem abuso físico ou sexual têm duas vezes mais probabilidades de ter um aborto, e a experiência quase duplica a probabilidade de depressão. Em algumas regiões, elas têm 1,5 vez mais probabilidade de adquirir HIV, e existem evidências de que mulheres agredidas sexualmente têm 2,3 vezes mais chances de ter distúrbios com álcool. Ou seja, a agressão sofrida leva a consequências dificilmente mensuráveis em números concretos. Surpreendentemente, a violência de gênero é uma causa tão grave de morte e incapacidade entre as mulheres em idade reprodutiva quanto o câncer (ONU News, 2020). A situação torna-se ainda mais difícil com o fechamento de muitos abrigos para vítimas de violência devido ou à mandatória necessidade de distanciamento físico ou ao fato de os abrigos tornaram-se centros de saúde para assistência às vítimas do Covid-19. Mesmo quando os serviços básicos são mantidos, a sobrecarga no atendimento às pessoas afetadas pelo vírus acabam gerando um colapso no sistema de

saúde e assistência social o que impacta negativamente no atendimento às meninas e mulheres que sofrem violência (ONU Mulheres, 2020b).

Um tipo de violência emerge particularmente em tempos em que as relações interpessoais tendem a dar-se quase totalmente à distância: a violência digital. “O engajamento *online* é o novo normal” (Loots, e outros, 2020): somente entre março e abril de 2020 houve um crescimento de 535% no tráfego diário do aplicativo Zoom². No entanto, estes sistemas têm apresentado falhas de segurança e privacidade. Na Noruega, um homem nu infiltrou-se em uma sala de aula de crianças, levando a escola a abandonar o aplicativo (EUROPOL, 2020). Este é um exemplo de *zombombing*, novo tipo de assédio exacerbado durante a pandemia. O *WhatsApp* experimentou um aumento de 40% e o *Facebook* mais de 50% de aumento no número de mensagens a circular em suas plataformas. Ou seja, milhões de pessoas estão usando diariamente as plataformas digitais, para trabalhar, estudar e se divertir... mas ficam também mais vulneráveis, em particular as mulheres e as meninas.

Antes do Covid-19, uma em cada dez mulheres já havia sofrido algum tipo de assédio através dos meios digitais na União Europeia (European Union Agency for Fundamental Rights, 2015). No Canadá, em 2018, uma em cada cinco mulheres sofreram este tipo de abordagem; nos Estados Unidos elas estão duas vezes mais propensas a sofrerem assédio *online* que os homens (Statistics Canada, 2018; Duggan, 2017). Com o aumento do uso das ferramentas digitais durante a pandemia, estes números estão aumentando.

O tráfego de pornografia cresceu dramaticamente durante o período de quarentena, aumentando o risco de *sextortion*³ em todo o mundo (United Nations Women, 2020). As meninas e mulheres são desproporcionalmente escolhidas como alvo, e tendem a sofrer sérias consequências: altos níveis de ansiedade, transtornos de stress, depressão, ataques de pânico, perda da autoestima, sensação de impotência e algumas vezes, suicídio. Em um contexto de quarentena, com as mulheres confinadas em casa, certamente estes sentimentos são exacerbados, gerando consequências imprevisíveis (Davies, 2020).

Considerações Finais

Sobre o Covid-19, tudo é incerteza. Como afirma a Organização Mundial de Saúde, o Corona vírus pode demorar ainda cinco anos para ser controlado, dependendo de muitos fatores como o desenvolvimento de vacinas e a efetividade do tratamento disponibilizado em todo o mundo. Ou seja, o mundo necessitará “aprender” a conviver com o vírus. Só que não há tempo para este aprendizado: todos estamos ainda surpreendidos com a pandemia. Precisamos urgentemente de redimensionar nosso tempo e ressignificar o conceitos de confinamento e de trabalho, ócio e lazer em casa convivendo com significativas mudanças em três dimensões centrais da vida, que são inseparáveis: trabalho, saúde e violência.

As mulheres padecem sobremaneira durante estes tempos de crise: cresce a desigualdade de gênero, tornando algumas mulheres mais invisíveis – as que trabalham em dobro, outras mais visadas – as vítimas de violência e outras mais adoecidas – as que cuidam. No

² O Zoom é um software disponível gratuitamente, amplamente utilizado para reuniões, aulas e eventos online. <https://www.zoom.us/>

³ Extorsão através de imagens e vídeos de conteúdo sexual obtidas nas redes sociais.

âmbito do trabalho, elas estão na linha de frente do combate à pandemia, enfrentando hospitais, clínicas e lares de idosos durante o dia, muitas vezes em jornadas estendidas. Chegam às suas residências esgotadas e ainda continuam a trabalhar, agora cuidando dos seus. Entre os profissionais de saúde, estão mais propensas a adquirir o vírus, e temem levá-lo até as suas famílias. Tudo continuando a auferir salários inferiores aos dos homens. Sua saúde física e mental é abalada, e estão mais propensas a doenças mentais e estresse pós-traumático. Ou seja, provavelmente sofrerão as consequências durante um maior período de tempo pós-crise. Para as que permanecerem mais em casa, em teletrabalho, estão perante escolhas dilemáticas e dificuldades muito acrescidas de conciliação entre trabalho e família. Também para estas o risco de sofrer violência doméstica com menor rede de suporte aumentou. Por serem digitalmente menos hábeis e, logo à partida, por serem mulheres, são mais vítimas da violência digital.

Em resumo, as disparidades de gênero que desfavorecem as mulheres no contexto social de normalidade acentuam-se em tempos de crise. Nas três dimensões analisadas aumenta a sua carga e sobrepõem-se as problemáticas pelo que o seu tempo, que já era escasso (Perista e outros, 2016) está a ser ainda mais comprimido. O grande desgaste físico e psicológico que enfrentam certamente trará consequências que são agora impossíveis de estimar e avaliar. Só o tempo dirá. “O tempo vê, escuta e revela tudo” (Post, 1922: 47).

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/03126/2020

Referências

- Alon, Titan, e outros (2020), “The impact of the coronavirus pandemic on gender equality” em *Covid Economics Vetted and Real-Time Papers*. CEPR Centre for Economic Policy Research, consultada a 25/04/2020, em, <https://voxeu.org/article/impact-coronavirus-pandemic-gender-equality>
- Araújo, Emília (2012), “A espera e os estudos sociais do tempo e sociedade”, em Emília Araújo e Eduardo Duque (eds), *Os Tempos Sociais e o Mundo Contemporâneo: Um debate para as Ciências Sociais e Humanas*, Braga, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, pp 9-25.
- BBC. (2020), “Por que o coronavírus está matando mais homens que mulheres?”, em *BBC News* (08/04/2020), consultada a (20/04/2020), em <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52209630>.
- Berg, Miriam (2020), “Measures to control the spread of coronavirus are a nightmare for victims of domestic violence”, em *The Washington Post* (01/04/2020), consultada a <https://www.washingtonpost.com/world/2020/04/01/measures-control-spread-coronavirus-are-nightmare-victims-domestic-violence-advocates-are-demanding-that-governments-step-up/>
- Carlisle, Anthony (2020), “Asian Network of Women’s Shelters”, em *Asian Network of Women’s Shelters* (18/09/2020), consultado a 03/10/2020 em <https://shelterasia.org/>
- Caron, Paul (2020), “COVID-19 Is Disproportionately Impacting Research By Women Faculty”, em *TaxProf Blog* (07/05/2020), consultada a (12/05/2020), em https://taxprof.typepad.com/taxprof_blog/2020/05/covid-19-is-disproportionately-research-by-women-faculty.html
- Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2020), “Covid-19 Segurança em isolamento”, consultada a 22/05/2020, em <https://www.cig.gov.pt/portal-violencia-domestica/covid-19-seguranca-isolamento/>
- Conselho Nacional das Fundações de Amparo à Pesquisa (2020), “Violência contra a mulher em tempos de Covid-19” (20/05/2020), em *Agência de Notícias CONFAP*, consultada em 01/06/2020, em <https://confap.org.br/news/violencia-contr-a-mulher-em-tempos-de-covid-19/>.
- Davies, Sophie (2020), “Risk of online sex trolling rises as coronavirus prompts home working”, *Thomson Reuters Foundation* (18/03/2020), consultada a (30/03/2020), em <https://www.reuters.com/article/us-women-rights-cyberflashing-trfn-idUSKBN2153HG>.

- Duggan, Maeve (2017), “Online Harassment 2017” (11/07/2017), em Pew Research Center, Canada, consultada em 13/05/2020, em <https://www.pewresearch.org/internet/2017/07/11/online-harassment-2017/>.
- Escola Nacional de Saúde Pública (2020), “Como se sentem os Portugueses em tempos de pandemia”, *Barómetro Covid 19*, consultada a 28/05/2020, em <https://barometro-covid-19.ensp.unl.pt/como-se-sentem-os-portugueses-em-tempos-de-pandemia/>
- European Institute for Gender Equality (2019), “Gender Equality Index. “Money in European Union in 2019”, consultada a 10/05/2020, em <https://eige.europa.eu/gender-equality-index/2019/domain/money/family>
- European Institute for Gender Equality (2020), “Unpaid care and housework”, consultada a 25/05/2020, em <https://eige.europa.eu/covid-19-and-gender-equality/unpaid-care-and-housework>.
- European Institute for Gender Equality (2020a), “Covid-19 and gender equality”, consultada a 25/05/2020, em <https://eige.europa.eu/covid-19-and-gender-equality/gender-based-violence>.
- European Union Agency for Fundamental Rights (2015), *Violence against women: an EU-wide survey*, Luxembourg, Publications Office of the European Union.
- EUROPOL (2020), “Pandemic profiteering – How criminal exploit the Covid-19 crisis”, em *Europol* (27/03/2020), consultada a 10/04/2020, em <https://www.europol.europa.eu/publications-documents/pandemic-profiteering-how-criminals-exploit-covid-19-crisis>.
- Federazione Nazionale Ordini Professioni Infermieristiche, 2020
- Flaherty, Colleen (2020), “No Room of One’s Own”, em *Inside Higher ED* (21/04/2020), consultada a 18/05/2020, em <https://www.insidehighered.com/news/2020/04/21/early-journal-submission-data-suggest-covid-19-tanking-womens-research-productivity>.
- FRANCE24 (2020), “France to put domestic violence victims in hotels as numbers soar under coronavirus lockdown”, em *France 24* (30/03/2020), consultada a 25/04/2020, em <https://www.france24.com/en/20200330-france-to-put-domestic-violence-victims-in-hotels-as-numbers-soar-under-coronavirus-lockdown>.

- Global Health 50/50 (2020), “COVID-19 sex-disaggregated data tracker”, *Sex, gender and COVID-19*, consultada a (10/05/2020), em <https://globalhealth5050.org/covid19/>
- Heidegger, Martin (2005), *Ser e Tempo – Parte I*, Rio de Janeiro, Editora Vozes.
- Human Development Report (2019), Beyond Beyond income, beyond averages, beyond today: Empowered lives. Resilient nations. Inequalities in human development in the 21st century”, em *United Nations Development Programme Publishing*, New York, consultado a 03/04/2020 em <http://hdr.undp.org/en/2019-report>.
- Instituto Nacional de Estatística (2020), “Estimativas de População Residente”, em Destaque -informação à comunicação social (15/06/2020), consultado a 16/07/2020, em https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=414436913&DESTAQUEStema=55466&DESTAQUESmodo=2.
- Loots, Lizle, Dartnall, Elizabeth, e Kelly, Jocelyn (2020), “Online safety in a changing world – COVID-19 and cyber violence”, em *Sexual Violence Research Initiative* (16/04/2020), consultada a 20/04/2020, em <https://www.svri.org/blog/online-safety-changing-world-%E2%80%93-covid-19-and-cyber-violence>.
- Lotter, Hanna, e Altfeld, Marcus (2019) “Sex differences in immunity”, *Semin Immunopathol*, vol. 41, pp. 133–135.
- Lusa (2020), “Covid-19. Pandemia agudizou situações de violência doméstica já existentes”, em *Público* (16/06/2020), consultada a 20/06/2020, em <https://www.publico.pt/2020/06/16/sociedade/noticia/covid19-pandemia-agudizou-situacoes-violencia-domestica-ja-existentes-1920817>
- Lusa/CE (2020), “APAV: redução da violência doméstica durante confinamento é uma “tranquilidade aparente”, em *TVI24* (25/06/2020), consultada a 26/06/2020, em <https://tvi24.iol.pt/sociedade/estado-de-emergencia/apav-reducao-da-violencia-domestica-durante-confinamento-e-uma-tranquilidade-aparente>
- Mellier, Anne-Laure (2020), “Screams on a Zoom call: the theory of homeworking with kids meets reality”, em *Nature. Worlds View* (01/05/2020), consultada a 22/05/2020, em <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01296-7>.

- Minello, Alessandra (2020), “The pandemic and the female academic”, em *Nature. Worlds View* (17/05/2020), consultada a 23/05/2020, em <https://www.nature.com/articles/d41586-020-01135-9>.
- Multidimensional Poverty Peer Network (2020), “The Threat Posed by COVID-19 to People Living in Poverty”, em *MPPN* (12/05/2020), consultada a 24/05/2020, em <https://mppn.org/the-threat-posed-by-covid-19-to-people-living-in-poverty/>
- ONU News (2020), “Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus”, em *Perspectiva Global – Reportagens Humanas* (06/04/2020), consultada a 12/05/2020, em <https://news.un.org/pt/story/2020/04/1709542>.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (2019), *SIGI 2019 Global Report: Transforming Challenges into Opportunities, Social Institutions and Gender Index, ed. Online*, consultada a 23/05/2020 em https://www.oecd-ilibrary.org/development/sigi-2019-global-report_bc56d212-en
- Organização das Nações Unidas Mulheres (2020a), “Vozes das mulheres na linhas de frente da Covid-19”, em *ONU Mulheres* (17/04/2020), consultada a 25/05/2020, em <http://www.onumulheres.org.br/noticias/vozes-das-mulheres-na-linhas-de-frente-da-covid-19/>
- Organização das Nações Unidas Mulheres (2020b), “COVID-19 and Ending Violence Against Women and Girls”, *Women’s Empowerment Principles*, consultada a 13/05/2020, em <https://www.weps.org/resource/covid-19-and-ending-violence-against-women-and-girls>.
- Oxfam (2020), *Tempo de Cuidar*, ed. Online, consultada a 25/05/2020 em https://rdstation-static.s3.amazonaws.com/cms/files/115321/1579272776200120_Tempo_de_Cuidar_PT-BR_sumario_executivo.pdf.
- Perista, Heloísa, e outros (2016), “Os usos do tempo de homens e de mulheres em Portugal”, ed. online, consultado a 27/04/2020, em http://cite.gov.pt/asstscite/downloads/publics/INUT_livro_digital.pdf.
- Post, Chandler Rathfon. (1922), *The dramatic art of Sophocles as revealed by the fragments of the lost plays*, *Harvard Studies in Classical Philology*, vol. 33, pp. 1-63.

- Qiu, Jianyin, e outros (2020), “A nationwide survey of psychological distress among Chinese people in the COVID-19 epidemic: implications and policy recommendations”, em *General psychiatry*, vol. 33, nº 2, consultada a 04/05/2020, em <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32215365/>.
- Red Nacional de Vigilancia Epidemiológica (2020), “Informe sobre la situación de COVID-19 en personal sanitario en España” (07/05/2020), consultada a 12/05/2020, em <https://www.mscbs.gob.es/profesionales/saludPublica/ccayes/alertasActual/nCov-China/situacionActual.htm>.
- Serviço Nacional de Saúde (2020), “Covid 19 – Violência Doméstica”, em Serviço Nacional de Saúde (29/04/2020), consultada a 30/04/2020, em <https://www.sns.gov.pt/noticias/2020/04/29/covid-19-violencia-domestica/>.
- Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (2020a), “Covid-19. E a Segurança dos Enfermeiros?”, em *Sindicato dos Enfermeiros Portugueses* (19/03/2020), consultada a 24/03/2020, em <https://www.sep.org.pt/artigo/enfermeiros-portugal/covid-19-e-a-seguranca-dos-enfermeiros/>.
- Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (2020b), “Covid – 19. Exigimos regime específico para assistência a filhos”, em *Sindicato dos Enfermeiros Portugueses* (03/04/2020), consultada a 08/04/2020, em <https://sep.org.pt/artigo/enfermeiros-portugal/covid-19-exigimos-regime-especifico-para-assistencia-a-filhos/>.
- Torres, Anália, e outros (2018), *Igualdade de género ao longo da vida: Portugal no contexto europeu*, Lisboa, Guide-Artes Gráficas, Lda.
- Turquet, Laura, Koissy-Kpein, Sandrine (2020), “COVID-19 and gender: What do we know; what do we need to know?”, em *United Nations Women* (13/04/2020), consultada a 15/04/2020, em <https://data.unwomen.org/features/covid-19-and-gender-what-do-we-know-what-do-we-need-know>
- United Nations (2020), COVID-19 and the Need for Action on Mental Health (13/05/2020), consultada a 20/05/2020, em https://www.un.org/sites/un2.un.org/files/un_policy_brief-covid_and_mental_health_final.pdf.

United Nations Population Fund (2020), “COVID-19: Um Olhar para Gênero. Proteção da Saúde e dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e Promoção da Igualdade de Gênero” (Março, 2020), retirado de https://www.unfpa.org/sites/default/files/resource-pdf/Portuguese-covid19_olhar_genero.pdf.

United Nations Women (2020), “Online and ICT facilitated violence against women and girls during COVID-19”, consultada a 20/06/2020, em <https://www.unwomen.org/en/digital-library/publications/2020/04/brief-online-and-ict-facilitated-violence-against-women-and-girls-during-covid-19>.

United Nations Women, (2020a), “COVID-19: Emerging gender data and why it matters” (26/06/2020), consultada a 28/06/2020, em <https://data.unwomen.org/resources/covid-19-emerging-gender-data-and-why-it-matters>

US Census Bureau (2019), “Families and Houses arrangements”, consultada a 18/05/2020, em <https://www.census.gov/topics/families.html>.

Statistics Canada (2018), “Gender-based violence and unwanted sexual behaviour in Canada, 2018: Initial findings from the Survey of Safety in Public and Private Spaces” em *Statistics Canada: The Daily* (05/12/2019), consultado a 18/05/2020, em <https://www150.statcan.gc.ca/n1/daily-quotidien/191205/dq191205b-eng.htm>.

12

Abstract

This chapter revisits two century-old major financial and health crises and compares them with the recent global 2008 financial crisis and the COVID-19 pandemic. In spite of each crisis' specificities, many triggers and the major consequences are similar, especially in the case of financial crises. The analysis suggests that ignoring previous experiences may lead to the repetition of avoidable errors, for no matter how distinct current troubles may seem, similar ones have occurred before. The past is thus a relevant reference when searching for solutions to solve present problems and to avoid future ones.

Keywords

Financial Crises, Economic Depressions, Pandemics, Lessons from History

Authors/Autores

Carlos Vieira & Isabel Vieira

Universidade de Évora and CEFAGE
Portugal

Introduction

Time and memory are pivotal in our exercise of going back to the past in order to better understand the present, but the conceptualisation and dimensionality of time varies across scientific domains. In the field of economics, researchers have strived to include time among the variables in their dynamic models, sometimes treating it as a resource. Economists usually distinguish between the short-term, to identify the immediate impact, and the long-term, to uncover more long-lasting effects, despite warnings from the most prominent economist, John Maynard Keynes, that in the long-term we are all dead. This distinction is important in our analysis of recent crises. Immediately after the last financial turmoil, governments opened their purses with generous programmes of public spending to substitute for declining private incomes. In the longer-term, however, most countries had to endure a

long period of austerity. The first reaction to the current health crisis was an almost complete shutdown of most economic activity, with massive financial flows to individuals and firms. After some time, however, government intentions reversed, encouraging the quick return to ‘normal’ economic activities, to avoid an even more serious economic breakdown and a return to austerity.

Economists also acknowledge the effect of time on memory, how it changes people’s perceptions and behaviour. This is also quite relevant for this chapter. After every crisis, public opinion forces governments to take pre-emptive actions to avoid future similar ones. Tougher regulations on the financial markets, on the one hand, higher spending on public health and related research, on the other, show a strong resolution to ensure that next time may be different. However, as memories of past crises slowly but inexorably

fade, so does public pressures and governments' precaution.

In what follows we focus on crises occurred in the early twentieth century: the 1918 influenza pandemic and the United States' (US) stock market crash of 1929, in an attempt to draw lessons for the present. In fact, although the order of events has not been the same, crises comparable in nature and scope have already occurred in the new century: the 2008 *subprime* financial crisis and the Coronavirus disease (COVID19) pandemic. By focusing on past events and examining policy measures adopted to address the consequences of those crises, or to prevent the re-emergence of similar ones, we try to identify useful guidance for the current conjuncture.

The relevance of past crises

Financial and health crises are inter-related phenomena. Amongst many other aspects, the former influence the social and economic consequences of the latter, because they prompt economic downturns and thus reduce the resources available for research, education, and public health and welfare services. Both types of crises share common features, of which we mention two that are relevant for the analysis developed in this chapter. One is that they have been intermittent throughout history but, whenever they occur, they are often viewed as exceptional occurrences. This is mostly due to the fact that more than one major episode of such adversities are rare in a single generation. Therefore, the memory that holds for some years in their aftermath fades away. Another is that although financial crises are often caused by domestic deregulation and

analytical flaws resting on unrealistic assumptions of how markets work, their impact is greatly enhanced by globalisation and thus, as with pandemics, global, cooperative solutions are required to reduce contagion and its consequences.

Financial Crises

When the first worrying signs of the subprime crisis arose and developed, anyone who read the financial news would have thought that a very singular event was unfolding. As the press reported first the defaults on subprime mortgage loans, and afterwards their increasingly widespread impact in the US financial system, what was happening was described as something that could not have been predicted. It took a while to become clear that what was occurring would probably become the worst financial crisis since the 1929 stock market crash, but as such notion settled, so did the narrative that it could not have been anticipated.

In fact, this was not the case. Not many economists foresaw the last financial crisis and the severity of the subsequent economic depression, but those who did, draw attention for an imminent financial disaster. Perhaps the most prominent amongst those anticipating a crisis was Nouriel Roubini who, in an International Monetary Fund address in 2006, was specific in pointing out the impending bursting of the housing bubble, its transmission to the rest of the US financial system and economy, and its impact across the world.¹

Why did Roubini and others predict this and previous financial crises? Because financial crises have been pervasive throughout history, and have been thoroughly

¹ Roubini's 2006 address at the International Monetary Fund is available at: <https://www.businesscycle.com/ecr-news-events/news-details/nyt-roubini-article-imf-transcript>

investigated. Published studies display long lists of financial crises occurred across the world (examples were produced by Kindleberger and Aliber, 2005, or Reinhart and Rogoff, 2009). Such analyses describe episodes arising as early as the fourteenth century and highlight two interesting aspects. One is that although every crisis has its specific features, they all share commonalities that have allowed the identification of their most relevant causes and consequences; the other is that throughout history, the periods of time when no financial problems occurred have been scarce, but telling in terms of the roles of governments and regulators in the stabilisation of financial systems.

The research developed so far suggests that some indicators (for example volumes of credit, asset prices, economic activity and international trade and financial flows) behave in the same way before a crisis. Their evolution in the US prior to 2008 prompted some observers to announce an eminent crisis. The aftermath of crises also display similar effects on prices, output, employment, and government debt. The similarities of financial crises led Hyman Minsky to develop a model describing how a crisis progresses that has had explanatory power for all occurred crises. Kindleberger and Aliber (2005) assess such validity up to the early 2000s, but the model is also valid for the 2008 subprime crisis (see Silipo, 2011).

According to Minsky, crises are not anomalies. They are the outcome of the dynamics of economic and financial activities that internally promote financial fragility and incoherent behaviours characterising the phases preceding a crisis (Minsky, 1977, 1992). A fragile financial structure is required to originate a crisis but the fragility of financial systems is a normal feature resulting from the dynamics of market economies. Systems

may start to be robust but, due to the way investments and the stock of capital are financed, gradually grow more fragile.

Minsky classified debt as precautionary, speculative and Ponzi (Minsky, 1977). Debtors of the first type have enough income to pay interest and capital; for the second type, debtors' income is sufficient to pay the interest but the principal will only be paid by contracting new debt; with the third type, there is no income to pay either interest or capital. An example of the last type of debt occurs when a bank lends money for the construction of a real estate project and payments can only be made once the project is finished. The loan is granted assuming that home sales will yield more money than required to pay interest and principal. The degree of robustness of the financial system depends on the proportion of precautionary debt that exists at each moment. When the majority of granted loans are of this type, the financial system is robust. As the percentage of speculative and Ponzi debt increases, so does the fragility of the system.

Why does the normal functioning of market economies endogenously turn a robust financial system into a fragile one? This occurs because investment is mostly financed through debt and the assessment of capacity to pay incurred debts is based on the expectation of future earnings. Thus, individuals assume responsibilities for making *certain* payments over a defined period of time, rooted on expectations of *uncertain* future income. In the aftermath of a crisis, both borrowers and lenders are more cautious, establish adequate safety margins and therefore most existing debts are of the precautionary type. Such behaviour enhances the financial system's robustness. Nevertheless, as financial robustness translates into financial stability and economic growth is

viewed as sustainable, precautionary safety margins diminish and fragility that may lead to financial crises starts building up.

Following the stock market crash of 1929, and the 1930s economic depression, major monetary reforms occurred in the US. Laws were implemented to address the weaknesses identified in the financial system. Examples are the National Banking Act (or Glass-Steagall Act, which separated commercial and investment banking activities) or the Banking and Financial Act. Such legislation, the reinforcement of the Federal Reserve's role as creditor of last resort, and the government's intervention, allowed the US to live a period of financial stability in the three decades that followed the Second World War. During that phase, with the crisis still vivid in collective memory, banks were cautious in granting credit and precautionary debt predominated - the financial system was robust.

As prosperity continued, financing decisions gradually reflected expectations that favourable economic conditions would continue. With time, banks became less careful, lowering safety margins and financing projects that previously would have been rejected. Such behaviour is rational, since if a bank does not grant credit for riskier projects, another bank will, lowering the first's profits' prospects. When economic growth is expected to continue, it makes sense to finance a project even if the debtor is unable to pay the capital, or interest, before the project's completion. In the end, there is a good chance that the investment will generate money to pay all that is due. However, this climate of euphoria and easy credit often promotes the emergence of one or more speculative bubbles (for example, in housing or financial markets).

No bubble expands forever and no phase of

euphoria is eternal. At first signs of trouble, bankers begin to get nervous about the amount of risky credit already granted, becoming more careful with new credits and demanding payment of due interest. Eventually, they may even temporarily ration lending. Again, this behaviour is rational from each bank's point of view. But when all creditors change attitudes, money becomes scarce, even for those capable of paying debts. In order to fulfil their obligations, some debtors have to sell assets, leading to a decrease in their value and ultimately putting in motion a depressive spiral, with falling prices, falling profits and falling investments. Unless the government intervenes, the result is a deflationary debt crisis and an economic depression.

After a long period of stability, a number of financial crises occurred in the US from 1979 onwards, but none comparable to the financial crisis of 1929, so far the most severe in history. The 1929 crisis stands out as an example of a lesson first learnt and later disregarded. The most relevant warnings remained valid for a while. In fact, it took almost 70 years to re-enact the conditions capable of originating an equivalent crisis. The financial system deregulation which gradually dismantled safety nets put in place in the 1930s began in 1978. More than 20 years of lobbying were required before the complete revoking of the Glass-Steagall Act (forbidding financial institutions from combining commercial banking, investment and insurance operations). This finally occurred in 1999, with approval of the Gramm-Leach-Bliley Act (see Sherman, 2009). By the end of the twentieth century, politicians had finally been convinced that financial markets were capable of self-regulation and did not need the regulatory devices put in place following the 1929 financial debacle. Complex derivative products and practices, and quasi banks, thus developed without

supervision. When severe crisis' triggers were identified (as the rapid increasing levels of house prices and of subprime mortgages), those calling attention for the severity of the situation were dismissed as heralds of doom.

The 1920s were, in the US, mostly a decade of economic growth and cultural innovation, known as the 'Roaring Twenties'. Such optimistic environment fuelled stock market speculation, a trend that continued despite clear signs of economic cooling from 1927 onwards (McMillin and Parker, 1994). By 1929, there was an inconsistency between economic perspectives and stock prices. The stock market was so disconnected from the economic reality that the Federal Reserve increased interest rates in an attempt to depress stock prices. Nevertheless, such increase not only did not attain its objective but contributed to augment the economic contraction, further increasing the gap between the economy and the stock exchange.

In order to participate in the stock market bonanza, or to increase the gains that could be made, many bought stocks with borrowed money. Therefore, when the bubble burst and stock prices started to collapse (on October 24, 1929 - 'the Black Thursday') and reached the lowest levels five days later (October 29 - 'the Black Tuesday'), large fortunes were lost, but also small savings and family houses. People lost money not only due to the crash, but also following the many bank failures, firm closures and high unemployment.

The financial crisis, the contractionary monetary policies adopted and the absence of fiscal stimulus, propelled and sustained the most severe economic and social crisis in US history. The Great Depression, characterised by a decade of real economic stagnation and high unemployment, was also

exported to many countries, mainly due to the links binding them within the fixed foreign exchange rates system of the Gold Standard (for details see Obstfeld and Taylor, 2003).

As the 1929 financial crisis began with the burst of a stock market bubble, the 2008 crisis began with the burst of a real estate bubble. The concession of loans to buy houses to people with no conditions to repay them had for a while been a concern in the US. The fact that the banks could securitise such mortgages into mortgage based securities, subsequently sold to third parties and thus written off the banks' balance sheets, led to the concession of such credits without careful risk evaluation.

The absence of adequate regulation, and the belief that an unsustainable situation could be prolonged, allowed the accumulation and disguise of bad debt and to its spread across the US financial system. The high level of international financial integration allowed contagion to many foreign countries.

Some lessons from the 1930s were not taken into account in the new century. Amongst them the fact that financial systems are not capable of self-regulation, that financial institutions should not be allowed to combine low risk commercial and speculative investment activities, and that precautionary debt should prevail over speculative one. Other lessons are still considered valid and have prevented a financial crisis similar to that of 1929 from having the depressive economic consequences witnessed in the 1930s. Indeed, an economic and social depression followed the subprime crisis but, in contrast to strategies followed during the Great Depression, the monetary and fiscal policy reactions that ensued, plus the attempts to sustain international trade, prevented a longer depression in many countries.

However, as in the 1930s, the financial crisis provoked an economic slowdown, high unemployment and increased public debt. The latter resulted not only from the bailing out of financial institutions but also from reduced tax earnings and increased social expenses to support the livelihood of those in need. As a result, many countries reduced the public money available for scientific research, health services and education and, when the COVID19 pandemic hit, they had to deal with the consequences of under financed national health services, and fluctuating funding of research on Coronaviruses.

Health Crises

Like financial crises, pandemics are also not rare. A wide range of studies have reported episodes of international contagion of various diseases (the bubonic plague, smallpox, measles, or influenza) throughout history (see Cartwright and Bidiss, 1991). The most serious influenza pandemic occurred one hundred years ago, in 1918-19, and has become known as the Spanish Flu, although it has extensively affected Europe, the US and Asia.

Pandemics are an inevitable side effect of civilizational progress. Globalisation transfers wealth, technology, knowledge, but also viruses. The immediate consequences, observed in all such events throughout history, are rapid economic downturns and loss of many human lives. The same has been observed with the COVID19 pandemic. The relevant question now is whether longer-term effects from previous pandemics may also be a guide for what can be expected in the post-pandemic period.

The first type of effects concerns the heterogeneous impact on long-term economic growth. Globalisation-led growth is expected to fall, as private spending declines,

borders close and international trade recedes. The example of the Spanish Flu is not very helpful, since its effects on international trade have been entangled with those triggered by the First World War. Although current events may not be as critical to international trade, there is already a determination in most countries to decrease dependency on foreign suppliers of some basic products and services.

Some research shows that pandemics may however have positive effects on long-term economic growth rates. Brainerd and Siegler (2003) show that, controlling for a large number of other factors, last century's influenza pandemic had a significant positive impact on economic growth. In the US, the states more hardly hit were those later displaying higher rates of *per capita* economic growth in the following decade. This effect may have been caused by the increase in real wages, something not currently observed. There may however be a positive long-term impact of the COVID19 epidemic on productivity, and economic growth, arising from the hastened adoption of more technologically-advanced production methods. Also, the increasing trend in the number of people working from home, if not reversed, may have a positive impact on productivity, avoiding time-consuming commuting and long face-to-face meetings.

These effects are however heterogeneous across society. Poorer people are likely to be more adversely affected, being more vulnerable to unemployment and to lower incomes, since their jobs may be more difficult to perform from home or to respect the required social distancing. Cajner et al. (2020) show that employment at the top fifth of the income distribution in the US dropped only a quarter of the fall observed at the bottom fifth. However, history suggests that major crises tend to reduce inequality in the long

term. Piketty (2014) shows that the epidemics, financial and economic crises, and the world wars occurred in the first half of the twentieth century led to a more even distribution of income. Richer people are more negatively affected by stock market crashes and sustain the brunt of additional taxation required to finance extra public spending. Also, after major crises, pressure increases to extend the welfare state, a leveller of living conditions (Sihvo and Uusitalo, 1995, Vis et al., 2011, and Nettle et al., 2020). In particular, Breitnauer (2019) suggests that the influenza pandemic has gradually led to systems of universal access to health care.

There are now some concerns of a rise in gender inequality, unlike what evidence shows for other crises (Alon, and others, 2020). Some businesses traditionally run by and employing a larger share of women have been critically affected: hairdressers, hotels, shops or nurseries, for example. Women are also usually the first to quit jobs when there is a need to look after older relatives or small kids, while nursing homes, schools and kindergartens are closed. This is in stark contrast with previous recessions, including the recent financial crisis, when male-dominated sectors were more hardly affected (Doeplke and Tertilt 2016).

The second kind of effect concerns demographics. In previous major pandemics, high mortality caused a population plunge. The fourteenth century's Black Death could have killed up to two thirds of European population, the Spanish Flu in the twentieth century up to one hundred million (see Benedictow, 2017, and Mamelund, 2017). This time, with better health and social care, improved living conditions, easy access to information, and a significant effort on research for medication and vaccines, the death toll is not likely to be as critical.

A third type of effect of pandemics is a shift in the balance of political and economic power between world regions. The impact and consequences of a pandemic, albeit of the prefix 'pan' are not uniform across nations. Some countries are more dependent on economic sectors severely affected, like tourism for instance. Some countries bear higher death tolls and require major health-related public spending. The Spanish Flu, as the designation suggests, was more severe in the Southern European countries (Johnson & Mueller, 2002). The COVID19 pandemic is also affecting countries with differing degrees of severity.

There are already some signals that the current pandemic may be pivotal in changing the old world order. The messy handling of the crisis in the US, and the seemingly more efficient way in which China has contained the spread of the virus and of its consequences, the fact that China's officials publicly announced its vaccine will be shared as a 'global public good', while the US attempts to secure privileged access and hoard large amounts, may boost the already emerging indications of China's prominent place in the world pecking order.

Some caution is required when comparing this with previous pandemics, but the severity and dire consequences of past episodes are a warning for attempting not to repeat past mistakes handling the crisis. We now have the benefit of research-informed early alerts, allowing the authorities to prepare contingency plans for worst-case scenarios. Many studies had predicted the near occurrence and dire consequences of a global pandemic (e.g. Keogh-Brown et al., 2010), particularly after the identification in 2003 of the SARS Coronavirus. Better living conditions, health systems, knowledge and public resources to intervene are a reminder that, unlike previous similar situations, we

now hold in our hands many more tools to deal with the circumstances. We should not waste them. This crisis uncovered many of our weaknesses; it should also expose humanity's major strengths.

Conclusions

Historical records show that neither financial crises nor pandemics are rare events, although major episodes of both tend to be felt solely once in each generation. There is thus no reason to think that after a large period of time without significant disturbances of these two kinds, the world has seen the last of them. Past experience has also shown that the higher the level of globalisation, the more widespread is the contagion of financial, economic and health emergencies. It is thus key to conclude that global problems require global solutions.

Financial crises, for not being dependent on natural developments, are much more preventable than health ones. Although human traits sustaining greed and irresponsible risk-taking behaviour have remained unchanged throughout history, governments and financial regulators are responsible for putting in place, and maintaining, the institutional, legislative and supervision protocols that prevent such traits from materialising into societal tragedies. Financial crises provoke economic depressions and are a drain for much needed resources. The last one has translated into a lack of public support for sectors that have now emerged as vital for the provision of the instruments required to face the many challenges of the COVID19 pandemic.

The financial system is fundamental for economic and social development and it is the joint responsibility of domestic and international authorities to make sure that it does not continue to play the inverse role of

resource absorber that we have been lately observing. It is relatively more difficult to prevent the emergence of new pandemics. However, it is possible to reduce their negative impacts by maintaining the financial support required to sustain scientific research, national health and welfare services, and good public education and social nets. If financial crises do not occur, there will be more resources available to these ends.

Past events tend to re-occur when memory of their consequences fades. Therefore, our failure to keep earlier experiences alive will translate into the periodic repetition of the same crises. Unless international coordination forces compliance with adequate prevention and control mechanisms, present and future generations will continue to face essentially the same problems that periodically have been affecting humanity. Nevertheless, unsettling times, as the ones we currently face, have been proven to be fertile ground for big societal leaps forward. We thus may come out of our present troubles with tools capable of, at least, pushing the next crises well into the distant future.

Acknowledgements

The authors are pleased to acknowledge financial support from Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UIDB/04007/2020).

References

- Alon, Titan, and others (2020), “The Impact of COVID-19 on gender equality, *NBER Working Paper*, 26947.
- Benedictow, Ole. (2017), “Plague, historical”, *International Encyclopedia of Public Health*, 2 Edition, pp. 473-488.
- Brainerd, Elizabeth., and Mark, Siegler (2003), “The economic effects of the 1918 influenza epidemic”, *CEPR Discussion Paper No. 3791*, Centre for Economic Policy Research.
- Breitnauer, Jaime (2019), *The Spanish Flu Epidemic and Its Influence on History*, Barnsley, Pen and Sword.
- Cartwright, Frederick, and Michael, Bidiss (1991), *Disease & History*, Third Edition, London, Thistle Publishing.
- Cajner, Tomaz, and others (2020), “The U.S. labor market during the beginning of the pandemic recession”, *Becker Friedman Institute Working Paper*.
- Doepke, Matthias, and Michèle, Tertilt (2016), “Families in Macroeconomics”, in John Taylor and Harald Uhlig (eds.), *Handbook of Macroeconomics*, 2(23), Oxford, North Holland, pp. 11-135.
- Johnson, Niall, and Juergen, Mueller (2002), “Updating the accounts: global mortality of the 1918-1920 “Spanish” influenza pandemic”, *Bulletin of the History of Medicine*, 76(1), pp.105-115.
- Keogh-Brown, Marcus, and others (2010), “The macroeconomic impact of pandemic influenza: estimates from models of the United Kingdom, France, Belgium and the Netherlands”, *European Journal of Health Economics*, 11, pp.543–554.
- Kindleberger, Charles, and Robert, Aliber (2005), *Manias, panics and crashes: A History of Financial Crises*, Fifth Edition, Hoboken, New Jersey, Wiley.
- Nettle, Daniel, and others (2020), “Why has the covid-19 pandemic increased support for universal basic income?”, in *PsyArXiv* (22/06/2020), consulted 00/00/2020, in <https://psyarxiv.com/csr3u/>
- Mamelund, Svenn-Erik (2017), “Influenza, historical”, *International Encyclopedia of Public Health (Second Edition)*, Ed. Stella R. Quah, Elsevier, pp.247-257.

- McMillin, Douglas, and Randell, Parker (1994), "An empirical analysis of oil price shocks in the interwar period", *Economic Inquiry*, 32(3), pp.486-97.
- Minsky, Hyman (1977), "A theory of systemic fragility", *Hyman P. Minsky Archive*, 231, pp. 138-152.
- Minsky, Hyman (1992), "The Financial Instability Hypothesis", *Levy Economics Institute of Bard College Working Paper*, 74.
- Obstfeld, Maurice, and Alan, Taylor (2003), "Globalization and capital markets", in Michael Bordo, and others (Eds.) *Globalization in Historical Perspective*, Chicago, University of Chicago Press, pp. 121-187.
- Piketty, Thomas (2014), *Capital in the Twenty-First Century*, Place? Harvard University Press and Cambridge Massachussets.
- Reinhart, Carmen, and Kenneth, Rogoff (2009), *This Time Is Different: Eight Centuries of Financial Folly*, Princeton, Princeton University Press.
- Sherman, Matthew (2009), *A short history of financial deregulation in the United States*, Washington D.C., Center for Economic and Policy Research.
- Sihvo, Tuire, and Hannu, Uusitalo (1995), "Economic crises and support for the welfare state in Finland 1975-1993", *Acta Sociologica*, 38, pp.251-262.
- Silipo, Damiano (2011), "It happened again: A Minskian analysis of the subprime loan crisis", *Journal of Economics and Business*, 63, pp.441-455.
- Vis, Barbara, and others (2011), "To what extent did the financial crisis intensify the pressure to reform the welfare state?", *Social Policy & Administration*, 45 (4), pp.338-353.

13

*Ainda não é o fim
nem o princípio do mundo
calma
é apenas um pouco tarde*

Manuel António Pina (2012[1969]: 7)

Resumo

Ao contrário da lógica “canónica” de Newton, em que tempo é uma coisa e espaço, outra bem diferente, Albert Einstein, na sua Teoria da Relatividade Geral, revolucionou o conceito, sustentando que o tempo é uma das dimensões do espaço. O que, em tempos de confinamento social decorrente da pandemia da Covid-19, pode configurar um contrassenso já que, para um corpo que está tendencialmente parado, o tempo corre com velocidade máxima, pelo que é difícil ter certezas sobre dinâmicas de confinamento ao longo de um determinado tempo e as suas repercussões futuras. Sendo certo que o futuro será (ainda mais) incerto do que o costume.

Palavras-chave

Tempo; Espaço; Teoria da Relatividade Geral; Princípio da Incerteza; Pandemia Covid-19

TEMPO, ESPAÇO E COVID-19: UNIDADE, FRAGMENTAÇÃO, DISSINCRONIA, VELOCIDADE, EINSTEIN, KAFKA, NOVA-NORMALIDADE E INCERTEZA NO FUTURO

DOI
10.15847/CIES2020TEMPOSUSPENSO

Author/Autor

Vítor de Sousa

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho
Portugal

Introdução

No filme *Lucy*, de Jean-Luc Besson (2014), o Professor Samuel Norman (personagem protagonizada por Morgan Freeman), afirma que “o tempo é unidade”, sendo “a única variável capaz de conter as respostas para todas as nossas perguntas”. Tratando-se de uma película de ficção científica, é curioso que assente na mecânica clássica de Newton para medir o tempo de forma universal: uniforme e independente no espaço. A dicionarização afina pelo mesmo diapasão, podendo ler-se como significado de tempo “série ininterrupta e eterna de instantes”, ou “medida arbitrária da duração das coisas”¹. O que quer dizer que, neste enquadramento, tempo é tempo, e espaço é espaço. Só que essa ideia “canónica”, ainda hoje utilizada, foi posta em causa há já mais de 100 anos

(mais precisamente em 25 de Novembro de 1915), na Academia de Ciências da Prússia, em Berlim, por Albert Einstein, quando apresentou um artigo que fundamentava a sua Teoria da Relatividade Geral. De forma revolucionária, sustentava que a interação gravítica ocorria de forma totalmente diferente da proposta por Newton, assinalando que o tempo era uma das dimensões do espaço e, quanto mais intensas fossem as suas magnitudes, maior poderia ser a deformação do espaço-tempo. O que, em tempos de confinamento social decorrente da pandemia da Covid-19, pode configurar um contrasenso. É que, para um corpo que está tendencialmente parado, o tempo corre com velocidade máxima. Não obstante, como ficaria definido mais tarde, no Princípio da Incerteza de Heisenberg (1927), no quadro

¹ Retirado de <https://dicionario.priberam.org/tempo>, consultado a 12/05/2020.

da Teoria Quântica, não ser possível medir, simultaneamente e com exatidão, grandezas diretamente relacionadas, como a velocidade (tempo) e a posição de um corpo (espaço) (Asimov, 1986).

Para Einstein, o tempo é uma dimensão adicional às três dimensões espaciais (altitude, latitude e longitude), não podendo delas ser separado. O físico definiu, assim, uma nova entidade, a que chamou a curvatura espaço-tempo, que podia ser distorcida de acordo com a velocidade e a gravidade que, quanto mais intensas fossem, mais intensa poderia ser a deformação dessa curvatura (Schwartz e Mcguinness, 1999).

Foi daqui que saiu uma pretensa “quinta dimensão”, que muito embora nunca tivesse existido, ganhou força depois de a “quarta dimensão temporal” de Einstein se ter tornado muito popular na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos da América, mesmo que nada tivesse a ver com ela. O certo é que a alegada “quinta dimensão” se terá disseminado pelos vários campos do saber, sendo utilizada como uma espécie de Deus, numa metáfora para aquilo que se não pode explicar.

Na ideia de Einstein, espaço e tempo são, assim, faces de uma mesma moeda, sendo que o Universo é movido a uma velocidade distribuída entre ambas as dimensões, mas com repercussões diferentes, variando mesmo de pessoa para pessoa. O que faz com que, num corpo parado, o tempo corra com velocidade máxima. O que se pode associar ao momento de confinamento social atualmente vivido, em que muitas pessoas estão remetidas às suas próprias casas - sendo que existem “muitos tipos de ‘casa’ e alguns dos

espaços em que neste momento se é obrigado a viver continuam apenas a ser meros ‘tempos-espaços de vida’” (Araújo, 2020: s.p.) -, trabalhando à distância, saindo apenas para resolver problemas básicos do dia-a-dia, usando tendencialmente máscara e luvas para evitar o contacto com o vírus, numa dinâmica imposta pelas entidades nacionais de Saúde. E, essas saídas, ainda que esporádicas, são um bálsamo para evitar a quase entropia do sistema, depois de o enclausuramento que se diz social, mas que, na prática, tem recortes antissociais, podendo provocar danos na saúde, nomeadamente ao nível mental.

Tempo social e confinamento

No confinamento, depois de voltas e mais voltas dadas à cabeça, torna-se difícil encontrar algo para preencher o tempo de clausura, que envolve, para além do trabalho profissional (para quem teletrabalha), o ócio quase sem balizas, bem como o tédio provocado pelo cerceamento da liberdade de movimentos em forma igualmente distendida, em que existe um aparente tempo total para gerir, que envolve, por conseguinte, todas as horas do relógio, desde o começo do dia até à noite. Ou seja, a vida está circunscrita de uma forma nova e com a liberdade limitada. É aqui que poderá residir o problema em que, no quadro da Teoria da Relatividade Geral, a velocidade é máxima para um tempo parado. Ao contrário, quando o tempo social é encarado com “normalidade” (em que há interação presencial com o “outro” e não existe confinamento), o corpo movimenta-se, ganha velocidade na dimensão do espaço, muito embora Einstein assinala que a velocidade do tempo diminui, o que quer dizer, por exemplo, que à velocidade da luz²

² Stephen Hawking, na sua Breve História do Tempo (2019), advertiu os leitores para não se preocuparem com fórmulas, já que a única equação que o livro trazia era apenas uma, e bem simples: $E=mc^2$. Ela revolucionou a

o tempo não passa, de todo. Há, por isso, que desacelerar, movimentando o corpo. Que inclui o cérebro, que por sua vez se serve do invólucro desse corpo para se dimensionar num pretense desconfinamento, nem que seja mental, mas que se quer efetivo e eficaz.

O tempo social, como assinala Eduardo Duque, não é apenas a realidade objetiva que configura e organiza a vida social, mas é também “a maneira pela qual cada sociedade se desenvolve e dá sentido à sua existência, vivendo numa temporalidade que ela própria configurou”. O tempo, não é assim, apenas um facto externo que é assumido pelos sujeitos como adquirido, mas “é criado e recriado através de múltiplos processos e relacionamentos que vão tecendo a vida social”. Os tempos não são uniformes, nem as sociedades homogêneas, pelo que “todas as formas de poder existentes ao longo da história criaram e estabeleceram uma determinada temporalidade” (Duque, 2019: s.p.).

Com o início da modernidade, verifica-se uma rutura com a temporalidade anterior, estando diretamente relacionada com mundo do trabalho. Desde os anos 60 do século XX que se vive numa era assente no desenvolvimento das Tecnologias da Informação e da Comunicação, com o conseqüente incremento da velocidade. A fragmentação subsequente e a integração de novas realidades desembocaram na crise de paradigmas (Lyotard, 1986), o que se repercutiu também sobre o plano identitário, que Stuart Hall (2000) integra num processo mais amplo de mudança que abalou os quadros de referência que davam aos indivíduos estabilidade no mundo social. Toda a lógica da modernidade foi, então, desconstruída, provocando

o descentramento e colocando em causa a legitimidade e a “bondade” explicativa anterior, caindo, assim, por terra a organização hegeliana assente na ideia de tese, antítese e síntese, uma vez que todos estão, agora, convocados para o presente, existindo um princípio, mas não um fim definido (Martins, 2011).

Como assinala François Hartog (2003), existe o risco de que tudo o que é da história se comprima em história contemporânea, que o próprio tipificou no conceito de “presentismo”. Já antes, o historiador Marc Bloch definira história como “a Ciência dos Homens no tempo”, colocando em causa a ideia dos que afirmavam que ela seria, apenas, “a ciência do presente”, ou “a ciência dos homens” (Bloch, 1965: 25), acrescentando o factor “tempo” como dimensão preponderante a considerar. A sensação de perda de historicidade em certos momentos ou no quadro de determinadas visões do mundo que surgem na história podem ter uma explicação plausível a partir dos conceitos de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, de Reinhart Koselleck (1979), pioneiro nas referências sobre a aceleração do tempo no quadro da história.

É neste contexto que o escritor Javier Cercas assinala que um dos aspetos decisivos do nosso tempo é que vivemos numa ditadura do presente, em grande parte gerada pelos meios de comunicação, pelo que defende que o presente não deve ser simplificado, ao ponto de deixar de ser compreendido (Leiderfarb, 2020: E55). O presente não é, contudo, uma dimensão abstrata do tempo.

Segundo José Gil (2012), o presente é o que permite a consistência do movimento no

física do século XX e estabelece a equivalência quantitativa da transformação da matéria em energia ou vice-versa ($E=energia$, $m=massa$ e $c^2=velocidade da luz elevada ao quadrado$).

fluir da vida, o encontro e a intensificação das forças vivas do passado e do futuro, para que possam irradiar no presente em múltiplas direções. Numa crónica que escreveu nos tempos da última crise financeira, em que Portugal esteve sob assistência da denominada “troika”, referia que as pessoas se escondiam, se exilavam, mais parecendo desaparecer enquanto seres sociais. E, por razões muito diferentes das de hoje, muito embora com a lógica financeira no cerne da questão, afirmava que “o empobrecimento sistemático da sociedade está a produzir uma estranha atomização da população” (Gil, 2012: 20). Devido ao facto de o Governo não só ter desmantelado o Estado Social, como destruído a sociedade civil, José Gil afirmava que isso significava que tinha deixado de existir tempo para o convívio, para além de a solidariedade efetiva não chegar para retecer o laço social perdido. E, sendo Portugal “um país de crises” (Leone, 2016: 67), não haverá muitas crises a uma escala macro a nível mundial. Para além das duas guerras mundiais, aquela que se prende com a pandemia da Covid-19 parece ser a terceira, já que é global e quase nenhum país lhe escapou. O problema desta crise foi o seu imediatismo e essa foi a grande diferença em relação às outras crises.

As consequências das crises como o “novo normal”

Nunca tinha acontecido uma crise assim, e nenhuma outra se repercutiu, de forma tão rápida, por todo o globo. Sendo que foi o Presidente da República que fixou o Estado de Emergência que, entretanto, foi alterado pelo Governo para Estado de Calamidade. São ambos estados excepcionais decorrentes da crise provocada pela Covid-19, que mudou a nossa vida. Não sabemos se para sem-

pre. Sabemos, sim, que mesmo tendo sido declarada recentemente, a pandemia já nos parece uma eternidade. Porque nunca houve um acontecimento na história que fosse capaz de parar o Mundo de forma tão repentina e drástica, numa situação que está ainda longe de estar vencida. A palavra “confinamento” — que, segundo o *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*³, significa “ato ou efeito de confinar ou de se confinar; limite, fronteira; isolamento” — já tem um peso relativo dependendo, no entanto, do significado que cada um lhe atribui. Segundo Albertino Gonçalves, esta é uma epidemia global, abrupta, sem termo, sendo que “o vírus não se vê, não se ouve, nem se toca, mas apodera-se de nós. Contamina a um ritmo letal de que a vida não tem memória”. O poder está em estado de alerta e a sociedade em estado de alarme: “de um momento para outro, sentimo-nos indefesos. O confinamento cristaliza esta vulnerabilidade. A adesão foi franca. Face ao perigo, encolhemo-nos e recolhemo-nos como caracóis” (Gonçalves, 2020, s.p.).

No ensaio *O Aroma do Tempo*, Byung-Chul Han (2016) sustenta que a nossa atualidade é dominada, não por uma incessante aceleração do tempo, mas, ao contrário, por uma crise temporal assente numa dissincronia, que não é mais do que a atomização do próprio tempo sem rumo nem ordem ou conclusão que o impede de durar de forma substancial nas nossas vidas. É composto por momentos indistinguíveis e sequenciais, que faz com que qualquer instante pareça igual a outro, e não exista nem um ritmo, nem um rumo, que confira significado às nossas vidas.

E em tempo de confinamento provocado pela pandemia? Haverá dissincronia? Como é que as mudanças na vida social se repercutem

³ Retirado de <https://dicionario.priberam.org/confinamento>, consultado a 14/05/2020.

no fluxo temporal? É uma atomização invertida? O contexto muda a retórica? O tempo ocupa-se, agora (enquanto durar a crise), da mesma maneira, de todos e da mesma forma? É sabido que não e, como qualquer outra crise, ela tem um impacto na generalidade das pessoas, mas não, também, da mesma forma. No limite, há quem, desde logo, tenha ficado desempregado durante a pandemia e com grandes dificuldades associadas para sobreviver. Ao contrário, há quem teletrabalhe e administre o tempo quase a seu bel-prazer, não obstante o confinamento.

Sendo a realidade social do tempo e dos tempos cada vez menos objetiva, alterada e constantemente reconfigurada, Araújo, Duque e Franch (2013) discutiram o sentido das expressões “não fazer nada” e “não ter nada para fazer”, no contexto das sociedades contemporâneas. E, não obstante as suas ideias serem exploratórias, observam que as mudanças culturais que ocorrem nas sociedades podem ser analisadas como “repertórios interpretativos”. E, tendo em conta que não existe qualquer conteúdo psicológico interno nos indivíduos que comande os seus comportamentos, tanto o “nada para fazer”, como o “não fazer nada” podem ser concebidos como “elementos constituintes do discurso crítico acerca dos modos de administração científica do tempo que toma este como unidade central da produção (...) e, por isso, podem configurar modos de subordinação ou de resistência a essas estruturas de valorização do tempo”. Tanto “não ter nada para fazer”, como “não fazer nada”, materializam-se “não apenas no conjunto de regulações e de intervenções nos tempos de

trabalho, como também no alinhamento de prioridades e de programas de política social” (Araújo, Duque e Franch, 2013: 346).

É deste modo que Byung-Chul Han (2016), propõe a revalorização do ócio como contemplação da verdade, o que não tem que ver, paradoxalmente, com qualquer afastamento da realidade. O filósofo escreveu isto muito antes da crise pandémica, deixando claro que a crise temporal decorre exatamente da eliminação da contemplação. É que a realidade, por ter um recorte instantâneo, não consegue que alguém atinja qualquer plenitude por falta de profundidade e excesso de uma dinâmica efémera. Ora, nesse sentido, a crise pandémica não poderá ajudar à contemplação, à duração temporal, juntando alguns dos cacós da dissincronia?⁴

Neste contexto, não se trata da existência de qualquer *não-tempo* explicativo para a anomalia causada pela atual pandemia. Na curta de Francisco Duarte, intitulada exatamente de “Não-tempo” (2017), parte-se dos “não lugares”, de Marc Augé (2002), para explorar os intervalos em que se permanece confinado nesses locais através de imagens captadas em transportes públicos. Longe da nossa casa, na atualidade, a verdadeira capaça contra a Covid-19 que, por princípio, é o contrário de não-lugar, Marc Augé propôs, precisamente, o não-lugar como oposto ao lar, à residência, ao espaço personalizado. Um não-lugar era, assim, assumido por exemplo como um aeroporto, uma estação de metro, os hipermercados, ou as cadeias de hotéis. Ora, em tempo de Covid-19, será que este conceito não terá sofrido alterações, subvertendo a lógica da sua cunhagem?

⁴ O jornal Expresso perguntou a 23 personalidades portuguesas sobre qual seria a primeira coisa que fariam depois de passar a pandemia. Apenas cinco responderam no sentido de que se estariam a dar bem com o confinamento. A grande maioria (18) esperava sair da clausura e dar largas aos planos previstos para o regresso à “normalidade” (Expresso, 2020: 20-21).

Regressar a casa sempre foi o objetivo, sendo que, permanecer em casa mais de dois meses, lá desenvolvendo quase toda a nossa atividade – lazer, trabalho, amor, desatino... –, pode implicar tédio e, embora de uma forma não literal, pode ser como se estivéssemos num aeroporto, de passagem para outro lugar; para outro tempo. Um tempo sublinhadamente incerto. E, muito embora desconfinados, o confinamento persiste e, com ele, a aproximação ao não-lugar cadenciado por um não-tempo. De uma não-sociedade. De uma não-existência. E, por outro lado, de todo o seu contrário, assente na esperança que a incerteza do futuro pode trazer. Mesmo que o vírus não seja um ser vivo, já que os vírus são os únicos organismos acelulares do nosso planeta.

Quem também se refere a um “não-tempo”, é Jonathan Crary (2013), com a crítica que desenvolve no livro *24/7: Capitalismo tardio e o fim do sono*, a explorar algumas das consequências que reputa de ruinosas dos processos de expansão *non-stop* do capitalismo do século XXI. Em que o mercado utiliza todas as horas do relógio, empurrando-nos para uma atividade constante e minando as formas de comunidade e de expressão política, danificando o tecido da vida quotidiana. Para Crary (2013), a apatia humana é incompatível com o capitalismo *non-stop*, o que não deixa de ser interessante num tempo em que o mundo aparentemente parou. Mas que continua a alimentar canais de notícias, 24 sobre 24 horas, deixando transparecer que as mudanças decorrentes da crise podem ser menores do que aquilo que se pensa. De resto, essa dinâmica intensificou-se em pleno desenvolvimento da pandemia, com os média que, não obstante mostrarem o tempo-lento das ruas, promovem o tempo-rápido com as novidades relativas ao vírus que se

apoderou do espaço mediático. Sendo que tudo é visto pelo consumidor num tempo-lento, parado, em consonância com a velocidade máxima subsequente, à luz da Teoria da Relatividade Geral.

À semelhança de “tempo”, a palavra “espaço” também tem múltiplos significados. Pode ser uma “área que está no intervalo entre limites”; um “lugar vazio que pode ser ocupado”; um “ponto em que não há ou rareia aquilo que existe à volta”; ou o “tempo de duração ou tempo que medeia duas operações ou dois atos”. Pode também querer dizer Universo, “extensão que contém o sistema solar, as galáxias e as estrelas”⁵ e, aí, entra a Relatividade de Einstein, acrescentando a “dimensão temporal” às três espaciais. E todas as sensações de uma aparente desaceleração, por causa do confinamento social, entram na vida das pessoas que estão obrigadas a estar em casa. Implicadas numa vivência para o presente que, de súbito, sofreu um corte, por causa das medidas tendentes a evitar o contágio de um vírus. E, em pouco mais de dois meses, aquele que era tido como paradigma, sofreu uma mudança radical. Com as pessoas a estarem, muitas delas, remetidas às suas casas, confinadas a poucos metros quadrados, onde convivem com quem vive com elas, comem, dormem, trabalham, veem televisão (Chatzitheochari e Mullan, 2019). Um mundo à distância que continua, como antes e como sempre, a ser uma construção social da realidade, que faz com que se continue na vivência do presente. Muito embora faça ter a consciência de que existe uma “anomalia”. Que determina alterações profundas no dia-a-dia e que tem que ver com a forma como o tempo flui. E, então, acelera-se a sério, como se não houvesse amanhã. Muito embora numa corrida em circuito fechado, sem meta à vista. Que

5 Retirado de <https://dicionario.priberam.org/espaco>, consultado a 12/05/2020.

gera inquietação, incomodidade, insónia. Desligamento da mente em relação ao corpo. Numa espécie de cortejo dos penitentes de sofá. Com os olhos postos no resultado do *zapping*, que já se faz em *loop*. Ou num arranjo gráfico de letras, que faz o somatório de um livro. Com o mesmo tempo, mas a correr na roda de um *hamster* que não sai do sítio. E no mesmo local: o sofá. Tempo-lento? Tempo-rápido? Outro-tempo?...

É o novo-normal, palavra saída dos diretos das televisões, através da voz dos políticos, jornalistas, bombeiros, cidadãos, para interiorizar uma nova realidade que sairá do fim da pandemia.

E, entre a velocidade temporal e a respetiva desaceleração, será que existe uma descontinuidade (dissincronia)? Tratar-se-á de uma anomalia, decorrente da utilização das mesmas horas do relógio para trabalhar mais e produzir mais? Ou configurará um distanciamento das políticas dos países europeus mais desenvolvidos dos anos 90 do século XX, em que se reduziu o tempo total diário de trabalho para acrescentá-lo ao ócio? A intensificação do fenómeno da globalização veio deitar por terra toda essa ideia. A anomalia já existia, assente no tempo *non-stop* que ocupava todas as horas do relógio. Alternado o equilíbrio anterior em que a distância da demora se tornava em ansiedade boa. E que, depois, implicava serenidade, convívio, uma mesa e algumas cadeiras com gente à volta dela, interagindo.

Em ambos os casos, a ideia de anomalia consubstanciou consequências. O tempo-rápido foi aparentemente colmatado com a vida à distância, como nunca se tivesse trabalhado tanto. No tempo-lento, que tinha sido cortado pelas dinâmicas globais

do tempo-presente, foi o regresso junto de quem está em confinamento. Mas que, paradoxalmente, o encara como anomalia, mais parecendo querer um regresso à vivência anterior, voltada para o presente, como se não houvesse amanhã.

Mark Honigsbaum passou os últimos anos a estudar as principais epidemias e a sua consequência nas sociedades. O livro de que é autor, *The pandemic century*, foi publicado ainda na primeira metade de 2019. E, se bem que a pandemia do novo corona vírus ainda estivesse longe, foi como que um presságio para o que veio a acontecer. O desinvestimento na área da saúde, a vertigem da destruição de *habitats* naturais e a economia assente em lucros desmedidos serão, de acordo com o investigador, os grandes responsáveis pela crise que teremos que enfrentar nos próximos meses (Neto, 2020: 14).

O amanhã, o futuro, faz pensar. E, se o pensamento daí decorrente assentar na anomalia – “o que se desvia da norma, da generalidade”; “irregularidade”; “deformidade”; “monstruosidade”⁶ –, poderá ser de aproveitar o momento, mesmo que isso possa não passar de uma utopia. É sabido que, nas relações de poder, quem detém o poder terá sempre mais poder, nomeadamente em tempo de crise, que é aquele em que vivemos.

Nada será como dantes, ou a ratificação da exceção

Seja como for, o confinamento produziu resultados em Portugal e no Mundo. E ensinou-nos, por arrasto, o que devemos fazer e o que não devemos repetir. Tirámos várias lições. Da importância da ciência, à necessidade da robustez dos serviços públicos de saúde, passando pelos dilemas

⁶ Retirado de <https://dicionario.priberam.org/anomalia>, consultado a 12/05/2020.

associados às liberdades individuais, terminando nas formas de ensinar e trabalhar à distância e nos desafios que uma crise económica sem precedentes trará às relações laborais e pessoais. Acrescente-se que, como Boaventura Sousa Santos refere, o confinamento tem uma lógica de tal modo contracorrente que a sua duração tem de ser limitada, observando que “atuamos no escuro e no escuro há pouco espaço para a política, sobretudo para a política democrática”. O problema é saber quanto tempo é que ela vai durar, sendo claro que “aquilo a que chamamos pós-pandemia é, de facto, o início de um longo período de pandemia intermitente” (Santos, 2020: 15). Ou, no dizer de Maria José Morgado, trata-se não de “um problema sanitário, mas de direitos humanos” (Morgado, 2020: 32).

Andrew Solomon, chama a atenção para o crescimento nunca visto da depressão e, também, do desemprego, que equipara a um teatro de operações militar (Rios, 2020: s.p.). A depressão (e o desenvolvimento de situações muito semelhantes ao stress pós-traumático), o desemprego e a fome já surgiram e vão continuar a manifestar-se em diferentes graus e modulações, tocando-nos, como sempre sucede, de forma diferenciada. Veremos desaparecer o mundo em que vivíamos e a forma como nos relacionávamos, sem saber se algum dia os recuperaremos integralmente e deprimir-nos-á a todos, porém o desemprego e a fome tocarão cada um de nós de forma muito diferenciada. Num inquérito da Universidade Católica para a RTP realizado entre os dias 6 e 11 de maio de 2020, o número de pessoas que perderam o emprego durante a pandemia atingiu os 8%, o dobro

do valor registado no mês anterior⁷. E, apesar do *lay-off*, paradoxalmente a faturação de várias empresas disparou com contratos relacionados com a Covid-19.⁸

Segundo Daniel Innerarity, esta crise testará muitas coisas e algumas nunca mais serão as mesmas, como é o caso da democracia. Os debates que têm ocorrido nas últimas semanas têm-nos confrontado com pelo menos três problemas que são particularmente recorrentes para a democracia: o da exceção, o da eficácia e o da mudança social. Innerarity sustenta que a constituição de países democráticos permite exceções, embora limitadas em assuntos e tempo, sendo que os decretos de emergência criados pelos governos europeus estão condicionados ao que se refere à luta contra o coronavírus, pelo que são limitados no tempo e não criam novos crimes. No entanto, observa que “a democracia, mesmo em tempos de alarme, precisa de contradição e exige justificações” e o pluralismo “não é apenas um requisito normativo, mas também um princípio de personalidade. As situações de alarme não suspendem o pluralismo, mas apenas a sua dimensão competitiva” (Fundação Calouste Gulbenkian, 2020).

Por isso, num tempo que decorre em ponto-morto, desacelera-se. Mas, logo a seguir, acelera-se, depois de emergir a ideia de que a mudança de paradigma não tem que ver com o ócio. Pelo que há que apresentar “resultados” e participar ativamente na “nova realidade”, onde se vai sobreviver, trabalhar, pagar contas. Como se, de repente, vestíssemos a pele de Gregor Samsa, o caixeiro-viajante de “A Metamorfose” (2009), de Kafka,

⁷ Retirado de <https://hrportugal.sapo.pt/covid-19-numero-de-pessoas-que-perdeu-o-emprego-duplicou-no-ultimo-mes/>, consultado a 12/05/2020.

⁸ Retirado de <https://expresso.pt/economia/2020-05-11-Covid-19-Conheca-as-empresas-que-fizeram-ajustes-diretos-milionarios-com-a-Direcao-Geral-da-Saude>, consultado a 12/05/2020.

que abandona as suas vontades e desejos para sustentar a família e pagar dívidas. E, numa certa manhã, acorda metamorfoseado num inseto monstruoso. Uma ironia presente no livro é que Gregor não se preocupa com a sua transformação, mas sim com o facto de estar atrasado para o trabalho.

Notas finais

O novo-presente é incerto, como sempre foi, de resto, o futuro (Morin, 2011; Touraine, 2010). António Damásio utiliza três palavras para descrever o momento atual: “tragédia, incerteza e esperança” (Silva, 2020). Que a quarentena que usamos para nos isolarmos do vírus possa ser o início de um conjunto de novas imitações que façam barreira “não apenas contra o vírus: contra cada elemento de um modo de produção que não queremos que seja retomado” (Latour, 2020). Apelidam-no de nova-normalidade, sendo que a normalidade pode muito bem ser uma abstração em si própria. O que não impede que se perore sobre o “mundo novo”, o “homem novo” e o “planeta (mais) verde”. São ideias recorrentes na sociedade que já existiam, de resto, mas onde vai assentar a retórica do pós-pandemia, em que nem a globalização escapa. E, num quadro em que a crise está mais sublinhada, resta saber se a via alternativa da alter-globalização preconizada por Michael Hardt e Antonio Negri (2019) ficará mais longe de conseguir os objetivos. Já que o tempo é de consenso e, quem não estiver alinhado, pode ser ainda mais absorvido pela nova-normalidade. E, afinal, o que é a normalidade? José Tolentino de Mendonça sublinha que ela “não é um conhecido lugar a que se volta, mas uma construção onde somos chamados a empenhar-nos” (Mendonça, 2020: E90). Talvez por isso Jürgen Habermas deixe claro que, nesta crise, “devemos agir com o conhecimento explícito do nosso não conhecimento” (Truong, 2020).

O Princípio da Incerteza, de Heisenberg, diz não ser possível medir, simultaneamente e com exatidão, grandezas diretamente relacionadas. Einstein, na sua Teoria da Relatividade Geral, afiança que o tempo constituiu uma das dimensões do espaço sendo, por isso, difícil ter certezas sobre dinâmicas de confinamento ao longo de um determinado tempo bem como as suas repercussões futuras. Sendo certo que o futuro será (ainda mais) incerto do que o costume (Sousa, 2020). Será essa a nova normalidade. Na física, na vida social e logicamente, também na metafísica.

Referências

- Araújo, Emília (2020), “Questões de tempo e espaço: Do teletrabalho, ao “ficar em casa”, passando pelo confinamento”, em *Communitas Think Tank* (09/04/2020), consultado a 09/04/2020, em <http://www.communitas.pt/ideia/questoes-de-tempo-e-espaco-do-teletrabalhoao-ficar-em-casa-passando-pelo-confinamento>
- Araújo, Emília, e outros (2013), “Nada Para Fazer”: nova(s) epistemologia(s) do tempo social”, *Revista Lusófona de Estudos Culturais | Lusophone Journal of Cultural Studies*, vol. 1, nº2, pp. 337-350.
- Asimov, Isaac (org.) (1986), *Asimov Explica*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Augé, Marc (2012), *Não lugares. Introdução a uma antropologia da sobremodernidade*, Lisboa, Letra Livre.
- Besson, Jean-Luc (realizador) (2014), *Lucy*, filme, Universal Pictures.
- Bloch, Marc (1965), *Introdução à História*, Lisboa, Edições Europa-América.
- Chatzitheochari, Stella, e Mullan, Killian (2019), “Alone together: how mobile devices have changed family time.”, em *The conversation* (sem data), consultado a 17/03/2020, em <https://theconversation.com/alone-together-how-mobile-devices-have-changed-family-time-111478>
- Crary, Jonathan (2013), *24/7: Late Capitalism and the Ends of Sleep*, London/ New York, Verso.
- Duarte, Francisco (realizador) (2017), *Não-Tempo*, filme - curta, IndieLisboa.
- Duque, Eduardo (2019), “O tempo social e a reconfiguração das nossas sociedades”, em *Pastoral da Cultura* (18/02/2019), consultado a 15/03/2020, em https://www.snpcultura.org/o_tempo_social_e_a_reconfiguracao_das_nossas_sociedades.html
- Expresso (2020), “Covid-19 e depois? Qual a primeira coisa que quer fazer?”, em *Expresso* (01/05/2020), pp. 20-21.
- Fundação Calouste Gulbenkian (2020), “*Gulbenkian Future Forum Conference: Panel 3, - A Political Crisis*”, emitida a 06/04/2020, consultada a 18/05/2020, em <https://youtu.be/XkuXijUCMAY>
- Gil, José (2012), “O roubo do presente”, em *Visão* (20/12/2012), p. 20.

- Gonçalves, Albertino (2020), “Nem a morte nos reúne”, em *Communitas Think Tank* (14/04/2020), consultado a 14/04/2020, em <http://www.communitas.pt/ideia/nem-a-morte-nos-reune>
- Hall, Stuart (2000), *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*, Rio de Janeiro, DP&A.
- Han, Byung-Chul (2016), *O Aroma do Tempo*, Lisboa, Relógio d'Água.
- Hardt, Michael, e Negri, Antonio (2019), “*Empire, twenty years on*”, *New Left Review*, nº 120, pp. 67-92.
- Hartog, François (2003), *Regimes d'Historicité: presentisme et experiences du temps*, Paris, Seuil.
- Hawking, Stephan (2019), *Breve História do Tempo*, Lisboa, Gradiva.
- Kafka, Franz. (2009), *Metamorfose*, Lisboa, Editorial Presença.
- Koselleck, Reinhart (2006), *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*, Rio de Janeiro, Contraponto/Ed. PUC-Rio.
- Latour, Bruno (2020), “Imaginando gestos que barrem o retorno ao consumismo e à produção insustentável pré-pandemia” em *Jornal Clima Info* (03/04/2020), consultado a 05/04/2020, em <https://climainfo.org.br/2020/04/02/barrar-producao-insustentavel-e-onsumismo/>
- Leiderfarb, Luciana (2020), “Não simplifiquemos o presente, ao ponto de deixar de o compreender”, em *Expresso* (10/04/2020), E51-E55.
- Leone, Carlos (2016), *Crise e crises em Portugal*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Lyotard, Jean-François (1986), *O Pós-moderno*, Rio de Janeiro, José Olympio.
- Martins, Moisés de Lemos (2011), *Crise no Castelo da Cultura*, Coimbra, Grácio Editor.
- Mendonça, José Tolentino de (2020), “Normalidade”, em *Expresso* (09/05/2020), E, E90.
- Morgado, Maria José (2020), “Quando pudermos voltar a chorar”, em *Expresso* (09/05/2020), p. 32.

- Morin, Edgar (2011), “Compreender o mundo que aí vem”, em Edgar Morin e Patrick Viveret (org.), *Como viver em tempo de crise?*, Lisboa, INCM, pp. 9-25.
- Neto, Ivo (2020), “A crise económica é uma consequência do desinvestimento na saúde”, em *Público* (10/05/2020), p.14.
- Pina, Manuel António (2012[1969]), *Manuel António Pina, 2012/1969*”, Porto, Assírio & Alvim.
- Rios, Pedro (2020), “Andrew Solomon: “Nunca houve uma taxa tão alta de depressão””, em *Público* online (02/05/2020), consultado a (02/05/2020), em <https://tinyurl.com/y7tv4wts>
- Santos, Boaventura Sousa (2020), “Para o futuro começar”, em *Público* (11/05/2020), p. 15.
- Schwartz, Joseph, e Mcguinness, Michael (1999), *Einstein para Principiantes*, Lisboa, Dom Quixote.
- Silva, João Céu (2020), “Há três palavras mágicas para o que vivemos: tragédia, incerteza e esperança” em *Diário de Notícias* online (18/04/2020), consultado a (18/04/2020), em <https://tinyurl.com/ybf44o9t>
- Sousa, Vitor de (2020), “O passado tranquiliza, o futuro mete medo” – Reflexões sobre o impacto social da pandemia da Covid-19, a partir do livro *O Futuro tem futuro*, de Jacques Séguéla (1998)”, em *Communitas Think Tank – Ideias* (06/04/2020), consultado a 06/04/2020, em <http://www.communitas.pt/ideia/o-passado-tranquiliza-o-futuro-mete-medo>
- Touraine, Alain (2010), *Depois da Crise*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Truong, Nicolas (2020), “Jürgen Habermas : «Dans cette crise, il nous faut agir dans le savoir explicite de notre non-savoir»”, *Le Monde* online (10/04/2020), consultado a (13/04/2020), em <https://tinyurl.com/vgtvngc>

**NOTAS
BIOGRÁFICAS
/
SHORT BIOS**



NOTAS BIOGRÁFICAS

SHORT BIOS

Ana Luíza Silva Teixeira

ORCID

<https://orcid.org/0000-0003-2890-4012>

Is finishing her graduation in International Relations at Federal University of Uberlândia (UFU), Brazil and is member of ACPE Junior Enterprise from the same University. She has concluded an year of exchange student program in University of Beira Interior (UBI). Her research interests are International environmental regimes; Sustainability and Sustainable development. She's a member of two non-profit institutions responsible for writing and publishing on the internet about International Relations and political content about her city. Also, she has organized with other colleagues the XXIV edition of the biggest convention of Latin America for International Relations students, National Congress of International Relations Students (ENERI).

Ana Moreira

ORCID

<https://orcid.org/0000-0002-2125-8022>

É investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS), da Universidade do Minho. Licenciada e mestre em Sociologia e doutorada em Ciências da Comunicação, pela Universidade do Minho, Portugal. Esta tese de doutoramento foi apoiada e financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT). O seu trabalho incide maioritariamente sobre a forma como os média noticiam e comunicam a política, a justiça e a corrupção política. Ana Moreira esteve também a desenvolver a sua investigação, enquanto investigadora-visitante, na Universidad de Santiago de Compostela (Espanha) e na Univerdade de São Paulo (Brasil).

Andrew Dawson

ORCID

<http://orcid.org/0000-0003-3285-3537>

Is Professor and Chair of Anthropology at the University of Melbourne. An expert on mobilities, he has conducted large-scale ethnographic projects in Australia, Bosnia and Herzegovina, England and Ireland. His co-edited books include, *Migrants of Identity: Perceptions of Home in a World of Movement* (Berg), and *After Writing Culture: Epistemology and Praxis in Contemporary Anthropology* (Routledge). His most recent work on auto-mobilities resulted in the article 'Driven to sanity: An ethnographic critique of the senses in automobilities', which was awarded the Australian Anthropological Association Best Article Prize. Likewise, his recent co-authored article, 'Multiautoculturalism: Reconceptualising conflict on the roads' has been nominated too. Andrew is currently undertaking research on conceptualisations of responsible drinking, including in relation to drink-driving, with long-time research collaborator Simone Dennis (Australian National University).

Carlos Vieira

ORCID

<https://orcid.org/0000-0001-8112-2736>

Is an Associate Professor at the University of Évora (Portugal) and a member of CEFAGE (Center for Advanced Studies in Management and Economics). He holds a first degree from the University of Évora, a master degree from the University of Lisboa and a PhD in Economics from Loughborough University (UK). He researches and publishes in the areas of financial economics, European economic integration and higher education policies.

Catarina Sales Oliveira

ORCID

<https://orcid.org/0000-0002-5284-4390>

Is an Assistant Professor at the Sociology's Department of University of Beira Interior (UBI) and a researcher at CIES-Iscte (Centre for Research and Studies in Sociology-ISCETE), Portugal. Her research interests are Transports, mobilities and inequalities; Gender; Work and organizations. Presently she is interested in rural and crossborder mobilities. She has organized with other colleagues the first conference on mobilities in Portugal. She is an expert in Gender Studies having several publications about gender and high education at the same time that is actively engaged in management activities of organizational change and social intervention in the local community.

Daniel Morgado Sampaio

ORCID

<https://orcid.org/0000-0001-8178-6970>

Licenciado em Estudos Artísticos pela Universidade de Coimbra e Mestre em Comunicação, Arte e Cultura pela Universidade do Minho, é investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade desta instituição. Doutorando do Programa Doutoral em Ciências da Comunicação, tem desenvolvido a sua tese de doutoramento, na qual relaciona os direitos e deveres dos músicos com a comunicação organizacional das entidades que operam nesse espaço, no âmbito de uma Bolsa de Doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (ref.^a SFRH/BD/132102/2017), financiada pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do Ministério de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior de Portugal.

Ema Pires

ORCID

<https://orcid.org/0000-0001-5070-2295>

Anthropologist and Assistant Professor at the School of Social Sciences, University of Évora (Portugal). Having done prolonged anthropological fieldwork in Portugal and West Malaysia, her research interests deal with social appropriations of built form, tourism, heritagization processes and the politics of identity and space (in Asian and European contexts). She is a researcher at Institute of Contemporary History (Portugal). In recent years, she has been a visiting scholar in National University of Brasília (April 2017 to April 2019), University Aix-Marseille (June-July 2019) Marmara University (December 2018; January 2020) and Complutense University of Madrid (November 2017).

Emília Rodrigues Araújo

ORCID

<https://orcid.org/0000-0003-3600-3310>

É professora no Departamento de Sociologia, da Universidade do Minho e investigadora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade. Participa em vários projetos de investigação e tem diversas publicações que cruzam as temáticas da cultura, ciência e tempo.

Isabel Vieira

ORCID

<https://orcid.org/0000-0002-2983-7555>

Is an Associate Professor at the University of Évora (Portugal) and a researcher at the Center for Advanced Studies in Management and Economics (CEFAGE). She holds a PhD in Economics from Loughborough University (UK). Her interests include economic integration and education policies, areas in which she has published numerous book chapters and articles in peer-reviewed international journals.

Josilene Aires Moreira

ORCID

<https://orcid.org/0000-0001-6758-204>

Josilene Aires Moreira é professora associada e pesquisadora do Departamento de Sistemas e Computação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Brasil. Seus interesses de pesquisa são Análise de tráfego de redes de computadores, Gênero e desigualdades, Mulheres na ciência e tecnologia. Suas publicações mais atuais versam sobre a inclusão de meninas em STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). Coordena o projeto Meninas na Ciência da Computação do centro de Informática da UFPB, o qual executa ações de capacitação e empoderamento de alunas de escolas públicas em cinco municípios da Paraíba. Coordenou o primeiro Congresso Brasileiro HeForShe em parceria com a ONU Mulheres, realizado em João Pessoa, Brasil. Acredita que as mulheres podem ser o que quiserem e participa de ações sociais que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento feminino.

Liliana I. Castañeda-Rentería,**ORCID**

<https://orcid.org/0000-0002-0913-1280>

Holds Law Degree and a Master's Degree in Management and Politics in Higher Education both by the University of Guadalajara. Holds a PhD in Social Sciences with specialty in Social Anthropology by the Centro de Investigación y Estudios sobre Antropología Social (Research and Studies Center on Social Anthropology). Since 2007, she is Full-time Professor at the Department of Politics and Society at the University Center of la Ciénega of the University of Guadalajara.

Márcia Silva**ORCID**

<https://orcid.org/0000-0003-3464-2194>

É doutoranda em Sociologia, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Com mestrado em Sociologia e licenciatura em Geografia e Planeamento, tem desenvolvido a sua investigação em torno da mobilidade e do turismo.

Ricardo S. de Campos**ORCID**

<https://orcid.org/0000-0001-9132-1659>

Sociologist and Assistant Professor at the Faculty of Social Sciences, Federal University of Goiás (Brazil). In recent years, he has been visiting scholar and post-doctoral Researcher at University of Evora (2018-2019).

Rosalina Pisco Costa**ORCID**

<https://orcid.org/0000-0003-4549-9012>

Sociologist, assistant professor at the Department of Sociology and affiliated researcher at CICS.NOVA.UÉvora – The Interdisciplinary Center of Social Sciences, University of Évora, Portugal. She holds a PhD in Social Sciences from the University of Lisbon (PRT). Her research covers a broad range of issues regarding families, gender and personal life. For the last years, she has been interested in unpacking family rituals in contemporary societies by looking specifically into time, space and emotion as overlapping key dimensions.

Rita Ribeiro**ORCID**

<https://orcid.org/0000-0002-2330-1696>

Rita Ribeiro é Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Doutorou-se em Sociologia, em 2008, pela Universidade do Minho, onde fez também mestrado em Antropologia. É investigadora e vice-directora do Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, onde desenvolve investigação na área da sociologia da cultura. Neste âmbito, tem dado particular atenção aos temas das identidades culturais, migrações, diversidade cultural, estilos de vida e turismo.

**Vera Ribeiro de Almeida dos Santos
Faria**

ORCID

<https://orcid.org/0000-0002-5428-4403>

Pós-doutoranda do Departamento de Sociologia da Escola de Ciências Sociais da Universidade de Évora. Doutora em Ciências Sociais e Jurídicas da Universidade Federal Fluminense. Pesquisadora do Instituto de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos – InEAC/InCT

Email: veradoutoradouff@gmail.com

Vitor Sousa

ORCID

<https://orcid.org/0000-0002-6051-0980>

Vítor de Sousa é doutorado em Ciências da Comunicação (Comunicação Intercultural), pela Universidade do Minho, com a tese Da ‘portugalidade’ à lusofonia, é mestre (especialização em Educação para os Média) e licenciado (especialização em Informação e Jornalismo) na mesma área. Entre as suas investigações constam as questões em torno da identidade, Estudos Culturais, Educação para os Média e teorias de Jornalismo. É investigador do CECS, onde integra o Grupo de Estudos Culturais, membro do Projeto CulturesPast&Present - “Memories, cultures and identities: how the past weights on the present-day intercultural relations in Mozambique and Portugal?” (FCT/Aga Khan) e do Museu Virtual da Lusofonia.

Email: vitorledesousa@ics.uminho.pt

tempo
e
sociedade
em
suspensão
time and society in the lounge

catarina sales
emília araújo
rosalina costa
(orgs.)

A pandemia COVID-19 vai marcar o tempo histórico mundial. Como um momento de interrupção, suspensão e crise, os tempos atuais são fortemente disruptivos e efervescentes. Correndo para antecipar as consequências, grande parte da sociedade ficou em espera, a aguardar que a “fase” passe, esperando que o equilíbrio seja restabelecido. No entanto, sabe-se que o tempo flui e a reversibilidade não será possível. Este livro apresenta um conjunto de contribuições que, a partir das ciências sociais, permitem interrogar e compreender os significados do colapso do tempo e antecipar os seus efeitos e consequências.

COVID-19 pandemic is going to be a landmark in world-historical time. As a moment of interruption, suspension, and crisis, the current times are strongly disruptive and effervescent. Running to anticipate consequences, society is in the lounge, waiting for the phase to pass, expecting the equilibrium to be restored. However, one knows that time flows, and reversibility will not be possible. This book presents a set of contributions aiming to interrogate and understand the meanings of time collapse and anticipate its effects and consequences, from the perspective of the social sciences.

